



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Rogério da Silva Guimarães

**“Que se pode fazer só com palavras?” Escrita de si,
intelectualidade e o nacional nos cadernos de cárcere de José
Luandino Vieira (1962-1971)**

Rio de Janeiro

2021

Rogério da Silva Guimarães

“Que se pode fazer só com palavras?” Escrita de si, intelectualidade e o nacional nos cadernos de cárcere de José Luandino Vieira (1962-1971)



Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Tania Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

V658 Guimarães, Rogério da Silva.
“Que se pode fazer só com palavras?” Escrita de si, intelectualidade e o nacional nos cadernos de cárcere de José Luandino Vieira (1962-1971) / Rogério da Silva Guimarães. – 2021.
238 f.

Orientadora: Tania Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Vieira, José Luandino, 1935- – Diários – Teses. 2. Intelectuais e política – Angola – Teses. 3. Prisões – Teses. I. Ferreira, Tania Maria Bessone da C. (Tania Maria Bessone da Cruz), 1949-. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 92:32(673)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Rogério da Silva Guimarães

“Que se pode fazer só com palavras?” Escrita de si, intelectualidade e o nacional nos cadernos de cárcere de José Luandino Vieira (1962-1971)

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política (Política e Cultura).

Aprovada em 06 de dezembro de 2021.

Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Tania Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira (Orientadora)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof.^a Dr.^a Lucia Maria Paschoal Guimarães
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof.^a Dr.^a Márcia de Almeida Gonçalves
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof. Dr. Gustavo Pinto de Sousa
Instituto Nacional de Educação de Surdos

Prof^a. Dr^a. Samantha Viz Quadrat
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2021

DEDICATÓRIA

Para meu pai, Joel. A saudade é do tamanho dos ensinamentos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero registrar que essa tese foi desenvolvida e defendida durante a pandemia de COVID-19, a qual ainda estamos vivendo. Durante esse período, enfrentamos medos, angústias e perdas inestimáveis. No âmbito da pesquisa, acesso às bibliotecas, acervos e arquivos foram restringidos para a preservação das nossas vidas: nosso bem maior. A escrita dessa tese traz todas essas marcas. Mas traz também a esperança e um pacto com um futuro país comprometido com a ciência, com a pesquisa e, sobretudo, com a vida.

Uma verdade inexorável, não se faz uma tese sozinho. Ciente disso, sou imensamente grato a todo apoio que recebi nessa trajetória. Foi árduo, mas só foi possível com vocês.

Muito agradeço à minha orientadora, professora Tania Bessone, por não medir esforços para o desenvolvimento da tese. Muito obrigado pela paciência, pela leitura cuidadosa e, sobretudo, pela confiança. Deixo aqui registrado o meu respeito e minha admiração.

Às professoras Lúcia Bastos e Lúcia Guimarães pelas indicações bibliográficas preciosas e pelo convívio durante a minha estada no Laboratório Redes.

Às importantes contribuições, arguições e sugestões de leitura dadas pela banca de qualificação. Essa formada pelas professoras Márcia Gonçalves, Monica Lima e pelo professor Silvio Carvalho. Ao último, de quem já fui orientando, agradeço também por me guiar no mundo da pesquisa. A todos, meu muito obrigado.

À Alessandra Mamede, Débora Castro, Geovanna Simões, Gustavo Sousa, Ivan Lima, Marcus Vinícius de Oliveira, Marina Carvalho, Paulo Henrique Pacheco, Roberta Gonçalves. A contribuição de vocês é imensurável e, por isso, me sinto privilegiado. Sou grato pelo apoio, pelo convívio e por perdoarem as ausências e os silêncios.

Durante esse processo houve grandes perdas. Nesse momento, eu agradeço o privilégio de coexistir nesse tempo que nos foi permitido. Ao meu pai, Joel Guimarães, por ter me ensinado somente o essencial. À Marilene Rosa, por ter sido uma grande mestra e incentivadora.

Houve também felicidade. À Inês Gonçalves Gomes agradeço por restaurar um olhar para o futuro com mais amor e gentileza. Meu coração se enche de alegria ao te ouvir me chamar de Dindo.

Por fim, à minha mãe, Leda Guimarães, e à minha irmã, Cláudia Guimarães. A vocês devo o incentivo, a paciência, os esforços possíveis, o amor.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

A todo(a) pesquisador(a), principalmente das humanidades, que se propôs a produzir conhecimento em terras, cuja atual governança é regida pela ignorância e o obscurantismo. Mais que uma contribuição necessária, sua pesquisa é um ato de resistência. Sigamos!

A propósito de medos: a coragem é uma qualidade de exercício contínuo

José Luandino Vieira. Tarrafal, 03/08/1965.¹

¹ VIEIRA, José Luandino. **Papéis da Prisão**: apontamentos, diário, correspondência (1962-1971). Alfragide (Portugal): Caminho Editora, 2015, p. 701.

RESUMO

GUIMARÃES, Rogério da Silva. “**Que se pode fazer só com palavras?**” Escrita de si, intelectualidade e o nacional nos cadernos de cárcere de José Luandino Vieira (1962-1971). 2021. 238 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

A tese analisa, por meio dos seus cadernos de cárcere, a conjunção do projeto político e literário de José Luandino Vieira que fora desenvolvido durante o seu período de encarceramento. José Luandino Vieira é um renomado escritor e intelectual angolano que fora um preso político do regime colonial português entre 1961 e 1974. Seus diários foram escritos entre 1962 e 1971, período que esteve aprisionado em diversas cadeias de Luanda, Angola, e no Campo de Trabalho de Chão Bom, mais conhecido por Campo de Concentração do Tarrafal, em Cabo Verde. Os seus diários trazem anotações, correspondências (cartas e bilhetes internos), esboços literários e apontamentos. Por meio da escrita de si, podemos averiguar a manifestação e a consolidação de sua intelectualidade em um projeto político e literário que evidenciava o propósito comunitário de Angola como o espaço de união e resistência coletiva. Além disso, o autor apresenta uma visão do cárcere como observatório excepcional da nação angolana. Tendo os cadernos como materialidade de uma escrita íntima, expressam-se as angústias e sonhos pessoais. Além de um grande testemunho do cotidiano carcerário durante o período de luta pela independência de Angola.

Palavras-chave: José Luandino Vieira. Cadernos de cárcere. Escrita de si. Intelectualidade. Angola.

ABSTRACT

GUIMARÃES, Rogério da Silva. **“What can be done just with words?”** Self-writing, intellectuality and the national in José Luandino Vieira’s prison notebooks (1962-1971). 2021. 238 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

The thesis analyzes, through his prison notebooks, the conjunction of José Luandino Vieira's political and literary project that had been developed during his period of incarceration. José Luandino Vieira is a renowned angolan writer and intellectual who was a political prisoner of the portuguese colonial regime between 1961 and 1974. His prison notebooks were written between 1962 and 1971, a period in which he was imprisoned in several jails in Luanda, Angola, and in the Campo de Trabalho de Chão Bom, better known as the Tarrafal detetion camp, in Cape Verde. His diaries contain notes, correspondence (internal letters and notes), literary sketches and notes. Through self-writing, we can ascertain the manifestation and consolidation of their intellectuality in a political and literary project that highlighted the purpose of Angola as a space for union and collective resistance. In addition, the author presents a vision of the prison as an exceptional observatory of the Angolan nation. With notebooks as the materiality of an intimate writing, personal anxieties and dreams are expressed. In addition to being a great testimony of the prison's daily life during the period of struggle for independence in Angola.

Keywords: José Luandino Vieira. Prison notebooks. Self-writing. Intellectuality. Angola.

NOTA PRELIMINAR

O *corpus documental* dessa pesquisa é composto pela obra *Papéis de Prisão: apontamentos, diário, correspondência* (1961-1971), de autoria José Luandino Vieira e de organização de Margarida Calafate Ribeiro, Mónica v. Silva e Roberto Vecchi, publicado pela Editorial Caminho em 2015.

Com uma variedade de textos e fontes, o projeto editorial seguiu uma metodologia com objetivo de realizar uma reprodução fiel dos manuscritos. As siglas e abreviaturas usadas frequentemente nos apontamentos foram desenvolvidas somente quando o autor considerou que o texto poderia ficar comprometido e, nestes casos, as intervenções devidamente sinalizadas. Da parte do autor dessa pesquisa, mantivemos essa orientação por compreender que ela dimensiona o processo da escrita do cárcere. Toda informação, citação e notas de rodapé que tiverem origem dos organizadores serão indicadas como “Nota dos organizadores”. De igual maneira, sinalizaremos as informações advindas do José Luandino Vieira.

No processo de edição da obra, os organizadores informam que Luandino Vieira preferiu manter preservado o anonimato de alguns dos antigos companheiros de cárcere. Portanto, não os identifica para além das codificações que ele criou por questões de segurança e proteção durante a escrita nas prisões.

Os cadernos organizados são os seguintes.

Caderno 1 – 10/10/1962 a 04/01/1963 – Pavilhão Prisional da PIDE, Luanda; Caderno 2 – 06/01/1963 a 20/01/1963 – Pavilhão Prisional da PIDE, Luanda; Caderno 3 – 21/01/1963 a 31/03/1963 – Pavilhão Prisional da PIDE, Luanda; Caderno 4 – 01/04/1963 a 25/05/1963 – Pavilhão Prisional da PIDE, Luanda; Caderno 5 – 26/05/1963 a 27/06/1963 – Pavilhão Prisional da PIDE, Luanda – Cadeia do Comando da Polícia de Segurança Pública (PSP), Luanda; Caderno 6 – 28/06/1963 a 06/11/1963 – Cadeia do Comanda da PSP, Luanda – Cadeia Comarcã de Luanda; Caderno 7 – 12/11/1963 a 18/03/1964 – Cadeia Comarcã de Luanda – Cadeia Central de Luanda; Caderno 9² – 20/03/1964 a 31/05/1964 – Cadeia Comarcã de Luanda; Caderno 10 – 05/06/1964 a 31/07/1964 – Cadeia Comarcã de Luanda; Caderno 11 –

² A ausência do caderno 8 se deve a erro de numeração por parte do autor.

31/07/1964 a 13/06/1965 – Cadeia Comarcã de Luanda – Campo de Trabalho de Chão Bom, Tarrafal; Caderno 12 – 14/06/1965 a 18/07/1965 – Campo de Trabalho de Chão Bom, Tarrafal; Caderno 13 – 18/07/1965 a 28/04/1966 – Campo de Trabalho de Chão Bom, Tarrafal; Caderno 14 – 29/04/1966 a 12/01/1967 – Campo de Trabalho de Chão Bom, Tarrafal; Caderno 15 – 14/01/1967 a 16/11/1968 – Campo de Trabalho de Chão Bom, Tarrafal; Caderno 16 – 24/04/1969 a 31/12/1969 – Campo de Trabalho de Chão Bom, Tarrafal; Caderno 17 – 05/01/1970 a 11/03/1971 – Campo de Trabalho de Chão Bom, Tarrafal; Caderno 18 – 11/03/1971 a 06/07/1971 – Campo de Trabalho de Chão Bom, Tarrafal.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Mapa da cidade de Luanda (1).....	31
Imagem 2 – Mapa da cidade de Luanda (2).....	63
Imagem 3 – Mapa da Ilha de Santiago – Cabo Verde.....	66
Imagem 4 – Desenho da planta da Casa de Reclusão do PPPIDE.....	70
Imagem 5 – Croqui do Campo de Trabalho de Chão Bom.....	72
Imagem 6 – Fragmento escrito por Luandino na Cadeia de Comarcã de Luanda em 03/01/1964.....	90
Imagem 7 – Bilhete de Hedi para Luandino em 02/03/1963 no PPPIDE.....	91
Imagem 8 – Bilhete enviado por J[orge]. Rocha à Luandino em 15/5/1963.....	92
Imagem 9 – Fragmento de carta de José Luandino Vieira para sua esposa Linda.....	99
Imagem 10 – Recorte de carta de Luandino Vieira para Linda.....	100
Imagem 11 – Carta de José Luandino Vieira para Linda.....	101
Imagem 12 – Excertos de carta de Luandino Vieira para Linda em abril de 1965.....	101
Imagem 13 – Carta para Linda em 22 de junho de 1965.....	102
Imagem 14 – Carta de José Luandino Vieira para Linda (2).....	103
Imagem 15 – Desenho de uma “Moca” por José Luandino Vieira.....	107
Imagem 16 – Recorte do Jornal ABC: “Julgamento no Tribunal Militar Territorial de Angola”.....	123
Imagem 17 – Recorte de jornal: “Anne Frank”/ Desenho de Luandino Vieira.....	125
Imagem 18 – Bilhete do Zé.....	127
Imagem 19 – Personagem “Domingas”, 1963.....	137
Imagem 20 – Manuscrito de Adrualdo, “Antoninho”.....	146
Imagem 21 – Capa de <i>Luuanda</i> por Luandino Vieira, de 1964.....	173
Imagem 22 – Recorte do <i>Diário de Notícias</i> , Lisboa, 20/05/1965.....	174
Imagem 23 – Comunicado da ANANGOLA	176
Imagem 24 - Cidade de Luanda por Luandino Vieira, 1962.....	205
Imagem 25 - “Musseque Cuba” por José Luandino Vieira, 04/03/64.....	207

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANANGOLA – Associação de Naturais de Angola

ANI – Agência Nacional de Infomação

C.C.L. – Cadeia de Comarcã de Luanda

CITA – Centro de Informações e Turismo de Angola

C.T.C.B. – Campo de Trabalho de Chão Bom

COTONANG – Companhia Geral dos Algodões de Angola

MINA – Movimento para a Independência Nacional de Angola

MNIA – Movimento do Novos Inteleituais de Angola

MPLA – Movimento Popular de Liberataçã de Angola

ONU – Organização das Nações Unidas

PIDE – Polícia Internacioal e de Defesa do Estado

PPPIDE – Pavilhão Prisional da PIDE

PSP – Polícia de Segurança Pública

SCCIA - Serviço de Centralização e Coordenação de Informação de Angola

S.P.E. – Sociedade Portuguesa de Escritores

SCA – Sociedade Cultural de Angola

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 JOSÉ LUANDINO VIEIRA, SOCIEDADE ANGOLANA E CÁRCERE NO PRELÚDIO DA GUERRA COLONIAL	21
1.1 “E se me vou meter na boca do lobo?!”	21
1.2 “Este é que é o tal terrorista Luandino Vieira”	25
1.3 Matizes da sociedade angolana	43
1.4 Chegamos ao ano de 1961.....	51
1.5 Cárcere.....	62
2 “PARA QUE TE POSSA CONTAR TUDO O QUE ESTA VIDA ME FAZ FAZER E PENSAR – E TU ME COMPREENDAS E DESCULPES, COLO AQUI ESTE PAPELINHO”	69
2.1 “O que escrever aqui?”	69
2.2 Da violência, do sofrimento.....	104
2.3 A escrita como resistência	118
3 “SOU MESMO UM ESCRITOR REVOLUCIONÁRIO?”	130
3.1 A prática intelectual no cárcere	130
3.2 “Só as leituras me restam”	152
3.3 O livro da Linda.....	168
4 “O MEU AMOR POR ANGOLA É APENAS FORMA DO MEU AMOR AO MUNDO”	181
4.1 “Nunca serei um mau nacionalista”	181
4.2 Luanda, musseques e uma síntese para o nacional	204
CONSIDERAÇÕES FINAIS	217
REFERÊNCIAS	220
GLOSSÁRIO	234
ANEXO A – Fotografias de José Luandino Vieira	235
ANEXO B – Imagens do Campo de Trabalho de Chão Bom (C.T.C.B.), em	

Tarrafal, Cabo Verde	237
----------------------------	-----

INTRODUÇÃO

Em *A aventura do livro*, Roger Chartier afirmou que “a cultura escrita é inseparável dos gestos violentos que a reprimem”³, posto que muitas vezes a materialidade da escrita nasce como resultado direto dos fenômenos repressivos. Portanto, desvelar os usos e funções da escrita de cárcere, assim como determinar suas condições de produção e difusão, e analisar suas modalidades de conservação, apropriação e interpretação são tão importantes quanto necessárias.

A presente tese tem por objetivo analisar os cadernos de cárcere do escritor e intelectual angolano José Luandino Vieira⁴ no que tange as suas práticas de escrita prisional, o exercício da sua intelectualidade, bem como a ideia de uma expressão do nacional pronunciada em seus diários. O autor foi preso político do regime colonial português entre 1961 e 1974. Seus diários foram escritos entre 1962 e 1971, período que esteve encarcerado no Pavilhão Prisional da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PPPIDE), na Cadeia de Comando da Polícia de Segurança Pública (PSP) e na Cadeia Comarcã de Luanda – Cadeia Central de Luanda, todos localizados em Luanda, Angola; além do Campo de Trabalho de Chão Bom⁵ (C.T.C.B.), em Tarrafal, Cabo Verde. Neles estão anotações, correspondências (cartas e bilhetes internos), esboços literários, exercícios de tradução, textos em quimbundo⁶, recortes jornalísticos, apontamentos e desenhos. Por meio da escrita de si, o autor manifestou o seu projeto político-literário, apresentou uma visão do cárcere como um extraordinário mirante da nação angolana e evidenciou o projeto comunitário de Angola como o espaço de união e resistência coletiva; além de expressar angústias e sonhos pessoais.

O encarceramento político de José Luandino Vieira visava isolá-lo como indivíduo considerado ameaça à segurança do Estado. Como observa Edward Said⁷,

³ CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 21.

⁴ Apresentaremos o autor de maneira mais apropriada no primeiro capítulo. No entanto, atualmente José Luandino Vieira encontra-se com 86 anos e reside na província do Minho, norte de Portugal. Sua última obra ficcional lançada foi o romance *O livro dos guerrilheiros*, segundo volume da trilogia *De rios velhos e guerrilheiros*, em 2012.

⁵ O complexo prisional, com o objetivo de preservar e perpetuar parte da memória histórica do período salazarista e das lutas pelas independências das ex-colônias portuguesas em África (Angola, Guiné Bissau e Cabo Verde) foi transformado no Museu do Campo de Concentração do Tarrafal, inaugurado em 2000. Ver mais em: <<https://ipc.cv/museus/museu-da-resistencia>>

⁶ Língua do povo ambundo, um dos grupos étnicos prevaletentes em Luanda.

⁷ SAID, Edward. **Humanismo e Crítica Democrática**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

no contexto das colônias europeias, o escritor incorpora em si mesmo e em seus escritos um papel simbólico que lhe confere uma identidade pública. A sua prisão, portanto, também pode ser entendida como a tentativa de aniquilação de uma identidade cultural que se chocava com os desígnios territoriais e ideológicos portugueses.

Tendo a repressão do regime salazarista como causadora da prisão de Luandino Vieira, pesquisar os documentos produzidos por ele durante o seu encarceramento, situa-nos uma nova perspectiva que pode e deve servir de contraste, de correção e de complemento as formas tradicionais de construção da história mais recente angolana.

As experiências de encarceramento de prisioneiros políticos produziram uma série de relatos escritos que denunciam a injustiça, causam resistência e preservam a memória. Esses escritos assumem diferentes formas: diários, obras de pensamento crítico, cartas, poemas, contos e romances. Alguns se movem do presente para o passado, como memórias, outros do passado para o futuro, como um testemunho *in actu*.

A escrita de si como as cartas, diários, bilhetes e demais produções escritas e/ou imagéticas durante o cárcere nos permitem obter informações inexistentes em outras fontes. Possibilitam conhecer mais e melhor o funcionamento das instituições penitenciárias, e podem nos conduzir diretamente ao interior das prisões por meio de escritas concebidas no calor da repressão. Além disso, como alerta Verónica Blas⁸, o entusiasmo por esse tipo material também está relacionado graças ao interesse de se escrever uma história mais justa, mais democrática, e, portanto, mais próximo das verdades, sempre plurais, de quem viveu e sofreu um período de repressão como o nosso autor analisado.

Durante o período de 1962 a 1971, José Luandino Vieira produziu 17 cadernos de cárcere. Diários cuja materialidade era composta por aproximadamente 2000 folhas manuscritas. Esses cadernos, Luandino Vieira denominou por *Ontem, hoje, amanhã*. Os cadernos reunidos, enquanto objetos materiais, já são um exemplo de resistência em si: durante nove anos, Luandino conseguiu conceber os cadernos com material contingenciado encontrado na prisão, mantê-los sempre escondidos das

⁸BLAS, Verónica Sierra. **Cartas presas**. La correspondencia carcelaria em la Guerra Civil y el Franquismo. Madrid: Marcial Pons História, 2016, p. 20-21.

revistas policiais e encontrar meios de retirá-los das cadeias. A materialidade dos cadernos testemunha a vontade de continuar a cultivar um espaço íntimo e pessoal, o espaço da escrita, afastado de qualquer tipo de controle. A partir de 1969, no Tarrafal, José Luandino Vieira consegue entregar os diários escondidos em um balaio com milho a uma moradora local chamada Ana Tchuntchum, que os guarda até a sua saída em 1972.

Esse considerável acervo foi organizado pelas professoras Margarida Calafate Ribeiro⁹, Mónica V. Silva¹⁰ e pelo professor Roberto Vecchi¹¹, com o apoio da Fundação Calouste Gulbekian, no Centro de Estudos Sociais, da Universidade de Coimbra, contando com a colaboração do próprio José Luandino Vieira. Este projeto fora lançado com o nome *Papéis da Prisão* – apontamentos, diário e correspondência (1962-1971), publicado pela Editorial Caminho em 2015.

É indubitável a importância histórica e literária dos cadernos de cárcere de Luandino Vieira. E diante de tal afirmação, uma questão se impõe: porque só agora, em 2015, o autor publicou esse material? Por que não antes? Luandino disse que achava que os papéis não “acrescentavam nada”, porque “o que se passou, passou; e aquilo que ficou para o conhecimento da realidade angolana daquele tempo, chega”. No entanto, sem citar nomes, o autor afirma que havia quem o alertasse para o possível valor daqueles cadernos e sua relevância para os estudos sobre Angola. Nesse contexto, Luandino fez questão que se publicasse com ele ainda vivo porque sendo fragmentos de um período

muito, muito violento, muito controverso, de um período muito difícil da vida das comunidades angolanas, convém que aquilo que foi escrito,

⁹ Margarida Calafate Ribeiro é investigadora-coordenadora no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra e membro do Núcleo de Humanidades, Migrações e Estudos para a Paz (NHUMEP). É doutorada em Estudos Portugueses pelo *King's College*, Universidade de Londres, mestre pela Universidade Nova de Lisboa e licenciada pela Universidade de Aveiro. É professora no programa de doutoramento Pós-Colonialismos e Cidadania Global (CES/ FEUC) da Universidade de Coimbra.

¹⁰ Mónica V. Silva é licenciada e mestre em Ciências da Educação pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Doutora pelo Programa de Patrimônios de Influência Portuguesa (PIP) do Instituto de Investigação Interdisciplinar e do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES). Bolsista de investigação do projeto ERC *MEMOIRS – Filhos do Império e Pós-memórias Europeias* no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

¹¹ Professor de literatura portuguesa e brasileira da Universidade de Bolonha, na Itália. Diretor do Departamento de Língua, Literaturas e Cultura Modernas desta Universidade e coordenador da Cátedra Eduardo Lourenço. É especialista em história e teoria das culturas de língua portuguesa, estudos pós-coloniais, pensamento português e brasileiro, teoria crítica e história conceitual. Em Portugal, é investigador associado do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. É *Honorary Professor of Lusophone Studies at the School of Cultures, Languages and Area Studies* na Universidade de Nottingham.

nessa época, seja publicado comigo ainda vivo a assumir a responsabilidade daquilo que está escrito. [...] Se o que aqui está publicado tiver valor para permitir pesquisa da história de Angola, da história da literatura angolana, fica justificada a publicação. Quando cheguei a essa conclusão deixei de pensar em destruir os papéis ou de utilizar aquilo como material de ficção.¹²

A curadoria realizada definiu a forma de apresentação desse material, mantendo, por exemplo, um arranjo de escrita fragmentária, além de realizarem uma seleção das cartas e desenhos que iriam integrar o volume. Mais ainda, o livro conta com a entrevista *O Tarrafal é a prisão em mim*, em que é feita uma reavaliação das experiências de Luandino Vieira durante o período sob custódia do colonialismo português e as consequências dessa vivência para sua escrita e para sua vida.

De acordo com Ribeiro e Vecchi, tendo Foucault como articulador, o cárcere, no pensamento contemporâneo, “é o lugar por excelência onde o poder se manifesta nu, sem máscaras, nas suas dimensões extremas, e se justifica como poder moral”¹³. A passagem pelas prisões de Luanda e o confinamento no campo de concentração do Tarrafal descritas em seu diário não só descreveram o funcionamento do dispositivo carcerário no seu âmago, como também revelaram um aprendizado cujos frutos foram colhidos nos livros escritos – muitos durante o seu encarceramento - e lançados posteriormente a sua libertação.

Os cadernos de cárcere apresentam-se como material indispensável para se pensar as relações entre escrita de si, testemunho, memória, depoimento e história frente a eventos extremos, modos de individuação e trajetória de escrita na produção de um projeto político-literário, além das interseções entre narrativa e guerra no contexto de países africanos de língua oficial portuguesa ao longo do século XX¹⁴.

No primeiro capítulo, *José Luandino Vieira, sociedade angolana e cárcere no prelúdio da guerra colonial*, apresentamos o contexto histórico e político angolano que levaram a prisão de José Luandino Vieira. Nesse sentido, salientamos a trajetória do escritor antes da sua prisão, seu processo de formação como autor e intelectual. De igual maneira, na perspectiva da contextualização, um panorama da sociedade

¹² VIEIRA, 2015, p. 1074.

¹³RIBEIRO, Margarida Calafate; VECCHI, Roberto; SILVA, Monica V. Papéis críticos avulsos. In: VIEIRA, José Luandino. **Papéis da Prisão**: apontamentos, diário, correspondência (1962-1971). Alfragide (Portugal): Caminho Editora, 2015, p. 1002. p. 18.

¹⁴ LAKS, Daniel Marinho. Os “Papéis da Prisão”, de Luandino Vieira: entre a escrita de si e o testemunho da barbárie. **Revista do NEPA/UFF**, Niterói, v.10, n.20, jan.-jun. 2018, p. 145-156.

angolana pré-eclosão da guerra de libertação. Como ela era constituída, os índices econômicos, os grupos políticos partidários e a dinâmica com Portugal uma vez que era uma província ultramarina. Com esse panorama traçado, expomos a circulação das ideias de emancipação e a eclosão da luta pela independência. Por fim, diante da rápida prisão de Luandino Vieira, identificamos o cárcere, onde a escrita de Luandino Vieira se desenvolveu.

Em “*Para que te possa contar tudo o que esta vida me faz fazer e pensar – e tu me compreendas e desculpes, colo aqui este papelinho*”, situamos um debate sobre escrita de si dentro da perspectiva da história política. Como a fonte da pesquisa são os escritos de cárcere de Luandino Vieira, usamos todo um cabedal teórico metodológico para analisar a obra. Dessa maneira, cotejamos o discurso narrativo de sua experiência de cárcere. Nesse capítulo, examinamos tópicos como dor e sofrimento – sentimentos às vezes negligenciados nas análises do campo da história, mas que são importantes porque são elementos constituintes da sua escrita. Como é uma obra politicamente engajada, a escrita de Luandino é marcadamente uma escrita de resistência. Portanto, a resistência é uma condição histórica e material do texto. Sendo assim, ela também é parte de nossa análise nesse capítulo.

Já o capítulo 3, intitulado “*Sou mesmo um escritor revolucionário?*”, destacamos a prática intelectual de Luandino Vieira no cárcere. Nesse processo de amadurecimento intelectual, vemos como ele pensa sua produção textual comprometida com o engajamento anticolonial. Ressaltamos suas influências literárias que o fazem repensar os cânones da literatura tradicional ocidental. Contemplamos a dinamização de sua proposta literária que culmina com a publicação de *Luuanda*, uma obra de grande impacto sócio-político cultura. Salientamos também como a publicação dessa obra afetou seu cotidiano na prisão.

No último capítulo, “*O meu amor por angola é apenas forma do meu amor ao mundo*”, cotejamos as dificuldades a serem enfrentadas para que fosse possível o expressar de uma angolanidade. Partimos de discussões propostas por Stuart Hall, o qual propõe uma formulação em que as identidades não são unificadas, singulares, mas edificam-se multiplamente ao longo de discursos, posições e práticas. Bem como o diálogo construído com Homi Bhabha sobre hibridismo cultural, pensando-o como um processo marcado por ambivalências, antagonismos e fronteiras. A partir disso, vemos uma relação dos musseques e as prisões luandenses como espaços que confinaram os oponentes do colonialismo. Como conceito e espaço, que contribuiu

decisivamente para o resgate de uma consciência nacional coletiva, a prisão é um elemento-chave para a compreensão da cidade de Luanda e da dinâmica dos movimentos de libertação, como exemplificam os escritos penitenciários de Luandino Vieira.

Em 2021, 46 anos depois de sua libertação, vamos acompanhar como José Luandino Vieira se apropria do ato da escrita como instrumento para revelar a experiência de si, bem como uma experiência do “coletivo”. Veremos nos diários de cárcere a apresentação de uma narrativa identificadora de um percurso individual num determinado momento histórico e confirmando a existência de uma nação antes da sua independência, justificando e consolidando assim a luta.

1 JOSÉ LUANDINO VIEIRA, SOCIEDADE ANGOLANA E CÁRCERE NO PRELÚDIO DA GUERRA COLONIAL

1.1 “E se me vou meter na boca do lobo?!”¹⁵

Quando, em 20 de novembro de 1961, José Luandino Vieira fora convidado a comparecer às instalações da PIDE¹⁶, Polícia Internacional e de Defesa do Estado, em Lisboa, acreditou-se que se tratava apenas da resposta à exposição que tinha feito ao Ministro do Interior, em que pedia a emissão de um passaporte português e a autorização para sair do país. Naquela ocasião, Luandino Vieira trabalhava em Angola para uma companhia estadunidense chamada *EIMCO Corporation*, que o incumbiu de fechar a filial angolana, propondo-lhe um curso em Londres para, posteriormente, participar da construção de uma grande barragem na fronteira da República do Alto-Volta (atual Burkina Faso) com o Gana.

Meses antes, em agosto, viajara de Luanda, capital de Angola, para Lisboa onde lhe deram, até então, uma autorização para prosseguir a viagem. Na cidade do Porto, onde deveria embarcar para Londres, uma última análise das fichas dos passageiros, a PIDE detectou uma informação que interditou sua saída. Obrigaram-no a sair do avião, lhe confiscaram o passaporte, tendo que retornar para Lisboa.

Carlos Ervedosa – jornalista, escritor, amigo e correspondente de Luandino Vieira – lembra-se quando os “pides”¹⁷, tocaram sua campainha na manhã de sábado à procura do sr. José Vieira Mateus da Graça, nome de batismo de Luandino. Esse de fato residira com Ervedosa, durante alguns meses após ter sua saída impedida, mas já havia mudado. Ervedosa ainda apontou o comportamento pouco vulgar,

¹⁵ ERVEDOSA, Carlos. Cartas do Tarrafal. In: LABAN, Michel *et al.* **Luandino**. José Luandino Vieira (Estudos, Testemunhos, Entrevistas). Lisboa: Edições 70, [1980], p. 87.

¹⁶ A Polícia Internacional e de Defesa do Estado fora criada pelo Ministério do Interior de Portugal, em 1945. Suas funções eram de caráter administrativo, de prevenção criminal e de repressão. Deste modo, eram da sua competência tudo aquilo que dissesse respeito ao controle da fronteira terrestre, marítima e aérea, à emigração e à defesa da ordem e da tranquilidade públicas. No cumprimento desse dever, desenvolvia ações de vigilância e repressão sobre “os terroristas, os suspeitos de atividades contra a segurança interior e exterior do Estado, e as associações, organizações ou bandos destinados à prática de crimes”, sendo a instrução preparatória desses processos uma atribuição sua. Em 1954, por meio de decreto, a PIDE foi reorganizada e suas competências alargadas para os territórios ultramarinos com a criação das Delegações de Angola e de Moçambique, na dependência do Ministério do Ultramar, embora só tivesse passado a exercer funções efetivas nesses territórios a partir de 1957. Em 18 de novembro de 1969, por meio de uma decisão do Conselho de Ministros português, a PIDE passou ser conhecida como Direção Geral de Segurança (DGS), dentro do Ministério do Interior. MATEUS, Dalila Cabrita. **PIDE/DGS na guerra colonial** (1961-1974). Lisboa: Terramar, 2004.

¹⁷ Nominção dada aos agentes e informantes da PIDE.

portanto não usual desses agentes: “não passaram da soleira da porta, pediram-nos somente que nos identificássemos e, ao partirem, recomendaram que, se víssemos o senhor Graça, lhe disséssemos para passar “lá por baixo”, para tratar de um assunto.”¹⁸

Ao ser informado, Luandino comentou que esperava a resposta do requerimento e concluiu que a recomendação de que fosse “lá por baixo”, podia muito bem ser por conta disso. Ainda no sábado, Ervedosa e Luandino almoçaram, como de costume, na cantina da Casa dos Estudantes do Império. Lá receberam uma notícia alarmante, o poeta António Cardoso havia sido preso em Luanda. Cardoso agredira um dos diretores da ANANGOLA (Associações de Naturais de Angola), que enviara para a ONU (Organização das Nações Unidas) um telegrama protestando contra a intromissão daquele organismo nos “assuntos internos de Portugal.”¹⁹

António Cardoso e Luandino Vieira já haviam sido presos em 1959, por conta de panfletos apreendidos que reivindicavam a libertação de Angola. Sucessivas prisões ocorreram no mencionado ano. As quais foram prosseguindo de forma ininterrupta, cuja lógica era difícil de acompanhar para quem estava de fora. O processo avançara para o tribunal, no entanto Luandino Vieira é despronunciado e libertado.

Para Ermelinda (Linda) da Conceição Oliveira Cunha, esposa de Luandino, o melhor seria pedir para eles e seu filho, António Alexandre (Xexe), asilo político na embaixada do Brasil. Uma opção aventada pelo próprio Luandino.

Na manhã de segunda-feira do dia 20 de novembro que abre essa história, ele teve que decidir: ir à PIDE saber do que se tratava, muito provavelmente a questão do requerimento ou asilar-se na embaixada brasileira com sua esposa e filho. Esta última alternativa, embora cômoda, comprometeria o seu posto de trabalho na *EIMCO*, além de julgar não ter motivos concretos para pedir o asilo.

Ao chegar a PIDE, disseram-lhe que voltasse a tarde, porque não se encontrava presente o encarregado do seu caso. Ele, sua esposa e Carlos Ervedosa almoçaram na cantina da Casa dos Estudantes do Império, e foram tomar um café no Rialva. Ali disse para Ervedosa, que se lembrara da frase com nitidez, “pronunciada

¹⁸ ERVEDOSA, [1980], p. 85.

¹⁹ ERVEDOSA, [1980], p. 86.

com voz baixa, enquanto adoçava lentamente o seu café: - “E se me vou meter na boca do lobo?!”²⁰

Ao retornar à PIDE, encontrara-se com o escritor Henrique Abranches²¹, que havia sido expulso de Angola e fixara residência em Lisboa. Ele também acreditou que, pela forma como as coisas se apresentavam, o requerimento era o fulcro da questão. E até o convidou para uma reunião de angolanos que se realizaria naquela noite. A escolha em retornar à PIDE assombrou Luandino, que fez uma referência a esse fato em seu diário de cárcere em 1967.

[...] Mais um mês desde aquele dia que subi o [bairro] Chiado e meti à [rua] A[ntónio] Maria Cardoso. À esquina encontrei o Henrique Abranches – e, lá dentro, em certo momento estive para me vir embora e voltar no dia seguinte. Para quê lembrar idiotices?²²

Na sede da PIDE foi recebido por São José Lopes, subdiretor da PIDE de Angola, o qual trazia em mãos o seu pedido de autorização de saída do país com um apenso: um telegrama de Luanda com ordens para prendê-lo. Avisaram a Linda que Luandino Vieira ficaria até mais tarde nas instalações da sede da PIDE. Durante o período de prisão preventiva, o acusado foi mantido incomunicável e não teve direito à intervenção de advogado de defesa. Esta polícia política tinha os mais amplos poderes para a defesa do Estado contra tudo o que fosse considerado como “atividade subversiva”. Um claro exemplo disso era o caso da prisão preventiva que era fixada no máximo de três meses, mas poderia ser prorrogada sempre que se verificasse “a gravidade ou a multiplicidade dos factos criminosos” e/ ou “complexidade e caráter excepcionalmente perigoso da organização criminosa.”²³ A questão maior é que o despacho não dependia da decisão de qualquer tribunal, mas do arbitramento do Ministro do Ultramar ou do Governador-Geral, ou seja de um órgão que era integrado ao aparelho colonial.

A incomunicabilidade de Luandino perdurou até 24 de novembro quando chegou ao Pavilhão Prisional da PIDE de São Paulo (PPPIDE), em Luanda, onde já estavam presos António Cardoso²⁴ e, o também poeta angolano e amigo de infância,

²⁰ ERVEDOSA, [1980], p. 87.

²¹ Escritor e antropólogo Henrique Mário de Carvalho Moutinho Abranches. Nascido em Portugal, muda-se para Angola na adolescência (1932-2006).

²² VIEIRA, José Luandino. **Papéis da Prisão**: apontamentos, diário, correspondência (1962-1971). Alfragide (Portugal): Caminho Editora, 2015, p. 785.

²³ MEDINA, Maria do Carmo. **Angola**: processos políticos de luta pela independência. Coimbra: Almedina, 2011, p. 42.

²⁴ Escritor angolano António Dias Cardoso (1933-2006).

António Jacinto²⁵. A PIDE estabeleceu uma ligação entre os três e os acusava de arquitetar e organizar uma rede de apoio ao MPLA, Movimento Popular de Libertação de Angola²⁶.

De acordo com Adolfo Maria (1935), nacionalista angolano com participação ativa na luta pela independência, o deslocamento de Luandino de Lisboa para Londres tinha por objetivo político contactar o MPLA no exterior. Tanto que da metrópole, Luandino Vieira enviou “os estatutos e programas” do MPLA para os seus companheiros em Luanda. No entanto, eles foram apreendidos pela PIDE, tornando-se evidência de sua participação naquela organização.²⁷

No veredito pronunciado em julho de 1963, no Tribunal Militar Territorial de Angola, em Luanda, José Vieira Mateus da Graça, fora considerado culpado da prática de crime contra a segurança externa do Estado, artigo 141.º, n.º 1, do Código Penal, ao:

intentar por qualquer meio violento ou fraudulento ou com auxílio estrangeiro, separar a Mãe-Pátria ou entregar a país estrangeiro todo ou parte do território português, ou [...] ofender ou puser em perigo a independência do país.²⁸

Juntamente com António Cardoso e António Jacinto fora condenado a 14 anos de prisão e suspensão de todos os direitos político por 8 anos, além das medidas de segurança de internamento por períodos de 6 meses a 3 anos. Tratou-se da pena mais pesada contra os acusados em processos políticos nos tribunais especiais que funcionaram em Angola. O recado do governo colonial era claro: escritores e intelectuais, principalmente brancos, deveriam ficar fora de quaisquer movimentos de emancipação. A PIDE, que já os acompanhava de perto por acreditar que eles poderiam exercer qualquer ação de esclarecimento mais facilmente, detinha uma pena que serviria de exemplo.

²⁵ Poeta luandense António Jacinto do Amaral Martins (1924-1991).

²⁶ O MPLA foi criado em janeiro de 1960, em Luanda, após a unificação do PLUA (Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola) com outros grupos nacionalistas. Ver: BITTENCOURT, Marcelo. **As linhas que formam o EME**: um estudo sobre a criação do Movimento Popular de Libertação de Angola. 1996. 286 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia e Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo São Paulo, 1996.

²⁷ PIMENTA, Fernando Tavares. **Angola**. Os Brancos e a Independência. Lisboa: Afrontamento, 2008, p. 242.

²⁸ RIBEIRO, Margarida Calafate; VECCHI, Roberto; SILVA, Monica V. Papéis críticos avulsos. In: VIEIRA, José Luandino. **Papéis da Prisão**: apontamentos, diário, correspondência (1962-1971). Alfragide (Portugal): Caminho Editora, 2015, p. 1002.

1.2 “Este é que é o tal terrorista Luandino Vieira”²⁹

Luandino Vieira nos conta, em 1965, já no Campo de Concentração do Tarrafal, que vinha “distraído a assobiar, de lavar os pratos”, quando fora surpreendido pelo diretor do José da Silva Vigário³⁰ e outros três oficiais do exército que estavam visitando o campo. Ao se deparar com ele, os visitantes olharam com ar de espanto e interesse ao saber que “Este é que é o tal terrorista Luandino Vieira”. Longe de assumirmos o discurso colonialista que denominava todo preso político como “terrorista”, mesmo porque o episódio é tratado com certo sarcasmo por Luandino, ele serve de proposição para pensarmos a trajetória desse autor. A partir das suas relações pessoais e práticas culturais e políticas, percorrer as sendas da sua vida.

Em entrevista dada à Michel Laban em 1977³¹, Luandino Vieira afirmara que seu projeto literário, que obviamente é político por acreditar na luta pela independência angolana, ganhou corpo e formas durante os anos que esteve encarcerado. No entanto, sublinha a importância na orientação desse projeto os lugares de sociabilidade e trocas culturais que advieram antes da sua prisão. “Sou uma pessoa profundamente marcada pelos valores culturais que me identificaram e que me formaram.”³² Portanto, se afirmamos que o cariz intelectual de José Luandino Vieira se consolidou no seu período de encarceramento, sua trajetória não se iniciou ali.

A trajetória intelectual de José Luandino Vieira não será erigida por meio, como afirmou Pierre Bourdieu, de um “relato coerente de uma sequência de acontecimentos, com significado e direção”, mas tendo por base exatamente aquilo que o sociólogo percebe ser feito no romance moderno: o imprevisto, fora de propósito, o aleatório. Um indivíduo construído no social, em meio às redes de sociabilidade em que ele esteve envolvido e atuou.³³

Ao propor uma incursão pela tradição que enriqueça as possibilidades de interpretação do passado historiográfico, Sabina Loriga recorre a autores do século XIX que se empenharam em resguardar a dimensão individual da história. Assim, evoca o “pequeno x” – expressão criada por Johann Gustav Droysen em 1863 – que designa por *A* o gênio individual de um homem, tudo o que faz e possui. Esse *A* é

²⁹ VIEIRA, 2015, p. 679.

³⁰ Diretor do C.T.C.B entre 1965-1967.

³¹ LABAN, Michel. Encontros com Luandino Vieira em Luanda. In: _____ *et al.* **Luandino**. José Luandino Vieira (Estudos, Testemunhos, Entrevistas). Lisboa: Edições 70, [1980], p. 20

³² LABAN, [1980], p. 21.

³³ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 185.

formado por $a + x$, onde a representa as contingências externas de seu povo, país, época, etc. e ao x são atribuídos aportes pessoais, o fruto de sua livre vontade. Ao privilegiar em sua análise as obras de autores que buscaram restituir a dimensão individual da história, numa perspectiva ampla que vai além das fronteiras geográficas, linguísticas e de gênero, Loriga afirma o que há em comum entre eles não faz parte da ordem da continuidade nem da coerência, mas sim convicções comuns de que “o mundo histórico é criativo, produtivo, e que essa qualidade não repousa sobre um princípio absoluto, mas procede da ação recíproca dos indivíduos.”³⁴

As chaves interpretativas operadas por Sabina Loriga nos auxiliam na construção dessa trajetória intelectual de José Luandino Vieira. Isso porque se entendemos o “pequeno x ” como aquilo que o mobiliza em sua vontade em ser um escritor; aquilo que faz o seu projeto literário acelerar e amadurecer, permitindo uma reflexão sobre a escrita. Lembremos que até o momento de sua prisão, ele trabalhava para uma companhia estadunidense conciliando as funções. Já os eventos, os espaços de trocas culturais, as práticas políticas, sua vivência nos musseques³⁵, a condicionalidade do seu encarceramento representaria o seu a em suas vicissitudes externas.

Pensar no papel do indivíduo, seja o herói ou apenas um homem comum da massa é também pensar sobre o fator determinante responsável pelo avanço da história. Nas reflexões historiográficas de Friedrich Meinecke, fica evidente que em todo homem há uma relação de tensão entre as forças da necessidade (de ordem social) e da liberdade (de ordem individual) sendo que “(...) mesmo o membro mais insignificante de um grupo social leva em si um brilho por mais ínfimo que seja, do x da liberdade”.³⁶ Uma história resultante dessas individualidades singulares, originais e irredutíveis na qual somos todos chamados a colaborar.

José Vieira Mateus da Graça ou José Luandino Vieira nasceu em 04 de maio de 1935. Segundo filho do sapateiro Joaquim Mateus da Graça Junior e de Maria Alice Vieira, camponesa. Sua família é oriunda da Lagoa do Furadouro no Alto Ribatejo, perto de Lisboa, em Portugal.

³⁴ LORIGA, Sabina. **O pequeno X**: da Biografia à História. Coleção História e Historiografia. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2011, p.16.

³⁵ Os musseques são zonas residenciais que se formam em torno do centro urbano da cidade de Luanda, capital de Angola, servindo de refúgio para os pobres. Esse fenômeno da concentração urbana pode ser explicado pela repulsa dos meios rurais e pela atração que a cidade exerce por meio da possibilidade de uma melhor qualidade de vida.

³⁶ LORIGA, 2011, p. 82.

O pai de Luandino parte sozinho para Luanda em 1937 e posteriormente, a mãe e os filhos. De origem pobre, em Luanda, seus pais residiram nos musseques do Makulusu e Quinaxixe, e só em 1944 se instalaram no musseque do Braga, atuais bairros do Café e de Alvalade³⁷.

A partida da família de Luandino para Angola pode ser analisada dentro nos movimentos migratórios ultramarinos que marcaram o “povoamento branco nas colônias portuguesas”. Cláudia Castelo situa que entre as décadas de 1920 e 1950, esse processo de migração se caracterizou por fluxos distintos. Em 1920, havia política de incentivo à fixação portuguesa em África, que ainda “não era atractiva aos olhos dos potenciais migrantes, que a viam como terra de condenados e degredados, inhospita e povoada de perigos e doenças mortais.”³⁸ No entanto, estas políticas foram “descontinuadas” por conta da “crise económica mundial de 1929 e da imposição de equilíbrio orçamental do ministro das Finanças Oliveira Salazar”³⁹. Em função dessas imposições, a década de 1930 fora marcada pelo “desinvestimento estatal em matéria de povoamento dirigido e restringiu a migração para as colónias de indivíduos sem capitais e formação técnica”, ou seja, neste panorama foram as iniciativas de carácter individual e privado que determinaram essa fase da colonização. Aos olhos da metrópole, o pai do Luandino, sem recursos financeiros e qualificação profissional que atendesse a administração colonial, era exatamente o perfil a ser evitado como colono.

Salienta-se que critérios de ordem econômica, social e simbólica eram obstados a emigração quantitativa de portugueses para as colônias. Entre as quais estavam

a salvaguarda dos interesses da burguesia colonial, a prevenção de conflitos raciais, a precaução quanto à possibilidade de existir desemprego entre a mão-de-obra europeia não especializada, fantasma dos *poor whites* e o embaraço perante a cafrealização⁴⁰.

³⁷ MARTIN, Vima Lia. **Literatura e Marginalidade**. Um estudo sobre João Antônio e Luandino Vieira. São Paulo, Alameda, 2008, p. 25.

³⁸ CASTELO, Cláudia. Migração ultramarina: contradições e constrangimentos. **Ler História**: Lisboa, 56, 2009, p. 69-82, p. 72.

³⁹ António de Oliveira Salazar foi ministro das finanças de Portugal de 1928 a 1932. CASTELO, 2009, p. 72.

⁴⁰ CASTELO, Cláudia. **Passagens para África**. O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974). Lisboa: Afrontamento, 2007, p. 375. Segundo Boaventura Santos, cafrealização é “uma designação utilizada a partir do século XIX para caracterizar de maneira estigmatizante os portugueses que, sobretudo na África Oriental, se desvinculavam de sua cultura e seu estatuto civilizado para adotar os modos de viver dos ‘cafres’, os negros agora transformados em primitivos e selvagens”. SANTOS, Boaventura de Sousa. Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade. **Novos Estudos**, n. 66, p. 23-52, julho de 2003. Disponível em:

Luandino então passou boa parte da sua infância e adolescência no musseque do Braga, onde seu pai possuía uma pequena sapataria. Essa informação sobre o pai acaba evidenciando um elemento comum na constituição dos musseques: o grande número de portugueses com poucos recursos que eram pequenos comerciantes – sapateiros, carpinteiros, donos de bares e armarinhos. Isso fazia com que houvesse certa cumplicidade de classe entre essas pessoas, entenda-se europeus, que viviam naquele mesmo ambiente e que estavam sujeitas ao mesmo tipo de vida. Essa cumplicidade marcava as diferenças entre os angolanos e portugueses. E dentre essas o racismo. Luandino afirmava que era estranho ouvir seu pai falar

com todos os preconceitos raciais que a sociedade, que a sua educação, a sua inserção numa sociedade colonial lhe dava, enquanto que simultaneamente, convivia com esses sobre os quais aplicava os preconceitos de discriminação. Mais: não só convivia, dependia.⁴¹

Na prisão, ao escrever sobre a visita da mãe em 1963, lembrou como o pai era um exemplar daquela sociedade colonialista e machista que engendra relações humanas tão nefastas, que manteria sua mãe “até o fim como capacho do pai”. Afirmou que não se recordava de uma palavra ou ato de sua mãe que revelasse “essa consciência colonial, nas suas relações com os empregados negros” em oposição ao seu pai em que “maus exemplos nunca faltaram”⁴². Mas compreendia que muitas injustiças foram cometidas perante o silêncio materno.

Sobre sua infância e adolescência nos musseques, Luandino Vieira diz que embora tenha nascido em Portugal, a vivência nos musseques garantiu-lhe uma cidadania angolana:

e o que conta para mim foi realmente, é, a vivência da infância. Foi uma vivência muito profunda, porque, nessa altura, nós vivemos totalmente. Depois porque foi feita em condições de convivência no[s] musseque[s] da cidade⁴³.

A convivência nos musseques possibilitou-lhe acompanhar as mudanças da cidade e da sociedade de Luanda, avaliar as consequências do sistema colonial e a problemática do racismo, que lhe valeu o afastamento de muitos colegas negros de infância que foram empurrados para a periferia da cidade.

<https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/81691/1/Entre%20Prospero%20e%20Caliban_colonialismo%20pos-colonialismo%20e%20inter-identidade.pdf> Acesso em 20 nov. 2020.

⁴¹ LABAN, [1980], p. 13.

⁴² VIEIRA, 2015, p. 140.

⁴³ LABAN, [1980], p. 21.

Isso porque a partir de 1945, Angola cresceu rapidamente do ponto de vista econômico, o que contribuiu para a aceleração da imigração a partir de Portugal. Era a época do “boom” do café que iria transformar uma parte do norte do país em plantações. As dificuldades de importação durante a Segunda Guerra Mundial tinham já levado ao aparecimento de novas indústrias (salsicharias, lacticínios, mobiliário, cerâmica, curtumes, tintas e muitas outras). Soma-se a isso, segundo Cláudia Castelo, falas favoráveis a um povoamento em larga escala no pós-segunda guerra, “fortemente financiado pelo Estado, directamente em programas de colonização dirigida e, indirectamente, através do apoio à colonização livre e ao desenvolvimento económico”⁴⁴. Esse discurso não era uníssono, com vozes que se opuseram a uma migração ultramarina massiva, recomendando uma colonização regulada.

Ainda assim assistiu-se à chegada maciça de novos colonos a Angola. De acordo com Fernando Pimenta Tavares, a população branca galgou de “44.033 efectivos em 1940 a 78.826 em 1950 e a 172.529 em 1960, isto é, de 1,2% a 3,6% do total da população da colónia⁴⁵.” A instalação de um número tão alto de novos colonos gerou perturbações com os colonos antigos e, de igual maneira, com os brancos naturais de Angola. O autor ainda alerta para as tensões de diversas ordens, a começar pelas económicas

ligadas a competição pelo posto de trabalho, em particular na função pública, e pelo controlo das melhores terras produtoras de café, sendo que os colonos recém-chegados eram favorecidos pela administração colonial em detrimento dos brancos naturais da colónia. Tensões de ordem política e ideológica, na medida em que muitos dos colonos recém-chegados vinham imbuídos da ideologia salazarista da política imperial, segundo a qual os recursos das colónias deviam ser explorados para benefício exclusivo dos interesses da metrópole. [...] Tensões enfim de carácter racial, pois os brancos nascidos nas colónias eram considerados socialmente inferiores aos brancos naturais das metrópoles. Por isso, os brancos propriamente angolanos – os naturais do país – eram tidos como “brancos de segunda” e etiquetados pela administração colonial de “euro-africanos”.⁴⁶

Quanto às cidades, seu crescimento tornou-se igualmente mais pronunciado. Para Messiant “o verdadeiro crescimento de Luanda começou em 1948, 1949: entre 1940 e 1960 a população de Luanda aumentou quatro vezes e a área da cidade dez.”⁴⁷ O “boom do café” atraiu um número significativo de migrantes de Portugal; uma parte

⁴⁴CASTELO, 2009, p. 76.

⁴⁵PIMENTA, 2008, p. 197.

⁴⁶PIMENTA, 2008, p. 198.

⁴⁷MESSIANT, Christine. Luanda (1945-1961): colonisés, société coloniale et engagement nationaliste. In. CAHEN, Michel (org.). **Vilas et cidades**. Bourgs et villes en Afrique lusophone. Paris: Editions L'Harmattan, 1989. p. 130.

importante do aumento da população da cidade era sobretudo resultado desse tipo de imigração. Em Luanda, até mesmo para os imigrantes metropolitanos sem qualificação profissional abriam-se maiores perspectivas que em Lisboa ou no Porto, onde seus títulos e referências eram insuficientes. Logo, essa população migrante metropolitana que chegou a Luanda veio essencialmente à procura de melhores condições de vida, em especial à procura de trabalho, por conta desse aumento da atividade econômica que se registrava em Angola neste período e do forte desenvolvimento industrial. Boa parte desses portugueses passa a disputar as funções públicas e preferem ficar na capital. Atenta-se que esta população branca atraída pelo crescimento econômico formou uma burguesia que pouco a pouco foi substituindo a pequena burguesia já existente, marcando uma política racista e racialista do governo colonial.⁴⁸

Contudo, simultaneamente, a industrialização e o “boom do café” provocaram uma migração interna para Luanda e proletarizou os musseques, uma vez que se constituíram uma reserva de mão de obra para atender à procura gerada pela expansão dessas atividades.

O trabalho contratado⁴⁹ foi utilizado para recrutar mão de obra do Planalto Central para o porto de Luanda e para as zonas do café. No norte de Angola, muitas pessoas migraram para a cidade de Luanda, entenda-se para os musseques, objetivando fugir do sistema de trabalho contratado. Os que vinham do interior angolano eram chamados pelos da capital por termos pejorativos como “gentes do mato” ou “matumbos”⁵⁰. Para termos uma ideia desse quadro, em 1959, o salário mínimo de um contratado (e para maioria deles teoricamente, pois estavam suscetíveis a uma série de cobranças e descontos) era de 200 escudos. Entre aqueles

⁴⁸ ROBSON, Paul; ROQUE, Sandra. **Aqui na cidade nada sobra para ajudar**. Lisboa: ADRA, 2001, p. 25; MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. **Continuidades e descontinuidades de um processo colonial através de uma leitura de Luanda**: uma interpretação do desenho urbano. São Paulo: Terceira Imagem, 2006, p. 221; AMARAL, 1968, p. 74.

⁴⁹ O sistema de “contrato” era um trabalho obrigatório que colocava sob dependência forçada (através da obrigatoriedade do pagamento de despesas de alimentação, alojamento, etc. aos empregadores, através da retenção dos salários até ao final do contrato, entre outras) inúmeros trabalhadores de regiões onde escasseavam outras oportunidades. Para saber mais ver BTTENCOURT, Marcelo. **Dos Jornais às Armas**. Trajectórias da Contestação Angolana. Lisboa: Vega, 1999.

⁵⁰ “Segundo Oscar Ribas (2009), matumbo significava sertão, longes terras, passou a designar em Angola pessoas consideradas “atrasadas”, “primitivas”, “ignorantes”. RIBAS, Oscar. Elucidário de termos angolanos In: RIBAS, Oscar. **Uanga (Feitiço)**. Mercado de Letras Editores, Lisboa, 2009, p.306”. Apud SANTOS, Washington Nascimento; FLORES, Marilda dos Santos Monteiro das. Luanda e suas segregações: uma análise a partir das salas de cinema (1940 – 1960). **Mulemba**. Rio de Janeiro: UFRJ, v.9. n. 17, jul/dez/2017, p. 81. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/mulemba/issue/view/826>>. Acesso em: 18.set.2020.

que trabalhavam fora desse regime de trabalho, cerca de 80% recebiam menos de 300 escudos por mês. Uma lavadeira, por exemplo, dificilmente recebia mais de 50 escudos mensais. Neste mesmo período, para efeito de comparação, um aluguel de uma casa, numa região ‘mussequizada’, variava de 100 a 500 escudos por mês. Numa cidade onde o custo de vida crescia rapidamente, a situação que era alarmante, tornava-se dramática. Percebemos as precariedades daquele que migrava do interior de Angola para Luanda, escapando de um trabalho compulsório que mal permitia a sua subsistência. Ao mesmo tempo, as dificuldades de se estabelecer numa cidade onde o custo de vida só se fazia encarecer.⁵¹

O avanço do urbanismo advindo desse processo migratório provocado pelo “boom do café”, fez com que todos esses companheiros da infância, com suas famílias, tivessem que se mudar cada vez para mais longe, enquanto a situação dos colonos, como de seu pai, estava mais remediada a ponto de esperar a “chegada da cidade.”⁵² É uma vivência marcada por desigualdades: a expulsão dos amigos negros que são impedidos economicamente de se manterem naquela região, a qual sofre o processo de expansão da cidade branca e o branco pobre que sofre ascensão, uma vez que não só consegue permanecer ali, como também empregava funcionários.

Imagem 1 – Mapa da cidade de Luanda (1)



Fonte: JACOB, 2011, p. 144.

⁵¹ ROBSON; ROQUE, 2001, p. 25; MESSIANT, 1989, p. 140.

⁵² LABAN, [1980], p. 15

No mapa, a área circulada na cor verde é a Cidade Baixa, como é conhecido o centro da cidade de Luanda. Em amarelo temos destacado a região que se localizava o musseque do Braga, onde o Luandino passou a infância, e que rapidamente sucumbiu ao processo de expansão urbana, e expulsão de moradores mais pobres, leia-se negros, provocado pela onda migratória de colonos portugueses no pós-segunda guerra mundial. Como já dissemos, o musseque deu lugar aos bairros do Alvalade e, do principal motivo dessa marcha, do Café.

No fim dos anos de 1940, Luandino fora admitido no Liceu Nacional Salvador Correia. Primeiro liceu a ser construído em Luanda, onde estudaram, por exemplo, os poetas António Jacinto e Agostinho Neto. Por esse período, ele conheceu o poeta António Jacinto, que já terminará os estudos secundários e morava com os familiares do também poeta António Cardoso, os quais foram arrolados no mesmo processo e sentenciados a 14 anos de prisão.

Naquele momento, Luandino Vieira tomou contato com o mundo literário. Totalmente influenciado por António Jacinto, António Cardoso criou e organizou manuscritos como, por exemplo, *Áscascas*, *A voz da Quinta* e o *Gaiato*. Foram nestes jornais, como colaborador, que o até então José Graça iniciou a sua atividade de escrita e a assinar Luandino como nome artístico e literário⁵³.

Diversas leituras propiciaram aprendizagem a Luandino Vieira. O escritor diz que o poeta António Jacinto colocava a sua biblioteca à disposição. Zola, Balzac, Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós eram muito lidos. “Nós lemos [...] depois Jorge Amado e toda a literatura brasileira dos anos 30, do nordeste: o Jorge Amado, Raquel de Queirós, Lins do Rego.”⁵⁴

A influência da cultura brasileira através da literatura foi reafirmada pelo autor:

Nós chegamos aos anos 40 [1940], e eu posso falar com conhecimento de causa, em que a presença cultural brasileira, pelo menos na zona cultural de Luanda, não é só a cidade, na zona cultural, era muito forte. Eu sou do tempo em que Luanda [...] lia-se O Cruzeiro e a Manchete, obrigatoriamente. Eu abria sempre e ia ler a crônica da Raquel de Queirós. E então essa presença cultural brasileira, inclusivamente, formou muitos angolanos. O grupo de intelectuais angolanos da zona cultural de Luanda que havia de dar origem ao movimento político clandestino aprendeu muita coisa em língua brasileira.⁵⁵

⁵³ RIBEIRO; VECCHI; SILVA, 2015, p.1013.

⁵⁴ LABAN, [1980], p. 15.

⁵⁵ MACÊDO, Tânia Celestino de. **Da Inconfidência à revolução**: trajetória do trabalho artístico de José Luandino Vieira. 1984. 235 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia e Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984, p. 14.

Segundo o poeta angolano Arlindo Barbeitos, “a literatura brasileira desempenhou um papel importante na recusa da cultura portuguesa, na medida que o Brasil sempre representou uma referência importante para os angolanos de certa camada social.”⁵⁶ As publicações brasileiras vinham normalmente do Brasil para Angola e muitos angolanos preferiam a literatura brasileira à literatura portuguesa, como era o caso de Arlindo Barbeitos, Mário Pinto de Andrade, Mário António, entre outros. No sentido de escapar da influência europeia na literatura de Angola, ao lerem a literatura brasileira sentiam-na mais próxima de si do que sentiam em relação à literatura portuguesa, uma vez que aquela colocava em xeque, quando não subvertiam às normas portuguesas como parâmetro da língua.

No que diz respeito a produção literária ultramarina, Manuel Ferreira identifica quatro periodizações para a história dessas literaturas:

- a) estado quase absoluto de alienação, tenha sido ela produzida por escritores brancos europeus presentes nos territórios colonizados, seja ela produzida por mestiços ou escritores nativos das então colônias; b) preocupação com a realidade, em que uma ainda ténue sensibilidade para o contexto começa a se manifestar; c) consciência de ser colonizado, resultante das primeiras gerações de mestiços que, embora se identifiquem, de certo modo, com os valores da metrópole, dão-se conta das diferenças existentes entre aquela e as realidades coloniais; d) independência nacional, sentimento que antecede, acompanha e ultrapassa os períodos de lutas independentistas.⁵⁷

A prática literária de Luandino principia-se sob o auspício dessa autonomia nacional e conseqüentemente literária que rompa com os ditames referenciais portugueses. Sobre o universo ficcional angolano podemos dizer que já apresentava características próprias quando

- os pólos da estrutura romanesca transitaram das figuras do administrador ou do colono europeu para a representação de pessoas africanas, normalmente como personagens principais (heróis) e não, na generalidade, personagens secundárias, como era tendência.⁵⁸

⁵⁶ LABAN, Michel. **Angola**. Encontro com escritores. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1988. 2v. p. 604

⁵⁷ FERREIRA, Manuel. **Literaturas africanas de expressão portuguesa**. São Paulo: Ática, 1987; FONSECA, Maria Nazareth Soares; MOREIRA, Terezinha Taborda. **Panorama das literaturas africanas de língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora PUCMINAS, 2007. Disponível em: <http://www4.pucminas.br/imagdb/mestrado_doutorado/publicacoes/PUA_ARQ_ARQUI20121019162329.pdf>. Acesso em: 28.jul.2020.

⁵⁸ FERREIRA, Manuel. Prefácio. In: VIEIRA, José Luandino. **A cidade e a Infância**. Luanda: União dos escritores Angolanos, 1985, p. 28.

Tratou-se de uma literatura com vincadas características da clandestinidade através de um “simbolismo procurado, ou duma linguagem directa ao leitor imediato, mensagem e apelo, palavra de ordem e consciencialização.”⁵⁹

Como remonta Ana Paula Tavares, a fala de uma geração “mais consciente de si própria e da diferença que tem que assumir para o futuro”. É uma atividade literária e cultural forjada com inevitáveis implicações ideológicas: “trata-se dos primeiros sinais de reconhecimento de uma identidade que se queria nacional e libertadora.”⁶⁰ Ou conforme assinala a respeito Ervedosa,

enquanto estudam o mundo que os rodeia, o mundo angolano de que eles [os escritores] faziam parte mas que tão mal lhes haviam ensinado, começa a germinar uma literatura que seria a expressão da sua maneira de sentir, o veículo das suas aspirações, uma literatura de combate pelo seu povo.⁶¹

Em Angola, a partir de meados da década de 1940 e início dos anos 1950, diversos movimentos urbanos – mais ou menos dispersos, que concatenavam nacionalistas angolanos brancos, negros e mestiços e portugueses progressistas ligados a associações culturais e desportivas⁶² – começavam, por meio de várias formas, a reclamar a independência política.

⁵⁹ANDRADE, Fernando da Costa. Literatura Angolana: uma visão sócio-histórica. In: _____.

Literatura Angolana: opiniões. Lisboa: Edições Setenta, 1980, p. 45.

⁶⁰TAVARES, Ana Paula. Cinquenta anos de literatura angolana. **Via Atlântica**. São Paulo, n. 3, dez. 1999, p. 129.

⁶¹ERVEDOSA, Carlos. **Roteiro da Literatura Angolana**. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 1985, p. 102.

⁶² A prática do futebol, que já era difundida em Luanda, ampliou na década de 1950. Muito provavelmente associado à imigração europeia daquele período, sendo o futebol um esporte bastante popular em Portugal, consequentemente, entre os seus colonos. Nos musseques, a disseminação desse lazer fez com que seus moradores organizassem equipes e competissem entre si. Clubes foram fundados e, além do desporto, alguns tinham seções culturais, como o clube Botafogo, o qual Luandino fez parte. Ele também fez parte do Clube Atlético de Luanda, formado por moradores dos musseques. Como espaços de sociabilidade, esses clubes também poderiam atender à divulgação de ideais políticos com fins emancipatórios. Tanto que, segundo Marcelo Bittencourt, a partir de meados da década de 1960, com a ascensão da guerrilha do MPLA, as autoridades coloniais portuguesas, preocupadas com a possibilidade de adesão da população à luta de libertação, propõem “estratégias de ação psicossocial para os musseques de Luanda”, onde “sua atuação nesses espaços visava a construção de uma rede de contrainformação às orientações dos movimentos de libertação, bem como a divulgação das ações de melhoria nas condições de vida da população negra. E o futebol foi um dos caminhos escolhidos para fazer passar tais orientações e induzir a imagem de certa normalidade na vida colonial quer pela via da valorização dos jogadores negros na metrópole, em especial os que atuavam na seleção portuguesa, quer pela exaltação da expansão dessa prática desportiva pelos musseques”. Ver: BITTENCOURT, Marcelo. O futebol nos musseques e nas empresas de Luanda (1950-1960). **Análise Social**, 2017, 225, Vol. LII (4.º), p. 886. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/n225a08.pdf>> Acesso em: 20.nov.2020.

Os cineclubes também foram espaços com forte engajamento social e político na promoção de uma consciência identitária angolana que se queria exprimir. Maria do Carmo Piçarra fala de um movimento cineclubista – Luandino Vieira estava na fundação do Cineclube de Lunda – em que “se organizavam a partir de grupos de amigos que se reuniam para discutir, assistir, criticar e produzir cinema”. Para Nascimento e Flores, dos cineclubes “observavam-se o comportamento da cidade

Denominada de “Geração de 50”, esse grupo de intelectuais angolanos, entre estes Viriato da Cruz e Agostinho Neto, pertenciam ao movimento literário-cultural *Vamos descobrir Angola*, fundado em 1948, por um coletivo de jovens literatos brancos, mestiços e negros denominado Movimento dos Novos Intelectuais de Angola (MNIA). Eram ligados também à Sociedade Cultural de Angola, uma das principais organizações socioculturais ali existente, e seu jornal *Cultura*, fundado em 1945, e, posteriormente, vinculados a alguns jornais como o *ABC* e a revista *Mensagem – A voz dos Naturais de Angola*, ligada à ANAGOLA.

O movimento cultural *Vamos descobrir Angola* - partindo da premissa da qual era necessário se conhecer - tinha o objetivo incitar os jovens a redescobrir/descobrir Angola em todos os seus aspectos “através de um trabalho colectivo e organizado; exortava a produzir-se para o povo; solicitava o estudo das modernas correntes culturais estrangeiras, mas com o fim de repensar e nacionalizar as suas criações positivas válidas; [...]”.⁶³ Ou seja, tratava-se de uma iniciativa de recuperação cultural que fosse propriamente angolana, mesmo que para isso utilizassem um formato europeu por excelência: o do romance e o da poesia. Procuravam restaurar a impugna dos escritores do século XIX, mas estabelecendo uma proposição diferente: uma expressão cultural cujo fulcro fosse “centrado na própria maneira de ser de Angola, afastando-se, enfim do padrão eurocêntrico”. A conjuntura reivindicava novas estratégias, confluindo para a literatura “formas discursivas da antropologia, da sociologia, da política, do jornalismo, etc. Espaço de convergência, a literatura (re)descobre o país para (re)imaginá-lo”.⁶⁴ Nomes como António Jacinto, Agostinho Neto, Mário António de Oliveira, Viriato da Cruz, entre outros fizeram parte desse movimento, que apesar de se tratar de um grupo proveniente de um estrato privilegiado da sociedade urbana angolana, o seu olhar voltara-se para a população

através das idas e vindas em torno da exibição de uma película”. A obra fílmica e os debates posteriores após a exibição fomentavam o interesse pela organização dos cineclubes. Ver: PIÇARRA, Maria do Carmo. Angola: (Re-)Imaginar o Nascimento de uma Nação no Cinema Militante. **Journal of Lusophone Studies**, n. 3, 2018, p. 172. Disponível em:

<<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/55214>> Acesso em: 18.set.2020; NASCIMENTO, Washington Santos; FLORES, Marilda dos Santos Monteiro das. Luanda e suas segregações: uma análise a partir das salas de cinema (1940 – 1960). **Mulemba**. Rio de Janeiro: UFRJ, v.9. n. 17, jul/dez/2017, p. 83. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/mulemba/issue/view/826>>. Acesso em: 18.set.2020.

⁶³ ERVEDOSA, 1985, p. 102.

⁶⁴ ABDALA JÚNIOR, Benjamin. Panorama Histórico da literatura angolana. In: CHAVES, Rita & MACÉDO, Tania (Org.) **Marcas da diferença**: as literaturas africanas de língua portuguesa. São Paulo: Alameda, 2006, p. 211-216. p. 213.

dos musseques, nos quais ambientaram suas histórias. O movimento desenvolveu um fenômeno literário influenciado por escritores brasileiros como: Manuel Bandeira, Lins do Rego e Jorge Amado. O exemplo destes escritores ajudou a caracterizar a nova poesia e ficção angolanas.

Apresentou-se, então, um cenário que anunciou as condições para o surgimento de um movimento literário que surgiu em 1950, chamado Movimento dos Novos Intelectuais de Angola (MNIA). Esse movimento tinha, como centro aglutinador, o departamento cultural da Associação dos Naturais de Angola (ANANGOLA), através do qual iniciaram, em 1951, a publicação da revista *Mensagem – A voz dos Naturais de Angola*, que pretendiam que fosse o veículo da sua mensagem literária e ideológica. Foi um movimento essencialmente de poetas, como António Jacinto, Mário António e Agostinho Neto “virados para o seu povo.”⁶⁵

Pela revista *Mensagem*, acentuou-se o objetivo de centrar-se na redescoberta da realidade e da sua apropriação pelos naturais⁶⁶, conjunto de iniciativas que, mesmo a despeito do seu carácter efêmero, teve consequências importantes no processo de dinamização e de reorientação estética da Literatura Angolana. O grupo que compunha *Mensagem* pretendia constituir-se como o veículo de uma atitude de afirmação que acabaria por fomentar o compromisso de luta pela independência.

O MNIA acabou por ser alvo da repressão colonial. A *Mensagem* terminou a sua publicação ao fim do segundo número e o Movimento desmembrou-se. A maior parte desses escritores acabaria por ser reunir, mais tarde, não à volta de um movimento cultural, mas já sob a bandeira de um movimento político, o MPLA.

As leituras efetuadas no período da adolescência, entre os onze e dezesseis anos, influenciaram decisivamente a prosa escrita naquilo que os estudiosos da obra do autor julgam ser a sua estreia literária, o conto *O cartaz*, publicado no órgão liceal *O Estudante*, em 1952, aos dezesseis anos de idade.

A escrita narrativa em forma de conto de Luandino Vieira, então surgida na década de 1950, destacou-o pela diferença de gênero literário – a cena literária era dominada pela prática da poesia – e pela relação estabelecida entre as histórias narradas e os seus referentes de realidade fortemente contextualizada. Segundo

⁶⁵ ERVEDOSA, 1985, p.106.

⁶⁶ “Rapazes negros, brancos e mestiços, que eram filhos do país e se tornavam homens, que queriam estudar a terra que lhes fora berço, a terra que eles tanto amavam e tão mal conheciam.” (ANDRADE, 1985, p. 101).

Martin, a escolha pelo conto como forma de contar as suas ‘estórias’⁶⁷ tem a ver com a sua urgência em denunciar as desigualdades vividas por uma população marginalizada pelo colonialismo. Ou seja, um texto conciso e breve que busca, na “economia” das palavras, denunciar a condição de rapidez a que se encontra submetido. Sua dimensão de complexidade se dá na profundidade do que foi dito, provocando uma unidade de efeito, gerando tensões condicionadoras de várias situações, narradas em um certo espaço de tempo⁶⁸.

Em 1957, a Sociedade Cultural de Angola – que se tornara cada vez mais um espaço de discussão de problemáticas literárias, filosóficas, culturais e políticas – reiniciou a publicação do seu jornal de artes e letras, *Cultura*⁶⁹ (II), — que havia sido fundado em 1945 — revelando de fato Luandino Vieira. Ervedosa disse que no primeiro número, *Cultura II* afirmava em seu editorial:

Não é apenas de hoje a necessidade de um jornal cultural em Angola. Noutras épocas, outros homens realizaram a mesma tarefa. Porém, há vários anos, em virtude de circunstâncias que não interessa agora referir, não existe em Angola qualquer órgão cultural, especificamente cultural. No entanto, os problemas continuaram a sua marcha inexorável e os homens continuavam presentes portadores, já agora, de novas necessidades, novos anseios, novas coragens. Também maiores em número, conseqüentemente em qualidade. Mais conscientes, mais aptos e mais responsáveis. Características de certos problemas cujo processo vem de lá de trás⁷⁰.

É interessante notarmos a preocupação do editorial em afirmar que *Cultura II* seria um jornal “especificamente cultural”, todavia a literatura que compôs o jornal é oriunda de uma tomada de consciência de seus produtores, a qual não estava dissociada da certeza de que o sistema colonial deveria ter fim. Tanto que não causa surpresa que muitos desses escritores que foram revelados nas páginas de *Cultura* –

⁶⁷ A utilização de estória, em vez de conto ou história, dá-se, de acordo com o autor, por vários fatores. O termo é o melhor equivalente em português para musoso (plural, misoso), uma palavra kimbundu que significa fábula ou narrativa moral. Luandino achou essa equivalência entre estória e musoso documentada em *Os Mbales de Moçamedes* de Carlos Lopes Cardoso. Luandino também recorreu a Fernão Lopes, cronista português do século XV, que empregava estória como significado de narrativa. Finalmente, João Guimarães Rosa, o ficcionista contemporâneo brasileiro, usava estória no sentido de pequena epopeia popular. Vima Lia Martin ainda diz que estória guarda uma relação profunda com o universo da oralidade, já que o termo designa narrativas de cunho tradicional e popular que era passadas oralmente (BAMISILE, Sunday Adetunji. **O engajamento sócio-político das literaturas (s) africana (s) através de José Luandino Vieira e Chinua Achebe em Luanda e Anthills of the Savannah**. 2006. 439 f. Tese (Doutorado em Literatura Comparada). Departamento de Literatura Comparada da Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. Lisboa, 2006, p. 35; MARTIN, 2008, p. 60.

⁶⁸ MARTIN, 2008, p. 62.

⁶⁹ Com a retomada da publicação do Jornal *Cultura* em 1957, ele ficou conhecido por *Cultura II*. Diferenciando-se do jornal inicialmente publicado em 1945.

⁷⁰ ERVEDOSA, 1985, p. 127-8.

poetas como Arnaldo Santos, Costa Andrade, Manuel Lima e contistas como Mário Guerra, Hélder Neto e o próprio Luandino Vieira, os quais lançaram as bases para uma sistematização da literatura angolana – compusessem as fileiras do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)⁷¹ ou de outros movimentos políticos que buscassem a autonomia angolana.⁷² Isso porque

a emergência de uma literatura de colonizados, a tomada de consciência de escritores não é um fenômeno isolado. Participa da tomada de consciência de si mesmo, de todo um grupo humano. O fruto não é um acidente ou milagre da planta, mas o sinal de sua maturidade. Quando muito o surgimento do artista colonizado precede um pouco a tomada de consciência coletiva da qual participa, que acelera com a sua participação.⁷³

Assim, Luandino Vieira, Agostinho Neto ou Costa Andrade tiveram seus nomes ligados tanto às melhores produções literárias angolanas, como a um combate direto pela independência de seu país.

A literatura angolana desse período foi caracterizada por um coletivismo de participação, isto é, surgiam jornais, revistas, várias folhas de luta político-literária, dirigidos e redigidos por grupo de escritores, principalmente poetas, e jornalistas angolanos, coletivizados pelos “princípios da comum defesa de uma cultura mutilada cinco séculos, ainda e mais ameaçada, mas sempre viva.”⁷⁴ Nesses movimentos ilustrados, principalmente por meio da revista *Mensagem*, que Luandino Vieira, embora pertencendo à geração de *Cultura II*, aprendeu as regras estratégicas da sua produção, localizou a generalidade das histórias nas vivências de Luanda e acabou por contribuir para uma crescente motivação política do panorama literário em textos de outros intelectuais contemporâneos e posteriores. Aprofundou-se assim a linha de “ruptura com o universo estético-cultural da metrópole”, já anteriormente preconizada e defendida por Agostinho Neto. Por isso, Luandino Vieira assumia de maneira orgânica o protagonismo da herança deixada pela geração precedente de intelectuais africanos:

As responsabilidades do intelectual não se limitam a uma obra escrita, pintada, esculpida, cinematografada; há algo que ultrapassa estes

⁷¹ O MPLA foi criado em janeiro de 1960, em Luanda, após a unificação do PLUA (Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola) com outros grupos nacionalistas. Para um maior aprofundamento sobre o MPLA ver BITTENCOURT, Marcelo. **As linhas que formam o EME: um estudo sobre a criação do Movimento Popular de Libertação de Angola**. 1996. 286 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia e Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo São Paulo, 1996.

⁷² ERVEDOSA, 1985, p. 128; MACEDO, 1984, p. 04.

⁷³ MEMMI, Albert. **O Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 99.

⁷⁴ ANDRADE, 1985, p. 47.

elementos, e que vem a ser o exercício da liberdade, conseqüentemente aquilo a que podemos chamar a moral da acção⁷⁵.

Luandino Vieira inseriu-se no amplo projeto, partilhado por outros, de construção da identidade angolana que se integrava e se fundamentava historicamente no processo literário que vinha se afirmando como um fator relevante no esforço de ordenamento de uma expressão nacional, assumindo particular relevo, neste contexto, “as condições de produção e circulação (e apropriação) dos textos, pois são históricas e inscrevem-se na realidade textual.”⁷⁶

Enquanto autor, Luandino demonstra, pela *práxis* literária, a influência sofrida a partir dos princípios subjacentes à *Mensagem*, nomeadamente quanto à “necessidade de dar respostas nacionais às questões e problemas coloniais.” A prática literária aderiu a um projeto destinado a “traduzir correctamente, em determinado modo de ver ideológico e político as ansiedades, as inquietudes, os problemas graves com que sua terra de debatia.”⁷⁷ Enriquecendo a produção literária da sua época, quer no plano das formas, quer no dos conteúdos, o autor cooperava com a sua inovação criativa, por via do conto, na diversificação da cena literária e materializando-se como fonte para um exercício de uma historiografia nacional.

Em *Cultura II*, Luandino Vieira apresentou uma estruturação de uma linguagem nova com base no social em Luanda, “prelúdio de língua nova, híbrido das culturas em choque, a questão começa assumir-se em termos angolanos.”⁷⁸ Acabou por tornar-se a expressão mais acabada e fulgurante do movimento cultural e político desse jornal.

O colonizador negava aos angolanos a existência de uma literatura própria. Diziam: “Sem escrita, não há literatura.” Contudo, desconheciam a importância da oralidade nas culturas africanas. Uma oralidade que estará presente na literatura de Luandino Vieira. Entretanto, o uso do português por parte dos escritores angolanos não deve ser entendido como alienação ou despersonalização. Mas, um instrumento

⁷⁵ FRANCO, Paulo. I Encontro de Escritores de Angola. *apud*: FERREIRA, Carla Maria Lopes. **A conquista da cidade na narrativa de Luandino Vieira** (A cidade e a infância e Vidas Novas). 2004. 472 f. Tese (Doutorado em Literatura). Departamento de Literaturas Românicas da Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2004, p. 35.

⁷⁶ BUESCU, Helena Carvalhão. **Em busca do autor perdido**. Lisboa: Edições Cosmos, 1998, p. 32-33.

⁷⁷ TRIGO, Salvato. **Luandino Vieira**, o logoteta. Porto: Brasília Editora, 1981, p. 150-151.

⁷⁸ LARANJEIRA, Pires. Luandino Vieira - apresentação da vida verdadeira. **Revista de Cultura Vozes**, Petrópolis, v. 73, n. 2, mar.1979, p. 5-19, p. 6.

do adversário contra ele. “São combatentes lutando com as armas imediatamente possíveis.”⁷⁹

Ainda em 1957, Luandino Vieira publicaria *A Cidade e a infância* em sistema de cooperativa com outros escritores ligados à Sociedade Cultural de Angola. Mas o projeto não avança devido a apreensão pela polícia.

Sobre a apreensão desse livro, Luandino Vieira afirmou que o próprio dono da tipografia onde havia encomendado as impressões entregou exemplares para a Polícia de Segurança Pública (PSP)⁸⁰, que acompanhada da Administração do Conselho de Luanda levaram não só alguns livros prontos, mas composição e provas. Ainda em relação a esse episódio o autor disse que:

[...] Ele [o dono da tipografia] os denunciara, os entregara. Soube disso porque em 1959, estando preso na cadeia da Pide em S. Paulo, encontrei aí um tipógrafo que compusera o livro e que, rindo, me falou dos inúmeros exemplares que tinha tirado e distribuído em papel de provas com gralhas e tudo e que em 1959 ainda circulavam no musseque, [...].⁸¹

Observa-se que o livro ainda circulava nos musseques dois anos depois de ter sido “clandestinamente lançado”. Logicamente, entre uma parcela pequena da população nos musseques, mas importante na formação de opinião: os alfabetizados. De acordo *Anuário Estatístico do Ultramar*, em 1958 Angola tinha 96,97% de analfabetos, percentagem escandalosa mesmo na África colonizada.⁸²

Já circulavam em Luanda, após o avanço das atividades da polícia política para o Ultramar em 1954, os indivíduos conhecidos como “pides”. Estabelecia-se um “tempo de terror” em que havia uma constante transgressão das leis. A mais comum era a violação de correspondência e a de remessa de livros. Havia um forte aparato com a pretensão de destruir toda a atividade que procurasse escapar a vigilância policial.

Luandino relata-nos que começaram a circular carros que não eram ‘da área’, pessoas incomuns eram vistas em locais onde muitos escritores angolanos frequentavam.

Caras que Luanda ainda não conhecia, com ar e movimento que também não conhecíamos. Sabíamos vagamente que na PSP funcionava um

⁷⁹ ANDRADE, 1980, p. 50-51.

⁸⁰A PSP era principal força de segurança uniformizada durante a Administração Portuguesa.

⁸¹ FERREIRA, 1985, p. 24.

⁸² AMARAL, Ilídio. **Luanda**: estudo de geografia urbana. Lisboa: Memórias de Junta de Investigação do Ultramar, n.º 53, 1968, p. 68.

departamento de polícia política fascista, [...] e que quadros dessa PSP teria passado para a tal polícia nova.⁸³

A forte presença deste aparato policial tem a ver com a crescente exteriorização em Angola, na década de 1950 – período, como vimos, por onde se desdobra o início da produção literária de Luandino –, de um sentimento generalizado de inquietação social, acompanhado de certa frustração política face aos caminhos promissores que tomavam os processos de descolonização dos espaços africanos (nas áreas de influência francesa, inglesa e belga), em contraste com a política de irredutibilidade ao diálogo praticada por Portugal.⁸⁴

Neste período, como já explicitamos, Luandino Vieira foi preso por conta das suas atividades políticas e culturais. Entre março e dezembro de 1959, por ser membro da Sociedade Cultural de Angola, Luandino foi encarcerado. Libertado, foi até Portugal, regressando em 1960 a Angola. Nesse mesmo ano, na coleção Autores Ultramarinos, a Casa dos Estudantes do Império, em Lisboa, publica *A cidade e a Infância*, volume com dez contos. Contudo, apenas um conto pertencia àquele grupo do livro homônimo apreendido em 1957.⁸⁵

Em 1961, um pouco antes da sua segunda prisão, Luandino Vieira retornou a Portugal e escreveu *A vida verdadeira de Domingos Xavier*, que foi publicado somente em 1974. Nesse romance, houve uma procura de um falar dos habitantes dos musseques de Luanda, que não existia de maneira tão acentuada nos contos produzidos antes.

Nos primeiros anos da década de 1960, registrou-se um intenso movimento literário em Luanda, até então nunca presenciado. Contudo, foi também um período caracterizado por uma intensa agitação política fomentada pelo MPLA.

Com o início da ofensiva guerrilheira em Angola em 1961, as prisões ficaram abarrotadas e o tribunal militar de Angola funcionou pela primeira vez para julgar crimes políticos. Escritores angolanos, juntamente com o povo anônimo, começaram a ser encarcerados.

Dessa tomada crescente de consciência nacionalista nas décadas de 1950 e 1960, o imaginário social veiculado pelos textos literários produzidos pelos escritores

⁸³ FERREIRA, 1985, p. 24.

⁸⁴ FERREIRA, Carla Maria Lopes. **A conquista da cidade na narrativa de Luandino Vieira** (A cidade e a infância e Vidas Novas). 2004. 472 f. Tese (Doutorado em Literatura). Departamento de Literaturas Românicas da Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2004, p. 15-16.

⁸⁵ MACEDO, 1984, p. 16.

engajados buscou atualizar os valores autóctones e afirmar, sobretudo, a possibilidade de conscientização, no nosso caso, de angolanos e angolanas como sujeitos históricos. Os escritos de Luandino Vieira elaboraram, assim, a partir de elementos de tradição popular, da memória e da sua vivência pessoal, um discurso essencialmente comprometido com a transformação, forjado a partir de uma representação idealizada da coletividade que mobilizava e imprimia sentido a seu devir histórico.⁸⁶

Luandino Vieira afirmou em entrevista ao Michel Laban que a luta contra o colonialismo, as denúncias e a ação política possuíam um campo de exercício por meio da ação cultural.

Foi sempre um dos dados da nossa realidade aqui: a luta política tinha que se fazer sob o aspecto cultural, porque era aquele que ainda permitia, não é o menos risco, mas é o máximo aproveitamento das possibilidades e, portanto, em comparação com o risco, era o mais rentável, vamos dizer assim.⁸⁷

Observamos na fala de Luandino Vieira, como sua atuação política pelo viés da cultura concernia, e dela era partidária, com a discussão proposta por Amílcar Cabral sobre a importância da cultura, ou melhor, “das relações de dependência e de reciprocidade entre a luta de libertação nacional e a cultura.”⁸⁸ Esse intelectual, afirmava que o estrangeiro para dominar um povo precisava destruir ou, pelo menos, neutralizar e paralisar a vida cultural. Pois, enquanto existisse uma vida cultural, o domínio estrangeiro não estabeleceria a sua perpetuação.

Neste sentido, a resistência cultural objetivava o desenvolvimento de uma cultura nacional forjada na história e nas conquistas da própria luta. Podemos afirmar que a resistência cultural era a forma de alinhar as multiplicidades dos quadros culturais, objetivando uma cultura nacional.

Cabral esclarecia que uma apreciação correta do papel da cultura no movimento de libertação exige que se faça uma nítida distinção entre cultura e manifestações culturais. Sendo a primeira

a síntese dinâmica, ao nível da consciência do indivíduo ou da coletividade, da realidade histórica, material e espiritual, dum sociedade ou dum grupo humano, das relações existentes entre homem e a natureza, como entre os homens e as categorias sociais. As manifestações culturais são diferentes

⁸⁶ MARTIN, 2008, p. 59-60

⁸⁷ LABAN, [1980], p. 45.

⁸⁸ CABRAL, Amílcar. A cultura nacional. In: ANDRADE, Mário de. (Coord.). **A arma da teoria: Unidade e Luta I**. Comitê Executivo da Luta do PAIGC, Seara Nova, 1978, p. 222.

formas pelas quais esta síntese se exprime, individual ou coletivamente, em cada etapa da evolução da sociedade ou do grupo humano em questão.⁸⁹

Nesse contexto de manifestação cultural, é crucial pensar a produção de Luandino Vieira como um veículo de resistência cultural ante o colonialismo, uma forma de expressão cultural, que se torna “um poderoso instrumento de informação e formação política, não apenas na luta pela independência como também na primordial batalha pelo progresso.”⁹⁰

1.3 Matizes da sociedade angolana

Antes da eclosão das revoltas, em 1961, encontravam-se clandestinamente ativos vários grupos políticos, muitas vezes disfarçados de clubes desportivos ou recreativos, como o Botafogo e o Espalha Brasa. Estes planejavam e realizavam ações políticas clandestinas que visavam difundir os ideais nacionalistas entre os angolanos.

Todos os movimentos cujo objetivo manifesto ou implícito consistia em pôr fim ao domínio português em Angola eram, é claro, oficialmente proibido e perseguidos pela polícia. Dispunham apenas de dois caminhos possíveis: permanecer no país e criar uma rede clandestina ou prosseguir a luta política a partir do estrangeiro. No primeiro caso, encontravam-se quase todos infiltrados pela PIDE. Por outro lado, os líderes que ficaram na Europa, na Guiné ou no Congo Belga perceberam que sua atividade era atenuada ou invalidada pela própria distância a que se encontravam de Angola. Os movimentos a que pertenciam caracterizavam-se pela fragilidade de organização, recursos, quantidade de membros de segurança.⁹¹

Esta fragilidade pode ser facilmente explicada. Independentemente da atração exercida pelos ideais nacionalistas sobre a massa do povo, antes de 1961 os movimentos não se encontravam devidamente preparados para uma luta política, muito menos para uma luta militar. Etnicamente, encontravam-se divididos com características especiais na África portuguesa⁹².

⁸⁹ CABRAL, 1978, p. 244.

⁹⁰ CABRAL, 1978, p. 247.

⁹¹ PÉLISSIER, René. A revolta armada de 1961. In: WHEELER, Douglas e _____. **História de Angola**. Lisboa: Tinta da China, 2016, p. 271.

⁹² PÉLISSIER, 2016, p. 232.

A distância existente entre assimilados e indígenas introduziu um novo fator decisório, pois os seus objetivos nem sempre eram os mesmos. Uma pequena minoria branca com inclinações ou afiliações marxista, progressistas ou pelo menos “liberais” encontrava-se ativa no seio de alguns grupos políticos, incluindo os dos assimilados.

Um setor muito mais vasto da comunidade branca era autonomista, no sentido de que os membros queriam desligar-se do controle de Lisboa, mas apenas em benefício de sua própria comunidade. Assim, havia um movimento branco antinacionalista e antinegro que procurava perpetuar o regime colonial no país, mas com autonomia relativamente ao exterior.⁹³

Dentro do nacionalismo angolano, antes de 1961, dentre aqueles mais inclinados por um viés mais marxista, na perspectiva que já falamos acima, esses eram os que Pélissier chama de modernistas⁹⁴. Isto, é nasceram nas cidades, onde existiam mais oportunidades de educação, o que permitiu destacar uma pequena elite angolana. As células continham uma elevada percentagem de assimilados e mestiços, que estavam em contato com portugueses liberais ou marxistas. E Luanda, era uma cidade que gerava as raízes desse nacionalismo clandestino. Além disso havia todas as formas imagináveis de tensão urbana, pois a concorrência entre brancos pobres e os poucos angolanos instruídos intensificava o mal-estar geral. Os musseques forneciam aos líderes a oportunidade de trabalharem com uma população destribalizada e alienada, muito receptiva as palavras de protestos⁹⁵.

Ao delinear os antecedentes, também se define os limites a que o moderno nacionalismo poderia aspirar. Este nacionalismo, que pretendia ser pan-angolano – ou seja, antitribalista – permanecia, na maior parte dos casos, um fenômeno elitista urbano, faltando-lhe apoio das grandes massas rurais, sem o qual qualquer revolta nacional em Angola estava condenada ao insucesso. Desde o início percebemos que os obstáculos eram imensos. O movimento inevitavelmente surgiu nas cidades, por entre a elite e os destribalizados, sob o olhar da polícia, que o podia atacar com força para impedir de construir uma organização no centro de concentração e maior poder dos brancos.

Como dissemos, em Luanda, associações culturais e desportivas, bem como em bairros periféricos, como o Bairro Operário, Makulusu e outros musseques

⁹³ PÉLISSIER, 2016, P. 233.

⁹⁴ PÉLISSIER, 2016, p. 235.

⁹⁵ PÉLISSIER, 2016, p. 235-237.

luandenses, acabaram por ser sustentáculos de diversos movimentos na cidade. Ainda que distanciados, cooptavam negros, mestiços e brancos angolanos nacionalistas, bem como portugueses progressistas, que “começavam, através de várias formas, a inscrever, nas suas ações, nos seus textos, nas suas conversas e na expressão dos seus desejos a diferença cultural que a prazo iria reclamar a independência política.”⁹⁶

Vimos que eram intelectuais ligados ao movimento *Vamos descobrir Angola*, à Sociedade Cultural de Angola e seu jornal *Cultura*, e, mais tarde alguns jornais, como o jornal *ABC*, o *Jornal de Angola*, ligado à ANANGOLA. Eram caminhos no sentido de criar condições para pavimentar uma cultura nacional angolana.

Nestes periódicos, os contos de Óscar Ribas e de Luandino Vieira, poemas de António Jacinto expressavam um mundo que ia para além do mundo colonial. Falavam da cidade mestiça, dos musseques e das suas gentes e desenhavam um mapa da cidade que denunciava desigualdade em que assentava a ordem colonial e lançavam no ar um movimento de esperança por uma nova ordem consentânea com a onda de libertação que se vivia no mundo pós-Segunda Guerra Mundial.

Esses jovens intelectuais encontravam nas revistas, jornais, boletins dessas associações os principais meios para difundir a “emergente literatura nacional angolana”, e com isso foram instrumentos imprescindíveis no decurso da construção de uma identidade cultural nomeadamente angolana. Nos debruçando mais especificamente sobre a ANANGOLA e a Sociedade Cultural de Angola, elas eram depositárias do *Vamos descobrir Angola* – cujo projeto político consistia na edificação de uma cultura angolana que suplantasse as cisões raciais, étnicas, políticas e sociais a fim de mobilizar sua população à formação de uma nação. E para tal, produziam uma literatura que combinava “elementos africanos tradicionais, nativistas e europeus, bem como influências do neorrealismo português e brasileiro e da negritude de Senghor, numa síntese cultural angolana.”⁹⁷ Desse compêndio começou a erigir uma ideia de angolanidade, a qual manifesta essa “emergente identidade nacional angolana e que recusava a ideia “imperial” duma “portugalidade” estendida a Angola.”⁹⁸

Fundamentais na pavimentação de uma “identidade cultural especificamente angolana”, é importante ressaltar que essas duas associações apresentavam

⁹⁶ RIBEIRO; VECCHI; SILVA, 2015, p. 15.

⁹⁷ PIMENTA, 2008, p. 202.

⁹⁸ PIMENTA, 2008, p. 202; 203.

composições diferentes entre seus associados. A ANANGOLA era composta majoritariamente por mestiços e negros, mormente nativos, assim como por alguns brancos naturais de Angola. Por outro lado, a Sociedade Cultural de Angola apresentava uma maioria “de colonos progressistas e de brancos nascidos na colônia, bem como alguns mestiços, filhos de colonos”⁹⁹. Na organização e nas atividades da Sociedade Cultural de Angola, podemos encontrar os intelectuais angolanos Adolfo Rodrigues Maria, António Cardoso, além do próprio Luandino Vieira – todos brancos.

Fruto das relações desenvolvidas nesses espaços de sociabilidade, Luandino Vieira remonta um perfil de intelectual e escritor angolano erigido nesse período. Carvalho Filho afirma que muitos intelectuais possuíam simpatia pelos militantes socialistas, comunistas ou mesmo progressistas, uma vez que o marxismo era uma doutrina que oferecia uma contundente crítica ao colonialismo, “fazendo com que muitos angolanos se perfilassem como marxistas, sem muito bem saber o que profundamente era isso, apenas levados pelo seu anticolonialismo”. Além disso, ressalta que muitos desses intelectuais eram mais membros de uma pequena-burguesia burocrática e intelectual do que comercial, o que facilitava a “se afeiçoarem a doutrinas que fortalecessem o papel intervencionista do Estado na economia de cunho socializante que a um capitalismo dependente. Aqueles que absorveram a doutrina marxista realizaram-no sob o viés stalinista.”¹⁰⁰

Luandino Vieira cresceu em Luanda, cidade que se tornara origem econômico-cultural da maior parte dos escritores. Comparadas a outras províncias de Angola, sua população possuía um maior índice de escolaridade, contribuindo para esse granel de literatos e oferecendo ao país exemplares de liderança. Ainda que não fosse filho dessa pequena burguesia urbana, seus pais eram colonos pobres, ele estudou no Liceu Salvador Correia de Sá (o colégio da elite colonial). Além disso, estudou francês e inglês. Durante os dois anos de serviço militar obrigatório, deu aulas de alfabetização a “soldados I”, que eram os soldados indígenas, auxiliares do exército¹⁰¹.

Carvalho Filho destaca que muitos intelectuais, por suas posições à esquerda, tiveram de, ainda na juventude, romper com os pais; outros, “filhos de colonos brancos, iniciaram sua conscientização nacionalista a partir das animosidades

⁹⁹ PIMENTA, 2008, p. 203.

¹⁰⁰ CARVALHO FILHO, Sílvio de Almeida. **Angola: história, nação e literatura (1945-1985)**. Curitiba: Editora Prismas, 2016, p. 33.

¹⁰¹ RIBEIRO; VECCHI; SILVA, 2015, p. 1018.

advindas das contradições entre os interesses dos colonos estabelecidos e dos metropolitanos”¹⁰². Como vimos, a relação de Luandino com seu pai era um exemplo dessa hostilidade, por condenar o comportamento racista paterno em suas relações com os empregados da sapataria, por exemplo.

De acordo com Fernando Pimenta, ainda sob a influência das ideias marxistas, alguns intelectuais viam na emancipação nacional uma prospecção da luta de classes entre um “proletariado essencialmente negro e uma burguesia substancialmente branca.” Nesse caixilho ideológico tão esquemático, quanto definido, não se tinha margem para “especificidades locais”, tão pouco “nuances”. Compreendia-se a atribuição do intelectual como um viabilizador da “consciência política do proletariado” e potencializador da “luta nacionalista da população colonizada negra”. Salienta-se que essa visão era concebida, inclusive, pelos intelectuais brancos, principalmente de Luanda, os quais contemplavam Angola como uma nação “fundamentalmente africana, no sentido de negra, em que o elemento branco era periférico.”¹⁰³ Esse nacionalismo africano, no que diz respeito a sua base social e política, mobilizava sobretudo intelectuais e profissionais liberais de esquerda, com forte presença de componentes marxistas.

A compreensão do nacional era diferente, por exemplo, entre os intelectuais brancos da cidade Benguela¹⁰⁴, que pleiteavam a formação de um Estado de matriz euro-africana. Ou seja, uma interseção das esferas europeias e africanas, híbrida. Pimenta diz que eles propunham uma independência “para todos os angolanos, ainda que conduzida pelos brancos que se julgavam no direito de assumir um papel de relevo na governação do novo país independente.”¹⁰⁵ No nacionalismo euro-africano, a base era mais ampla e diversificada, reunindo quadros intelectuais e políticos conservadores, liberais e progressistas, com forte apoio nos meios empresariais.

A pequena burguesia urbana era culturalmente híbrida, multirracial e não homogênea. Sua formação mais complexa, e importante vetor na construção de uma identidade nacional angolana, ajuda-nos a entender aquelas “especificidades locais” e “nuances” não dadas a ver pelo enquadramento ideológico de viés marxista.

¹⁰² CARVALHO FILHO, 2016, p. 29

¹⁰³ PIMENTA, 2008, p. 211.

¹⁰⁴ Cidade litorânea, localizada a sul de Angola.

¹⁰⁵ PIMENTA, 2008, p. 211; 214.

Precisamos colocar em perspectiva que em Angola, assim como em outras colônias africanas, destacou-se neste processo de expansão colonial a presença de segmentos nativos, chamados de crioulos, angolenses, euro-africanos, filhos do país ou “filhos da terra”¹⁰⁶. A ascensão deste grupo em Angola ocorreu devido à proximidade com os portugueses nas esferas política, econômica e, principalmente, cultural. O que de fato identificava os “filhos da terra” como um grupo destacado na sociedade colonial era sua identificação com a cultura europeia e com as instituições coloniais, o que lhes garantiu a ocupação de importantes cargos de prestígio na administração colonial, no exército, em funções religiosas e no judiciário, legitimando seu poder e influência na colônia.¹⁰⁷

Dada a sua posição intermediária ocupada na sociedade colonial e sua herança cultural mestiça, tanto europeia quanto africana, os “filhos da terra” portanto tinham sua identificação como grupo social. No entanto, havia algumas fissuras entre seus membros, principalmente em relação aos aspectos sociais, religiosos e de classe. A oposição entre católicos e protestantes, brancos e não brancos, o acesso à educação e aos principais cargos públicos, as rivalidades entre proprietários e não-proprietários, as origens (do interior ou da cidade) e inclusive as rixas entre famílias dos “filhos da terra” permitem ver que este grupo social não era exatamente homogêneo, havendo inclusive diferenças culturais no interior do grupo.¹⁰⁸ O papel dos mestiços era com frequência ambíguo, pois os seus sentimentos puxavam-nos ora para uma civilização ora para outra, e até suas ambições, geralmente frustradas, podiam arrastá-los em direções divergentes. E a cada onda migratória de portugueses à colônia representava um novo risco à sua posição naquela estrutura da sociedade colonial.

Outro ponto a enredar a sociedade colonial foram os portugueses recorrerem a uma legislação¹⁰⁹ para classificar seus habitantes entre indígenas e civilizados: duas

¹⁰⁶ A denominação desta elite africana variou conforme o tempo e a abordagem de cada autor, sendo os termos mais conhecidos “filhos da terra”, filhos de Angola, crioulos e angolenses. Ver MARZANO, Andrea Barbosa. “Filhos da terra”: identidade e conflitos sociais em Luanda. In: RIBEIRO, Alexandre Vieira. GEBARA, Alexander de Almeida Lemos. **Estudos africanos** – múltiplas abordagens. Niterói: Editora da UFF, 2013.

¹⁰⁷ DIAS, Jill. Uma questão de identidade: respostas intelectuais às transformações econômicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930. **Revista Internacional de Estudos Africanos**. Lisboa, n.º 1, jan/jul, 1984. p.67.

¹⁰⁸ BITTENCOURT, 1996, p.51

¹⁰⁹ Em 1926, criou-se o Estatuto político, social e criminal dos indígenas de Angola e Moçambique, que, em 1927, foi estendido à Guiné. Ver: NETO, Maria da Conceição. Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX. **Lusotopie: Lusotropicalisme. Idéologie coloniales et identités nationale dans les mondes lusophones** Paris: Karthala, n.º 4, 1997, p. 327-357, p. 345.

categorias juridicamente definidas. Essas leis foram implantadas através da promulgação do Estatuto do Indigenato em 1926, e reforçadas ao longo dos anos, até 1961. A partir de então, os “filhos da terra”, para manter uma condição diferenciada dos demais negros, precisavam alcançar a condição de *assimilados*, isto é, tinham que atingir o estatuto jurídico de africano civilizado. Os mestiços e negros que quisessem atingir tal condição tinham de se submeter a um exame, realizado por funcionários coloniais, que analisavam o grau de civilidade dos candidatos. Nesse exame, avaliava-se o domínio da língua portuguesa, a condição econômica, a moradia e os hábitos cotidianos. Caso fossem aprovados, passavam a ser considerados cidadãos, e tinham direito ao “bilhete de identidade”. Para o indígena, cuja condição não permitia que obtivesse o bilhete de identidade, desde a promulgação do Código do Trabalho dos Indígenas de 1928, instituiu-se a caderneta indígena, que era o seu documento de identificação e na qual deveria constar toda e qualquer informação relevante para a administração da colônia.¹¹⁰ Nela, estavam registrados os contratos de trabalho do indígena. Aqueles que não a possuísem ou que não tivessem ocupação nela registrada, estavam sujeitos ao trabalho forçado.

Christine Messiant¹¹¹ nomina o grupo que, por meio dessa nova regulamentação, atingiu a condição de “africano civilizado”, em especial após a Segunda Guerra Mundial, de “novos assimilados”. Os novos assimilados, resultantes daquela nova circunstância da colonização portuguesa em Angola, ao contrário dos “filhos da terra”, procediam de famílias indígenas e chegavam a tal condição principalmente por meio da educação que recebiam dos missionários, tanto católicos como protestantes.¹¹²

Como afirmou Albert Memmi, porém, “para assimilar-se, não é suficiente despedir-se de seu grupo, é preciso penetrar em outro: ora, ele [o colonizado] encontra a recusa do colonizador”.¹¹³ Memmi aponta ainda que o racismo é uma ideologia que coletiviza. Não circunscrevendo um indivíduo em particular, mas um povo. São os negros os portadores de características inatas que os fazem inferiores. O racismo,

¹¹⁰ CRUZ, Elizabeth Ceita Vera. **O Estatuto do Indigenato – Angola: A Legalização da Discriminação na Colonização Portuguesa**. Luanda: Edições Chá de Caxinde, 2005, p.154-159.

¹¹¹ MESSIANT, Christine. Social and political background to the ‘democratization’ and the peace process in Angola. **Democratization in Angola**. Leiden: Eduardo Mondlane Foundation; Holland Comitee on Southern African; African Studies Centre, 1992, p. 16 – 17.

¹¹² BOSSLET, Juliana Cordeiro de Farias. **A cidade e a guerra: relações de poder e subversão em São Paulo de Assunção de Luanda**. 2014. 237 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014, p. 37.

¹¹³ MEMMI, 1989, p. 109.

portanto, torna a assimilação uma contradição, uma vez que, geneticamente, o negro não pode jamais chegar ao nível do europeu. E é assim que a assimilação é posta na prática colonial – mesmo aceita pela legislação portuguesa, o negro, ainda que assimilado, seria sempre o outro, mesmo que falasse o português fluentemente, vestisse à moda europeia e morasse em casas de alvenaria. A cultura dominante, importada da Europa, adaptada às condições vigentes, mais separava do que unia. Até porque a união não seria vantajosa para o sistema colonial, baseado na exploração de uma maioria por uma minoria.¹¹⁴

Em ditames estritamente econômicos, na prática, as autoridades coloniais se incumbiram da função de fornecer mão de obra para os colonos. Daí o esforço por dificultar os procedimentos de assimilação, de modo a garantir o fornecimento da mão de obra indígena de baixo custo aos colonos portugueses. Em outras palavras, apesar da insistência na missão civilizadora do povo português, a intenção não era a de assimilar toda a população negra do além-mar.

Conceição Neto alertava que “a ‘assimilação’ era uma eficaz barreira jurídica e cultural à ascensão social da maioria da população negra.”¹¹⁵ Isso era bem exemplificado nos obstáculos colocados aos indígenas no que se refere à educação, que seria, caso o acesso fosse facilitado, uma eficaz ferramenta para ascensão social. Não era simples, para o não assimilado, ultrapassar as contradições impostas pelo sistema, que parecia construído para diminuir as possibilidades apresentadas aos indígenas.

Toda a política assimilacionista portuguesa, cuja justificação se baseava na missão civilizatória do povo português na África, tinha como base a intenção de impor aos africanos os hábitos e costumes portugueses. Cumprida a missão, não haveria mais diferença entre os grupos, pois todos os africanos teriam sido civilizados, isto é, viveriam dentro dos padrões europeus. Note-se que por trás desse discurso estava a negação da existência de diferenças raciais. A desigualdade perante a lei era justificada pelas diferenças culturais dos grupos em questão. A lógica dessa política era a do evolucionismo; ou seja, uma das partes, a menos evoluída, deveria assimilar-

¹¹⁴ BOSSLET, 2014, p. 39.

¹¹⁵ NETO, 1997, p. 342. Cabaço trata da questão da assimilação, e defende que, com tal política assimilacionista, “não se procurava, em nenhum momento, a elevação de todos os autóctones aos patamares da ordem cultural e jurídica dos colonos portugueses. Se assim fosse, quem trabalharia nas condições subumanas que permitiam a acumulação do colonialismo?”. Apesar de tratar o caso moçambicano, esta análise se aplica também a situação de Angola. Ver: CABAÇO, José Luís. **Moçambique: Identidade, colonialismo e libertação**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 119.

se à cultura da outra parte, tida como superior. Não haveria, assim, nessa percepção, intercâmbio entre diferentes culturas. Toda a legislação referente à assimilação, portanto, reflete a tentativa de imposição de uma hegemonia cultural. E, se neste processo, podia-se verificar uma resistência de parte dos negros e mestiços em se submeter a tal legislação, ficava patente a existência de uma disputa de hegemonia.¹¹⁶

Com esse cenário, não é difícil concluir que ao regular os nativos, acabou por dificultar a sua participação em atividades comerciais e financeiras; além de marginalizar educacionalmente os negros durante o período colonial. O resultado disso, como bem aponta Carvalho Filho foi a impossibilidade da criação de uma “burguesia negra forte e representativa”¹¹⁷.

1.4 Chegamos ao ano de 1961

Vimos que com o crescimento econômico propiciado, principalmente, pela exportação do café, a população branca em Luanda aumentou substancialmente e com isso a burguesia crioula, mestiça representada pelos “filhos da terra” foi sendo substituída pela burguesia branca em sinergia com a política racialista do governo português. Por assim dizer, a política colonial salazarista pode ser definida pela exploração da mão de obra africana e a expropriação das melhores terras para o cultivo dos produtos em alta no mercado internacional.¹¹⁸

Além disso, os interesses metropolitanos eram garantidos pelo auxílio do Estado salazarista através do estrangulamento do crédito e da cobrança de juros absurdos à colônia. E por sua vez, os bancos autorizados a operar em Angola estavam ligados ao sistema metropolitano de expropriação. O desenvolvimento industrial de Angola nem sempre era encorajado por Portugal, visto poder conduzir à concorrência com as suas próprias indústrias (vestuário, produtos químicos, etc.). Esta era uma desvantagem considerável para os colonos em Angola, que sentiam que estavam sendo sacrificados pelo peso econômico da metrópole.¹¹⁹

¹¹⁶ MESSIANT, 1992, p. 17-21; BOSSELET, 2014, p. 37-40.

¹¹⁷ CARVALHO FILHO, 2016, p. 29.

¹¹⁸ BITTENCOURT, Marcelo. *A História Contemporânea de Angola: seus achados e suas armadilhas. II Seminário Internacional sobre a História de Angola, 1997*, Luanda. Construindo o passado angolano: as fontes e a sua interpretação. Luanda: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997, p. 174.

¹¹⁹ PÉLISSIER, 2016, p. 277.

O colonialismo traçava um quadro de calamidade em áreas como a saúde e a educação. No tocante à primeira, por exemplo, Angola tinha 250 médicos em 1960, um médico para mais de 18 mil habitantes¹²⁰, sendo que a maioria desses médicos se concentrava nas cidades. Havia dezoito hospitais do Estado, para todo o território, e 67 hospitais ou clínicas privadas, frequentadas basicamente por europeus e colonos bem situados financeiramente, totalizavam cerca de 4.000 leitos.¹²¹

Na educação, o caráter predatório do colonialismo português inviabilizou o direcionamento de capitais para a construção de um sistema de escolas. Em 1956, 1% dos negros em idade escolar estava na escola. Com isso, 97% de todos os negros com idade de 15 anos ou mais eram analfabetos em 1950. Salazar, certamente, era prisioneiro da equação segundo a qual educação demais é igual a aumento da subversão. Sua obstinação fazia com que tentasse utilizar todos os recursos possíveis para manter a colônia.¹²²

Em 1961, houve a explosão da revolta anticolonial na capital angolana. Os movimentos de independência que ocorriam no norte e no centro do continente africano e que eram fontes de temores portugueses despertariam mais intensamente o sinal de alerta. Por exemplo, o Congo-Belga¹²³, que faz fronteira com Angola, tornou-se independente em junho de 1960. A permeabilidade da fronteira era evidente, pois os *bakongo*¹²⁴, como outros grupos étnicos africanos, tinham sido divididos entre esses dois territórios coloniais, consolidando a tese de que ela seria a rota de entrada de novas ideias, dando força a antigas aspirações de independência.¹²⁵

Entre os militantes angolanos já havia sido sinalizada uma necessidade de radicalização do movimento, uma vez que o governo português se mostrava invulnerável quanto à negociação para uma transição pacífica.¹²⁶

O ano de 1961 não seria tranquilo para o regime de Salazar. Na cena internacional, Portugal continuava a enfrentar dificuldades na ONU. Os países asiáticos e africanos recém-independentes que ingressaram na dita Organização

¹²⁰ Em 1960, Angola possuía uma população de 4,58 milhões de habitantes. PÉLISSIER, 2016, p. 243.

¹²¹ BITTENCOURT, 1996, p. 85.

¹²² BITTENCOURT, 1996, p. 85; 87.

¹²³ Atual República Democrática do Congo.

¹²⁴ Os bakongos, juntamente com os Mbundo e os Ovimbundos compunham os três maiores grupos etnolinguísticos em Angola. Em números aproximados correspondem, respectivamente, 25%, 35% e 15% da população segundo os dados de 1960.

¹²⁵ BITTENCOURT, 2002, p. 68.

¹²⁶ PINTO, António Costa. A guerra colonial e o fim do império português. In. BETHENCOURT, Francisco. **História da Expansão Portuguesa**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1997. p. 73.

estavam dispostos a pressionar Portugal para que cumprisse os princípios de autodeterminação presentes na Carta das Nações Unidas, e não aceitariam a justificativa portuguesa de que não possuía colônias, mas territórios ultramarinos.

Essa pressão internacional remontava, pelo menos, ao ano de 1960, quando a Assembleia Geral das Nações Unidas votou as resoluções 1514, na qual assinalava-se que a subjugação de povos configurava uma negação aos direitos humanos fundamentais, e 1542, que considerava os domínios ultramarinos de Portugal como territórios não autônomos.¹²⁷ Entre 1960 e 1973, os jovens países independentes, com o apoio da maioria dos países latino-americanos e do bloco soviético, submeteram na ONU diversas moções contra o colonialismo português.¹²⁸

No que se poderia chamar de plano interno – uma vez que o regime não deixava de proclamar a unidade entre o Portugal continental e as suas províncias ultramarinas – as manifestações de descontentamento com a situação colonial em Angola aparecem já na passagem de dezembro de 1960 para janeiro de 1961, quando estoura uma revolta camponesa na Baixa do Cassanje, no distrito de Malanje, contra as terríveis condições de trabalho impostas pela COTONANG.¹²⁹

O 4 de fevereiro de 1961, que historicamente teve fundamentalmente valor simbólico e político, em Luanda, onde grupos de homens armados de catanas¹³⁰ atacaram a esquadra da PSP¹³¹, a Cadeia de São Paulo e a Casa de Reclusão, numa ousada tentativa de resgatar os presos políticos detidos em ações policiais: os vitimados do *Processo dos 50*¹³². Além disso, buscava-se promover uma ação capaz de mostrar à ONU e à opinião pública internacional que, em Angola, havia descontentamento com o regime colonial, ao contrário do que defendia o discurso dos

¹²⁷ LÉONARD, Yves. O Ultramar Português. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHUR, Kirti (Org.) **História da Expansão Portuguesa**. Navarra: Círculo de Leitores, 1999, p. 44.

¹²⁸ DÁVILA, Jerry. **Hotel Trópico**: Brazil and the challenge of African decolonization, 1950 – 1980. Durham/London: Duke University Press, 2010, p. 94; 97.

¹²⁹ A cultura intensiva obrigatória do algodão na Baixa do Cassanje trouxe profunda alteração aos ritmos da vida de suas populações, principalmente a partir dos anos 1940. À Cotonang foi concedido o direito exclusivo sobre a comercialização do algodão produzido pelos camponeses. Os primeiros sinais de resistência apareceram em dezembro de 1960, quando verificou-se a ausência de camponeses nas lavras de algodão e a recusa ao pagamento do imposto. A partir de fevereiro de 1961, a revolta tornou-se aberta. Sobre a Revolta da Baixa do Cassanje. Ver: FREUDENTHAL, Aida. A Baixa do Cassanje: algodão e revolta. **Revista Internacional de Estudos Africanos**, nº18-22, 1995-1999, p. 245 – 283.

¹³⁰ Espécie de facão.

¹³¹ Esta era principal força de segurança uniformizada durante a Administração Portuguesa.

¹³² Julgamento de 57 pessoas de diversos movimentos, organizações e pequenos partidos. Era composto por três processos, a maioria dos militantes fora preso por ações de panfletagem e de conscientização. Ver mais em: MEDINA, Maria do Carmo. **Angola**: processos políticos de luta pela independência. Coimbra: Almedina, 2011.

ideólogos do regime de Salazar. Articulados para serem simultâneos, os ataques em Luanda ocorreram, na realidade, em momentos alternados durante a madrugada, o que, de fato, facilitou a repressão e resultou na morte de dezenas de militantes.

Portugal tentando aplacar os movimentos nacionalistas e responder a opinião pública internacional, a qual criticava sua presença em território africano, revogou em agosto de 1961 o Estatuto dos Indígenas, de 1954¹³³. A distinção entre indígenas e cidadão portugueses foi retirada e atribuíram-se direitos iguais aos cidadãos “civilizados” e “não civilizados”. Em teoria, “graças à magia da lei”, de repente todas as pessoas se tornaram “civilizadas”. Houve uma certa agitação em Portugal a propósito deste ato, mas “a sua principal fraqueza era ter chegado 15 anos atrasado e parecer uma mera concessão à pressão estrangeira.”¹³⁴

Além disso, paralelamente, promoveu mudanças na administração colonial em Angola. Buscando imprimir um novo dinamismo na condução do governo da colônia, procurou fomentar o desenvolvimento econômico e a abrir as portas a uma maior participação das elites econômicas no gerenciamento do território. Em partes, conseguiu a simpatia política das elites econômicas, principalmente aqueles que queriam maior autonomia das colônias, mas não necessariamente sua emancipação.¹³⁵

Os intelectuais brancos da Sociedade Cultural de Angola não se deixaram aliciar por essa abertura política do regime colonial. Luandino Vieira, Adolfo Maria, António Cardoso, António Jacinto – que formavam um pequeno grupo de intelectuais nacionalistas que, como observado anteriormente, se identificava com o nacionalismo africano – recusaram aproximação, e tão pouco colaboração, com o regime colonial. Sobre esse grupo, Pimenta ressalta que estava politicamente isolado e cada vez mais suscetível de ser pela repressão colonial. Nos diz também, que esses nacionalistas brancos se perfilavam ao MPLA por acreditarem que o movimento fosse “capaz de fazer a unificação política entre brancos, mestiços e negros numa frente nacionalista única.” Essa crença advinha da propaganda política do MPLA, que condenada o

¹³³ Em 1954, Estatuto do Indigenato sofreu uma revisão a qual se definiu os requisitos necessários para a aquisição do estatuto de assimilado. Dentre outros, o candidato à cidadania deveria falar corretamente a língua portuguesa, exercer profissão cujo rendimento fosse suficiente para se sustentar e aos seus dependentes, ter bom comportamento e ter adquirido a ilustração e os hábitos necessários para a aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses. CASTELO, Cláudia. **Passagens para África: o povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole**. Porto: Edições Afrontamento, 2007, p. 293 – 294.

¹³⁴ PÉLISSIER, 2016, p. 275.

¹³⁵ PIMENTA, 2008, p. 240-241.

racismo e o “tribalismo”.¹³⁶ Além disso, ao ter uma diretriz política progressista, o MPLA acabava por ter uma afinidade ideológica com os intelectuais da Sociedade Cultural de Angola.

Não podemos perder de vista, que muitos dos quadros e dirigentes do MPLA tiveram o mesmo decurso escolar (Liceu Salvador Correia) e frequentaram os mesmos ambientes associativos culturalmente (Sociedade Cultural de Angola) desses intelectuais brancos. De certa forma, partilhavam esses espaços de sociabilidade e formação e com isso constituíram uma espécie de “subelite” no plano cultural de Angola.¹³⁷

Uma das tentativas do governo colonialista, como forma de imprimir uma nova imagem nas províncias ultramarinas (nova designação das colônias), foi o financiamento, como dissemos, de associações culturais e recreativas, as quais tinham por objetivo demonstrar a adaptação de seus membros aos padrões europeus de convívio social. No entanto, esses espaços também marcaram um início de um lento e tímido processo de contestação. O Clube Atlético de Luanda foi um polo aglutinador em torno de ideias nacionalistas. Era frequentado por jovens, independentemente da origem racial, angolanos, descendentes de famílias tradicionais, ou de famílias populares, que deram origem a uma série de movimentos culturais. É provável que também os clubes de futebol tenham se transformado num espaço privilegiado para o desenvolvimento de tal processo. Um exemplo é a referência sobre a atuação do Botafogo, um clube de musseque, cujo departamento cultural estaria ligado aos movimentos de libertação nacional. Em entrevista a Laban, Luandino Vieira faz referência sobre a atuação do Botafogo, que se preocupava com a conscientização desta população. E salienta a importância da ligação entre as associações culturais e a “movimentação política subterrânea”, que foi o caminho possível para se buscar a conscientização e a organização necessárias para o início da luta anticolonial. Os indivíduos quase sempre eram os mesmos e participavam nas várias frentes, fossem de perfil cultural ou político.¹³⁸

Além da importância desses espaços, Vieira conclamou os intelectuais angolanos a aceitarem a responsabilidade histórica a eles imposta pelo momento no qual se encontravam, apesar de não deixar clara qual seria essa responsabilidade.

¹³⁶ PIMENTA, 2008, p. 241.

¹³⁷ PIMENTA, 2008, p. 242.

¹³⁸ LABAN, [1980], p. 45; MOURÃO, 2006, p. 255.

Em entrevista ao Orlando Távora¹³⁹ na edição do Jornal de Angola de 15 de março de 1961, disse

Não tenho conhecimento de nenhum [artista] que tenha já acertado o passo com o momento que vive, o projecte para o futuro. Estamos todos agarrados a um passado recente, mas já morto e nenhum começou ainda a trilhar na literatura o caminho que já se define nas situações que anunciam esse estado de vivência, determinantes por isso de outro tipo de literatura.¹⁴⁰

Pela trajetória de Luandino Vieira, pode-se concluir que esse outro tipo de literatura própria ao momento vivido é a literatura nacional.

Vimos que entre as associações culturais havia duas tendências: “uma reformista, que concordava em ser possível pleitear melhorias no sistema colonial dentro da legalidade, e outra radical, que acreditava ser necessário dar mais agilidade às reivindicações.”¹⁴¹

Os partidários da posição mais radical, impulsionados pelos mais jovens, queriam que as associações abrissem suas portas à massa indígena, para que pudessem realizar uma aproximação de novas bases populares. As discussões no interior das associações atraíram bom número de jovens, que iriam compor a ala mais radical e com maior capacidade de atrair novos adeptos. Passaram encarar esse espaço como um possível, se não único, campo de atuação na luta pela conscientização da população africana, transmitindo o repúdio às orientações metropolitanas e sua perspectiva quanto à necessidade de fugir à censura, a exemplo da Sociedade Cultural de Angola. Partiram então, entre outras coisas, para algumas campanhas de alfabetização. O mais importante era que a ligação entre as associações culturais e a movimentação política subterrânea foi o caminho possível para se buscar a conscientização e a organização necessárias para o início da luta anticolonial.¹⁴²

O poder de expansão de suas ideias para a maioria da população, apesar de limitado, conseguiu realizar um importante trabalho de base, ajudado pela proletarianização dos musseques, que vinha ocorrendo como consequência da chegada de novos colonos. Era a época dos panfletos que alvoroçavam e inquietavam os colonos e inundavam os musseques. Todos os grupos nacionalistas produziam

¹³⁹ Pseudônimo do António Jacinto.

¹⁴⁰ TAVORA, Orlando de. “Conversa com o contista Luandino Vieira”. Jornal de Angola. Anangola. Luanda, 15 de março de 1961, ano 8, n. 97, p. 4. In: TROPA, Francisco. **Luandino por (re)conhecer**. Uma entrevista, estórias dispersas, bibliografia. [S.l.]: Sombra pela Cintura, 2014.

¹⁴¹ BITTENCOURT, 1996, p. 109.

¹⁴² BITTENCOURT, 1996, p. 110

panfletos, apelando à mobilização do povo angolano e exigindo a independência, e que eram encontrados pela madrugada nos quintais, debaixo das portas ou pendurados em árvores. Isso num momento que publicar um livro, uma crítica, escrever um artigo constituía um ato subversivo.¹⁴³

Essa movimentação por parte destas organizações também foi notada pelo governo português que foi responsável pelo envio da PIDE, em 1957, a Angola. A polícia política portuguesa se instalou em Luanda com o objetivo de investigar e sustar as movimentações políticas angolanas. Houve também um número cada vez maior de metropolitanos no Exército. O reforço do aparelho repressivo dificultou ainda mais a ação desses pequenos grupos e tornou-os mais temerosos de sofrerem infiltração da PIDE.

Apesar da forte repressão, os angolanos buscaram outros meios para lutar contra a exploração colonial. Alguns camponeses faltavam ao trabalho, outros se recusavam a pagar imposto. Havia por parte dos demais angolanos uma atitude e uma predisposição, quando não uma ação, anticolonial que se associava a essa perspectiva de luta mais ampla que seria desenvolvida pelos elementos anticolonialistas.¹⁴⁴

Diante da situação, uma outra onda de repressão, em boa parte promovida pelos colonos, tomou conta de Luanda. Essa contraofensiva extrapolou o aparelho repressor, transformando-se em chacina. Grupos de colonos armados invadiram os musseques, assassinando indiscriminadamente os negros.¹⁴⁵

Em Luanda, os recorrentes episódios de atritos nos musseques da cidade causavam uma forte tensão, que levariam a divergência de opiniões entre a PIDE e a PSP. A PSP, talvez devido à sua função de conter os ânimos na cidade e evitar tumultos, diferente da função delegada à PIDE, acusa os colonos de promoverem perseguições aos negros, instaurando um clima de revolta e apreensão em certas zonas da cidade. A PIDE, revoltada com tais acusações, faz relatórios críticos para serem enviados ao governo geral e à direção geral dessa polícia em Lisboa. Sua

¹⁴³BITTENCOURT, 1996, 115; FERREIRA, 1985, p. 15; ROCHA, Edmundo. **Angola**. Contribuição ao estudo da gênese do nacionalismo moderno angolano (período de 1950-1964) (testemunho e estudo documental). Lisboa: Kilombelombe, 2003, p. 127

¹⁴⁴ BITTENCOURT, Marcelo. **“Estamos Juntos”**: o MPLA e a luta anticolonial (1961-1974). 2002. 742 f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002, p. 70.

¹⁴⁵ BITTENCOURT, 2002, p.70.

preocupação era identificar qualquer tipo de abrandamento ou leniência por parte dos funcionários administrativos ou dos policiais da PSP em relação aos africanos.¹⁴⁶

O contexto provocado pelas movimentações da luta pela independência angolana em 1961, alçaram os musseques a “espaços dos terroristas” pelos agentes coloniais por servirem, durante o conflito, de local de apoio ao trabalho político clandestino. Atribuiu-se a essas localidades um papel relevante na luta pela libertação do jugo colonial, posto que foi um dos cenários, na capital angolana, onde a ideia começou a concretizar-se. Para os movimentos nacionalistas, os musseques forneciam a oportunidade de trabalharem uma população desterritorializada e ainda pouco mobilizada politicamente, mas muito receptiva às palavras de protesto. Assim, tornou-se imperativo conscientizar a população dessas localidades da necessidade de combater a ordem vigente e para tal, associações recreativas, organizações sociais e clubes, juntando-se as já existentes, surgiram à revelia do Estado colonial com a finalidade de alfabetizar os moradores, servindo de apoio ao trabalho político clandestino. Não só as associações e os clubes serviram de base, o escritor Mário António¹⁴⁷, em entrevista a Michel Laban, afirmou que algumas oficinas localizadas nos musseques utilizavam seus espaços, em horários alternativos, para os fins acima descritos. Ele salientava que tinham aparecido publicações que relatavam sobre raras bibliotecas nos musseques. Elas seriam organizadas por ele e pelo poeta António Jacinto, o qual trabalhava numa serralheria de um primo. A serralheria servia de depósito para essa pequena biblioteca itinerante¹⁴⁸. De forma geral,

seriam esses angolanos que iriam permitir a fermentação, o alastramento de ideias libertadoras e a organização de células clandestinas, não só nos musseques das cidades e vilas, como também nos meios rurais, células muitas vezes autónomas e sem coordenação entre elas.¹⁴⁹

Nesses tempos de confronto, os musseques também buscaram imprimir uma imagem de certa resistência. Nos musseques, o MPLA instalou-se por meio da organização dos moradores; e foi nos musseques que se decidiram, em boa parte, nos momentos críticos da política nacional angolana, os destinos nacionais. Desta forma, estabeleceu-se entre os musseques e o MPLA uma importante relação, já que

¹⁴⁶ BITTENCOURT, 2002, p. 90-92.

¹⁴⁷ Mário António Fernandes de Oliveira (1934-1989), poeta angolano.

¹⁴⁸ PÉLISSIER, 2016, p. 235; PEPETELA. **Luandando**. Porto: [s.n.], 1990, p. 113; LABAN, 1991, p. 393.

¹⁴⁹ ROCHA, 2003, p. 81.

aqueles eram a base logística e de comunicação entre a cidade e o interior de Angola.¹⁵⁰

Um indício dessa organização dos musseques foi que em alguns destes: Cemitério Novo, Rangel, Prenda constituíram-se vários grupos com 10 homens, cada um deles, todos operários. No Rangel, havia 25 grupos, no Prenda 20 cujo objetivo era a sublevação contra Portugal. Organicamente os grupos submetiam-se a organização do MINA (Movimento para a Independência Nacional de Angola) que pouco tempo depois seria abarcado pelo MPLA. Para disfarçar suas atividades o Movimento, à guisa de simulacro, teve a necessidade de criar o Futebol Clube de Anduri. Percebe-se que havia um grande esforço para que essas atividades pudessem ser sigilosas. Grupos com poucos homens que recebiam as ordens do topo da organização, contudo, não diretamente, mas por meio de um intermediário para não expor a organização.¹⁵¹

Todavia, a diligência dessas diversas organizações no que tange a ação anticolonialista não era tarefa simples, uma vez que a polícia política, a PIDE, era eficiente na repressão junto aos musseques, além de se infiltrar dentro das células que objetivavam a independência.¹⁵²

A repressão colonial se abateu violentamente sobre as associações culturais e recreativas que utilizavam seus espaços para esse processo de contestação.¹⁵³ Os clubes de futebol que também era um espaço privilegiado para o desenvolvimento de tal processo foram fortemente coibidos.

[...] muitos irmãos do Botafogo foram na prisão por causa da escola primária do clube – que não tinha autorização; que não estava no Plano de Ensino; isto é, palavras dos brancos que querem dizer que ninguém sozinho pode fazer nada, pior se negro é quem quer fazer [...].¹⁵⁴

Essas detenções revelam aspectos importantes quanto à composição dos grupos urbanos: eles eram basicamente luandenses; do ponto de vista racial, contavam com a participação de negros, mestiços e brancos; quanto à filiação religiosa, destacam-se católicos e protestantes; e no que diz respeito à ocupação

¹⁵⁰ MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. **Continuidades e discontinuidades de um processo colonial através de uma leitura de Luanda: uma interpretação do desenho urbano**. São Paulo: Terceira Imagem, 2006, p. 256.

¹⁵¹ PACHECO, Carlos. **MPLA: um nascimento polêmico**. Lisboa: Vega, 2000, p. 37.

¹⁵² PÉLISSIER, 2016, p. 237-238.

¹⁵³ ANDRADE, 1980, p. 47.

¹⁵⁴ VIEIRA, José Luandino. **A vida verdadeira de Domingos Xavier**. São Paulo: Ática, 1983, p. 37

profissional, eram compostos, sobretudo de funcionários público, empregados do comércio, enfermeiros, estudantes, monitores agrícolas e operários.¹⁵⁵

Nos musseques partiu-se da perspectiva de que eram uma ameaça ao regime colonial, portanto havia uma vigilância constante por parte das autoridades coloniais, muitas vezes violenta e amplamente retratada pela literatura de Luandino Vieira como nesse trecho do conto *Dina*, da obra *Vidas Novas*, escrita na prisão da PIDE em 1962:

nessas horas de confusão das pessoas e das coisas, tiros dentro das noites, muitas vezes gritos de cubatas invadidas, choros e asneiras e mais tiros e depois ainda o fugir de passos, o correr de jipes com soldados de metralhadora [...] e lá em cima das torres deles de ferro com tinta alumínio, que mijavam a luz amarela nas areias vermelhas dos musseques, despindo cubatas [...]. [...] lua amarela, parecia era azeite-palma, dos quatro olhos dos projectores desrespeitando os segredos dos musseques. [...] de gritos de “agarra, agarra”, das portas se fecharem com barulho e mais choros e gritos de monandengues [crianças] arrancadas nas suas brincadeiras, escondidos dentro das cubatas. Pelo areal, esquivando-se entre os quintais, o homem corre, e tiros, ninguém que sabe mesmo onde estão a sair, passa a cantar na boca do escuro.¹⁵⁶

A vigilância e a repressão eram mais presentes em Luanda, porque era pensada como o espaço branco metropolitano por excelência em Angola, desta forma, uma insurreição na cidade contra o regime colonial português era impensável e, sob a tutela da PIDE, impraticável. Na cidade, a PIDE era mais vigilante, além da forte presença das guarnições militares. Nem portugueses e nem angolanos exprimiriam abertamente os seus sentimentos mais fortes. “Aquilo que as duas raças verdadeiramente pensavam encontrava-se muito dissimulado.”¹⁵⁷ A dissimulação daquilo que se pensava realmente funcionava como uma fachada para o mundo exterior. Na Luanda afetada pelos distúrbios de 1961, os observadores estrangeiros que não falavam português ou que só tinham contatos oficiais eram profundamente surpreendidos com a calma e a serenidade das relações entre os diferentes segmentos da população. À superfície, tudo parecia esquecido (incluindo massacres e prisões). “Esta era uma das fachadas de Luanda.”¹⁵⁸

As autoridades militares e a polícia evidentemente não tinham qualquer intenção de que se repetissem os sangrentos confrontos de 1961 e tomaram todas as precauções possíveis para manter toda a situação sob controle e evitar acirramentos. Uma proporção muito grande da população africana e europeia estava a serviço da

¹⁵⁵ BITTENCOURT, 2002, p. 67

¹⁵⁶ VIEIRA, José Luandino. *Vidas Novas*. Lisboa: Edições Setenta, 1985, p. 14; 20.

¹⁵⁷ MOURÃO, 2006, p. 259.

¹⁵⁸ PÉLISSIER, 2016, p. 267.

polícia; alguns angolanos dependiam completamente dos subsídios policiais para sobreviver (em 1966, 500 escudos era o valor corrente de uma informação importante). Durante o período de luta contra o domínio colonial muitos dos “fubeiros”, os pequenos comerciantes dos musseques, foram utilizados pela polícia colonial como bufos, como eram denominados os informantes da PIDE. Sob certas circunstâncias, tornou-se muito difícil, para os nacionalistas que se encontravam no fora de Angola, infiltrarem-se e trabalharem nos musseques de Luanda. Pela violenta ação da PIDE e por terem olhos e ouvidos espalhados, o medo era o meio mais seguro de fazer com que permanecessem de boca fechada, “se não mesmo também de ouvidos fechados.”¹⁵⁹ De toda forma, mesmo com toda a dificuldade em articular a criação de grupo ou célula clandestina e buscar a sua expansão sem esbarrar na rede de informantes recrutada pela PIDE, ainda era possível pequenas ações a título de contestação. Na agitação clandestina em Luanda, os grupos aprenderem que quanto menor for em termos de colaboradores, o risco de serem delatados também diminuía e a distribuição de panfletos na calada da noite por parte dos que apoiavam a luta de libertação era o meio de se reivindicar e conscientizar a massa luandense. Esses panfletos amanheciam em porta de fábricas e comércios, nos musseques, em carros estacionados, faziam-se chegar às mãos de jornalistas estrangeiros e, com certa dose de audácia, na caixa de correio de militares do exército.¹⁶⁰

Consagrado como o marco inicial da luta armada pela autonomia do país, o 4 de fevereiro foi, de acordo com Marcelo Bittencourt, “a mais expressiva ação urbana em toda a longa guerra pela independência, apesar de seu fracasso do ponto de vista militar”¹⁶¹. Amalgamando afinal os “filhos da terra”, os portugueses progressistas, os intelectuais e trabalhadores em uma mistura de desejos, de ansiedades e de origens que projetava um mundo diferente, aberto ao diálogo e à expressão artística. O que os unia era o sentimento por uma Angola livre e a necessidade de o afirmar num ambiente hostil à diferença e altamente penalizador de quem ousasse se manifestar.

¹⁵⁹ PÉLISSIER, 2016, p. 269.

¹⁶⁰ BITTENCOURT, 2002, p. 295.

¹⁶¹ BITTENCOURT, 2008, p. 78 – 79.

1.5 Cárcere

No início deste capítulo afirmamos que o escritor e intelectual José Luandino Vieira foi amadurecido durante os anos de encarceramento. Um processo que fora marcado pela violência institucional, sofrimento, assim como pela resistência e solidariedade. O colonialismo português impunha um alto custo para quem ousasse defender uma Angola independente, mas encontrou grandes rivais que não esmoreciam em seu desejo de uma nação livre.

Ao chegar em Luanda, em 25 de novembro, Luandino constatou “imediatamente que tinha a vida hipotecada por vários anos.”¹⁶² Ainda que não tivesse sido julgado, era evidente que não haveria justiça no tribunal militar. Os processos dos presos políticos que eram julgados naquele tribunal tinham todos os prazos atribuídos à defesa encurtados, proibia-se a confiança do processo ao advogado e os juízes ganhavam poderes discricionários.¹⁶³ Preso, julgado e sentenciado, Luandino Vieira passou por diversas cadeias, que lhe fomentaram a escrita, trouxeram angústia e o afastamento da família e amigos e o privou da liberdade que ele tanto ansiava para sua terra.

Na contemporaneidade, é ponto assente de reflexão crítica que o cárcere é o lugar por excelência onde o poder se manifesta sem subterfúgios, nas suas dimensões extremas, e se justifica como poder moral.¹⁶⁴ Esta condição adquire uma materialidade impressionante nos diários de Luandino. A passagem pelas prisões de Luanda até a saída para o extenso enclausuramento no Tarrafal, não só relata, por dentro, o funcionamento do dispositivo carcerário como também revela uma imensa aprendizagem cuja concretude estará impressa nas páginas que ele escreverá, e onde a edificação é meticulosamente referida ao longo do diário, ainda que de forma instantânea e fugaz.

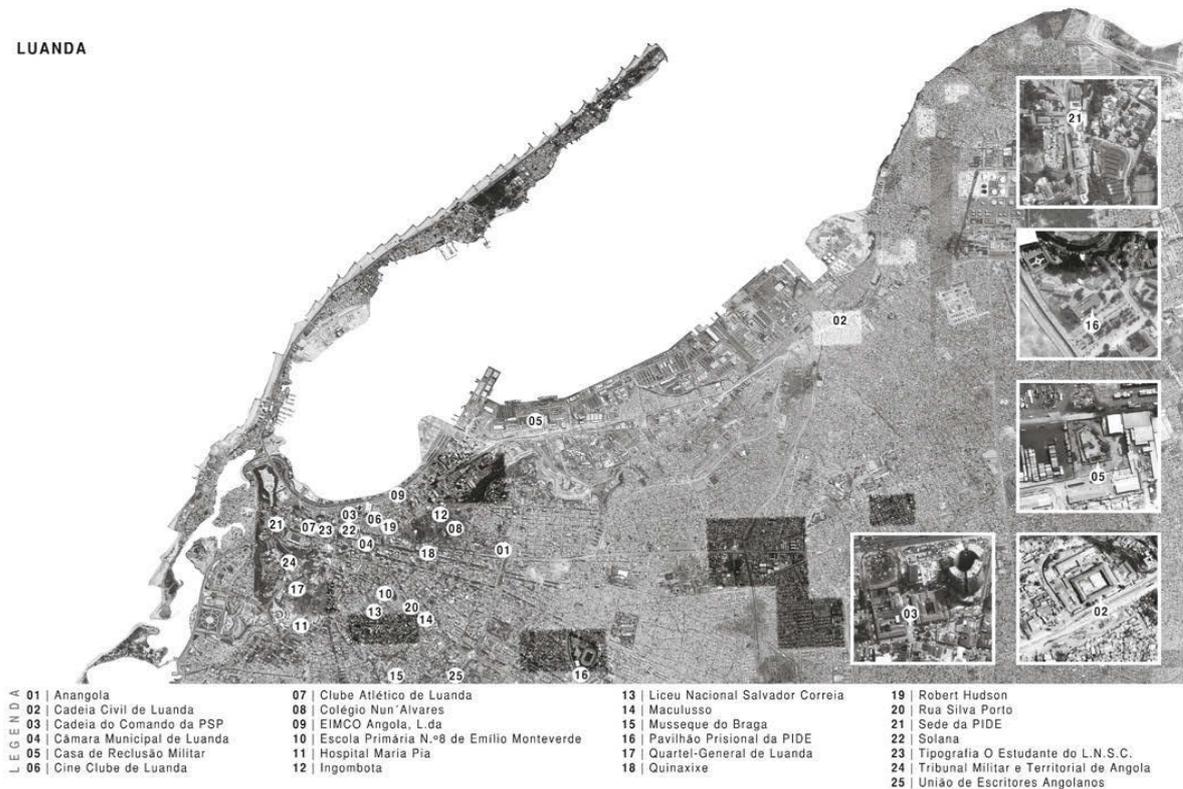
Entre 1961 e 1964 foi constantemente deslocado, percorrendo várias cadeias de em Luanda. Ficou preso no Pavilhão Prisional da PIDE até maio de 1963. Depois foi transferido para a Cadeia do Comando da PSP enquanto aguardava a abertura de uma nova prisão. Entre setembro de 1963 até julho de 1964 permaneceu na nova Cadeia Comarcã de Luanda.

¹⁶² VIEIRA, 2015, p. 9.

¹⁶³ MEDINA, 2011, p. 44.

¹⁶⁴ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2008.

Imagem 2 – Mapa da cidade de Luanda (2)



. Fonte: VIEIRA, 2015, p. 1023.

No mapa acima temos uma imagem da cidade de Luanda. Nela podemos identificar as prisões onde Luandino Vieira cumpriu parte da sua pena. O número 16 faz referência ao Pavilhão Prisional da PIDE. Percebe-se que ele é mais afastado do centro da cidade de Luanda; ao contrário da Cadeia do Comando da PSP, número 03 no mapa, instalada bem no Centro da Cidade Baixa. Mais afastada ainda é a Cadeia Comarcã de Luanda, número 02 na imagem, também conhecida por Cadeia Civil de Luanda e Cadeia Central de Luanda (C.C.L.). Estas prisões eram espaços para presos de delito comum que, com o agudizar da luta de independência a partir da década de 1950, configuraram-se em cárceres de presos políticos.¹⁶⁵

As aguçadas observações, o relacionamento que estabelece com os outros presos e até mesmo com os guardas prisionais, permitiram-lhe um conhecimento profundo das diferentes realidades angolanas dentro das prisões. É durante este período que recolhe estórias de vida, contos, poemas, canções populares, expressões, costumes e crenças que transpõe para ficção, transformando-as em instrumento de luta.

¹⁶⁵ VIEIRA, 2015, p. 1023.

Dentro das prisões consegue, com outros presos, políticos e de delitos comuns, organizar uma rede de comunicação interna clandestina. Contudo, paralelamente a estas comunicações internas, consegue assegurar um sistema de comunicação com o exterior. Nas deslocações possíveis que fez ao Hospital Maria Pia (atual hospital Josina Machel), mantém ligações sociais e políticas. O Pavilhão Prisional da PIDE era um prédio do século XVIII, insalubre, que serviu para “dar cabo da saúde”. Os presos apresentavam muitos problemas respiratórios o que os levavam ao hospital. Mas era nas visitas regulares de sua esposa Linda, que utiliza um saco com um fundo falso por onde entram e saem alimentos, roupa e, clandestinamente, bilhetes, recomendações correspondências, manuscritos literários e colaborações para jornais. São estes veículos de comunicação clandestina, internas e externas, que lhe permitem continuar o seu trabalho literário. Sobre a Cadeia do Comando da PSP, Luandino afirmou que “esta foi a cadeia que deu mais material literário, que permitiu escrever *Luuanda*.”¹⁶⁶

A materialidade da escrita de Luandino é viabilizada a partir de um amplo repertório de espaços carcerários. A ruptura inicial que ocorre dentro de um “panorama biográfico tão expressivo e representativo”¹⁶⁷, ocorre com certeza no momento da deportação para o campo de Chão Bom, Tarrafal, Ilha de Santiago, Cabo Verde. A mudança para o Campo de Concentração do Tarrafal não é só uma mais uma prisão no cumprimento da sua sentença, ela é simultaneamente prisão e exílio. E estar exilado traz no horizonte um tempo de imprevisibilidade, além da angústia do desconhecido. Sentimentos que ele traduz assim no seu último dia na cadeia Comarcã da capital, em 31 de julho de 1964:

Encerro aqui esta parte do diário. Agora outra fase se iniciará com esta viagem e depois a permanência em Cabo Verde.
Voltarei vivo? Morto não posso voltar...
Parto calmo e confiante no futuro. Tenho a K. [sua esposa Linda], o Xexe [seu filho] a minha terra, o m[eu] povo e uma luta que é uma das últimas em prol da futura vida nova no nosso planeta. Possa eu, agora, em 1964, Angola, África, ser digno sempre desses homens futuros.¹⁶⁸

¹⁶⁶ *Luuanda* é uma das obras mais conhecidas de José Luandino Vieira. Foi ganhadora 1º Prémio do Grande Prémio da Novelística, atribuído pela Sociedade Portuguesa de Escritores, em Lisboa, em 1965. A entrega do prémio resultou no fechamento da Sociedade pelo regime salazarista. Discorreremos sobre esse episódio no capítulo 3. VIEIRA, 2015, p. 1048.

¹⁶⁷ RIBEIRO, VECHI, 2015, p. 24.

¹⁶⁸ VIEIRA, 2015, p. 540.

O Campo de Trabalho de Chão Bom¹⁶⁹ foi como Campo de Concentração de Tarrafal foi renomeado na sua reabertura em dezembro de 1961. Anteriormente, o campo era usado para enclausurar os antifascistas portugueses. Afastado da capital, a cidade da Praia; os primeiros presos políticos angolanos chegaram a partir de fevereiro de 1962. De acordo Maria do Carmo Medina, advogada que representava vários presos, incluindo aí Luandino Vieira, o Decreto-Lei nº 43 600 de 3 de Maio de 1961 fazia prever que fosse constituído em Santo Antão (Cabo Verde)

um estabelecimento destinado às medidas de tutela” do art. 3º do Decreto-Lei nº 39 997, o qual “seria património comum das Províncias Ultramarinas que suportarão o encargo” mas acrescentava-se que em cada Província podiam ser instituídos estabelecimentos provisórios para os fins do Capítulo II do mesmo Decreto-Lei, cabendo ao Ministro do Ultramar regular por portaria o estabelecimento.¹⁷⁰

Desta maneira, o governo colonial português abria de forma legal a possibilidade de “reinstalação dos campos de concentração.” Além disso, parece-nos que o governo colonial era dado a eufemismo e uso semântico, já que a designação campo de “trabalho” objetivava não alardear as atenções a nível internacional. De igual forma, os textos oficiais ao referirem-se aos presos políticos angolano, tinham um rigoroso cuidado em não mencionar a palavra preso, substituindo-se pelos termos “residentes”, “desterrados” ou “internados”. E quando saíam dos campos eram designados como “repatriados”. A “fixação de residência” deixara de ser em locais remotos do território angolano para o isolamento no Atlântico, mantendo longe familiares e amigos.¹⁷¹ Nos “campos de trabalho” eram censuradas as leituras e correspondências. A PIDE era responsável, caso a caso, em decidir sobre o fim das penas “conforme o comportamento e arrependimento” dos presos. Obviamente responsável pelo aumento daquelas por meio de medidas de segurança.

¹⁶⁹ Além do Campo de Trabalho de Chão Bom, havia outros campos de concentração como o Campo de Recuperação Social de Missombo, localizado ao leste de Angola. O campo de Concentração de São Nicolau ficava no sul de Angola, na região desértica da província de Namibe.

¹⁷⁰ MEDINA, 2011, p. 98.

¹⁷¹ MEDINA, 2011, p. 118; 124.

Imagem 3 – Mapa da Ilha de Santiago – Cabo Verde



Fonte: RIBEIRO; VECCHI, SILVA, 2015, p.1036.

No mapa observa-se a localização do “campo de concentração”, número 01 do mapa cuja autoridades coloniais rebatizaram de campo de trabalho de Chão Bom. Para as autoridades coloniais, o Campo de Concentração do Tarrafal era o local para banimento dos “irrecuperáveis”. A afirmação do diretor do Tarrafal, José da Silva Vigário, prestada à PIDE sobre os presos reforçava essa função do campo: “[...] de todos existe a impressão de que são elementos irrecuperáveis por não abdicarem das

convicções que os levaram à situação em que se encontram.”¹⁷² A irreduzibilidade dos presos podia ser entendida como um compromisso político pela libertação angolana; era também uma justificativa por parte do colonialismo para aumentar as penas ou inibir a proposição da liberdade condicional.

Esses prisioneiros começaram a ser enviados após o desencadear da luta armada em 1961, tendo sido os primeiros ocupantes dessa segunda fase 32 angolanos, que chegaram na realidade em 1962 – “dos quais três viriam a falecer devido às más condições alimentares e sanitárias.”¹⁷³ Ao longo de toda a segunda fase, estiveram no referido campo 236 presos políticos, sendo 106 de Angola, 106 da Guiné e 24 de Cabo Verde até ao seu encerramento em 1º de maio de 1974.

Desta maneira, militantes antifascistas portugueses e nacionalistas africanos, que passaram pelo Campo de Concentração do Tarrafal, sofreram semelhantes agruras e sevícias da política repressiva em defesa dos ideais de liberdade. Local criado com objetivos precisos de isolamento, as suas instalações davam a dimensão do desterro e com isso agravavam a solidão.

Ao chegarem no Tarrafal, os presos ficavam no primeiro mês em regime de quarentena, separados dos presos que já estavam no Campo. Entre os angolanos, a maioria era aqueles condenados no *Processo dos 50*. Posteriormente eram integrados no grupo dos angolanos em regime de caserna comum.

Luandino construiu, logo na chegada ao Tarrafal, em agosto de 1964, um cenário do campo. Uma paisagem dos 8 anos que se permaneceria ali: “o campo é o normal de c[ampo] de conc[entração], fiadas duplas de arame farpado com outras transversais, guaritas c[om] sentinelas armados, nas esquinas, cães, luzes e barracas.”¹⁷⁴

Dentro do imaginário do século XX, advindo dos estudos produzidos sobre a Alemanha nazista, o campo de concentração está historicamente ligado a um paradigma de campo de extermínio. No caso do Tarrafal, ele era mormente conhecido como o campo “da morte lenta”,¹⁷⁵ por assumir a condição de extremo confinamento, estruturado, às vezes, como um espaço terminal.

¹⁷² MEDINA, 2011, p. 142.

¹⁷³ MATEUS, Dalila Cabrita. **A PIDE/DGS na Guerra Colonial (1961-1974)**. Lisboa: Terramar, 2004, p. 126.

¹⁷⁴ VIEIRA, 2015, p. 548.

¹⁷⁵ VIEIRA, 2015, p. 1047.

Ao comparar o Campo de Concentração do Tarrafal com as demais prisões angolanas onde estivera encarcerado, Luandino Vieira afirma que

enquanto nas prisões de Luanda o que funcionava era o sentimento nacional, a comunidade porque o inimigo estava no exterior e, portanto, nós estávamos ali naquela comunidade nacional, no Tarrafal não havia inimigo exterior. O Tarrafal é no arquipélago... ali estávamos isolados da nação. No Tarrafal a ideia deles era separar os que pensavam daqueles que eles pensavam que não pensavam. O Tarrafal era o corte, é fora do território angolano, para isso é que mandaram pra lá...escolheram os que para lá mandaram. No Tarrafal estou preso e exilado¹⁷⁶.

Essa dupla condição do campo o convertia em um lugar de permanente exclusão, em que o Estado assumia o governo da vida para a articular sua política de exceção, deixando, portanto, de ser apenas uma localização territorial, mas um espaço de domínio e normatização. Para que pudesse escrever, Luandino Vieira precisou operar na senda entre a sujeição das normas e a subversão delas.

¹⁷⁶ VIEIRA, 2015, p. 1049.

2 “PARA QUE TE POSSA CONTAR TUDO O QUE ESTA VIDA ME FAZ FAZER E PENSAR – E TU ME COMPREENDAS E DESCULPES, COLO AQUI ESTE PAPELINHO”¹⁷⁷

2.1 “O que escrever aqui?”¹⁷⁸

Em 05 de maio de 1963, no PPPIDE em Luanda, Luandino Vieira colocara a pergunta que nomina esse subcapítulo: “o que escrever aqui?”. Sem nenhuma perspectiva de ser retórica, a questão evoca-se amiúde e de formas diversas no tempo da sua prisão. As respostas são múltiplas: escreve-se “porque a memória não podia guardar isso tudo”¹⁷⁹; escreve-se por um dever com os companheiros de cárcere, escreve-se para não enlouquecer.

Escrever no cárcere é uma “experiência-limite”, pois escreve-se sob a égide da violência e do autoritarismo que “abala e aniquila o sentido do mundo e o eu daquele que o vive”¹⁸⁰. As escritas são caracterizadas pelas singularidades de seus planos e inscritas em projetos irredutíveis “num quadro histórico marcado por uma expansão desmedida das barbáries modernas.”¹⁸¹ Além disso, ela também se especifica por uma distinta relação do espaço com o tempo: um tempo enorme, “corpulento” como define o Gramsci¹⁸² e um espaço exíguo, fechado, em que a perda e a subtração se tornam “a potência de uma condição forçadamente isolada e excecional.”¹⁸³

A prisão – como sistema punitivo –, com seu espaço restrito, a impossibilidade de livre locomoção, a violência sofrida pelos prisioneiros leva o preso a uma situação limite, a qual desencadeia um processo de desumanização. O espaço escasso obriga o ser humano a situações absurdas, cuja sobrevivência dependerá de adaptação.

Como o espaço está diretamente ligado, não só o que vai escrever, mas como vai escrever, Luandino propôs se ao de desvelamento do espaço físico. Nesse sentido, ele desenha as plantas das prisões onde ele passou maior parte do tempo.

¹⁷⁷ VIEIRA, 2015, p. 932.

¹⁷⁸ VIEIRA, 2015, p. 273.

¹⁷⁹ VIEIRA, 2015, p.1045.

¹⁸⁰ SELLINGMAN-SILVA, Márcio (org.). Introdução. In: _____ (org.). **História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 08.

¹⁸¹ RIBEIRO; VECCHI, 2015, p. 25.

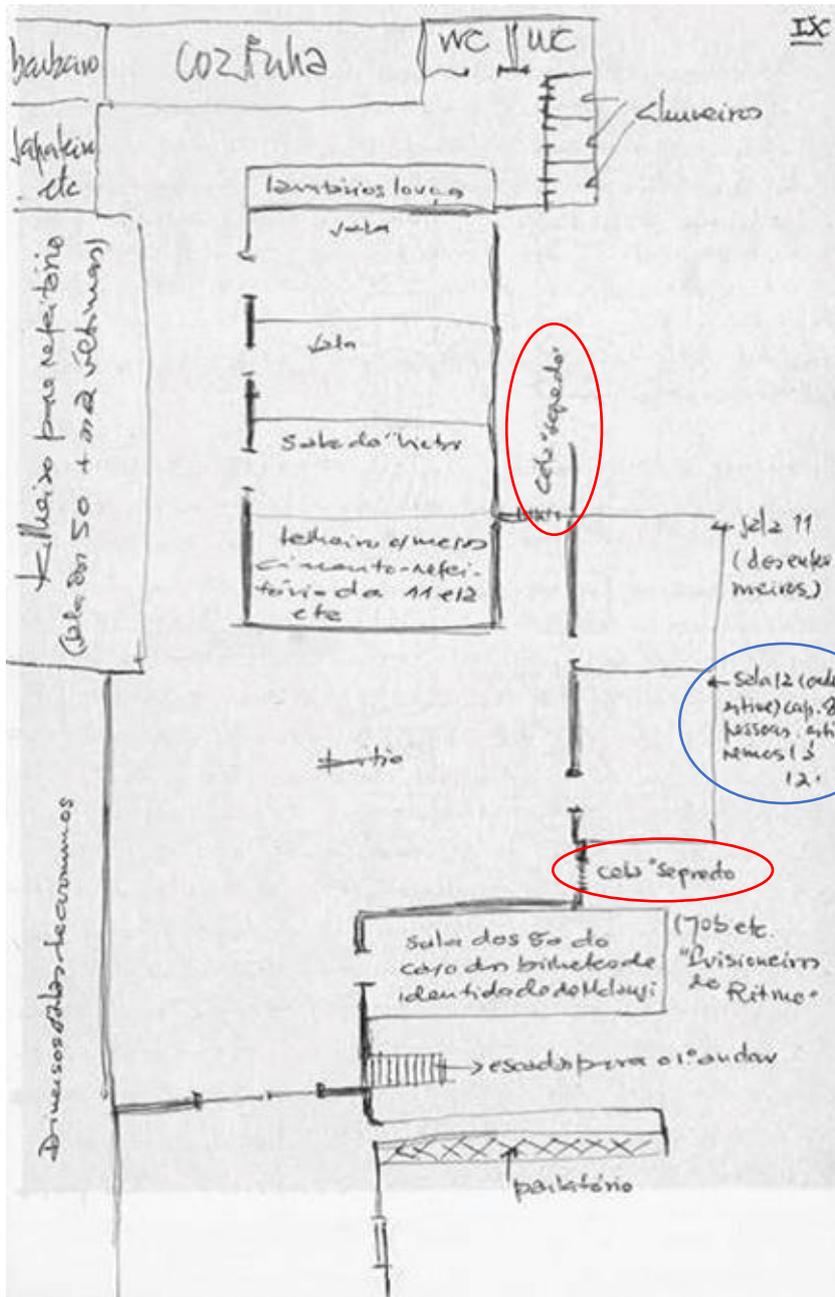
¹⁸² GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

¹⁸³ RIBEIRO; VECCHI, 2015, p. 26.

Justifica também sua intenção por receio do “tempo já apagando” ou mesmo “quem sabe? Talvez um dia precise.”¹⁸⁴

No dia 03 de fevereiro de 1963, o autor desenhou a planta da Casa de Reclusão da PIDE, o PPPIDE, em Luanda.

Imagem 4 - Desenho da planta da Casa de Reclusão do PPPIDE



Fonte: VIEIRA, 2015, p. 127.

¹⁸⁴ VIEIRA, 2015, p. 126.

Dois pontos nos chamaram a atenção na planta. A existência de duas celas que Luandino chamou de “cela segredo”, áreas circuladas em vermelho na imagem. Ou seja, sabia-se da existência delas, ainda que desconhecesse quais eram suas funções dentro daquele sistema. Uma vez que denomina cela, suponhamos que seja um espaço para fins punitivos e não um recinto administrativo qualquer. Essa afirmação é possível ao levar em consideração o outro ponto que foi por nós observado e está indicado em azul na imagem. Luandino faz referência a sala 12, onde esteve preso e não cela. São distinções que obviamente Luandino compreende e as coloca nessa planta da prisão. O uso de uma sala como cela já indicaria um abarrotamento daquela unidade prisional. Mas Luandino, traz essa informação: “sala 12 (onde estive) / Cap [acidade] 8 pessoas. Estivemos lá 12.” A superlotação no PPPIDE já era denunciada por Luandino que escreveu nos dias 03 e 13 de janeiro daquele ano:

Na sexta-feira houve muita roupa, muitas comidas a entrar (pão grande, kitaba¹⁸⁵, quikuanga¹⁸⁶, farinha musseque etc. etc.) o que demonstrou estar a cadeia cheia. (Só na cela 2 estão 38 disse o Pescador, dormem 2 em cada cama).¹⁸⁷

*

A cela 2 tem actualmente 11 camas individuais, o espaço no máximo é para 12 camas indiv., portanto, 12 indivíduos. Há actualmente 30 a viver (!) lá e o máximo que lá houve foram 40!¹⁸⁸

Essa falta de espaço, a precariedade do meio é um lugar construído de forma degradante e angustiante. Ressalta-se que o PPPIDE, a Cadeia do Comando da PSP e a Cadeia Comarcã de Luanda eram, como já dissemos anteriormente, basicamente prisões para crimes comuns, as quais foram comutadas, durante a guerra pela independência angolana, em cárceres de prisioneiros políticos.

Se Luandino tracejou plantas das prisões luandenses, de igual maneira, também fez um croqui, em 20 de agosto de 1964, do Campo de Concentração do Tarrafal, para onde foi transferido em julho daquele ano.

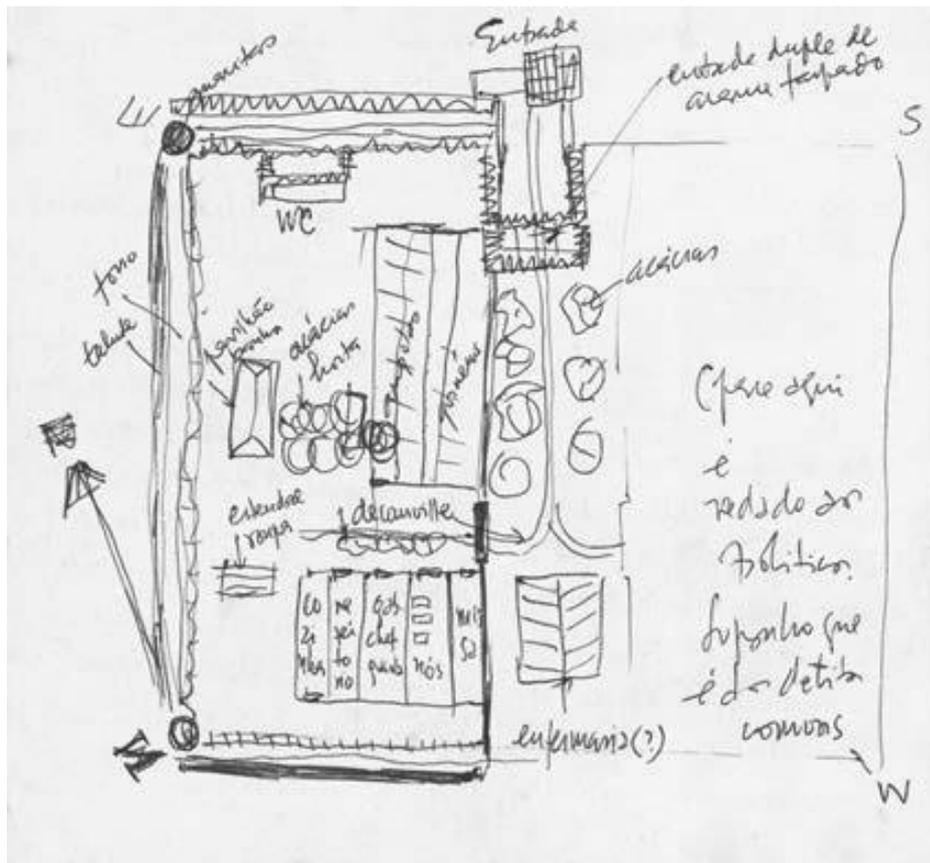
¹⁸⁵ Pasta de amendoim torrado.

¹⁸⁶ Uma espécie de funji envolvido em folhas de bananeira.

¹⁸⁷ VIEIRA, 2015, p. 80.

¹⁸⁸ VIEIRA, 2015, p. 94.

Imagem 5 – Croqui do Campo de Trabalho de Chão Bom



Fonte: VIEIRA, 2015, p. 554.

À direita da imagem, atenta-se para a seguinte observação do Luandino: “é vedado aos [presos] políticos. Suponho que é dos detentos comuns”¹⁸⁹. Destacando a proibição de circulação em determinados espaços prisionais, ampliando a sensação de isolamento. Ainda sobre a configuração do Tarrafal, Luandino descreve as condições do campo entre os dias 13 e 16 de agosto de 1964.

Tudo tem ar de velho e usado, decrépito. Deve ser este o famoso Tarrafal, que reabriu quando mandaram para cá os angolanos. Chegámos às 18.20 do dia 13, fomos metidos numa enorme caserna – 3 camas c/ roupa pouco limpa, um lavatório c/ jarro e bacia de esmalte, um bidon [tambor] de água, um garrafão de água p.^a beber e uma lata de 20 lts. para as necessidades e despejos. Não há esgotos, não há água canalizada. Luz eléctrica das 6-9, candeeiro petróleo depois. Parasitas, pó, sujidade. [...] A água é distribuída de manhã pelas casernas e pelo WC e pavilhão de banhos e lavandaria. Não há falta, pode-se usá-la sem parcimónia. Banho 2 vezes por semana. [...] Distanciamento guardas (P[olícia] M[ilitar])/ presos.¹⁹⁰

¹⁸⁹VIEIRA, 2015, p. 554.

¹⁹⁰ VIEIRA, 2015, p. 548-549.

A precariedade das instalações, as restrições aos serviços de subsistência acrescem o sentimento de desumanização que o sistema carcerário imprime. A entrada no sistema prisional faz com o encarcerado viva em uma ordem de direitos suspensos e constante sensação de proscrito.

O diário de cárcere de Luandino evidencia que qualquer regime repressor com todo o seu teor ideológico buscará a “anulação do sujeito”, na “despersonalização do indivíduo”, seguida da vontade de criar uma pessoa distinta, um “homem novo”. Para alcançá-lo, a instituição repressora rompe os vínculos familiares, sociais que o preso tem com o mundo exterior; assim como, tenta doutriná-lo a partir do princípio do novo estado. Contudo, “diante ao império da coerção e do terror, a pessoa (ou determinadas pessoas) chega a desfazer suas próprias redes de sobrevivência e afirmação da identidade, sendo a escrita e a leitura uma maneira de articulá-las.”¹⁹¹

Ao nos debruçarmos sobre os cadernos de cárcere, questionamos se é possível constituir um cálamo a partir da condição biográfica segregada do seu autor, isto é, haveria uma escrita da prisão? Sabemos que a memória do cárcere nem sempre se traduziu em escrita autobiográfica, isto é, em cadernos do cárcere. Porém o certo é que,

quando alguém é despossuído de tudo, quando perde o controle sobre o próprio espaço e sobre o tempo próprio, quando se vê reduzido à indignidade somente resta a dignidade da própria consciência: somente resta a memória.”¹⁹²

Podemos dizer que na atualidade há uma crescente relevância ou mesmo preocupação com o passado. Na contemporaneidade, vemos um espaço cada vez maior para gêneros culturais que enfoquem narrativas memoriais. Especialmente uma memória de conteúdo traumático produzido por experiências limites como ditaduras, guerras e genocídios, a qual sugere uma alteração na experiência contemporânea de tempo e de espaço, que repercute também na produção da história política. Esta abertura crescente para uma política de preservação da memória cultural produziu um grande interesse por expressões culturais que versem sobre as experiências pessoais frente às grandes barbáries perpetradas durante o século XX, criando um espaço específico de procura por manifestações que abordem subjetividades individuais expressas por meio de depoimentos pessoais.

¹⁹¹GÓMEZ, Antonio Castillo; BLAS, Verónica Sierra. **Cartas-Lettres-Lettere**. Discursos, prácticas y representaciones epistolares (siglos XIV-XX). Madrid: Editorial: Universidad de Alcalá, 2014, p. 174.

¹⁹²GOMÉZ; BLAS, 2014, p. 176.

Essas obras produzidas caracterizam-se por se contrapor ao discurso oficial dos Estados autoritários e assentam-se como evidências da violência e da vontade de aniquilação de grupos específicos. São, também, materiais articulados para resistir a oclusão desses eventos por parte das narrativas oficiais, basaltos da existência inegável da barbárie que se contrapunham ao projeto de destruição das evidências de seus atos por parte destes Estados autoritários. No caso da luta pela independência angolana, convém lembrar que, logo a seguir ao ataque às prisões em 4 de fevereiro de 1961, as autoridades coloniais se reuniram com representantes dos principais órgãos da imprensa angolana e obtiveram a garantia de que estes apoiariam inteiramente o governo. Além disso, todos os meios de informação estavam, já desde a década de 1950, submetidos à censura prévia que, por sua vez, tornou-se ainda mais rigorosa após o início da luta anticolonial. A partir de então, estampavam-se em suas páginas uma pequena nota com os dizeres: “visado pela comissão de censura”¹⁹³. Portanto, esses documentos se fazem na interface entre a memória e o trauma, constituindo espaços de recordação sobre os eventos extremos, na esperança de que nunca sejam esquecidos e nunca sejam repetidos.

A ideia de que seria necessário imaginar algo para que então se pudesse constituir conhecimento sobre determinado assunto, recupera e subverte alguns parâmetros relativos à distinção entre memória e imaginação como operações psíquicas capazes de produzir imagens sobre determinado evento, recolocando-os sob um novo prisma. Paul Ricoeur¹⁹⁴ reitera que às distinções entre memória e imaginação são referenciadas em suas origens gregas, desde o pensamento de Platão e Aristóteles, definindo, já de saída, a preocupação dos estudos relativos à memória com a possibilidade de captura da recordação pela imaginação, que estabeleceria um desafio ao ideal da memória como garantia de que algo realmente aconteceu: “A permanente ameaça de confusão entre rememoração e imaginação, que resulta desse tornar-se-imagem da lembrança, afeta a ambição de fidelidade na qual se resume a função veritativa da memória.”¹⁹⁵

Seligmann-Silva em *O testemunho: entre a ficção e o “real”* aborda, especificamente no que diz respeito à literatura de testemunho, a relação limítrofe

¹⁹³ Ver: BOSSLET, Juliana Cordeiro de Farias. **A cidade e a guerra: relações de poder e subversão em São Paulo de Assunção de Luanda**. 2014. 237 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

¹⁹⁴ RICOEUR, Paul. **A história, a memória, o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2005.

¹⁹⁵ RICOEUR, 2005, p. 26.

entre depoimento e ficção, perjúrio ou mentira. Seligmann-Silva estabelece a ideia de testemunho a partir de duas palavras que compõem sua origem latina: *testis* e *superstes*. No primeiro caso (*testis*), o depoimento diz respeito a alguém que testemunhou um acontecimento, ou seja, um terceiro no processo. No segundo, (*superstes*), refere-se ao próprio sobrevivente, indicando assim a pessoa que experimentou uma situação adversa.¹⁹⁶ Se a ideia do testemunho como o relato do sobrevivente desperta a empatia do leitor com aquele que passou por uma grande provação, a outra face do conceito, o terceiro capaz de corroborar a veracidade do acontecimento, demonstra a preocupação com a necessidade de verificação do ocorrido, estabelecendo a ideia de que o testemunho ocorre sempre frente à possibilidade da dúvida ou da falsidade.

A perspectiva do testemunho como passível de verificação ou mesmo de contestação ela é dada a ver pelo Luandino quando, em entrevista aos organizadores, responde o porquê de publicar os seus cadernos de cárcere mais de 50 anos depois. Ele diz

Publicar agora... A primeira razão é que a publicar que seja em quanto eu estou vivo porque sendo papéis dum período muito, muito violento, muito controverso, de um período muito difícil da vida das comunidades angolanas, convém que aquilo que foi escrito, que foi registado, nessa época, seja publicado ainda comigo a assumir a responsabilidade daquilo que está escrito. E, por isso, o tipo de publicação respeita exatamente o que está lá escrito.¹⁹⁷

Em acontecimentos tão violentos e traumáticos que chegam a desafiar os limites da esfera do imaginável, parece produzir um desvio, um curto-circuito na possibilidade de manutenção da separação clássica entre memória e imaginação, definindo o verdadeiro não mais em oposição ao falso, mas a partir de uma ideia de verossimilhança, ou seja, seria necessário, primeiro, que algo passasse a fazer parte do domínio do concebível para que, então, pudesse se constituir como registro de um acontecimento de fato.

A experiência contemporânea da catástrofe parece também ter estabelecido uma nova lógica de relação entre os próprios limites do campo da memória e do campo da história. Aleida Assmann¹⁹⁸ propõe que se antes a história só poderia se

¹⁹⁶ SELIGMANN-SILVA, Márcio. O testemunho: entre a ficção e o "real". In: _____ (org.). **História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 371-386.

¹⁹⁷ VIEIRA, 2015, p. 1074.

¹⁹⁸ ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

erguer como ciência a partir do momento em que não houvesse mais pessoas afetadas pela lembrança, “pode-se afirmar que atualmente ocorre o processo exatamente oposto (...). O evento do Holocausto não ficou pálido e descolorido com o passar dos anos, mas, paradoxalmente, está mais próximo e vivo do que se imaginaria.”¹⁹⁹ Essa presença viva da memória do Holocausto na politização da história passou a funcionar como índice para se começar a lidar e a entender situações nacionais ou transnacionais específicas e, portanto, distintas do genocídio nazista, pensado a partir da perspectiva de evento originário de um campo de estudos e pensamento. Nesse sentido, o Holocausto passou a funcionar com metáfora que abarca outras narrativas e memórias, um emblema do intolerável, uma lente através da qual podemos olhar outros exemplos da barbárie humana.

O encarceramento, a vida no campo de concentração em Cabo Verde emerge em Luandino uma urgência, cuja escrita é caracterizada pela singularidade dos seus planos. Tendo um fôlego próprio que interpreta a contradição de fundo presente na escrita do cárcere – que em Luandino Vieira se apresenta na medida que encena o conflito entre a precariedade da sua condição de vida encarcerada e o desenho de construir uma grande obra – mas, ao mesmo tempo, locuciona sua força: a assimetria entre a contingência e a permanência, entre o precário e o estável. “Entre uma vida de escrita (que identifica o escritor) e uma escrita da vida em circunstâncias antiéticas ao ato de escrever como um ato reflexivo e um gesto artístico.”²⁰⁰

Os debates sobre as relações constituídas entre narrativa biográfica e escrita da História inserem-se numa série de renovações que aconteceram nas últimas décadas dentro da historiografia. Inicialmente, isso se deu a partir da renovação da história política com a valorização do sujeito, do acontecido e da narrativa na história. Precisamos ter em mente que durante um bom tempo ao objetivar uma história que trata de nações, povos, alianças, potências e descrever a realidade pela ótica de relações anônimas de poder, tornava-se difícil apreciar a ação dos indivíduos como agentes da história²⁰¹.

Assim, para Philippe Levillain, é no contexto de retorno e constituição de um novo tipo de história política, que procura dar voz ao indivíduo na história, através de uma valorização da ação e dos sujeitos, que podemos entender o florescimento

¹⁹⁹ ASSMANN, 2011, p. 19.

²⁰⁰ RIBEIRO; VECCHI, 2015, p. 25.

²⁰¹ LORIGA, 2011, p. 11-13.

contemporâneo da escrita biográfica como forma de conhecimento histórico²⁰². No entanto, ressalta-se que é gênero biográfico reformado que tem por objetivo analisar o homem em sua multiplicidade, em seus conflitos, escapando a uma concepção cerceadora das vontades individuais, porque:

o indivíduo não tem como missão revelar a essência da humanidade; ao contrário, ele deve permanecer particular e fragmentado. Só assim, por meio de diferentes movimentos individuais, é que se pode romper as homogeneidades aparentes (por exemplo, a instituição, a comunidade ou o grupo social) e revelar os conflitos que presidiram à formação e à edificação das práticas culturais: penso nas inércias e nas ineficácias normativas, mas também nas incoerências que existem entre as diferentes normas, e na maneira pela qual os indivíduos, “façam” eles ou não a história, moldam e modificam as relações de poder.²⁰³

Segundo Giovanni Levi, deduzir os sujeitos históricos em sociedade, desta maneira, “a fim de interpretar a rede de relações e obrigações externas na qual ele[s] se insere[m]”, é compreender sua autonomia, mesmo que “culturalmente e socialmente determinada, limitada, pacientemente conquistada”, dentro do sistema social e político. Uma biografia é um importante mecanismo de entendimento dessas liberdades de escolha individuais, das liberdades de ação, ainda que restritas e incertas, dentro do contexto normativo, que não é absoluto, mas sim contraditório e, por vezes, incoerente, abrindo, assim, uma brecha para as estratégias de ação desses agentes históricos. Um trabalho biográfico deve estar sempre atento aos seguintes problemas: “a relação entre normas e práticas, entre indivíduo e grupo, entre determinismo e liberdade, ou ainda entre racionalidade absoluta e racionalidade limitada.”²⁰⁴

Leonor Arfuch, *Memoria y autobiografía: exploraciones en los límites*, nos chama a atenção para os desdobramentos que acercam e, de certo modo, equiparam o biográfico ao autobiográfico. Primeiramente, para a construção do personagem, o biógrafo deve realizar uma imersão na vida do biografado. Posteriormente, ao objetivar o seu relato, deve realizar um estranhamento de si para “*verse com los ojos de outro*”. Percebe-se que a fronteira entre a biografia e a autobiografia não é tão nítida e há muito de autobiográfico ao se abordar a vida do outro, assim como há um limite ético: não as confundir. Essa sutil imbricação que resulta, interessante ver,

²⁰² LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René (Org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003, p. 141-184.

²⁰³ LORIGA, 1998, p. 249.

²⁰⁴ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p.179.

desde esse outro lado, “desde la narración de la experiencia – y las vicissitudes – de quien se propone trazer em un relato los rasgos distintivos de una vida – la del biografiado –, como se va dibujando, em el transfondo, casi insensiblemente, la figura del biógrafo.”²⁰⁵ Em que cada ensaio não deixa de mostrar que se trata sempre de uma vida com outros e também para os outros, e, desta forma, como todo relato vivencial, que tende a produzir identificação, cria-se uma “intimidad entre extraños”.²⁰⁶

O discurso narrativo de um uma experiência traz consigo uma construção identitária. Dessa maneira, conseguimos estabelecer conexões com o terceiro nível de tempo proposto por Émile Benveniste, denominado tempo linguístico.

Benveniste apresenta o que seria três noções distintas de tempo. O tempo físico do mundo que “é um contínuo uniforme, infinito, linear, segmentável à vontade”. O tempo crônico que seria o tempo dos acontecimentos. Porque no tempo crônico, o que seria “tempo” é a continuidade em que se dispõem em séries estes blocos distintos que são os acontecimentos. Assim, os acontecimentos “não são o tempo, eles estão no tempo”. Estando no tempo – e, uma vez que o tempo vivido não tem retorno – os acontecimentos são os pontos de referência que “situamos exatamente numa escala reconhecida por todos, e aos quais ligamos nosso passado imediato ou longínquo.”²⁰⁷

O tempo linguístico, a terceira noção de tempo proposta pelo autor, está relacionado ao “fato de estar organicamente ligado ao exercício da fala, o fato de se definir e de se organizar como função do discurso.” Isso porque é por meio da língua que manifestamos a “experiência humana no tempo”; é inserir o acontecimento no tempo da língua. Portanto, o tempo linguístico se manifesta no discurso e tem a ver com tempo da elaboração do discurso, da fala organizada. É no discurso que se tem a inteligibilidade do vivido, a produção de sentido.²⁰⁸

O centro do tempo linguístico está no “presente da instância da fala”. Aquele que fala situa o acontecimento como coetâneo da “instância do discurso que o

²⁰⁵ “da narração da experiência – e das vicissitudes – de quem pretende traçar em uma história os traços distintivos de uma vida – a do biografiado –, como a figura do biógrafo é desenhada, ao fundo, quase insensivelmente.” [tradução livre]. ARFUCH, Leonor. **Memoria y autobiografía: exploraciones en los límites**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2013, p. 49.

²⁰⁶ ARFUCH, 2013, p. 50.

²⁰⁷ BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006, p.70; 71.

²⁰⁸ BENVENISTE, 2006, p. 75-75.

menciona”. Portanto, toda vez que um homem fala, esse presente é reelaborado porque é, “literalmente, um momento novo, ainda não vivido.”²⁰⁹

Da mesma maneira, o presente linguístico é o princípio dos antagonismos temporais da língua. Uma vez que

este presente se desloca com a progressão do discurso, permanecendo presente, constitui a linha de separação entre dois outros momentos engendrados por ele e que são igualmente inerentes ao exercício da fala: o momento em que o acontecimento não é mais contemporâneo do discurso, deixa de ser presente e deve ser evocado pela memória, e o momento em que o acontecimento não é ainda presente, virá a sê-lo e se manifesta em prospecção.²¹⁰

Desta forma, a língua é ordenadora do tempo “sempre” e “somente” pela instância do discurso. A inteligibilidade erigida por meio do discurso só se faz quando temos o locutor e o(s) interlocutor (es), numa temporalidade que se introduz no procedimento de uma comunicação. Benveniste diz que

a temporalidade que é minha quando ela organiza meu discurso, é aceita sem dificuldade como sua por meu interlocutor. Meu “hoje” se converte em seu “hoje”, ainda que ele não o tenha instaurado em seu próprio discurso, e meu “ontem” em seu “ontem” [...]. Esta parece ser a condição de inteligibilidade da linguagem, revelada pela linguagem: ela consiste no fato de que a temporalidade do locutor, ainda que literalmente estranha e inacessível ao receptor, é identificada por este à temporalidade que informa sua própria fala quando ele se torna, por sua vez, locutor.²¹¹

Novamente, quando fora perguntado sobre “as motivações íntimas” da escrita do diário de cárcere, José Luandino Vieira disse que entre saudades da família e para não enlouquecer, escrevia para “ter e dar sentido”²¹². Quando se escreve, escreve para alguém. Ou seja, para um interlocutor. Em a escrita dos cadernos de cárcere, Luandino Vieira, em sua narrativa enquanto discurso, elabora, da inteligibilidade ao vivido. Uma vivência marcada pela distância da família, pelas questões que envolvem a formação de uma identidade angolana.

Assim, sua escrita de cárcere funda-se sobre um dispositivo menos simples do que aquele que emerge na aparência: assumir-se como outro dentro da narrativa desdobra o autor em leitor/interlocutor, possibilitando outros pactos narrativos. Desdobramentos que encontra nos fragmentos a forma mais adequada e eficaz: um eu que se assume na terceira pessoa: “O Luandino parece-me algo que não voltará a

²⁰⁹ BENVENISTE, 2006, p. 75.

²¹⁰ BENVENISTE, 2006, p. 76.

²¹¹ BENVENISTE, 2006, p. 78.

²¹² RIBEIRO; VECCHI, 2015, p. 1056.

ser.”²¹³ Interessando-nos, portanto, o processo, isto é, as marcas do sujeito naquilo que ele diz.

A consideração de formas da língua que se definem a partir do seu uso pelo sujeito, levaram ao estudo da subjetividade na linguagem, onde o locutor se apropria dessas formas, instituindo-se como eu e definindo seu interlocutor como tu. O discurso biográfico se justifica na ficção do personagem porque requer a conjunção entre o que foi dito com aquilo que foi ouvido, isto é, a enunciação depende da interpretação do leitor ou ouvinte. Benveniste afirma que

o ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz, em primeiro lugar, o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação. Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno.²¹⁴

O indivíduo se expressa como um sujeito na enunciação, ao usar a língua de uma certa forma singular e na própria enunciação aparece a necessidade de um alocutário. Conforme Benveniste, “toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação, ela postula um alocutário”.²¹⁵ E acrescenta

O ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala. Este é um dado constitutivo da enunciação. A presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno. Esta situação vai manifestar-se por um jogo de forma, específicas cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com a sua enunciação.²¹⁶

No caso de José Luandino Vieira, é interessante observar na sua produção discursiva, que constrói uma inteligibilidade e uma expressão como sujeito na enunciação, o seu processo de formação como intelectual e escritor. O autor, como já mencionamos antes, ao ser preso, trabalhava para uma multinacional estadunidense em Angola. E, embora, já tivesse publicado *A Cidade e a Infância*, 1960, escrito *A vida Verdadeira de Domingos Xavier*, e ter participado, em 1957, do jornal de artes e letras *Cultura II*, ele não se compreendia como literário e intelectual. Essa construção ou compreensão deu-se durante o período de cárcere, em que o autor toma as questões nacionais como objetos de sua análise, e tem a literatura como veículo de um

²¹³ VIEIRA, 2015, p. 722.

²¹⁴ BENVENISTE, 2006, p. 83-84.

²¹⁵ BENVENISTE, 2006, p. 84.

²¹⁶ BENVENISTE, 2006, p. 84.

constructo de identidade angolana de base cultural. E é esse processo que nos interessa aqui.

Em *Escrita de si, escrita da história*, Ângela de Castro Gomes afirma-nos que a escrita de si faz parte de série de modalidades que se convencionou chamar de “produção de si no mundo moderno ocidental”, a partir de uma pressuposta relação que se estabeleceu entre “o indivíduo moderno e seus documentos. Embora a autora situe, a partir de um consenso de uma literatura sobre a prática de escrita de si, no século XVIII a data da divulgação dessa prática – “quando indivíduos “comuns” passaram a produzir, deliberadamente, uma memória de si” – ela afirma que a essa periodização não é tão simples, uma vez que é possível estabelecer uma história mais antiga para a escrita de si, que remontaria o Renascimento, mas o faz para atender aos objetivos do livro e aos textos nele escrito.²¹⁷

No que concerne às práticas de produção de si podemos reuni-las num diversificado conjunto de ações que podem ser diários e autobiografias – as quais estariam ligadas a ideia de uma escrita de si propriamente dita como havíamos dito na delimitação do objeto – a fotografias, cartões-postais e objetos de uso diário, objetos materiais recolhidos que constituiriam uma memória de si. Uma espécie de depositário que assentasse os registros que materializassem a história do indivíduo e dos grupos a que pertence.

Em todos esses exemplos do que se pode considerar atos biográficos, os indivíduos e os grupos evidenciam a relevância de dotar o mundo que os rodeia de significados especiais, relacionados com suas próprias vidas, que de forma alguma precisam ter qualquer característica excepcional para serem dignas de ser lembradas.²¹⁸

O que nos é fulcral aqui é que, a partir de uma prática cultural, o “indivíduo moderno” constitui uma identidade para si por meio de seus documentos. Não que essas práticas, escrever sobre si próprio ou outrem, assim como escrever cartas não acontecessem em outros momentos como a autora bem afirma, mas “o individualismo moderno” circunscreve contornos específicos a esse ato. Como ela resume, “a chave, portanto, para o entendimento dessas práticas culturais é a emergência histórica desse indivíduo nas sociedades ocidentais”. Numa lógica em que o indivíduo se torna “moderno” ao postular uma “identidade singular para si” dentro de um processo de

²¹⁷ GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p 10-11.

²¹⁸ GOMES, 2004, p. 11

mudança social que era regido pela coletividade e que deixa de se sobrepor ao indivíduo, onde ele afirma-se como “valor distinto e constitutivo desse mesmo todo”.²¹⁹

Se uma identidade singular está sendo postulada, por consequência pleiteia-se como esse indivíduo interpreta-se. Ou como propôs Paul Ricoeur em *O si-mesmo como outro*, uma hermenêutica de si. Com a finalidade de compreender o sujeito, o autor aborda a questão da identidade pessoal e da identidade narrativa. Em seu quinto estudo nesse livro, *Identidade Pessoal e Identidade Narrativa*, objetivou-se preencher a lacuna referente à questão da identidade pessoal, que só pode se articular na dimensão temporal da existência humana. Para tanto, recomeça seu trabalho da teoria narrativa, por meio da perspectiva da constituição do si.²²⁰

Para Ricoeur,

a compreensão do si é uma interpretação; a interpretação de si, por sua vez, encontra na narrativa, entre outros signos e símbolos, mediação privilegiada; esta última se abebera na história tanto quanto na ficção, fazendo da história de uma vida uma história fictícia ou, digamos, uma ficção histórica, entrecruzando o estilo historiográfico das biografias ao estilo romanesco das autobiografias imaginárias²²¹.

A citação acima aponta o que seria o intercurso das preocupações do autor: a hermenêutica do si e a questão narrativa, as quais por sua vez desdobram-se e suscitam o entrecruzamento de gêneros estilísticos específicos, como a historiografia, a biografia e a autobiografia romanesca. Pode-se pensar que todos eles registram uma natureza híbrida, assim como o estilo narrativo, característico também da historiografia. Ao contar uma história os indivíduos estão sujeitos, inevitavelmente, de acordo com essa perspectiva, à forma narrativa²²².

Em Ricoeur, a identidade de um sujeito depende das relações de alteridade as quais se criam entre diferentes instâncias do si ao longo da(s) sua(s) história de vida. Para Ângela de Castro Gomes, a nova categoria de indivíduo teria a singularidade como uma característica. Uma singularidade que se concebe

pela multiplicidade e fragmentação do próprio indivíduo e de suas memórias através do tempo, sem que tal dinâmica torne falso (muito pelo contrário) o desejo de uma “unidade do eu”, de uma identidade”. É exatamente porque o “eu” do indivíduo moderno não é contínuo e harmônico que as práticas culturais de produção de si se tornam possíveis e desejadas, pois são elas

²¹⁹ GOMES, 2004, p 11-12.

²²⁰ RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como o outro**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014, p. 112.

²²¹ RICOEUR, 2014, p. 112.

²²² RICOEUR, 2014, p. 112-113.

que atendem à demanda de uma certa estabilidade e permanência através do tempo.²²³

Com José Luandino Vieira tendo a prática da escrita dos cadernos e das correspondências nas prisões luandenses e no campo de concentração do Tarrafal, elas evidenciam o processo de formação desse indivíduo uno e múltiplo, e que, por sua fragmentação, “experimenta temporalidades diversas em sentido diacrônico e sincrônico”. Além disso, demonstra como uma “trajetória individual tem um percurso que se altera ao longo do tempo, que decorre por sucessão”, e um percurso que pode ser “descomposto” em tempos com diferentes frequências²²⁴.

Outro ponto relevante levantado pela autora é o tema da “verdade como sinceridade”, uma vez que a escrita de si adota a subjetividade do autor como “dimensão integrante de sua linguagem, construindo sobre ela a “sua” verdade”. Dito de outra maneira,

toda essa documentação de “produção do eu” é entendida como marcada pela busca de um “efeito de verdade” — como a literatura tem designado —, que se exprime pela primeira pessoa do singular e que traduz a intenção de revelar dimensões “íntimas e profundas” do indivíduo que assume sua autoria. Um tipo de texto em que a narrativa se faz de forma introspectiva, de maneira que nessa subjetividade se possa assentar sua autoridade, sua legitimidade como “prova”. Assim, a autenticidade da escrita de si torna-se inseparável de sua sinceridade e de sua singularidade²²⁵.

Tendo os cadernos e as correspondências como uma documentação em pesquisa histórica, e pensando-os dentro do procedimento crítico de análise das fontes, nosso primeiro movimento é descartarmos “qualquer possibilidade de se saber “o que realmente aconteceu” (a verdade dos fatos), pois não é essa a perspectiva do registro feito”. O que interesse ao historiador é perceber o ponto de vista assumido naquele registro e como o autor a expressa. Numa lógica em que o documento não trata de “dizer o que houve”, mas “de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento”. Entretanto, esse discurso marcado pelo “excesso de sentido do real pelo vivido”, pelo registro dos detalhes, pelos assuntos revelados e por uma “linguagem intimista” pode conduzir o pesquisador “pelo sentimento de veracidade que lhe é constitutivo, e em face do qual certas reflexões se impõem”.

²²³ GOMES, 2004, p. 13.

²²⁴ GOMES, 2004, p. 13-14.

²²⁵ GOMES, 2004, p. 15.

A “verdade como sinceridade” torna-se um objeto de preocupação quando, de forma ingênua, supõe-se “a existência de “um eu” coerente e contínuo, que se revelaria nesse tipo de escrita, exatamente pelo “efeito de verdade” que ela é capaz de produzir”. Porque o “efeito de verdade” na forma de narrar, que poderia ser entendida como uma “essência do sujeito que escreve”, acabaria por eclipsar a “fragmentação, a incoerência e a incompletude do indivíduo”. O efeito disso é creditar à fonte um *status* de “como assim fosse”, uma expressão do que “verdadeiramente aconteceu”, a verdade dos fatos num movimento oposto do que é próprio da fonte. Roger Chartier já nos alertou: “fonte não é testemunho da realidade”. Todavia, a análise das fontes não demandará uma atenção a mais por conta da natureza do documento quando comparado a outros tipos de fontes, mas atentar para a suas especificidades, tendo em vista uma análise efetivamente profícua.²²⁶

Outro ponto observado pela Ângela de Castro Gomes, no que diz respeito às relações entre a escrita e a sua autoria, é que o

indivíduo/autor não é nem “anterior” ao texto, uma “essência” refletida por um “objeto” de sua vontade, nem “posterior” ao texto, um efeito, uma invenção do discurso que constrói. Defende-se que a escrita de si é, ao mesmo tempo, constitutiva da identidade de seu autor e do texto, que se criam, simultaneamente, através dessa modalidade de “produção do eu”.²²⁷

Neste caso, o texto seria o meio em que a escrita de si “ordena”, “rearranja” e “significa” o percurso de um indivíduo ao mesmo tempo que cria por meio dele (texto) um autor e uma narrativa. A escrita permitiria o autoconhecimento, um diálogo consigo mesmo e com o outro.

Como prática cultural, a escrita de si pode permitir ao indivíduo fragmentado um suporte para a construção de uma identidade que é múltipla, mas dotada de uma continuidade através do tempo. O tempo, na verdade a “importância do domínio do tempo” é um expediente importante para se estabelecer uma “ordem de escrita”. Isso é perceptível no ato de numerar folhas e paginar os cadernos e cartas; “de datar e localizar aquilo que se escreve de forma que o caráter eventual e descontínuo da escrita não prejudique sua ordem temporal”.²²⁸

Nesse sentido, os papéis da prisão auxiliam a memória pessoal, compondo o depoimento das situações vivenciadas e testemunhadas, também constituem escritas

²²⁶ CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Algés: Difel, 1992, p. 11; GOMES, 2004, p. 15.

²²⁷ GOMES, 2004, p. 16.

²²⁸ GOMES, 2004, p. 17-18.

de si, meditações diversas sobre a produção da identidade do escritor Luandino Vieira, principalmente no que diz respeito ao período como prisioneiro no Campo de Trabalho do Chão Bom, onde a escrita era também uma maneira de lidar com o tempo e com o isolamento: “No Tarrafal já é meditação sobre o próprio ofício de escrita. Não sobre o ofício de escritor abstrato, mas sobre os problemas que enfrentava quanto ao que queria ser, escritor, naquela época, naquela contingência histórica.”²²⁹

A valorização do biográfico, de acordo com Leonor Arfuch, é construído a partir de uma nova inscrição discursiva, a pós-modernidade, que aponta para a crise dos grandes relatos, das grandes certezas, em que há um descentramento do sujeito e um maior interesse na intimidade. Nessa perspectiva,

uma paulatina expansão de subjetividades ia se tornando perceptível em diversas narrativas, das revistas de autoconhecimento às inúmeras formas de autoajuda, da ressurreição de velhos gêneros autobiográficos a uma audaz experimentação visual.²³⁰

A confluência e circulação de narrativas com a expansão das subjetividades e das escritas de si, têm no espaço autobiográfico o lugar analítico para dar conta dessa multiplicidade de gêneros. Ressalte-se que como espaço ele não é um mero somatório de gêneros. Mas um espaço que se estabelece como horizonte de inteligibilidade que propõe uma leitura transversal das narrativas do eu, as quais dão sentido à vida de um sujeito, em seu vazio constitutivo, diante da necessidade de identificação²³¹.

Em sua trajetória analítica, Arfuch demonstra as memórias, autobiografias, correspondências como um espaço de autorreflexão decisivo para “consolidação do individualismo” como traço característico do Ocidente. Uma construção narrativa do privado em que há uma cisão dualista (público/privado), a qual “a vivência de um eu” fora submetido.²³²

Ainda assim, o relato que uma pessoa real faz de sua existência, acentuando sua vida individual e sua personalidade, não prescindiu do “lugar outorgado ao outro”. O outro, aqui entendido como leitor, ocupa a importante função de “depositário da responsabilidade da crença” da inscrição desse “eu”. Ou seja, o que ancora o “eu” ao

²²⁹ VIEIRA, 2015, p. 1064-1065.

²³⁰ ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico**: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010, p. 18-19.

²³¹ ARFUCH, 2010, p. 22; 30.

²³² ARFUCH, 2010, p. 36.

autor, é uma espécie de “*pacto autobiográfico*” formado entre o autor e o leitor em torno da identidade daquele “eu”.²³³

Para a autora, articulada a partir do pacto autobiográfico proposto por Philippe Lejeune, a tarefa não é simples. Isso porque a identidade do “eu” é complicada, pois suscita questões do tipo: quão real é a pessoa do autobiógrafo em seu livro? Até que ponto pode-se falar de uma identidade entre autor, narrador e personagem? A autobiografia remete ao momento da escrita do eu atual, o que é um obstáculo para o conhecimento fiel e para a reprodução exata dos acontecimentos passados. O que conseqüentemente nos fará formular a questão: qual a distinção entre ficção e autobiografia?²³⁴ Para Arfuch,

não é tanto o “conteúdo” do relato por si mesmo – a coleção de acontecimentos, momentos, atitudes -, mais precisamente as estratégias – ficcionais de autorrepresentação o que importa. Não tanto a “verdade” do ocorrido, mas sua construção narrativa, os modos de (se) nomear no relato, o vaivém da vivência ou da lembrança, o ponto do olhar, o que se deixa na sombra; em última instância, que história (qual delas) alguém conta de si mesmo ou de outro eu. É essa qualidade autorreflexiva, esse caminho de narração, que será, afinal de contas, significativa.²³⁵

Aí reside o valor biográfico, na identificação e desejo do sujeito que é incompleto e, por isso, aberto a identificações e tensões com o outro, o diferente. Ou, nas palavras da autora:

em minha hipótese, é precisamente, esse valor biográfico – heroico ou cotidiano, fundado no desejo de transcendência ou de amor aos próximos – que impõe uma ordem a própria vida – a do narrador, a do leitor – a vivência por si só fragmentária e caótica da identidade, o que constitui uma das maiores apostas do gênero e, conseqüentemente, do espaço biográfico²³⁶.

Certas circunstâncias e momentos da vida de uma pessoa podem estimular o processo de escrita de si, uma excepcionalidade no período de vida de um indivíduo como a prisão, por exemplo. No momento de cárcere escreve-se para resistir, sobrepujar o cativo, para que não se anule a dignidade e nem se perca a consciência que parece tomar uma dimensão maior no caso dos presos políticos. Escrever para si ou para alguém pode então ter efeito catártico, aplacar a angústia do isolamento.²³⁷

²³³ ARFUCH, 2010, p. 52.

²³⁴ ARFUCH, 2010, p. 54.

²³⁵ ARFUCH, 2010, p. 73.

²³⁶ ARFUCH, 2010, p. 55-56.

²³⁷ GOMES, 2004, p 18.

Nos papéis de cárcere de Luandino Vieira, por exemplo, a infinita experiência da dor e da perda proporciona o distanciamento que se revela na escrita e possibilita o testemunho. Ele escreveu em 22 de agosto de 1963 na Cadeia do Comando da PSP:

Desde que há dias vi no caixote do lixo um bife inteiro, senti uma grande vergonha de mim. E tenho andado a pensar como é possível que eu continue a fazer o que fazia ou tenha arranjado o subterfúgio de nunca ter nada para pôr no caixote. Será que há alguém por muito miserável que seja que mereça menos consideração que um cão? E negaria uns restos de comida a um cão? E não será exatamente fazer alguém pior com esse m[eu] procedimento? Chamem-me fraco se quiserem mas não consigo continuar a proceder da mesma maneira. Não pode haver ser humano que não mereça aquilo que não faz falta. (Penso que 2 anos desta vida não chegam ainda para me mostrar tudo. Talvez precise de sofrer mais, se é que já sofri alguma coisa, para ser mais humano).²³⁸

Na dimensão do testemunho em que relata a violação de um sistema opressor, emerge sentimento de revolta, mas elenca questões de solidariedade, igualdade de oportunidades, sensibilidade com o ecossistema. Negar um bife a qualquer cão e jogá-lo no lixo envolve discussões de sofrimento e de falta de humanidade.

Ao analisar os documentos numa pesquisa em história, precisamos atentar para as demandas que aparecem e respondê-las. Questão que são postas da seguinte forma:

Quem escreve? Em que condições e locais elas foram escritas? Onde foram encontradas e como estão guardadas? Qual ou quais o(s) seu(s) objetivo(s)? Qual o seu ritmo e volume? Quais as suas características como objeto material? Que assuntos/temas envolvem? Como são explorados em termos de vocabulário e linguagem?²³⁹

Ainda é importante o pesquisador observar as importantes relações estabelecidas entre “quem escreve, o que escreve, como escreve e o suporte material usado na escrita”. Atentando que de acordo com o contexto dessas escritas, elas acumulam

temas e informações, sem ordenação, sem finalização, sem hierarquização. Um espaço que estabelece uma narrativa plena de imagens e movimentos — exteriores e interiores —, dinâmica e inconclusa como cenas de um filme ou de uma peça de teatro. Um tipo de discurso multifacetado, com temas desordenados, que podem ou não ser retomados e desenvolvidos, deixando às vezes bem claro até onde se diz alguma coisa.²⁴⁰

²³⁸ VIEIRA, 2015, p. 353.

²³⁹ GOMES, 2004, p. 21.

²⁴⁰ GOMES, 2004, p. 21.

Portanto, diários, correspondências e outras formas de escrita de si não diferem do tratamento dado as demais fontes. Precisamos atentar para suas especificidades, o contexto de produção e, em tempo algum, tratá-las como formas naturalizadas e espontâneas. Nosso objetivo ao analisar o documento é identificar como o real foi pensado, escrito e dado a ler pelos contemporâneos dos acontecimentos. Ao tratarmos do diário de José Luandino Vieira, podemos recuperar uma experiência do cárcere, uma vez que, como valoração individual de uma experiência, ela pode ser compartilhada por meio da sua narrativa, conformando-nos na “intimidade entre estranhos.”

Os papéis da prisão de Luandino Vieira constituem então a elaboração dos cadernos autobiográficos como escritas de si – exercícios de escrita íntima que funcionam como matéria prima para a elaboração de obras futuras. Associada à meditação como exercício de autoanálise e desenvolvimento de reflexões, além da preparação para se lidar com situações reais. Assim como o depoimento do autor sobre suas experiências marcadas pelo advento da guerra colonial pela emancipação política de Angola, pensando o livro como um espaço de recordação em que se destaca a escrita de testemunho como constituidora não apenas de uma memória individual, mas de uma dimensão de memória pública de cunho político do período.

O depoimento que vai sendo construído ao longo dos cadernos possui tanto um sentido de escrita íntima, quanto uma preocupação constante com o registro detalhado das condições a que era submetido o autor como prisioneiro. Uma escrita marcada por uma vontade de memória, uma necessidade de fixação dos acontecimentos para que, futuramente, outras pessoas pudessem vir a saber o que aconteceu durante os anos sob tutela do colonialismo português. Nesse sentido, a recordação pessoal expressa por Luandino Vieira nos seus cadernos visa propiciar uma monumentalização das suas experiências como emblema da barbárie humana, marca do abuso de poder que caracteriza os sistemas fascistas, ou, nas palavras de Primo Levi: “a realização de um sonho demencial, em que um manda, ninguém mais pensa, todos andam sempre em fila, todos obedecem até a morte, todos dizem sempre sim.”²⁴¹ No apontamento referente a chegada do autor ao Campo de Trabalho do Chão Bom, Tarrafal, Luandino Vieira descreve suas primeiras impressões do espaço e das condições do campo de concentração, pontuadas com as dores da

²⁴¹ LEVI, 2016, p. 10.

obediência cega, forçada, às normas do espaço prisional e o senso de perplexidade com tudo aquilo que instaurava uma atmosfera que lhe parecia irreal, aproximando-se de um pesadelo do qual não conseguia acordar: “Perplexidade! Parece um sonho vir cá parar. A todo o momento creio que vai desaparecer o que tenho na frente e encontrar-me outra vez em Luanda. Mas não!”²⁴²

A documentação produzida por José Luandino Vieira no cárcere tem por forma predominante o fragmento. “Forma que ainda não dissolve os limiares com o informe e o opaco da experiência, mas que se institui como peculiar no contexto do cárcere: as escritas são, por contingências, marcadas pelo fragmentário.”²⁴³ Se a condição biográfica da detenção contribui para definir esta forma predominante, a qual se afirma pela incompletude ou pela insuficiência, sabemos também que os fragmentos não atuam isoladamente, mas recompõem-se dentro do projeto que os contêm.

No caso do José Luandino Vieira, numa escrita inesgotável e multiforme, articulada em uma década de prisão, a dialética entre o fragmento e projeto – aqui pensado não só como um projeto literário, mas uma literatura que veicula uma identidade cultural para uma nação que ser livre – é fundadora de uma pluralidade de outras formas e gêneros. Há diários, estilhaços autobiográficos, esboços de contos, cartas, confissões, ensaios. Nenhum fragmento é suficiente para preencher um modelo, mas a sua acumulação produz uma espessa impressão histórica.

²⁴² VIEIRA, 2015, p. 548-549.

²⁴³ RIBEIRO; VECCHI, 2015, p. 15.

Imagem 6 – Fragmento escrito por Luandino na Cadeia Comarcã de Luanda em 03/01/1964

rio, lagoas etc).

Acima destes predomínio, referiram um o seguinte episódio: um quilombo extenso e bombar se uniu, tendo sido atraído pela seara e, durante um mês ter vivido comodamente debaixo da água, tendo depois ao cabo de um tempo, suscitado sendo do um colosso, já fatiado do com o poder místico; em meados indivíduos mais tarde, tendo sido abrutido pela seara de que não devia necessitar honrarias pelos praticos indígenas, sentir se chucotea de inanimadamente logo após uma transgressão involuntária e perante os Conselheiros; um acto, a seguir, ca, em um repensar de um ter sido suscitado a comunicação, obrigatória, ter provocado a ira da seara, excitando repentinamente a ira da Barra que, se ocorreu, atrombava com a família; um outro acto, também a cargo, promover tornando com de inspiração, que todas as vezes que lhe apetecia, mandava que se buscasse comida ao rio; e graças misteriosamente, apanharia comida sem peixes, platinando a água e sendo da água. // O seu predicamento obedece a uma formalidade particular: em actos recitados e em presença comum, e muitas vezes também fornecido por um confrade, depois pelo seara, em ultimo pelo nota. Este acto, única para a favela, impõe sigilo e exige para prevenir o conceito da invalidade. Cada um ricamente a de excitar a seara para este praticamento. // Depoimento fidedigno, uma mulher, que ignorava tal pratica, por constatação, depois, tentou expor-se a seara e a seara.

Estudipi

Domingo

Talvez o tipo mais tipico do velho cardeal e o conjunto do seara e de uma luta constante entre a impulsividade generosa natural e a exigência racional de auto domínio e equilíbrio - que eu a seara, que eu a seara. Com tipo de mulher cujo impulso sentimental e de natural intuição de justiça e bondade. Uma educada em meio branco (de similitude) origina uma reacção catrônica contra a seara, um pouco seara na situação o me o bom

Fonte: VIEIRA, 2015, p. 398.

No fragmento acima, é possível reparar com as palavras são próximas umas das outras, além das abreviaturas. Além disso, o uso de barras duplas ao longo do fragmento para demarcar um novo tópico de assunto. Indícios da dificuldade de acesso à materiais para a escrita e as formas de lidar com essa escassez.

Imagem 7 – Bilhete de Hedi para Luandino em 02/03/1963 no PPPIDE²⁴⁴

Frère: Merci, mille fois ^{merci} je ne puis exprimer que vos bontés, un
 frère pour nous autres pas les amis. Mon frère j'ai le plaisir de vous
 envoyer cette objet pour vous le remettre à Xexe avec mes meilleurs
 vœux. Excusez moi, ce que est que j'ai, j'ai de rien et autre.
 Enfin passer fort bien le bonjour à Charles ainsi que Xexe tant
 au tien et son caduc et au frère africain, et j'ai de sabbien
 jamais votre plaisir j'espère à l'infin, et merci et amicalement
 Hedi

Fonte: VIEIRA, 2015, p. 157.

O bilhete acima em francês foi escrito pelo preso tunisiano de nome Hedi. De acordo com Luandino, o bilhete foi enviado dentro de uma embalagem de maço de cigarros. O sulco bem ao centro do escrito indica que ele foi dobrado para melhor acomodar no maço. Eram as táticas para circulação das mensagens e ludibriar o controle do cárcere. No bilhete na próxima página, observa-se as bordas rasgadas, que demarcam não só o racionamento do papel, mas a garantia de discrição de sua circulação entre os prisioneiros.

²⁴⁴ O bilhete é um agradecimento pelos maços de cigarros ofertados por Luandino Vieira. “Irmão: obrigado, mil vezes obrigado, sei realmente que é um irmão para nós não um amigo. Meu irmão tenho o prazer de vos enviar este objeto para dar ao Xexe com os meus melhores votos. Desculpe-me isto que é o que tenho, não tenho outra coisa. Finalmente, dê cumprimentos [?] bem como ao Xexe de um coração de um puro africano e nunca esquecerei a vossa alegria até ao infinito e antecipadamente obrigado. Hedi”. Tradução dos organizadores. VIEIRA, 2015, p. 157.

Imagem 8 – Bilhete enviado por J[orge]. Rocha²⁴⁵ à Luandino em 15/5/1963

Bilhete de Rocha:

Foram colocados gravadores m/casa registaram todas as conversas. Sabem fui portador Lisboa livrozinho M.P. Andrade enviado lá p/casa pelo Sócrates e doutro documento ambos encontrados com o Coelho. Terei justificar endereços Sócrates Paris uso pessoal. Meu irmão Mário – A. Bobela Motta e eng. Camacho O. Costa conhecem – segue amanhã avião Moçâmedes. Veio ver-me Era bom que fosse N. Lisboa dar notícias minhas m/ família. 3 dias sem comer nem dormir arrasaram²⁴⁶.

Fonte: VIEIRA, 2015, p. 289.

A discricção da circulação dos bilhetes era necessária obviamente pelo seu conteúdo. No caso do bilhete do Jorge Rocha diz:

Foram colocados gravadores m/casa registaram todas as conversas. Sabem fui portador Lisboa livrozinho M.P. Andrade enviado lá p/casa pelo Sócrates e doutro documento ambos encontrados com o Coelho. Terei justificar endereços Sócrates Paris uso pessoal. Meu irmão Mário – A. Bobela Motta e eng.o Camacho O. Costa conhecem – segue amanhã avião Moçâmedes. Veio ver-me Era bom que fosse N. Lisboa dar notícias minhas m/ família. 3 dias sem comer nem dormir arrasaram²⁴⁶.

De fato, é um conteúdo bastante estimulante. Observa-se que há uma rede eficaz de informações dentro e fora da prisão. O bilhete informa e denuncia o uso de escutas nas residências, evidenciando, o que já é de conhecimento notório, os métodos usados pelos órgãos de repressão. O livro referido, provavelmente, é o *Liberté pour l'Angola* do Mário Pinto de Andrade e publicado originalmente na França em 1962. O portador do livro era o escritor e político nacionalista angolano Sócrates Dáskalos, que no período estava exilado na França. Devemos pontuar a diversidade de componentes que compõe essa rede. Jorge Rocha como dissemos, era um funcionário da CFB, cujo irmão Mário, podemos deduzir que Jorge também, eram conhecidos do jornalista Alfredo Bobela Motta, que integrava o júri do concurso literário angolano Mota Veiga, o qual premiou o livro *Luuanda* de Luandino no ano de 1963. Com esses nomes todos tão atuantes na luta pela independência de Angola, a distinção desse circuito era vital.

²⁴⁵ Jorge Rocha era um funcionário da Empresa Caminho de Ferro de Benguela (CFB). De acordo com Luandino, ele fora acusado de aliciar membros para o MPLA. VIEIRA, 2015, p. 267.

²⁴⁶ VIEIRA, 2015, p. 290.

As ações de sentinela pelos agentes da PIDE já eram fontes de preocupação para Luandino já nos primeiros meses de sua prisão. Havia vigilância sobre seus companheiros de atividades literárias e políticas, bem como sobre Linda, sua esposa que o visitava com frequência nas diversas prisões luandenses. Sua aflição sobre os perigos que sua esposa corria foram introduzidos no dia 28 de janeiro de 1963:

Continuo preocupado com o cão da pide que voltou à perseguição da K. Terá alguma coisa a ver com o aparecimento dos panfletos do mpla? Pensarão eles que a K... nem quero pensar nisso, estes tipos são capazes de todas as fantasias. Tenho que avisar a K. para ter sempre as cartas e apontamentos no sítio escondido, ter o cuidado antes de sair para o emprego pôr tudo a salvo, porque com estes cães desorientados nunca se sabe o que pode suceder...²⁴⁷

Já relatamos que Linda retirava os manuscritos dos livros da prisão por meio de um fundo falso em sua bolsa. Obviamente manteria em lugar a salvo caso houvesse uma possível batida em sua residência, como Luandino sugere na entrada acima. O medo de Luandino era uma possível associação, por parte da PIDE, de sua esposa com as atividades desenvolvidas pelo MPLA, nesse caso a distribuição de panfletos nacionalistas e de denúncia de diversos abusos da polícia que circulavam, principalmente no musseques luandenses.

Observou-se que o início da escrita não coincide com o começo da prisão que ocorreu em 20 de novembro de 1961. Com efeito, os primeiros seis meses de detenção, em Luanda, foram essenciais para José Luandino Vieira organizar, estabelecer e asseverar a segurança da rede de comunicação, quer dentro do espaço prisional quer com o mundo exterior. Além disso era preciso compreender a dinâmica prisional, para saber quando escrever. Luandino narrou um momento de tensão que passou ao chegar em sua cela.

Ontem sucedeu-me um facto que durante cerca de 10 minutos me pôs sucessivamente perplexo, em pânico, etc...
Quando saio para o recreio fecho sempre a porta por causa das moscas. Quando vim do recreio a 1.^a coisa que notei foi que a porta não estava fechada no trinco como a deixara. Não liguei – confusão minha! Mas qdo. Entrei na cela tinha a sensação nítida de que alguém lá estivera na m[inha] ausência. Descobri logo a luz da casa de banho acesa e logo depois ante o meu espanto os copos desarrumados. Eu deixo sempre os copos enfiados um no outro e sobre eles, invertida, a caneca de alumínio. Estava um para cada lado [...]. Pensei logo que o Caxias & C.^a tinha vindo passar revista à cela e um calafrio percorreu-me de alto a baixo: havia apontamentos, e uma carta do God e outra do Am[aral] nas respectivas caixas de fósforos. Abro-as a tremer: as cartas estavam lá. Penso: leram e deixaram. Mas por quê? Não havia mais nada que revelasse indício de busca.²⁴⁸

²⁴⁷ VIEIRA, 2015, p. 116.

²⁴⁸ VIEIRA, 2015, p. 90.

A organização da cela era um elemento importante porque permitia indícios de uma possível revista enquanto se estava ausente. As caixas de fósforos não só condicionavam o material escrito como também serviam de meio de comunicação, os maços de cigarro também atendiam a esse último propósito, entre os presos em suas celas. As caixas também estabeleciam os limites da escrita que se caracteriza pela fragmentação.

Os fragmentos tornam-se gestos únicos e insistentes contra o silenciamento e a ameaça constante da perda e do recalçamento. Sobre a passagem acima, ainda é importante frisar que ao encontrar o seu material não houve um alívio por parte do Luandino porque subjazia dúvida sobre o interesse dos carcereiros em manter as cartas na cela. O que eles pretendiam com isso? Essa tensão psicológica estará presente em todo o encarceramento.

O fragmento também o era pela impossibilidade de se conseguir material para a escrita dentro do cárcere. Não se dispunha de papel e lápis a contento, e quando se consegue é narrado²⁴⁹ como um fato bom em um dia na prisão:

Outra coisa foi o facto de ter conseguido passar o lápis ao F. Parreira, ter recebido o bilhete e via-Amaral ter passado já à Clara. Quando fui buscar o Xexe ao tanque de água o Am[aral] disse-me que a Clara também não tinha com que escrever (o que quer dizer que o Amaral teve tempo de até falar com ela). Hoje de manhã na limpeza dei ao Jorge um lápis, que ele já “deixou” lá na cela da Clara, quando a limpou. [...] Enfim, não há sistema de repressão que a solidariedade não fure...²⁵⁰

Em seus limites, o fragmento “é a ponta emergente do que resta fora da cena e que, de outro modo, ficaria sem representação”²⁵¹, ou seja, é o material mais próximo do silêncio, aquele que se coloca em comunicação com ele: “Hoje já não escrevo mais, estou mto. triste e nem sei escrever.”²⁵² De igual maneira, é o resultado da alteração radical do contexto desfavorável à escrita e que, apesar disto, resiste como uma prática obstinada: “tu sabes que, se eu começar a escrever não posso guardar o que escrevi, tu sabes com essas prisões no sul, posso ser chamado a PIDE de um momento para o outro e assim com tantas porcarias; passo a escrever”.²⁵³

²⁴⁹ Os personagens desse bilhete eram todos encarcerados do Pavilhão Prisional da PIDE em Luanda.

²⁵⁰ VIEIRA, 2015, p. 126.

²⁵¹ RIBEIRO; VECCHI; SILVA, 2015, p. 14.

²⁵² VIEIRA, 2015, p. 168.

²⁵³ VIEIRA, 2015, p. 284.

Impressiona o choque entre a violência, aparente ou implícita, da cadeia que transborda nas notas do escritor e a grande evasão proporcionada pela memória (familiar, afetiva, política, cultural), pela literatura, pela utopia, pelo grande sonho da independência e do fim do colonialismo. Tudo muito próximo, em estrito contato, mostrando que o medo e o desejo se condensam na experiência da cela e fundam um outro saber, uma outra escrita.

O rosto imediato e brutal da detenção surge em fragmentos como abaixo, onde a mediação do eu converte a escrita num espaço reflexivo:

Continuam as torturas tendo estado a espancar um moço das 3 menos 10 até às 4 horas. Nem sei como almocei. Eram berros horríveis e mesmo assim parecia que lhe tinha posto um lenço na boca, porque chegavam abafados. Estive quase a vomitar o almoço, o estômago, recusa-se a digerir e cada vez me sinto pior. Terei ainda que aguentar isso muito tempo? Ficarei a mesma pessoa? Às vezes tenho medo de perder a cabeça, de enlouquecer pensando na tristeza desde ontem naquele súbito sentimento de solidão total descobri que foi devido a uma coisa que a K²⁵⁴ me contou.²⁵⁵

A mistura singular de utopia, de terror e de um idealismo que surge das torpes barbáries punitivas do domínio colonialista e do espaço de detenção, tece uma escrita que evidencia o cárcere como um lugar que articula uma delimitação territorial e temporal, “absolutizada na configuração temporal de um espaço de isolamento.”²⁵⁶

Não menos importante, é atentar para o caráter testemunhal da citação acima. Escrever na prisão não é algo fácil, e elaborar um relato no instante que se testemunha um ato violento complexifica a tarefa de narrar o trauma. Como bem aponta Seligmann-Silva, “a memória do trauma é sempre uma busca de compromisso entre o trabalho de memória individual e outro construído pela sociedade.”²⁵⁷ Escreve-se para não se esquecer; escreve-se para se lembrar e escreve-se também para se evadir.

A escrita era vista como fator constituinte de uma etapa essencial no processo de produção de subjetividade, operando a transformação dos discursos e pensamentos reconhecidos como verdadeiros no conjunto de costumes e hábitos fundamentais para a constituição da noção de identidade. poderiam ser entendidas como um arquivo das coisas lidas, ouvidas ou pensadas que acabavam também por

²⁵⁴ “K” era uma das formas que José Luandino Vieira referia-se a sua esposa Linda.

²⁵⁵VIEIRA, 2015, p. 238.

²⁵⁶ RIBEIRO; VECCHI, 2015, p. 19.

²⁵⁷ SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma – A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia Clínica**. Revista do Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica /RJ, n.1, 2008, p. 67.

formar a matéria prima para escritos futuros, mais detalhados, sobre determinados assuntos. A partir desses cadernos, o indivíduo unificava, por intermédio da sua individualidade, fragmentos heterogêneos no exercício da escrita íntima. É a escrita pessoal, por conseguinte, que transforma a coisa vista ou ouvida num princípio de ação racional constituidora dos modos de subjetividade do próprio escritor.

A ideia de funcionamento da escrita e envio das cartas como uma maneira de relatar a vida cotidiana, não pela importância de eventos particulares, mas enquanto expressão de um modo específico de ser, que se constitui como parte da própria prática epistolar. No sentido empregado nos papéis de Luandino Vieira, a troca de correspondências obedecia a um imperativo de ocupar-se de si mesmo, um exame de consciência contínuo que fazia coincidir o olhar do outro e aquele que se voltava para si próprio na definição de técnicas de vida frente à violência extrema e à privação da experiência dos afetos. Esse estado de privação constante que resultava das imposições da luta contra o colonialismo português fazia com que as instâncias da política e as instâncias do afeto se misturassem. Assim, ao mesmo tempo que as cartas visavam a manutenção dos laços de amizade e familiares, constituíam também comunicações trocadas por vias clandestinas que mantinham vivas as centelhas da revolução, na medida em que era a própria projeção para um futuro utópico onde Angola fosse finalmente uma nação livre que mediava a constituição das tecnologias do sujeito:

Eram cartas que eu escrevia, dobrava, com selo e o inspetor que dirigia o Pavilhão lia, fechava e mandava pôr no correio. No mesmo dia, pela via clandestina²⁵⁸, saía uma carta com os assuntos que não podia pôr obviamente naquelas cartas. [...]. Essas outras cartas estavam subconscientemente guardadas para manter a unidade da família. Em todas as cartas dou argumentos, escrevo argumentos, para mim e para a Linda, no sentido de manter o tipo de ligação que nós tínhamos, que era aquilo a que nós chamávamos de uma ligação para o futuro e que, agora, tinha de ser assim visando o fim último que era a luta pela independência de Angola.²⁵⁹

Podemos perceber que a necessidade de se comunicar com os seus, conduziu Luandino a inventar e fabricar outros mecanismos por meio dos quais pudesse transmitir de forma clandestina aquilo que quisera expressar e compartilhar. Em

²⁵⁸ Lembrando que uma via clandestina comum usada por Luandino durante seu encarceramento nas prisões de Luanda era sua esposa Linda. Ao levar refeições ao marido, ela usava um saco de fundo duplo. Por ele iam e vinham os bilhetes com as recomendações, informes e saudades. Por essa via saíram as páginas manuscritas de *Vidas Novas* e de *Luuanda*.

²⁵⁹ VIEIRA, 2015, p. 1046.

tempos sombrios, as cartas foram uma tática de resistência, uma chave de sobrevivência e uma janela para o mundo.

A prisão como um instrumento a serviço do poder, lança mão de medidas de isolamento, de privação de todo contato exterior, de incomunicabilidade, assim como censura para a tender o propósito desejado: seja a eliminação dos dissidentes do *status quo*, ou a tentativa de conversão e recuperação desse prisioneiro. Ainda que existam diversos tipos de prisões, em todas elas há o controle do exercício da escrita por parte dos prisioneiros e prisioneiras. Uma vez completamente proibidas, em outras estritamente vigiadas, a correspondência pode ser objeto de múltiplas regulações.²⁶⁰

No Tarrafal, a correspondência era o principal meio de se comunicar com os entes queridos, de manter vínculos, de criar outros. Lembrando que o campo de concentração ficava na Ilha de Santiago, no Atlântico, quase 5.000 quilômetros de distância de Luanda para se ter uma referência. Ao contrário das cadeias de Luanda, em que sua esposa Linda poderia visitá-lo com frequência, o distanciamento do C.T.C.B era um impeditivo, e parte da punição. Linda, durante praticamente os oito anos que Luandino esteve lá preso, só obteve autorização para visitá-lo duas vezes: em julho de 1965 e maio de 1969.

A pouca correspondência permitida é limitada legalmente a duas vezes por mês e sempre dependente da solicitude dos diferentes diretores do C.T.C.B. Limitava-se também a quantidade folhas: “Convocado pelo chefe de guardas para me informar que a m/ carta só vai daqui a 10 dias porque tem 10 folhas!”²⁶¹ Luandino em entrevista relata que fora chamado a direção e informado que suas cartas eram muito grandes, dando muito trabalho aos censores para “editá-la”.²⁶² Dessa maneira, acaba por ter as autorizações restringidas de acordo com preso. Por exemplo, somente em 1965 foi permitido a Luandino correspondência com não familiares. Carlos Ervedosa, como já dissemos, teve que se dizer primo para poder lhe escrever.

A entrada do Eduardo Vieira Fontes, o Dadinho, na direção do campo em 1967, fez a correspondência ser fortemente vigiada e cesurada. Por motivos de segurança, suspendem a correspondência por carta restringindo-a apenas ao sistema de telegramas. O qual era mais dispendioso, circunscrevendo pela imposição monetária

²⁶⁰ Para aprofundar o assunto ver: BLAS, Verónica Sierra. **Cartas presas**. La correspondencia carcelaria em la Guerra Civil y el Franquismo. Madrid: Marcial Pons História, 2016. Mais precisamente o segundo capítulo: ¿Cartas Cautivas?

²⁶¹ VIEIRA, 2015, p. 581.

²⁶² VIEIRA, 2015, p. 1060.

o que seria informado, facilitando a atuação dos censores.²⁶³ Ainda sob sua administração, limitava-se as laudas das cartas sob o pretexto de falta de material para atender todos os presos. Como expõe Luandino em 10 de abril de 1970:

como saiu uma ordem de serviço limitando ainda mais a correspondência (não basta terem-nos presos é preciso, sempre que possível, tentar destruir tudo quanto ainda nos dê a consciência de seres humanos), agora para 3 cartas por correio e 3 laudas, no máximo, por carta (sob o pretexto de ter aumentado a população prisional o que é mentira [...] tenho que te escrever de outro modo, miúda.²⁶⁴

Como prática ativa e esperada, o controle da escrita dos presos políticos já aparece nas primeiras cartas que Luandino tentou enviar para a Linda e teve partes censuradas. O primeiro incidente, como Luandino chamou a censura foi registrado em seu diário no dia 19 de agosto de 1964 e fazia referência a uma missiva datada do dia 12 daquele mês, ou seja ainda escrita no barco que o transportou para o Tarrafal.

²⁶³ RIBEIRO; SILVA; VECCHI, 2015, p. 1028-1030.

²⁶⁴ VIEIRA, 2015, p. 939.

Imagem 9 – Fragmento de carta de José Luandino Vieira para sua esposa Linda²⁶⁵

S. Vicente 12-8-64 - Querida K.: Continuo para ti o "diário de bordo" conforme te prometi e me é fonte de alegria e única camaradagem como bem sabes. Estamos ainda ancorados em S. Vicente, cidade que não vejo pois o navio ancorou com bombordo para o mar - e eu vou instalado à ré, a bombordo (para ti, que já esqueceste o que te ensinei de náutica, bombordo é o lado esquerdo, quando virados para a vante ou proa...). Acabo de te mandar um postal comprei a um vendedor pois aqui a bordo andam enxames deles - transistores, objectos de osso e madrepérola, palha etc. - enquanto no cais as prostitutas passeiam, ondeando-se para os marujos. E há, claro, o pessoal da estiva, a trabalhar em marcha forçada pois têm 700 toneladas de gesso para meter a bordo e o comandante quer sair às 21 horas - o que nos parece muito difícil. Mas o que te quero dizer, como impressões fugazes, de quem vê apenas pela vigia é o que já resumi no meu postal: uma impressão de subdesenvolvimento nas faces e vestuário das gentes; uma população de elevadíssima percentagem de mestiços; a língua cantante, o crioulo; disputam o trabalho os estivadores e o pão que alguém do navio lhes atira. Facto curioso: durante todo o tempo de trabalho as mulheres estão sentadas no cais, com o cesto da comida e a água, porto de abrigo onde os «enfarinhados» homens vão beber e comer a correr. Estão sentadas, resignadamente, e não têm idade as suas faces. É como te disse, meu amor: com ar próspero, só vi as "mocinhas". É interessante como ^odo que conheço da literatura cabo-verdeana, isto tudo me parece conhecido, já visto [...].

Fonte: VIEIRA, 2015, p. 550.

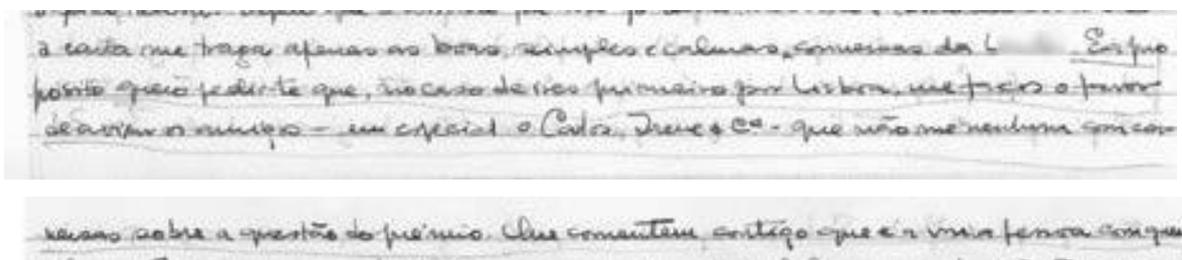
Ao analisar esse recorte, podemos observar a maneira como os agentes censores procediam. De certo modo, é prática entre os agentes censores, em numerosas ocasiões, a intervenção violenta nas cartas dos presos e de suas famílias,

²⁶⁵ "S. Vicente 12-8-64 – Querida K.: Continuo para ti o "diário de bordo" conforme te prometi e me é fonte de alegria e única camaradagem como bem sabes. Estamos ainda ancorados em S. Vicente, cidade que não vejo pois o navio ancorou com bombordo para o mar - e eu vou instalado à ré, a bombordo (para ti, que já esqueceste o que te ensinei de náutica, bombordo é o lado esquerdo, quando virados para a vante ou proa...). Acabo de te mandar um postal comprei a um vendedor pois aqui a bordo andam enxames deles - transistores, objectos de osso e madrepérola, palha etc. - enquanto no cais as prostitutas passeiam, ondeando-se para os marujos. E há, claro, o pessoal da estiva, a trabalhar em marcha forçada pois têm 700 toneladas de gesso para meter a bordo e o comandante quer sair às 21 horas - o que nos parece muito difícil. Mas o que te quero dizer, como impressões fugazes, de quem vê apenas pela vigia é o que já resumi no meu postal: uma impressão de subdesenvolvimento nas faces e vestuário das gentes; uma população de elevadíssima percentagem de mestiços; a língua cantante, o crioulo; disputam o trabalho os estivadores e o pão que alguém do navio lhes atira. Facto curioso: durante todo o tempo de trabalho as mulheres estão sentadas no cais, com o cesto da comida e a água, porto de abrigo onde os «enfarinhados» homens vão beber e comer a correr. Estão sentadas, resignadamente, e não têm idade as suas faces. É como te disse, meu amor: com ar próspero, só vi as "mocinhas". É interessante como o do que conheço da literatura cabo-verdeana, isto tudo me parece conhecido, já visto [...].

a ponto de borrarem, mancharem palavras, frases ou mesmo parágrafos inteiros. Aqui os agentes sublinham ou riscam de maneira que ainda fosse possível ler o que foi censurado, no caso o que estavam em desacordo com a ideologia ou propaganda que as autoridades queriam veicular. Nesse caso, falar sobre as prostitutas no cais, exploração dos trabalhadores e a miséria daqueles que tinham que “disputar um pão” deviam ser censurados. Uma vez sublinhadas e/ou riscadas, as cartas eram devolvidas ao remetente, sinalizando as partes que deveriam ser omitidas ou reescritas por aquele. Além disso, nesse controle e manipulação do que escrever, tentava-se imprimir ao destinatário que a carta recebida não havia sofrido censura, já que havia sido reformulada, dando a entender que o regime colonialista era indulgente com seus prisioneiros.

Luandino reclamou, em 05 de junho de 1965, sobre uma carta que havia sido devolvida porque ela mencionava correspondências enviadas a outras pessoas. O fragmento da parte cesurada segue abaixo.

Imagem 10 - Recorte de carta de Luandino Vieira para Linda²⁶⁶



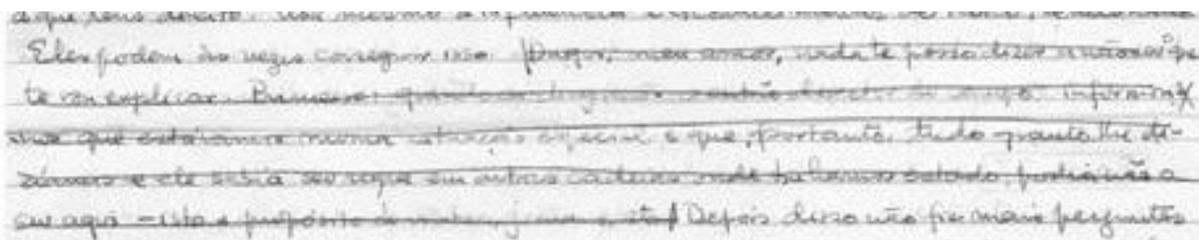
Fonte: VIEIRA, 2015, p. 661.

Pela censura, no fragmento anterior, percebe-se que, ao não permitir nenhuma referência a cartas enviadas, era para que tanto remetentes e destinatários não tomassem ciência de quais e quantas cartas haviam sido enviadas e/ ou recebidas. Não parece obtuso dizer que esse controle das correspondências objetivava romper uma linearidade das informações e interromper uma possível circulação de ideias, mensagens que os agentes acreditassem ser constituintes de uma rede.

²⁶⁶ E a propósito quero pedir-te que, no caso de ires primeiro por Lisboa, me faças o favor de avisar os amigos – em especial o Carlos, Irene & C.^a – que não me venham com conversas sobre a questão do prémio. Que comentem contigo que é a única pessoa com quem o faço. Sobre os comentados da carta, são o já referenciado Carlos Ervedosa e Irene Marília R. Gonçalves com quem Luandino se correspondia e parecia ser bem próxima de sua esposa Linda. Até o momento não conseguimos ter mais informações sobre ela. No entanto, pelo material analisado, o Luandino a escrevia na tentativa de obter informações sobre sua esposa Linda. VIEIRA, 2015, p. 661.

Censurava-se também qualquer comentário sobre a conduta da direção ou a atuação administrativa do campo. Como podemos detectar nos excertos abaixo que pontuam a fala do diretor José da Silva Vigário²⁶⁷, sobre a conduta daquele campo ser diferente das demais prisões que ele estivera, principalmente ao que tange correspondências e visitas.

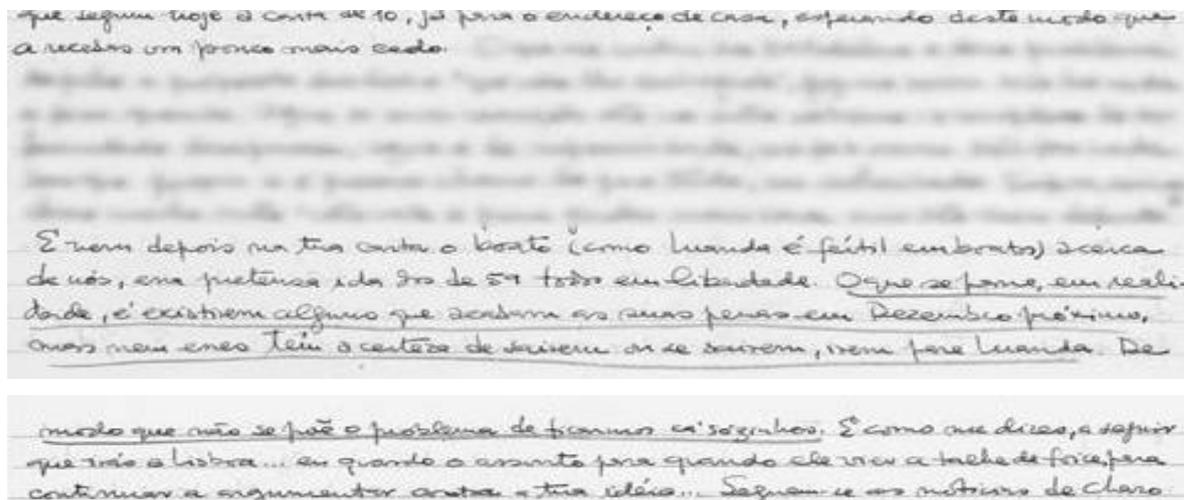
Imagem 11 – Carta de José Luandino Vieira para Linda (1)²⁶⁸



Fonte: VIEIRA, 2015, p. 646.

Ou especulações sobre a soltura de presos em dezembro de 1965. Uma preocupação em não publicizar informações de cunho administrativo interno.

Imagem 12 – Excertos de carta de Luandino Vieira para Linda em abril de 1965²⁶⁹



Fonte: VIEIRA, 2015, p. 615.

²⁶⁷ Diretor do C.T.C.B entre 1965 e 1967.

²⁶⁸ “Daqui, meu amor, nada te posso dizer a não ser o que eu vou te explicar. Primeiro: quando cá chegámos o então director do campo informou-nos que estávamos numa situação especial e que, portanto, tudo quanto lhe dizíamos e ele sabia ser regra em outras cadeias onde tínhamos estado, podia não o ser aqui – isto a propósito de visitas, jornais, e etc.” VIEIRA, 2015, p.646.

²⁶⁹ “O que se passa, em realidade, é existirem alguns que acabam as suas penas em Dezembro próximo, mas nem esses têm a certeza de saírem ou se saírem, irem para Luanda. De modo que não se põe o problema de ficarmos cá sozinhos. E como me dizes, a seguir que irás a Lisboa... eu aguardo o assunto para quando ele vier a talhe de foice para continuar a argumentar contra tua ideia...” VIEIRA, 2015, p. 615. A parte encoberta foi a pedido do José Luandino Vieira para manter o anonimato dos envolvidos.

Imagem 13 – Carta para Linda em 22 de junho de 1965²⁷⁰

Terça, 22* Recebi finalmente ontem, o teu telegrama dando notícias concretas mas não ainda definitivas. Quando havia transportes não havia autorização; agora que tens a autorização, rareiamos transportes. Há sempre qualquer coisa a emperrar a boa marcha de tudo quanto planeamos objectivamente. Acredito mesmo que não arranjarás outro transporte que não seja o barco de 25 do c[orrente] – o que te fará viajar, tanto quanto sei, com o director do campo que te irá conceder a visita. Estou porém mais descansado: sei que estás já mais perto, em Lisboa, e aí tratando de múltiplos problemas e aspectos relacionados também com a visita e a nossa vida. Agora é só aguardar mais notícias tuas, e sobretudo as cartas que me chegarão ainda de Luanda quando já não estás... e não sei o que fazer com esta que estou escrevendo: se a guardo para te entregar pessoalmente se ainda a enviarei para a Irene. Tudo depende do teu telegrama. Agora espero que não chegue tão atrasado como esta pois pode originar que estejas já na Praia e eu sem saber. Este foi transmitido de Luanda às 10h e recebido no Tarrafal às 15h – i.e. cinco horas depois. Mas do Tarrafal ao campo demorou dois dias! De 19 a 21! E lá estaria ainda se lá não fosse um funcionário do campo. Ainda se não houvesse telefone... Enfim, a vida aqui é muito lenta e quem tem de esperar 14 anos também pode esperar 2 dias por um telegrama que se pagou exactamente para ser rápido. Só a morte é tão ou mais rápida que noutros sítios. Hoje o dia não tem nada a assinalar, estou de faxina, um pouco cansado e vou descansar. Amanhã terei talvez a tua carta e mais conversarei contigo meu amor. Beijo-te calmamente e aguardo a visita – quaisquer que sejam as condições da mesma – para as boas conversas que necessitamos para orientar estes anos mais próximos a nossa teimosa vida. Um abraço do teu companheiro e amigo Zé. VIEIRA, 2015, p. 677.

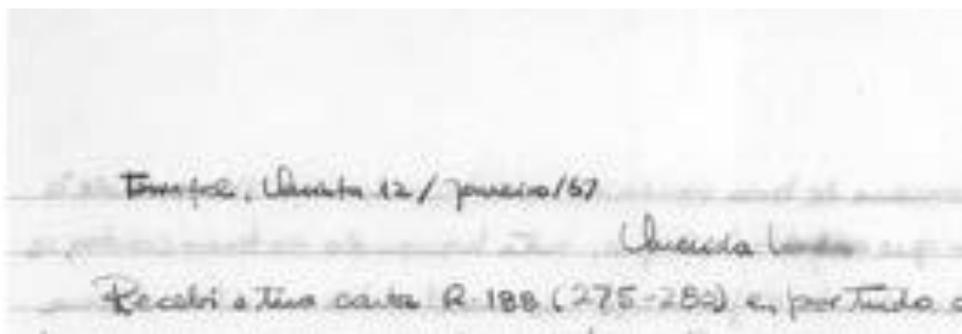
Fonte: VIEIRA, 2015, p. 677.

No fragmento anterior, censura-se uma certeza implícita de que o diretor autorizará a visita de Linda. Obviamente o diretor não quer exortar essa conduta no prisioneiro. Outras partes censuradas fazem uma crítica ao atraso do recebimento de um telegrama, o qual tem a ver com o controle por parte da administração do cárcere,

²⁷⁰ Terça, 22 * Recebi finalmente ontem, o teu telegrama dando notícias concretas mas não ainda definitivas. Quando havia transportes não havia autorização; agora que tens a autorização, rareiamos transportes. Há sempre qualquer coisa a emperrar a boa marcha de tudo quanto planeamos objectivamente. Acredito mesmo que não arranjarás outro transporte que não seja o barco de 25 do c[orrente] – o que te fará viajar, tanto quanto sei, com o director do campo que te irá conceder a visita. Estou porém mais descansado: sei que estás já mais perto, em Lisboa, e aí tratando de múltiplos problemas e aspectos relacionados também com a visita e a nossa vida. Agora é só aguardar mais notícias tuas, e sobretudo as cartas que me chegarão ainda de Luanda quando já não estás... e não sei o que fazer com esta que estou escrevendo: se a guardo para te entregar pessoalmente se ainda a enviarei para a Irene. Tudo depende do teu telegrama. Agora espero que não chegue tão atrasado como esta pois pode originar que estejas já na Praia e eu sem saber. Este foi transmitido de Luanda às 10h e recebido no Tarrafal às 15h – i.e. cinco horas depois. Mas do Tarrafal ao campo demorou dois dias! De 19 a 21! E lá estaria ainda se lá não fosse um funcionário do campo. Ainda se não houvesse telefone... Enfim, a vida aqui é muito lenta e quem tem de esperar 14 anos também pode esperar 2 dias por um telegrama que se pagou exactamente para ser rápido. Só a morte é tão ou mais rápida que noutros sítios. Hoje o dia não tem nada a assinalar, estou de faxina, um pouco cansado e vou descansar. Amanhã terei talvez a tua carta e mais conversarei contigo meu amor. Beijo-te calmamente e aguardo a visita – quaisquer que sejam as condições da mesma – para as boas conversas que necessitamos para orientar estes anos mais próximos a nossa teimosa vida. Um abraço do teu companheiro e amigo Zé. VIEIRA, 2015, p. 677.

escarnecendo que os presos poderiam não ter acesso a toda correspondência enviada a eles. Essa preocupação com o recebimento ou não das correspondências fez com que Luandino inserisse um controle numérico nas cartas. Como ele explicita numa carta sua que foi censurada.

Imagem 14 – Carta de José Luandino Vieira para Linda (2)



Fonte: VIEIRA, 2015, p. 774.

“Tarrafal, Quinta, 12/janeiro/67/ Querida Linda/ Recebi a tua carta R. 188 (275-280)”. O “R” quer dizer resposta, logo, era resposta à carta 188.²⁷¹ Ou “Recebi carta da K. Faltam de 283 a 320!” Por meio do código e do controle das páginas era possível saber quais missivas chegavam e quais não eram entregues. Precisamos ter mente ainda que as epístolas fossem reescritas a partir das indicações dos censores, não havia garantia que elas seriam de fato enviadas aos seus destinatários, “ainda não seguiram as cartas de 25-9. Não atino com a razão destas demoras. Passarão a ser à saída, em vez de à chegada? O correio foi para o D[iretor] censurar mas voltou quase todo para o chefe – as m/cartas ficaram lá! Veremos o que isso tudo dá”²⁷². De igual maneira, as correspondências recebidas que “aguardavam a tesoura” da cesura, poderiam ser totalmente destruídas e nunca chegar às mãos dos presos, “carta da K., faltando primeira aparte. Não percebo porquê[sic] as cartas desaparecem tanto. Não atino com o motivo por que possam apreender.”²⁷³

Luandino relata, na entrevista, sobre a ação dos censores

A correspondência estava estabelecida pelo regulamento: era de quinze em quinze dias. O preso escrevia, havia diretores que não se importavam que os presos escrevessem muitas cartas, outros achavam que era só para a família direta, mais chegada. Um princípio era de que carta que entrasse podia ter

²⁷¹ O número entre parênteses refere-se à não entrega das epístolas de Linda respeitantes ao intervalo de páginas 275-280 e 283-320 do seu diário. A carta número 188 não foi publicada pelo autor.

²⁷² VIEIRA, 2015, p. 818.

²⁷³ VIEIRA, 2015, p. 718.

resposta. A primeira censura era feita pelo chefe dos guardas que ia lendo toda a correspondência, já tinha as instruções do diretor, e, em caso de dúvida, levava ao diretor, ou, no caso de certos presos, levava logo ao diretor. Só depois disso é que punha o carimbo, “Campo de Trabalho de Chão Bom – Censurado. [...] A correspondência que chegava era censurada. Alguma voltava para trás, outra não me era entregue. De um modo geral as cartas da Linda eram entregues com cortes. Geralmente cortavam quando ela dava notícias dos amigos. Eram cortes com tesoura.”²⁷⁴

A necessidade dos presos, e de qualquer indivíduo, de se comunicar com os seus entes, de informá-los sobre a maneira que se encontravam: tinha no seu controle por parte dos agenciadores colonialistas uma forma de punir e disciplinar os encarcerados, além de fonte de angústia e exposição das suas relações íntimas: “só de pensar na sonegação sistemática da correspondência da K. e do Xexe, no desvendamento da nossa vida familiar e íntima como não se sentir humilhado, ofendido?”; e violência: “o saber a carta lá dentro, aguardando a tesoura, e eu mais 24 horas sem notícias da K., não é pior do que outras formas de violência?...”.

2.2 Da violência, do sofrimento

A violência, especialmente a tortura, se evidencia como um mecanismo poderoso para a desumanização de indivíduos inseridos em experiências de regimes autoritários. Percebemos que a violência propaga seus efeitos além da imposição de determinadas forças sociais e políticas, perpetuando-se na linha do tempo ao impregnar o imaginário individual e coletivo das consequências do seu impacto. Farge nos diz que a “interpretação histórica da violência” em seus conflitos, massacres, praticamente não permite, no momento do acontecimento, “captar” em sua “desorientadora” atualidade o que se passa sob os nossos olhos²⁷⁵. No entanto, não se pode furtar à tentativa de reflexão para não se infiltrar daquele sentimento de fatalidade ou de impotência. Portanto é legítimo buscar outras interpretações históricas. Uma historiografia que não apenas apresente o conhecimento, mas indique caminhos para a luta, para o enfrentamento à violência.

Ao interpretar, ou mesmo reinterpretar, podemos estabelecer uma compreensão de como “se institui, a cada momento histórico, a relação de uma sociedade com a violência, como se fabrica um homem violento ou dócil, como o

²⁷⁴ VIEIRA, 2015, p. 1061.

²⁷⁵ FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 25.

discurso sobre violência fabrica sujeitos resistentes ou conscientes.”²⁷⁶. No universo do cárcere – dentro de um contexto de disputa política ocasionada pelo colonialismo português – há uma amplitude nas vias de percepção de uma regulação das tensões políticas. Essas passam por formas da autoridade do poder e das práticas sociais em que o indivíduo interioriza regras e comportamentos. Nesse caso, sempre de forma violenta como notamos no apontamento do dia 07 de janeiro de 1963.

[...] Na 5.^a à tarde durante a visita o L. saiu com o escrivão e ainda lá dentro dos gabinetes percebi o diálogo às alturas L[ontrão]²⁷⁷/ Raul:

- Não leva a pistola?

-P’ra quê? Os gajos quando ouvem dizer que vem aí o Lontrão até se borram...

Depois saiu voltando 15/20 m. depois (eu ainda estava na visita) com um homem de aspecto calmo, meia idade, de saco de praia com alguma roupa, trazendo na cara a expressão de quem já esperava aquela prisão. Como estávamos na visita, O L[ontrão] levou-o para o gab. de identificação, fecharam as portas e depois ele saiu, dizendo p.^a a Viriato:

- Ouve lá, arranja-me uma cela para este bicho. Mas não o quero misturados com os outros de ontem!

[...] No sábado, [...] toda a tarde o Lontrão esteve cá a “trabalhá-los” como se viu pela “vigilância apertada” na nossa visita e à noite também cá esteve, havendo grossa pancadaria. Parece porém, agora que ele passa o dia a chamar um, ora outro e a ditar, que conseguiu o que queria e que já confessaram.

No sábado de manhã (5-1) vi sair a “leva” dos feridos para tratamento. Há camisas manchadas de sangue a secar na corda. Saiu um operário da Textang²⁷⁸, com o tronco todo espancado e que tendo caído enquanto lhe batiam partiu um braço, que o traz no peito, simplesmente atado com ligaduras e sem aparelho de gesso, nem nada.²⁷⁹

Pelo exposto percebemos que o uso ostensivo da violência no cárcere caracteriza-se pela banalidade do castigo e da dor, cujo limite não parece existir ao fraturarem o braço de um detento. Na mesma medida, os agentes, “braços” do regime colonial, escarnecem o uso do seu poder sem nenhum constrangimento como observamos a fala de Lontrão sobre o medo provocado nos prisioneiros. As camisas manchadas de sangue que secavam no varal serviam de exemplo evidente àqueles que não cumprissem às regras, ainda que elas fossem violadas pelos seus próprios detentores.

As práticas de interrogatório violento, torturas eram disseminadas nas diversas prisões por onde Luandino passou. Na Cadeira do Comando da PSP não era diferente

²⁷⁶ FARGE, 2019, p. 28.

²⁷⁷ Francisco Bartolomeu da Costa Lontrão, inspetor da PIDE, Angola.

²⁷⁸ Fábrica de tecido luandense que pertencia a Companhia de Fomento Colonial em Angola.

²⁷⁹ VIEIRA, 2015, p. 80.

e no primeiro mês de sua estada lá, o autor já nos conta o seguinte episódio em 26 de fevereiro de 1963.

O S. José já implementou o seu reino de terror. Agora pegou a mania dos interrogatórios ininterruptos. Ontem, sábado continuaram toda a tarde a “trabalhar” o chofer. Desde que saiu da cela ainda não voltou. Ontem às 11 horas da manhã começaram a espancá-lo e assim continuaram só interrompendo de tarde no período das visitas. Por isso andavam todos ali à volta para ver quando se iam embora. Não passaram 5 minutos, começou logo a ouvir-se os gritos e pancadas. Assim continuou toda a noite até à ½ noite. Insultos de “cabrão”, “f. da p.” etc., gritos, pontapés, socos, e golpes secos que o moço gritava “na cabeça, não!”. Queriam saber quem eram os “outros”, “mais, mais!” – acerta altura pareceu-me que ele dizia o nome do Moio e mais tarde tive a mesma impressão. Diz o F.B. que lhe têm dado pancada nas costas e nas nádegas com uma moca que, há tempos, apreenderam a um homem. A moca é de um troco de árvore e tem o feitio que desenho. É terrivelmente pesada.

À meia noite menos dez veio o Caxias avisar que “estava na hora” então lançaram-se ao moço, os 3 ao mesmo tempo (Caxias, agente Teodoro que o esteve a torturar desde as 8h – é o imbecil-mor – e outro que não sei ainda quem) e os gritos eram horríveis de ouvir, toda a cadeia deve ter adormecido só lá para a 1 hora. Os cães ladravam, eram socos, pontapés, asneiras, mocadas. Enfim, o terror em plena noite. Diz o F.B. que não era nada com ele mas que ficou a chorar. Agora de manhã dizem-me que ainda está lá no gabinete. Deve ter ficado desmaiado pois, que às tantas, só se ouviam as torturas mas ele já não gritava.²⁸⁰

Além da grande violência, não havia grades intervalos entre uma sessão e outro de tortura. Sendo que a própria sessão poderia, como narra Luandino, durar horas. A “moca” era uma espécie de cajado como podemos ver no detalhe do desenho abaixo feito por Luandino.

²⁸⁰ VIEIRA, 2015, p. 317.

Imagem 15 - Desenho de uma “Moca” por José Luandino Vieira



Fonte: VIEIRA, 2015, p. 318.

As formas de violência perpetradas pelo colonialismo eram vulgarizadas continuamente numa demonstração de poder, cujo objetivo era, não só, conseguir o respeito desses homens subjugados, como procurar desumanizá-los. Luandino relatou a revista a um preso, que fora feita na hora do recreio, no meio da quadra.

[...] Viriato chamou o 121²⁸¹ e começou a revista. O 121 nesses casos vai sempre chamando “bandido” e “terrorista” etc. e fazendo perguntas. Era padeiro, enforcador. Mandaram-no pôr de pé, levantar os braços segurando a fralda da camisa. Naquela posição começou a busca minuciosa pelos bolsos primeiro, vendo a carteira os documentos, o 121 a querer ficar já com uma lapiseira. Depois mandaram tirar a camisa que foi atirada para o chão assim como os calções, não sem que 1.º tivessem sido vistos pelo Viriato. Assim, descalço só com as calças arregaçadas, de braços no ar, o homem piscava os olhos para o sol que lhe batia a cara, enquanto, pachorramente o 121 desarregaçava-lhe as calças, perna por perna, apalpando as bainhas... Depois foi o Viriato que atirando-lhe o cinto começou a apalpar minuciosamente a costura das calças, arrancando-lhe os botões e desfazendo o cinto de pano (não sei como se chama) onde encontrou escondidos 100\$00 que meteu na carteira junto com as restantes coisas e foi guardar na arrecadação. O 121 mandou então o homem descer as calças e apalçou-o debaixo dos testículos.

E assim ficou, quieto, sem olhar para eles, o homem a bater os olhos com o sol que lhe dava cheio na cara cheia de rugas, imóvel. Depois como já não havia mais lugar na cadeia, o Viriato mandou-o fechar na casa de banho!

Esta cena contribuiu mais para a m/ actual depressão. [...] ²⁸²

²⁸¹ Luandino o identifica como sendo o guarda auxiliar da PSP, António Manuel da Silva. VIEIRA, 2015, p. 53.

²⁸² VIEIRA, 2015, p. 95.

Podemos depreender com a violência institucional acomete a saúde mental dos prisioneiros, afetando, como diz Luandino a sua depressão. A violência do cárcere, o permanente estado de atenção coloca o preso numa condição de suspensão da existência, que o faz suspeitar de tudo e todos. Como se fosse um *thriller* psicológico, cujo abalo questiona a própria realidade. Como descreve Luandino em janeiro de 1963:

[...] Tinha certeza de ter bebido todo o leite ao mata-bicho²⁸³, de ter lavado os copos e canecas, de ter arrumado tudo como normalmente. Como sucedia aquilo? Estaria eu a pensar ter bebido e arrumado e isso não sucedera? Lembrei-me subitamente do leite que os guardas recenem para o mata-bicho – era isso; alguém viera ali pôr aquele leite. Quem? Para quê? Para criarem em mim uma confusão neurótica do tipo de não saber se fiz ou não? Para me fazerem pensar: estará envenenado ou drogado? - Pensando isso os “*canhangulos*” da comida do almoço. Os bifes, as batatas, o arroz, pareciam-me na mesma, mas seriam? Encostei-me à parede, sem saber o que fazer. Bater? Chamar os guardas (Caxias etc.), contar tudo? E se era isso o que eles queriam? O melhor era deitar tudo no caixote do lixo, fingir que não se passara nada.²⁸⁴

De igual maneira o acesso ao serviço médico não era garantia de um direito básico. Luandino Vieira reclamara de dores abdominais por semanas. Quando finalmente conseguiu atendimento médico, num exame rápido disse ser “colite”, receitando-lhe “Agarol”, dizendo: “- Vamos ver! Se não for esta a direção, vamos noutra...” para a revolta de Luandino que concluiu: “método experimental, com cobaia à disposição. Pensava que vivia numa época que já havia raios X e radiografia. Enganei-me. Esqueci-me que estamos no tempo da Inquisição!”²⁸⁵

Ao longo do material analisado, Luandino não faz referência sobre torturas físicas que poderia ter sofrido ou sobre suas sessões de interrogatório. Essa ausência nos chamou a atenção, porque o PPPIDE era bastante conhecido pelo tratamento violento dado aos presos. E no caso dos presos políticos, o uso da violência nos interrogatórios era comum, visto que “as confissões” extraídas nas inquirições eram utilizadas como provas nos processos contra aqueles presos. De maneira alguma, nosso objetivo é hierarquizar como “menos pior ou pior” os tipos de tortura. Mas uma vez preocupado e comprometido em relatar e delatar os diversos tipos de torturas acometidas naquelas instituições, era de se pressupor um relato individual.

²⁸³ Café da manhã.

²⁸⁴ VIEIRA, 2015, p. 91.

²⁸⁵ VIEIRA, 2015, p. 100.

António Cardoso, por exemplo, que fora preso juntamente com Luandino e António Jacinto em 1961, conta em entrevista a Dalila Cabrita Mateus que ao se recusar assinar uma suposta ficha de identificação no PPPIDE, a qual não lhe foi permitido ler, disse: “e, sem que estivesse à espera, deu-me tamanha bofetada, que desmaiei. Acabara de ter um “encontro histórico” com o director da PIDE em Angola, o São José Lopes.”²⁸⁶ Ainda nesse dia, a sua sessão de espancamento que começou as 8 horas da manhã, sendo que ele fora preso de madrugada. Ainda em seu relato, as torturas duraram cerca de 24 horas, perdia-se a noção do tempo, além de sucessivos desmaios pelas agressões. António Cardoso disse que muitas vezes pensou em se suicidar.²⁸⁷

Pensamentos de ordem suicida em aprisionados não são incomuns. O esgotamento físico e psicológico advindos de toda a sorte de ações de um estado opressor levam os presos a um estágio de melancolia, tristeza profunda, depressão que acabam por potencializar esses pensamentos. Com Luandino não é diferente e, no dia 03 de fevereiro de 1964, escreveu

Tenho andado um pouco deprimido. Noto gradualmente que me encerro cada vez mais em mutismo devido a esta situação de isolamento em que vivo. E quanto + sozinho mais dado a pensamentos idiotas que me vêm da depressão e que a originam e fazem avançar. Até para a L. já sou às vezes “mau” nas visitas. Noto tb. nela, que está agora a acusar um pouco o desgaste desta situação cujo ponto mais terrível é não suceder nada e os dias se passarem numa sucessão monótona de dias. Os anos de 62/63 foram bem gastos por ambos mas chegou o momento de dar mais uns passos senão começamos a «morder a própria cauda». É o que dói mais, esta inactividade a que nos forçam, este quase sentir de inutilidade da prisão. Tudo isto se junta para me roubar um pouco a alegria e a coragem (Há ainda o amor, o belo amor da L. que nos falta a ambos) e a presença já sentida do parlatório próximo, de mais coisas a quererem distanciar-nos.²⁸⁸

Ou mesmo no dia 23 de junho de 1964 na Cadeia Comarcã: “Ontem cheguei a pensar em mandar à fava todas as luandinices e viver apenas o dia a dia até sair da cadeia, ou até deixar de viver se não sair antes.”²⁸⁹ Aquela semana parece ter sido muito difícil para Luandino, uma vez que ele escreveu pouquíssimo, e tendo o dia 29 um agudo enfraquecimento de sua psiquê

Longa meditação sobre as causas desta última nostalgia, da “crise”. É mto. doloroso ir até ao fundo de nós e os resultados são assustadores. Quanta lama! Preciso urgentemente duma conversa – duma confissão – com a K.

²⁸⁶ MATEUS, Dalila Cabrita. **Memórias do Colonialismo e da Guerra**. Alfragide: Edições ASA, 2006. Aníbal São José Lopes foi diretor adjunto da PIDE/ DGS em Angola.

²⁸⁷ MATEUS, 2006, s.p.

²⁸⁸ VIEIRA, 2015, p. 432.

²⁸⁹ VIEIRA, 2015, p. 528.

sem a qual não posso viver + tranquilo. O meu estado continua de tal modo crítico que tive pela primeira vez medo de ir parar à psiquia...²⁹⁰

Luandino também é reticente ao descrever sobre as agressões e humilhações sofridas por ele. Não adensa detalhes daquelas situações, mas não poupa em relatar os sentimentos causados por essas situações. Ele escreveu sobre o “nojo” e “ódio” que sentia pelo chefe Aires: “como é fácil num momento, matar um homem, como o ódio é um sentimento que pode nascer imediatamente”²⁹¹, e de como fora humilhado “conscientemente, friamente” pela primeira vez em 20 meses de prisão.

Pedi para falar c/o major para lhe expor o assunto. Fiz mal. Isso é só para eu guardar cá dentro, é meu e um dia espero ter a oportunidade de fazer justiça (não, vingança). Meu e da K. – que somos um. A humilhação atingiu-a tanto como a mim. É essa parte que a atingiu nunca a perdoarei, mesmo que possa esquecer a minha.

*

Claro! O major mandou dizer para eu “comunicar por escrito”. Esqueci-me dum provérbio angolano: A-mu-beta ku mundele, kufundilé ku mundele (se um branco te bater, não te queixes a um branco).

Há sempre tempo de se tirar a moral da história.

E bem haja, major, por ter tomado essa decisão. Agradeço-lhe imenso. Claro que não escrevo nada, o segredo é nosso meu amor.²⁹²

O que sobressaí em Luandino Vieira era exatamente sua capacidade de articulação e denúncia que fazia com que não fosse alvo das maiores brutalidades perpetradas pelos agentes do regime, que tendiam a evitar qualquer possibilidade de tornar internacionalmente conhecidas as suas ações.

Nesse sentido, Luandino colocou-se à disposição para registrar os recados de outros presos em seus cadernos. Aqueles que tinha por finalidade denunciar as condições de vida dentro do cárcere.

Antes de começar a descrever o que vi hoje no recreio de manhã e que contribuiu ainda mais para o m/ actual estado de espírito, vou copiar as condições de vida na cela 2, seg[undo] Gan. A cela 2 tem actualmente 11 camas individuais²⁹³, o espaço é no máximo para 12 camas indiv. portanto, 12 indivíduos. Há actualmente 30 a viver(!) lá e o máximo que lhe houve foram 40! Há 2 casas de banho com WC e chuveiro e uma grande bacia de lavar com 2 metros de comprimento aprox. Passo a copiar: “As pessoas dormem no chão e cada cama leva 2 ou 3 pessoas, menos a minha. A distribuição da comida é feita no chão, mesmo ali no corredor [onde o Xexe costuma ir. N.M.]. Comer é em cima das malas de madeira que está(ão) nas celas que já passaste. As malas que cá estão não chegam para toda a gente, visto que só tem 9 malas. Percevejos é demais aqui, tanto como mosquitos. Os colchões estão já velhos e produzem pó que só pode dar-nos T.P. [tuberculose].”²⁹⁴

²⁹⁰ VIEIRA, 2015, p. 529.

²⁹¹ VIEIRA, 2015, p. 343.

²⁹² VIEIRA, 2015, p. 343.

²⁹³ A descrição refere-se a uma das celas que compõem o Pavilhão Prisional da PIDE em Luanda.

²⁹⁴ VIEIRA, 2015, p. 95

É a partir do desdobramento do seu depoimento na perspectiva de testemunha, de um terceiro que observa e narra, que Luandino torna-se capaz de estabelecer as críticas mais pungentes sobre o estado das coisas, relatando acontecimentos que vitimavam os estratos mais vulneráveis da população.

Luandino Vieira faz uma anotação intitulada “Notas para um relatório sobre o distrito do Moxico”, em que destaca a conduta dos homens do exército português nos acontecimentos referentes ao dia 13 de dezembro de 1962. Esse relato expõe a selvageria dos oficiais militares que se aproveitavam da certeza de impunidade para violentar sexualmente crianças angolanas. Luandino faz questão de anotar os locais onde os crimes ocorreram, bem como os nomes dos oficiais responsáveis pelos crimes e as datas dos ocorridos, quando esses nomes e datas tornavam-se conhecidos, assim como o de seus superiores, que seriam encarregados de punir e coibir os atos criminosos por parte dos subordinados de patentes mais baixas, punição que, obviamente, nunca acontecia, por mais bárbaros que tivessem sido seus crimes. Talvez aqui o registro detalhado das violências tenha pretendido auxiliar a memória futura, na esperança de que algum dia essas brutalidades pudessem vir a ser julgadas e punidas de acordo com sua gravidade.

Cerca das 21h um casal de naturais apresentou-se no Luso Hotel onde a maioria dos oficiais reside – inclusive o major Balela Cid, na altura a servir de comandante da região militar na ausência do tem[ente]-coronel que exerce o cargo – levando o marido uma criança do sexo feminino de 7/8 anos, ao colo e em cujas pernas se viam fios de sangue. Dirigiram-se ali a fim de participar ao referido oficial o crime de que a filha tinha sido vítima. Com efeito, momentos antes, essa criança, que brincava na companhia de outras junto da sua cubata fora atacada por 2 soldados, manietada e levada para o escuro do mato onde foi violentada pelos dois selvagens, pertencentes ao “glorioso” exército português.

Este era o 3º caso no espaço de 15 dias, pois anteriormente tinham sido violentadas outras 2 crianças – 1 mestiça de 10 anos, nas margens do rio Luena, por 1 soldado, outra de 9 anos, estudante, nas matas da zona florestal do C.F.B²⁹⁵, por outro soldado. Qualquer das vítimas ficou com baixa no hospital. Como medidas de repressão a estes actos de selvajaria, os culpados – todos descobertos – foram transferidos para outros locais. // Os casos referidos tiveram como cenário a cidade do Luso²⁹⁶. // Houve casos idênticos, em datas que se não podem determinar, no Léua, Lucusse, Cassamba e Chafinda. Aqui a vítima morreu, pois foi abandonada em pleno mato e tinha 6 anos de idade. Deve ter sucumbido aos efeitos da hemorragia.²⁹⁷

²⁹⁵ Caminho de Ferro de Benguela.

²⁹⁶ Vila Luso, nome colonial de Luena.

²⁹⁷ VIEIRA, 2015, p. 201.

As anotações referentes à conduta do exército português, presentes nas notas para um relatório sobre o distrito do Moxico, funcionavam também no sentido de construção de um arquivo de memórias subterrâneas, experiências e vivências cuja disseminação seria ocultada e silenciada pelos poderes oficiais. A divulgação desses acontecimentos seria proibida, indizível, por se oporem à memória política coletiva oficial do período colonial no seu sentido mais prestigioso: o sentido de memória nacional. São anotações que não apenas davam conta do registro da brutalidade dos oficiais a partir de uma perspectiva calcada nos regimes de subjetividade das vítimas, mas também contrapunham o próprio discurso oficial do colonialismo português, que negava a existência dos abusos dos soldados ou desqualificava-os como fatos isolados. Além disso, o discurso oficial também negava a própria existência de uma guerra sendo travada em Angola naquele período.²⁹⁸

Os apontamentos detalhados expressavam uma preocupação em registrar com clareza que as condutas abusivas e violências que eram praticadas por oficiais das mais variadas patentes, que utilizavam as dependências militares, tanto da polícia quanto do exército, para a realização dos estupros, contando com a complacência dos encarregados e criando um ambiente onde todas as mulheres, independentemente da idade, estariam constantemente em perigo:

Sob não se sabe qual pretexto, prenderam 2 raparigas de 15 e 17 anos (+/-) e levaram-nas para o quartel onde foram vítimas, durante 5 dias, dos mais repugnantes excessos sexuais ao ponto de, uma vez libertadas, terem de recorrer ao socorro hospitalar onde lhes foram feitas suturas na vagina e no ânus. (...) Durante o dia ficavam depositadas na Esquadra da Polícia e logo [que] o sol se escondia eram levadas para o quartel militar. Não há mulher nativa que circule fora da cidade só, que não seja vítima da fúria animal da tropa. Oficiais estão perfeitamente de acordo e são complacentes, atribuindo o “caso” à psicose da guerra. Ouviu-se um capitão, de que se não sabe o nome, referir que é um fenómeno natural da guerra com antecedentes de maior volume noutras guerras. Pergunta-se: - que guerra existe no Moxico?²⁹⁹

A violação dos corpos das mulheres – seja estupro e exploração sexual – pertencentes a determinadas localidades equivale, segundo Rita Segato, à manifestação da soberania sobre o respectivo território, “numa estratégia de aniquilamento da identidade dos indivíduos, desestabilização social e por vezes de genocídio, na qual a prática sexual é o ato que invade, mas que também domestica, colonializa e insemina, promovendo uma “limpeza étnica” ao obrigar as mulheres a

²⁹⁸ BOSSLET, 2014, p. 124.

²⁹⁹ VIEIRA, 2015, p. 202

gerarem filhos do invasor.”³⁰⁰ Luandino relata aqui de forma expressiva a utilização do estupro como arma de guerra.

As anotações de caráter mais descritivo sobre as condições carcerárias vão também sendo constantemente pontuadas com os sentimentos de saudades, de ausência da companhia da esposa e do filho. Além disso, é a partir dos comentários de tom confessional que se tornam perceptíveis os efeitos da vivência do isolamento, misturada com a imposição da disciplina de obediência do campo de concentração, que vai, aos poucos, corroendo a sua individualidade, transformando-o em uma pessoa diferente, embrutecida pela vivência do cárcere e da guerra.

Farge ressalta que a história tem dado conta de grandes “catástrofes humanas” fazendo com que a dor que elas causam nos sujeitos seja pensada como se fosse apenas fatalidade, consequência de eventos maiores que merecem a total atenção. Dificilmente a história se volta para os “ditos do sofrimento”, para as palavras de dor, à exceção, como aponta a autora, da história do tempo presente que valoriza os relatos de pessoas que vivenciaram momentos históricos tensos e apresentam as suas percepções sobre eles.

Para Farge é possível, e necessário, entender que “a dor significa, e a maneira como a sociedade a capta ou a recusa é extremamente importante”³⁰¹. Ao trazer a emoção, a dor, a infelicidade como objeto de uma interpretação histórica possibilita que seu sistema de inteligibilidade seja invadido por aquilo que perturba a sua linearidade. “Um relato histórico que traz sentido e verdade para hoje é um relato capaz de assumir a irrupção das dores evocadas.”³⁰² A emoção não deve ser compreendida como uma deficiência da pesquisa, mas sim uma ferramenta conhecimento.

Tive agora, 20h30m, um choque, pois que há muito que me habituara a pensar na leitura, na possibilidade de ler, como um dom natural, que nascia com as pessoas... Está preso aqui um homem de 50 anos, gordo, que fala com um acentuado sotaque madeirense. [...] O homem está só e agora à noite fez-me tristeza vê-lo sozinho, um homem já velho, a passear pela cela. Dirigi-me a ele, conversei um pouco, o que sei dele e que está a cá há 20 anos. Para lhe aliviar a solidão, quando me despedi para vir para dentro, disse-lhe:

- Vou-lhe mandar o jornal de ontem!

O homem olhou-me com um sorriso triste por baixo dos cabelos todos brancos e disse:

- Não sei ler!

³⁰⁰ SEGATO, Rita. Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 13 (2), maio-ago., 2005, p. 275.

³⁰¹ FARGE, 2019, p. 19.

³⁰² FARGE, 2019, p. 22.

Entrei na cela ainda com o coração a galopar³⁰³. (6-7-63)

Ao analisar o fragmento acima podemos depreender da escrita de Luandino a denúncia implícita do analfabetismo, mas como a leitura permite deslocamentos, transcendendo o lugar em que se está. No entanto, a emoção, “com o coração a galopar”, dimensiona em seu sistema de inteligibilidade o impacto da constação da condição do preso. O sentimento ali envolvido delinea a subjetividade e confronta a realidade sociopolítica. Também fica o alerta que a narração do sofrimento não pode resvalar “para uma descrição fascinada de uma espécie de “exotismo” da pobreza, desviar insensivelmente para um olhar que inferioriza aqueles mesmo que estudamos.”³⁰⁴

Os grandes eventos como guerras e revoluções afetam a vida das pessoas de formas muito distintas, dependendo do lugar social que elas ocupam. Luandino narra o seu sofrimento, e partilha sofrimento daqueles desapossados que, pelo lugar que ocupam dentro daquela estrutura social, não podem ou não permitem sua manifestação. Enfatiza-se que há racionalidade nessas distorções, nessas diferenciações que causam dor e pesquisar sobre isso, escrever a partir desse entendimento, é uma forma de buscar erradicar o sofrimento dos que hoje são atingidos pelos ecos dessas situações históricas.

A privação das relações familiares em prol do projeto de independência de Angola é o motor emocional de inúmeros momentos dos anos de encarceramento, antes nas prisões e depois no Tarrafal. A família é o espaço do remorso e da saudade inextinguíveis que reflete as suas sombras – sombras espessas e presentes – no tempo dilatado da prisão:

Hoje no fim do banho e do almoço “fingido” deitei-me, tomei uma sulfaguanidina³⁰⁵ e preparei-me para descansar... mas o cérebro nunca para. Peguei na fotografia de L. e do Xexe e logo que olhei para ela as lágrimas correram...Sucedo sempre que lhe pego, tão real é a felicidade que emanam as suas faces e que eu sinto e então penso “os meus miúdos” e afina o miúdo sou eu! Mas não posso evitar que o mau pensamento que às vezes me visita, apareça de vez em quando: que ainda falta m[ui]to. para ter e ser de novo os meus miúdos! E então, nessas alturas, a m/ prisão aparece-me como absurda. E é. Tenho vergonha de estar num processo daqueles. A estar preso, a ter que ir para o Tribunal, valia mais ter um processo que fosse a expressão clara do que penso, do que sinto, do que acredito, e daquilo que no meu trabalho possível (literário) mostro. Mas talvez um processo assim

³⁰³ VIEIRA, 2015, p. 344.

³⁰⁴ FARGE, 2019, p. 21.

³⁰⁵ Medicamento empregado no tratamento de desinteria e outras infecções intestinais.

seja uma vantagem... Há no fundo de mim, uma pequena esperança, mas existe!³⁰⁶

O sentimento de angústia e o sofrimento gerado não advinham somente da restrição física e política pela qual o autor passou. A dinâmica da repressão colonialista ao colocar a vida de um ente querido em perigo ou que sugerisse tal infortúnio era também um pórtico de preocupação, colaborando para o agravamento do desses sentimentos. Lembrando o relato de Luandino apreensivo por sua esposa Linda ser perseguida pela PIDE por suposta atividade política clandestina.

Ao ver também como os anos de afastamento, de cárcere também afeta aquela que ele mais ama; ao constatar a tristeza e o envelhecimento de Linda na fotografia, Luandino franqueia a consciência que o sujeito toma de sua finitude, bem como de seus limites físicos e psíquicos. Nesse contexto de sofrimento, em circunstâncias tão específicas como o da guerra anticolonial, a sobreposição do eu individual ao eu coletivo não é incomum.

Recebi carta da K. com uma foto que me entristeceu. O cabelo comprido fá-la parecer mais velha. O seu ar triste também me tocou profundamente. Para quando a possibilidade de lhe dar todo o amor, o carinho, os cuidados que esta extraordinária merece... Será que a vida nos reserva o queimarmos a nossa juventude um longe do outro? Ah! Muitas vezes me ponho o problema do “valer a pena”.³⁰⁷

Convém lembrar que Luandino não denota em sua escrita um arquétipo de herói. Em vez disso, o sujeito da escrita é frequentemente o Zé, que fala com Linda por meio da escrita ou que escreve agora para mais tarde falar com ela. E esse sujeito vai assim revelando toda a grandeza e toda a pequenez de um homem apaixonado, de um marido e de um pai, progressivamente menos jovem e menos forte, mas sempre atento às suas contradições e conservando uma capacidade de autoanálise. Como ele apontou em fevereiro de 1963:

Enfim, c/ 28 anos senti-me absolutamente um destroço, q. não serve para nada eq. se acha compensado, em excesso mesmo, pela felicidade que já teve nos anos devida com a K. e que mais não merece. Posição egoísta que só vê o que se passa com ele, querendo esquecer que a felicidade é uma rede de acções, reacções e interacções entre mim e a K., o Xexe, e o mundo.³⁰⁸

³⁰⁶ VIEIRA, 2015, p. 99.

³⁰⁷ VIEIRA, 2015, p. 679.

³⁰⁸ VIEIRA, 2015, p. 293.

Sentimento que obviamente acompanhará também no Tarrafal. Onde a saudade seria mitigada na mesma medida em que era esgarçada pelas cartas.

– (1) 5.^a feira: – cabe-nos lavar a roupa, tenho as mãos cheias de sabão, o calção é renitente e a habilidade pouca e de repente chamaram-me vou com as mãos cheias de sabão, limpo-as aos blujines antes que me caia nas mãos a carta. Leio: fotos e não ousou abri-la. Tenho medo. Primeiro comerei o pão c/ doce de tomate que eu mesmo fiz, beberei o café com leite. Depois arrumo tudo, ponho a carta à frente de mim e começo a tremer com as mãos. Estou velho? Abro-a com uma ansiedade de colegial apaixonado – há palavras, vida e seres que me chegam. Quero chorar e só o coração está pesado e dolorido. Sobre a alegria logo a angústia do tempo correndo sobre tudo que recebo e dou. Ah, mas vale a pena estar preso para sentir esta felicidade que me vem de vós!³⁰⁹

Portanto, assim como havia o sofrimento causado pelos maus-tratos, pela perversão do colonialismo. Havia também o sofrimento pela perda do comezinho da vida, do cotidiano que fora roubado. Nesse sentido, o sofrimento tal qual não deve ser valorizado em grau de importância. Luandino realmente sofre por não poder compartilhar uma atividade de jogo com sua esposa, como podemos ver na citação abaixo. Como historiadores devemos reintroduzir existências e singularidades no discurso histórico e “desenhar, a golpe de palavras, cenas que são de fato, acontecimentos.”³¹⁰

Uma pequena tristeza, de ontem até logo à visita: O meu excesso de susceptibilidade, a grande ânsia de viver tudo com a K. que me faz querer compartilhar tudo com ela, mesmo aqui dentro, sempre que possível. Por isso fiquei triste, q.do a vi dizer-me que tinha feito um talão de Totobola. Jogávamos os dois, acabámos por decidir não jogar mais. Fiquei triste por não participar nesse acto da K.³¹¹

Este sujeito que assim se expõe tem momentos que só em aparência são contraditórios. De fato, o empenho para obter autorização, em 1967, para gravar em fita magnética da fábula *O lobo e o coelho* que escreveu para o aniversário do filho estão também na base desta reflexão amarga de maio de 1970:

Mas o que mais me doeu foi a redacção do Xexe: escreve bem. E isso numa criança de 9 anos é tão revelador. Ele devia escrever mal – mas já não é uma criança, mataram-na. É isso: no sistema educacional dessas sociedades as crianças não se desenvolvem; são desenvolvidas. E são desenvolvidas como os pintos nas criadeiras: ou para carne ou para ovos – para a guerra ou para o negócio. Eles matam tudo, tudo.³¹²

³⁰⁹ VIEIRA, 2015, p. 805.

³¹⁰ FARGE, 2019, p. 17.

³¹¹ VIEIRA, 2015, p. 126.

³¹² VIEIRA, 2015, p. 950.

Percebe-se também na fala acima de Luandino uma concepção subjacente de educação que engessa a criança às necessidades de uma sociedade capitalista, é uma crítica a educação voltada para o mercado.

Também o desânimo total que registrou em julho de 1966: “Um vazio. Uma náusea, um aborrecimento constante de tudo e todos. Nem vontade de ler, sequer”³¹³ – não é incongruente com a irritação: “Já há muito que não tinha uma “crise” de irritação como a de hoje; quase me fez chorar... logo de manhã estes bárbaros resolveram cortar as árvores³¹⁴ que havia na parada! Doeu-me como se me cortassem dedos.”³¹⁵ Nem com a decisão de 23 de maio de 1970: “Pois ainda há dias, todos sem exceção, se vacinaram contra a tuberculose. Eu não fui: acho perfeitamente inútil não morrer de tuberculose, se tiver de ser, para morrer atropelado ou fuzilado. Para ter que morrer, enfim”.³¹⁶

A queixa, o aborrecimento, a irritação formam espaços que são objetos da história. Dessa maneira, o trabalho histórico se faz desde então a partir da função “sempre movente, móvel, cambiante – segundo os tempos e as situações – entre os ditos de sofrimento.”³¹⁷

Pelas frestas oferecidas, os cadernos nos dão a alegria da surpresa (ou não) perante o rigor e o equilíbrio com que Luandino observa e interpreta o último diretor do Campo de Chão Bom, Eduardo Vieira Fontes, também conhecido como Dadinho. Também aqui a objetividade da análise não fica comprometida pelo conforto de um gesto inesperado, no dia de aniversário de Luandino em 1969:

Fui surpreendido ao meio-dia por um bolo que me enviou o sr. director! Fiquei, por momentos, aparvalhado sem saber o que dizer ou fazer e ainda não estou em mim –quero perceber para além do calor humano de tais gestos, o que os dita: o cristianismo sincero ou a morabeza³¹⁸ étnico-social cabo verdiana?³¹⁹

É essa mesma capacidade de leitura dos sistemas e das relações sociais que o mantêm atento para não sucumbir o derrotismo perante certas atitudes e comportamentos dos seus companheiros, que acaba por aceitar como “pequeno

³¹³ VIEIRA, 2015, p. 749.

³¹⁴ As árvores eram acácias, muito comum no C.T.C.B.

³¹⁵ VIEIRA, 2015, p. 470.

³¹⁶ VIEIRA, 2015, p. 954.

³¹⁷ FARGE, 2019, p. 17.

³¹⁸ De origem crioula, significa afabilidade.

³¹⁹ VIEIRA, 2015, p. 885.

burgueses assimilados com todos os defeitos do colonialismo e do tradicionalismo.”³²⁰

Entretanto, isso não impede que surjam momentos de desânimo:

Ouvindo as constantes críticas, intolerâncias e maldizências (maledicências) do chief, fico triste. Triste por ver como os homens se reduzem, tornam opacas suas qualidades e cultivam as diferenças, as discriminações. Mas é mesmo difícil tolerar outrem, dar-se conta da nossa transitoriedade, unirmos nossas vontades para uma vida de paz e tolerância?³²¹

Na vulnerabilidade expressa na condição de cárcere de Luandino, extraímos dos seus escritos uma leitura que revela uma tensão do confronto entre a ordem e sua negação, a violência e o sentimento de vítima, o ódio e o desejo. Numa dinâmica que elas se cruzam e interagem, sendo que nenhuma delas sem o “horizonte de recepção que a rejeita, a consola e a transforma”.³²² As palavras de dor e sofrimento formam laços sociais.

2.3 A escrita como resistência

Não podemos negar que o encarceramento é uma punição capital para promoção dos interesses das elites econômica e política. A prisão tem sido um meio poderoso nas mãos dos governantes para afastar da esfera pública os grupos políticos dissidentes, sejam em democracias ou em regimes autoritários. O fato do regime colonialista português em Angola ter tido um cunho fascista tão evidente, só contribuiu para agravar as condições da repressão. Nesse contexto, como vimos, muitas vezes as prisões eram arbitrárias e a acusação de ser terrorista e de praticar atividades subversivas contra a segurança de estado pairava sobre todos aqueles que ousavam, mesmo que pacificamente, se opor ao regime ou simplesmente expressar o desejo de mais autonomia e liberdade.

Se afirmamos que em contextos autoritários a produção de uma escrita de cárcere, do testemunho são marcados pelo sofrimento e pela violência; também se caracterizam pela resistência. Alfredo Bosi³²³ apontou a polissemia do conceito de resistência, o qual remete tanto ao nível textual quanto ao nível contextual de uma obra. No caso de obras escritas na prisão, é importante partir das disposições

³²⁰ VIEIRA, 2015, p. 748.

³²¹ VIEIRA, 2015, p. 973.

³²² FARGE, 2019, p. 17.

³²³ BOSI, Alfredo. Narrativa e resistência. In: _____. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 118-135.

materiais do lugar de escrita para entender em que sentido elas se constituem como exemplos de resistência.

Em seu ensaio “Narrativa e resistência”, Bosi discerne entre resistência como tema da narrativa e resistência como forma imanente da escrita. Enquanto a primeira estaria ligada a obras que surgem de uma visão politicamente engajada, a segunda faz referência a obras dotadas de “uma tensão interna que as faz resistentes, enquanto escrita, e não só, ou não principalmente, enquanto tema. Quem diz escrita fala em categorias formadoras do texto narrativo, como o ponto de vista e a estilização da linguagem.”³²⁴ A essas categorias, é preciso acrescentar outra complementar, que se revela no caso de obras escritas no cárcere: a resistência como condição histórica e material do texto.

Apesar de ser muitas vezes considerada uma instituição secundária, a prisão não se situa às margens das sociedades modernas, mas é, ao contrário, parte integrante delas. Por isso, as prisões reproduzem, em parte, as características da sociedade que as constrói. Nas prisões coloniais de Luanda vigoram as mesmas dinâmicas do sistema colonial, com toda a sua violência física e simbólica e com todos os seus preconceitos raciais.³²⁵

Em igual medida, porém, as prisões eram também “um observatório excepcional sobre a nação angolana”,³²⁶ um espaço no qual pessoas de lugares e classes muito diferentes podiam entrar em contato com o ideal da independência e deixá-lo propagar. À diferença do Tarrafal que, especificamente recebia presos políticos oriundos das então chamadas províncias ultramarinas, contava com uma população prisional mais homogênea, as prisões de Luanda juntavam presos políticos e presos comuns. Como Luandino relatou em novembro de 1962:

Entrou uma grande leva de presos, vindos de Beça Monteiro. Alguns a K. viu-os eram aqueles velhotes todos. São só velhos, mulheres e crianças! (Os novos não os apanham e se apanham, matam.) Em cada grupo para identificação só um geralmente sabe (!) português e é intérprete. Os outros não sabem (!). Ler e escrever, ninguém! O Waldemar pergunta pela profissão e dão a resposta: “trabalhar com a catana”. Talvez escreva “trabalhador agrícola”, talvez escreva “terrorista”. Mas o que escreve, que eu vi, é: “motivo da prisão: atividades subversivas contra a segurança exterior do Estado!”³²⁷

³²⁴ BOSI, 2002, p. 129.

³²⁵ SCARAGGI, Elisa. Escrever é resistir. Práticas de resistência em Luandino Vieira. **Literatura e autoritarismo**. Santa Maria: n. 31: a experiência do confinamento, jan-jun. 2018, p. 23-34.

³²⁶ RIBEIRO; VECCHI; SILVA, 2015, p. 17.

³²⁷ VIEIRA, 2015, p. 51.

Essa particularidade atuou notavelmente na sociabilidade entre os aprisionados e inclusive nas estratégias das quais eles se utilizaram para resistir à repressão.

Práticas e estratégias de resistência são documentadas tanto entre presos políticos quanto entre os chamados presos comuns. No entanto, elas tendem a ter mais êxito no caso dos presos políticos. Segundo Elisa Scaraggi, os presos políticos

[...] estão numa posição de maior poder frente ao sistema prisional com respeito aos presos comuns. Os presos políticos podem chegar a se organizar coletivamente dentro da prisão; o moral dos indivíduos e do grupo tende a ser mais alto; podem ter uma longa história de luta dentro da prisão da qual podem tirar lições e inspiração; é provável que entre eles haja presos com grandes dotes organizativas, militares ou intelectuais; podem ser apoiados por órgãos políticos, advogados cheios de boa vontade e, claramente, movimentos organizados que podem fornecer assistência.³²⁸

O cárcere, para os presos políticos, representa muitas vezes não o fim, mas um novo estágio da luta, o que é fundamental para enfrentar a experiência da prisão de maneira a não se deixar abater por ela.

A realidade é que a evocação das práticas de resistência que podem ser empregadas pelos presos é muito amplo. A nível coletivo, alguns exemplos de resistência frente ao sistema prisional incluem organizar greves de fome para pedir melhores condições de vida dentro da prisão; se recusar a fazer trabalho forçado; trabalhar mais devagar e produzir menos; organizar comitês políticos; criar rede de comunicações clandestinas, etc. A nível pessoal, resistir pode significar estudar, praticar algum esporte ou, simplesmente – e na medida do possível – não se deixar abalar pelas mortificações e não se humilhar frente às autoridades prisionais.³²⁹

No seu trabalho sobre as práticas de resistência desenvolvidas pelos presos políticos em Robben Island, África do Sul, a historiadora Fran Buntman³³⁰ diferencia entre resistência estratégica e resistência categórica. Esta última, se foca em questões de princípio, sendo portanto um desafio apresentado às autoridades prisionais: quem se engaja nessa prática está preparado a não aceitar compromissos apesar de eventuais repercussões violentas. Por outro lado, a resistência estratégica é um projeto de mais longo prazo, que procura criar condições de – pelo menos aparente – tranquilidade, para que os presos façam um uso “vantajoso” da prisão,

³²⁸. SCARAGGI, 2018, p. 24-25.

³²⁹ SCARAGGI, 2018, p. 26.

³³⁰ BUNTMAN, Fran Lisa. **Robben Island and Prisoner Resistance to Apartheid**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

procurando tirar o máximo proveito das circunstâncias. Pode-se dizer que no primeiro caso, a resistência é um fim em si mesma, enquanto no outro é também um meio para atingir outros resultados.³³¹

Um exemplo de resistência categórica pode ser o de um preso que se deixa morrer durante uma greve de fome se as suas demandas não forem atendidas. Outro exemplo, embora menos drástico, é a decisão de Luandino de deixar de receber cartas da sua mulher, para evitar que a censura as lesse e retirasse delas informações que podiam prejudicar a sua família ou outras pessoas. Essa decisão foi comunicada à mulher através de uma carta, que implicitamente era dirigida também aos censores e que, portanto, tinha um tom indiscutivelmente político embora tratasse de um assunto tão íntimo como a correspondência entre um casal obrigado a viver separado. O tom da missiva escrita em 12 de janeiro de 1967, deixa claro que o que está em jogo é uma questão de princípio, além de uma falta de esperança numa independência próxima: “Se não virmos esse dia, o Xexe o verá.”

Não creio que te surpreenda muito o meu telegrama pedindo-te que me não escrevas mais. Mas é possível que te custe bastante “obedecer” a esse meu pedido sabendo como bem sabes, o que a tua correspondência vale para mim. Mas como parece que ela tem outro valor para outrem, eu não gosto de coisas partilhadas deste modo. [...] Custará muito, doerá muito, mas dói muito mais dar satisfação aos nossos inimigos. E mesmo sem notícias e com visitas problemáticas a vida andará. Não é pela vontade dos homens que ela tem andado até onde andou já. Quero eu dizer: de certos homens. [...] Não é possível viver em tempos destes sem estes casos. A honestidade é paga pelo preço que antes se exigia aos grandes criminosos. Sinal evidente que “um anjo virá com uma trombeta” como disse S. João no seu apocalipse. Se não virmos esse dia, o Xexe o verá. E a nós restar-nos-á a ínfima mas legítima alegria humana de mesmo depois de convertidos em vermes que a terra albergará, irmos roendo as terras sob os pés dos tiranos de todo o mundo, que aluirão.³³²

Ao contrário, um exemplo de resistência estratégica é usar o tempo da reclusão para conseguir um diploma acadêmico ou, mais em geral, para estudar. Os diários testemunham como em todas as prisões pelas quais o Luandino passou, os presos encontraram sempre um meio de organizar aulas. Desde aulas de alfabetização para quem entrava na prisão sem saber ler nem escrever – as quais traziam um pouco de esperança para Luandino: “Diz o Borges, um dos “perigosos” da Damba³³³ e que agora está a aprender a ler e a escrever: - Valeu a pena vir em Luanda para conhecer o sr.

³³¹ BUNTMAN, 2003, p. 128-130.

³³² VIEIRA, 2015, p. 774-778.

³³³ Município localizado na província de Uíge, norte de Angola.

Graça e o Sr. Jacinto!”³³⁴ – até usar o tempo da reclusão para aprimorar sua educação e formação. Não por acaso, ao falar retrospectivamente da sua experiência no cárcere, muitos presos afirmam que estar preso foi como frequentar uma universidade. Essa definição tem muitas vezes conotações políticas, pois foi no cárcere que muitos desenvolveram ou radicalizaram sua consciência política, sobretudo através do contato com militantes mais politizados.

É preciso dizer que a resistência que os presos opõem ao sistema carcerário não tem efeitos diretos só sobre o que acontece dentro da prisão, mas também no mundo fora. Se uma das características das instituições totais é que criam uma tensão entre o dentro e o fora, e uma tensão que é usada para manipular o preso, através da resistência é possível ultrapassar essa dualidade.³³⁵ A transmissão de informações e material para fora da prisão é uma das maneiras para ultrapassar essa tensão e é uma das características importantes dos primeiros onze cadernos, escritos em Luanda. É por meio dessa prática que a participação ativa de Luandino no movimento de libertação nacional não ficou de todo interrompida por causa da prisão.

Entre as informações que Luandino passava para fora, havia os nomes de quem entrava ou saía da prisão, os nomes de quem colaborava com a polícia, e, como dissemos, relatos sobre sessões de tortura e espancamento.

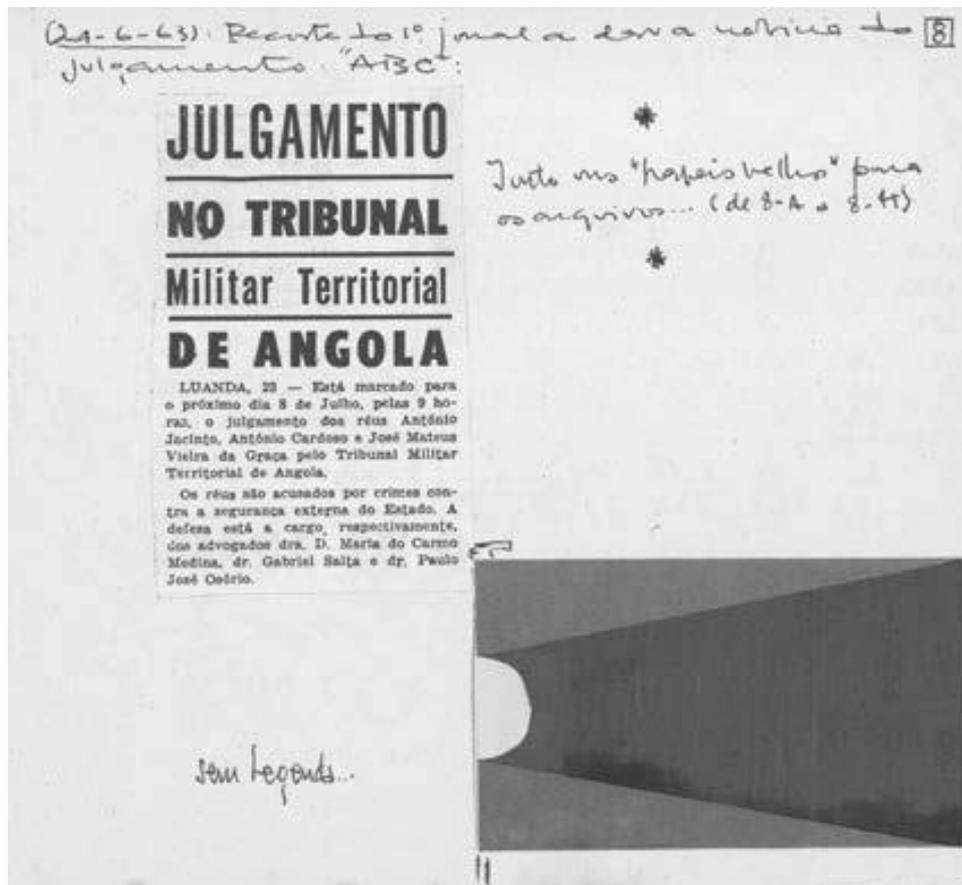
Uma prática paralela à transmissão de informações é a criação dos “arquivos implacáveis”³³⁶. Luandino recolhia, catalogava e numerava todo o material que podia ter algum interesse para uma futura história de Angola e da cultura angolana. Nos arquivos, entre outras coisas, encontram-se alguns bilhetes que Luandino recebia de outros presos, recortes de jornais sobre o próprio processo ou o desenho do mapa da primeira cadeia onde esteve preso. Para quem foi preso lutando, a prisão também é parte da história que merece ser guardada no arquivo. Como, por exemplo, o recorte de jornal que tem entrada em seu diário em 24 de junho de 1963, o qual noticiava seu julgamento. De acordo com Luandino, o “ABC” fora o “primeiro jornal a dar a notícia do julgamento”.

³³⁴ Lembrando que Graça é o sobrenome de batismo de Luandino e Jacinto refere-se ao poeta António Jacinto preso juntamente com Luandino em 1961. VIEIRA, 2015, p. 524.

³³⁵ SCARAGGI, 2018, p. 29.

³³⁶ A expressão era difundida no meio intelectual anticolonial angolano, como confirma esse trecho de autoria de Carlos Ervedosa, amigo de Luandino e autor do famoso *Roteiro da literatura angolana*: “Começamos a guardar as cartas que nos chegavam do Tarrafal. Aliás, andávamos todos, há já alguns anos, a guardar desenhos, poemas, contos e outros escritos, uns dos outros, impublicáveis nesse tempo, formando os nossos ‘arquivos implacáveis’, como então lhes chamávamos.” (LABAN, [1980], p. 94).

Imagem 16 – Recorte do Jornal ABC: “Julgamento no Tribunal Militar Territorial de Angola”



Fonte: VIEIRA, 2015, p. 337.

Na imagem, além da referência sobre ser o primeiro jornal a noticiar o julgamento, na parte superior, à esquerda lê-se: “Junto uns “papeis velhos” para os arquivos... (de 8-A a 8-H).” Na parte inferior: “sem legendas...” Uma observação importante é que o *ABC – Diário de Angola* era considerado uma publicação “liberal”, de “feição de oposição ao regime”³³⁷ ou menos alinhado dentro de um campo de restrições num sistema marcadamente opressivo como o salazarismo. A PIDE considerava o diário, no início de 1962, como “baluarte da frente oposicionista.”³³⁸

³³⁷ ROCHA, João Manuel. Os jornais diários de Luanda em vésperas da guerra colonial. *Ler História*, 74, 2019, 213-238. Disponível em: < <http://journals.openedition.org/lerhistoria/4898>>. Acesso em: 30. abril. 2021. Evidencia-se que não ser pró-regime não significava que fosse um jornal abertamente antirregime – para tal, devido à censura, teria que ser clandestino. De igual maneira, se opor ao Estado Novo de Salazar não era sinônimo de ser pró-movimentos de libertação. Como pontua Fernando Pimenta, a complexidade da sociedade colonial angolana não deve ser reduzida a essas análises dicotômicas.

³³⁸ ROCHA, 2019, p. 229.

Dessa maneira, podemos aventar que a entrada desse jornal foi feita de forma clandestina na Cadeia do Comanda da PSP.

Na ótica do escritor, o arquivo é fonte de inspiração no sentido de fornecer temas e personagens para narrativas futuras. O projeto literário de Luandino é anterior à prisão, mas é inegável que seu desenvolvimento foi profundamente condicionado pela experiência da reclusão. Na leitura dos cadernos, nos deparamos muitas vezes com referências a projetos futuros, ou com o escritor que justifica a anotação de um episódio nos cadernos em vista de um possível aproveitamento no porvir. Anotações desse tipo são recorrentes nos cadernos e seria impossível dar conta aqui de todas. Por exemplo:

Para não esquecer: além do que o A.J. me contou do Amaral Ferrovêlho, um dia relembrar tudo qto. sei do Crista e do Quintino (tipos do lúmpen-proletariado branco, que vivem de expedientes no musseque) e da amásia do Quintino, a prostituta Camélia (que belo nome). Quintino também já foi preso pela pide e levou pancada! Um velhote arruinado! Penso que com os caracteres destes tipos todos, mais ainda os do Quinhentas, do Rebocho, e do Salambiô, posso um dia fazer uma novela ou coisa parecida.”³³⁹

Os cadernos revelam que, para fugir do controle disciplinar da prisão, Luandino se “autoimpôs uma contra-disciplina”³⁴⁰. Parte dela consistia em escrever, e escrever o mais possível, ao ponto que há nos cadernos páginas nas quais Luandino se repreende por não ter conseguido escrever ou terminar o trabalho que tinha se proposto a fazer.

Acabo de trabalhar mais um bocado na novela curta (ou conto longo...) “Muxiluanda”. 45m[inutos] de trabalho esgotaram-me. Estive a escrever sempre com um olho crítico em cima de mim e isso fazia-me duvidar de tudo qto. estava a escrever. Saiu uma porcaria. Terei que ter muito trabalho para fazer daquilo tudo um trabalho decente.³⁴¹

A dedicação à escrita é evidente também em todos os fragmentos nos quais Luandino discorre sobre o próprio processo criativo e sobre o estilo literário que estava conscientemente construindo. Segundo o próprio autor³⁴², duas decisões foram fundamentais para ele não se deixar aniquilar pela prisão: a decisão de escrever e a de tentar manter um relacionamento muito íntimo com a mulher, apesar da impossibilidade do contato físico. Os cadernos luandenses conjugam as duas coisas. Recordando aqui que durante as visitas, Luandino entregava escritos à sua mulher, que trazia consigo uma bolsa de fundo falso, para que ela os guardasse em lugar

³³⁹ VIEIRA, 2015, p. 155.

³⁴⁰ SCARAGGI, 2018, p. 30.

³⁴¹ VIEIRA, 2015, p. 338

³⁴² VIEIRA, 2015, p. 1079.

seguro. Neles, estabeleceu um verdadeiro diálogo com a mulher, cujo papel era tríplice: primeira leitora e crítica, companheira no amor e camarada na luta. Ao tom romântico e familiar de alguns fragmentos, alterna-se um tom mais pragmático, militante.

Imagem 17 – Recorte de jornal: “Anne Frank”/ Desenho de Luandino Vieira



Fonte: VIEIRA, 2015, p. 333.

No fragmento acima, Luandino traz um recorte com a fotografia de Anne Frank³⁴³ com a seguinte citação: “É realmente uma maravilha não ter abandonado todos os meus ideais, porque eles parecem tão absurdos e impossíveis de realizar. Ainda os mantenho, porque apesar de tudo, ainda acredito que as pessoas são realmente boas de coração.”³⁴⁴ Luandino não só se reconhece nessa fala como

³⁴³ Anne Frank ficou mundialmente conhecida por seu diário, o qual fora escrito num esconderijo de judeus confinados durante a ocupação nazista dos Países Baixos, entre os anos de 1942 e 1944.

³⁴⁴ O texto em língua estrangeira é: “It's really a wonder that I haven't dropped all my ideals, because they seem so absurd and impossible to carry out. Yet I keep them, because in spite of everything, I still believe that people are really good at heart.” (Tradução nossa).

também se alimenta dela para manter a esperança. Compartilha com Anne Frank os infortúnios de uma escrita marcada pela perseguição e pelo sofrimento. Além de comparar fisicamente Anne Frank a sua esposa Linda quando criança. No mesmo fragmento, retomando a discussão sobre os diversos tons que alternavam ao escrever sobre e para Linda, Luandino fala de um novo preso que chegou à prisão. Esse estava nu e a chorar. Além de um desenho para brincar com Linda.

Os assuntos e suas diversidade temáticas que se misturam ao logo do diário é uma característica dessa escrita marcada pela urgência do cárcere. Luandino também opera um sentido prático de resistência, sendo instrumentalizado e informado pela sua rede de apoio. Como observa-se no fragmento a seguir.

Imagem 18 – Bilhete do Zé³⁴⁵

FACTO: Ervedosa deu-me direcção Eng. Falcão para eu ir buscar mala do Lara para uma amiga minha (francesa) levar para Paris.

CONTEI: Francesa deu-me papel sebenta c/ uma direcção perto S. Sebastião para eu ir lá buscar uma mala para ela levar p.ª Paris. (Isto 4 dias antes dela partir.) Dia partida para arrumar coisas abriu-se mala, verifico que é do Lara e pergunto-lhe se ela sabe de quem é a mala. Ela diz que não e que lhe pediram para levar para Paris, o que fôr.

Avisar: Falcão que Pide sabe que foram lá buscar mala Lara. (Falcão não sabe que fui eu)

(2) Ervedosa, que ele não me deu o papel.

(3) Caso aches que eles vão chatear a francesa pedir a minha irmã para madar-lhe esta versão e dizer-lhe que quem lhe deu o papel foi o Pestana. Ela que não volte a Portugal. Pide tem direcção dela; fui eu que a dei como um pato. Françoise Peyrot - 16 Rue Benoit Malon SÈVRES (S. et O.) FRANÇA. Caso queiras nome e direcção dela diz.

Chusenda X: Como vês... não digo mais e preciso:

1) copiar textualmente a máquina
2) avisar para onde tirá-la (p.º S.ª São Carlos) mandando o papelinho a máquina para eles se dessemos conta...

Isto vitor parece que os cães devem ter fido a / até mesmo de dar a vida do Lara a C.º. Mas não vejo para o C.º não vir!

Ovtop - Falcão é só "A Pide sabe que foram a casa dele buscar a mala do Lara" não vale.

Fonte: VIEIRA, 2015, 305.

Na página do caderno correspondente ao dia 22 de maio de 1963, na Cadeia do Comando da PSP, um bilhete entregue pelo preso Zé a Luandino com as informações sobre um interrogatório sofrido por esse amigo. No bilhete ele informa Luandino o que é fato sobre a informação, o que ele disse no interrogatório e os avisos

³⁴⁵ "FACTO: Ervedosa [Carlos Ervedosa, jornalista] deu-me direcção Eng.º Falcão para eu ir buscar mala do Lara [Parece ser o poeta Ernesto Pires Barreto de Lara Filho, irmão da poetisa Alda Lara, que chegou a ser preso pela PIDE naquele período] para uma amiga minha (francesa) levar para Paris.

CONTEI: Francesa deu-me papel sebenta c/ uma direcção perto S. Sebastião (que não me lembro) para eu ir lá buscar uma mala para ela levar p.ª Paris. (Isto 4 dias antes dela partir.) Dia partida para arrumar coisas abriu-se mala, verifico que é do Lara e pergunto-lhe se ela sabe de quem é a mala. Ela diz que não e que lhe pediram para levar para Paris, o que fôr.

Avisar: (1) Falcão que Pide sabe que foram lá buscar mala Lara. (Falcão não sabe que fui eu)

(2) Ervedosa, que ele não me deu o papel.

(3) Caso aches que eles vão chatear a francesa pedir a minha irmã para madar-lhe esta versão e

dizer-lhe que quem lhe deu o papel foi o Pestana. Ela que não volte a Portugal. Pide tem direcção dela; fui eu que a dei como um pato. Françoise Peyrot - 16 Rue Benoit - Malon. SÈVRES (S. et O.) FRANÇA. Caso queiras nome e direcção dela diz". VIEIRA, 2015, p. 305.

de alerta a serem dados aos externos à prisão. Luandino imediatamente anexa um bilhete à K. com as instruções sobre como agir:

Querida K. Como vês... não digo mais! É preciso:1) copiar textualmente à máquina 2) avisar para onde for mais seguro (i.e. São ou Carlos) mandando o papelinho à máquina para eles se desenrascarem... Pelos vistos parece que os cães devem ter ficado a saber como se deu a saída do Lara e C.^a. Mais uma razão para Carlos não vir!

O aviso p.^a o Falcão é só “A Pide sabe que foram a casa dele buscar a mala do Lara” mais nada. ³⁴⁶

A difusão da informação jamais esteve circunscrita aos limites do cárcere. Ela circula de dentro para fora e de fora para dentro. Pelo bilhete constatamos toda uma rede de circulação de informação, a qual era vital para a manutenção da integridade física dos seus integrantes.

Ao encarceramento junta-se o exílio, o afastamento da terra, da luta e dos afetos. O diálogo com a Linda fica interrompido e a escrita se torna um monólogo, mais autorreflexivo, muito mais fragmentado também. Uma observação mais atenta, ainda há o diálogo, mas agora é entre José Vieira Mateus da Graça e Luandino, seu alter-ego literário: o Zé se dirige ao Luandino usando a segunda pessoa e, conversando com a sua mulher, Zé fala do Luandino usando a terceira pessoa, “como se fosse outro”.³⁴⁷ Simplificando algo que é muito complexo e cujos contornos não são tão bem definidos, podemos dizer que Zé é o nome próprio, o nome dos afetos, aquele usado pela mulher e pelos amigos, enquanto Luandino é o nome que representa o empenho político e literário, é o nome do escritor.

Os anos do Tarrafal são aqueles da mais intensa atividade literária para Luandino. Por isso, enquanto a escrita dos cadernos fica mais fragmentária, a escrita literária é torrencial. Se desde o começo da sua experiência na prisão ele tinha a obsessão de acumular casos, narrativas e esboços sobre tipos humanos encontrados na cadeia, os anos do Tarrafal são os da reelaboração e aproveitamento desse material para a literatura. A escrita não é só passatempo e não tem só uma função terapêutica: ela é também uma forma de resistência, desta vez não só no sentido de ser um meio para se subtrair ao entorno da prisão e ao seu sistema de mortificações e humilhações. A resistência agora se constitui como tema das narrativas – sempre

³⁴⁶ VIEIRA, 2015, p. 306.

³⁴⁷ VIEIRA, 2015, p. 892.

críticas da ordem constituída – e, retomando Bosi, como forma “imaneente da escrita”.³⁴⁸

³⁴⁸ BOSI, 2002, p. 130.

3 “SOU MESMO UM ESCRITOR REVOLUCIONÁRIO?”³⁴⁹

3.1 A prática intelectual no cárcere

A produção literária Luandino Vieira é caracterizada como uma literatura de denúncia das atrocidades cometidas pelo colonialismo português, bem com um veículo de reivindicação da independência e nacionalidade angolanas. Dessa maneira, ao analisarmos o diário de cárcere percebe-se que seu propósito literário, desde os primeiros fragmentos, é ser um escritor cujo projeto é uma interseção da atividade política e do intuito literário. Ou seja, como projeto, são inseparáveis. Explicita-se que o projeto literário de Luandino não se inicia no cárcere, como já afirmamos no nosso primeiro capítulo, mas ganha corpo, tónus e, principalmente profundidade, nele.

No entanto, afirmar tal projeto não prescinde as dúvidas, os medos e os anseios. Ao se questionar sobre ser “mesmo um escritor revolucionário” em 28 de outubro de 1965, já tendo publicado, e com grande reconhecimento, o livro de contos *Luuanda*, revela-se a preocupação em não ser só um escritor, mas o que fora escrito ofertasse mudanças. Como vimos até aqui, perguntas com essa tônica são recorrentes em seu diário, assim como tentar responder ou mesmo elaborar sua escrita numa possibilidade de resposta também o é.

O que vemos no diário de cárcere de Luandino é um exercício de uma prática intelectual, onde sua concepção literária no “campo de uma produção cultural, com sua autonomia e valores respectivos” conquista reconhecimento para “intervir no político”³⁵⁰. Além disso, outro ponto que é abordado por Carvalho Filho e Nascimento, o qual é consonante com o projeto literário de Luandino Vieira, é o engajamento anticolonial e nacionalista dos intelectuais africanos:

escrever é importante [...] também para perceber melhor as razões que me levaram a estar nessa situação, afinal por reivindicar uma consciência nacional, uma identidade nacional que se traduzia nas ditas actividades nacionalistas que reclamavam a independência³⁵¹,

registrou Luandino em 20 de agosto de 1969, no Tarrafal.

³⁴⁹ VIEIRA, 2015, p. 721.

³⁵⁰ CARVALHO FILHO, Silvio de Almeida; NASCIMENTO, Washington Santos. Intelectuais das Áfricas: aproximações. In: _____ (Org.). **Intelectuais das Áfricas**. Campinas (SP): Pontes Editores, 2018. p. 25.

³⁵¹ VIEIRA, 2015, p. 906.

Temos em seu diário, nos fragmentos que o compõe uma produção que é dada a pensar e propor formas literárias que descentrem ou repensem os cânones ocidentais, que norteavam até então a literatura. Dessa maneira, entendemos o intelectual por meio de uma perspectiva mais englobante, o qual é entendido como

um indivíduo que, a partir do continente africano, reflete teoriza, imagina, projeta e produz sobre suas sociedades, formulando construção teórico-metodológicas que vão além da realidade africana. Em nossa concepção, o intelectual não é apenas o que possui uma produção escrita, mas, também todo aquele que exerce práticas intelectuais em outras áreas de cultura e do poder, como música e cinema.³⁵²

Luandino Vieira faz parte da maioria dos intelectuais que “simbolizou sentimentos e ideias por meio da escrita”, ele mesmo assume a importância da palavra como seu veículo de expressão: “[...] Parece que meu pensamento só se manifesta pela palavra, escrita ou falada. Quieto ao sol. Como hoje, por mais que esprema os miolos não penso nada. Começo a escrever ou a falar, muitas coisas se ordenam que até para mim são novidade.”³⁵³

A prática intelectual de Luandino é marcada pelos apontamentos, imbuídos de ideias e reflexões, que vão surgindo e são habilmente anotados no diário. Ela, a prática intelectual, é intercalada, cercada por toda sorte de sentimentos pessoais que se apresentam e ganham escrita naquele ambiente tão improvável.

E se eu impusesse a mim mesmo escrever um conto por mês?... (Às vezes dão-me estes ataques de auto-disciplina – e um conto por mês para quê? Pergunto agora?)

*

Copio para aqui um apontamento antigo: uma ideia para um livro em que recontasse histórias tradicionais, recriando-as esteticamente e dando-lhe um contexto actual ou actualizante. Título: “Novas histórias do antigamente”.

*

Estou sentindo renascer a vontade de trabalhar na “Maiombola”³⁵⁴. Ontem estive algum tempo a desfolhar os papelinhos de apontamentos. Separei os do conto que quero escrever e já os meti no bloco. Talvez hoje à noite e amanhã de manhã o escreva. Muito depende da visita de hoje a tarde! Mas está mesmo maduro e se deixo passar agora a ocasião, depois vai ser difícil escrevê-lo. Tenho a intuição que vai sair influenciado pelas leituras do “*Don Paisible*”³⁵⁵ ... mas era assim que eu gostava de vir a escrever. Que se sentisse a vida em cada palavra, em cada linha, em cada frase. Mas para isso também é preciso viver plenamente cada segundo, cada minuto, cada dia, o que só me vem acontecendo desde que conheço a L. Agora nesta alienação da prisão, vivo intensamente cada segundo da própria alienação, tentando nunca a perder de vista, nunca me deixar enredar nela, “fazer o que quero,

³⁵² CARVALHO FILHO; NASCIMENTO, 2018, p. 15.

³⁵³ VIEIRA, 2015, p. 792.

³⁵⁴ “Maiombola”, espécie de morto-vivo, um zumbi, projeto de romance cujo título era *A Maiombola da Mentira*.

³⁵⁵ *Le Don Paisible* é a tradução francesa do romance russo de Mikail Cholokhov. O romance aborda a vida de uma família cossaca que vive as margens do rio Don, na Rússia, durante os principais conflitos do início do século XX. Foi publicado originalmente em 1934.

daquilo que eles querem fazer de mim"... Mas esta "experiência" vai dar frutos. Sinto uma capacidade cada vez aumentada de captação da vida, mesmo nas mínimas manifestações, uma predisposição cada vez maior à atenção compreensiva do que se passa à minha volta (eu dantes era muito "distráido", superficial) há um aprofundamento gradual da minha capacidade de perceber a vida e as suas manifestações. As leituras também me têm ajudado. Mas primeiro que tudo e sobretudo o exemplo único da minha companheira K. Quando penso como às vezes ainda a ponho triste!! Tenho que ser melhor!³⁵⁶

As entradas acima datam do dia 19 de janeiro de 1963, no PPPIDE, e dão a tônica da maneira como Luandino Vieira insere os apontamentos no seu diário. Ele tenta estabelecer uma rotina, ou mesma uma imposição de escrita. Tendo em mente uma disciplina que para ele é importante, mas nem sempre possível. E sendo um preso político, cuja dinâmica do entorno lhe escapam o controle, o confinamento, impor-se essa produção de "um conto por mês" parece não lhe fazer sentido.

Vemos também dinamização de propostas literárias. Seja atualizar história tradicionais, apresentado novos elementos estéticos na forma como ela é contada; seja na proposta de um romance que teria influências das leituras efetuadas. Esse sentido "que se sentisse a vida em cada palavra em cada linha, em cada frase", que emerge a partir da leitura de *Le Don Paisible*, é ampliado exatamente por estar encarcerado. Preso, o "viver plenamente" – já experimentado ao compartilhar sua vida com sua esposa Linda – não é possível, uma vez que prisão é alienante. Alienante porque ela separa, cerceia o viver. Mas como uma marca do seu registro intelectual, Luandino intenta fazer o "que quero, daquilo que eles querem fazer de mim", remontando o entendimento da atividade intelectual comprometida com a promoção da liberdade e do conhecimento.³⁵⁷

O desempenho da escrita é afetado por fatores diversos. A visita tão aguardada de sua esposa Linda confere possibilidades que podem alterar sua dinâmica: "Muito depende da visita de hoje a tarde!" Isso decorre porque ele tem em Linda sua primeira leitora, "a mulher, com quem negoceia a voz do escritor e, a dela, como leitora."³⁵⁸

A escrita também é sensibilizada pela fragilização psicológica, a qual se está submetido no universo prisional. No fragmento abaixo do dia 19 de setembro de 1967, no C.T.C.B, constatamos como a desordem mental irrompe a sua falta de liberdade,

³⁵⁶ VIEIRA, 2015, p. 102.

³⁵⁷ SAID, Edward. **Representações do Intelectual**: as Conferências Reith de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

³⁵⁸ RIBEIRO; VECCHI, 2015, p. 23.

manifestando-se nas ações mais rotineiras, como na dificuldade de fixar a atenção e encadear ideias.

O romance começa a derrapar, 1.º dia em que não escrevi um pouco. Não é por m/ culpa. Mas os nervos estão de tal modo e a vida aqui é tal que à mais pequena ameaça de qualquer coisa passo o dia a pensar nisso e a procurar soluções – em circuito fechado como um leão na jaula.³⁵⁹

O que podemos perceber é que o ato de escrever mobiliza emoções, perseverança, ansiedade, alegria, medo num “mar de destino aberto”, caracterizando-se como uma entrega pela escrita. A qual, obviamente, não é fácil.

Pouco trabalho, muita dificuldade em escrever... o que sucede é que ainda não senti aquela “alegria” que costumo sentir quando estou a escrever como devo. Mas o que acontece é que tb. não sinto ainda aquela vontade que vem do facto das personagens quererem sair, forçar a saída. Mas continuo a teimar.³⁶⁰

A novela cada vez me parece pior. É a porcaria da linguagem. Sinto que há muita verborreia e que o estilo tem de ser modificado. Que há que passar já à apreensão do movimento da frase portuguesa c/ o ritmo das línguas bantus, sair do nível do registo das alterações fonéticas e morfológicas, descer ao encontro da sintaxe. Mas qdo. pego no trabalho, tenho medo. Há tantas coisas a discutir, tantas interrogações e não tenho a quem nem c/ quem o fazer! Talvez mande tudo assim para casa: é mais uma coisa como tantas, adiada...³⁶¹

Muito já foi descrito, mapeado e dito sobre a singularidade linguística dos textos de Luandino, o qual subverte “as regras do português padrão para se estabelecer no terreno de línguas em trânsito.”³⁶² O que deve ser destacado da citação acima, ponto de sacrifício do seu ato de escrever, é a interligação de dois sistemas linguísticos, português e quimbundo – a língua banta a qual se refere – atribuindo-lhes uma estrutura. Luandino não quer traduzir uma pela outra ou buscar aproximações fonéticas e morfológicas, as quais poderiam ser entendidas como uma aliteração. Corresponder o posicionamento ético da sua escrita, não a macular com um subjetivismo, causa-lhe, como ele mesmo escreve e sublinha: medo.

O desânimo dele também é pontuado pela falta de acesso ao publicado. Mas sobretudo, marcadamente pela qualidade dessas obras que não estavam a seu alcance. As leituras são importantes, porque deslocariam a percepção do isolamento

³⁵⁹ VIEIRA, 2015, p. 815.

³⁶⁰ VIEIRA, 2015, p. 336.

³⁶¹ VIEIRA, 2015, p. 380.

³⁶² MACÊDO, Tania. A Luanda de Luandino. **Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF**, Vol. 8, nº 16, 1º sem., jul. 2016, p. 49.

individual, e tampouco um simples reprodutor de seu próprio meio, tendo como preceito sua atuação intelectual.

Ao saber toda a quantidade e espécie de livros que vão sendo publicados e eu gostaria de ler, fico apático e desanimado por saber que isso nunca seria possível. E ao ler as críticas a livros publicados, vejo como é ínfimo, quase nulo, o valor do que escrevo: nem grandes problemas, nem grandes ideias, nem grandes sentimentos. Tudo de uma vulgaridade!³⁶³

Luandino certa vez disse, em entrevista a Michel Laban, “é difícil escrever. Porque é preciso estar totalmente convencido daquilo que se está a escrever.”³⁶⁴ A afirmação dita em 1977 faz todo sentido ao analisarmos as dificuldades de escrita no cárcere, que se apresentam a todo instante. As anotações dos dias 22 e 26 de junho de 1963 na Cadeira do Comando da PSP apresentam as contrariedades:

A dificuldade em escrever contos é agora maior. Cada vez sou levado mais a contar muitas coisas, a escrever muito, a tendência é para maiores trabalhos e mesmo sem dar por isso, dou comigo depois a escrever longas páginas de descrições (que não convêm nada a contos...).³⁶⁵

[...] Mas a culpa é minha. Não me senti nunca “possuído” pela acção e personagens, tenho estado a escrever forçando-me a isso. O resultado: noto o esgotamento do meu estilo, noto uma dificuldade maior em contar a história simplesmente. Tudo isto deve ter sido de não ter vivido o assunto “bem” ou a incapacidade de o viver assim “bem” nesta fase em que me encontro. Mas não há dúvida que o estilo em que contava as histórias já deu o melhor de si. Impõe-se que o reveja, que o enriqueça, que o amadureça, libertando-o das vulgaridades que ainda pululam. Impõe-se-me um trabalho de revisão de tudo quando escrevi desde 1961. Só desses escritos poderei tirar o que de bom houver neles para continuar a avançar. (Quer dizer fui “possuído” pela nova maneira de escrever que ia criando, enquanto ela era para mim também novidade, existia em mim potencialmente. Agora que é só instrumento deixei de a sentir, só a uso. E isso não pode ser, há sempre uma quebra de sinceridade, ou melhor, uma distanciação entre aquilo que se diz e quem o diz.) Problema muito complexo de autocritica que só noutras condições poderei resolver. Por agora fico com a convicção verdadeira: devo parar de escrever estudar o que escrevi. E trabalhar, trabalhar, trabalhar...³⁶⁶

As descrições relatadas no apontamento do dia 22 de junho, tem a ver com a “recolha de material”³⁶⁷ na prisão. A relação do autor com os demais presos, observações, trocas, aprendizado, ensinamentos inscrevem-se em seu diário, os quais podem ser utilizados como referências sem suas obras. No entanto, só descrevê-lo não é suficiente, ele precisa analisar esse material. O que podemos

³⁶³ VIEIRA, 2015, p. 746.

³⁶⁴ VIEIRA; LABAN, [1980], p. 72.

³⁶⁵ VIEIRA, 2015, p. 335.

³⁶⁶ VIEIRA, 2015, p. 339.

³⁶⁷ A expressão é usada regularmente por Luandino em seus apontamentos.

depreender é que escrever no cárcere exige uma maior capacidade de se lidar com o externo para poder, não se aprofundar, mas vivenciar “bem o assunto”. Percebe-se que Luandino escreve ainda sob o impacto da leitura Cholókhov, evidenciando a perspectiva de viver-se pela e na escrita.

Outro ponto pertinente na citação do dia 26, é a ideia de estar “possuído” pela “nova maneira de escrever”. Essa metodologia, que parece só fazer sentido quando “sentida”, dando alicerce ao surgimento do eu, juntamente com as condições sociais. Luandino revela uma postura “autocrítica” na criação de si, que transparece os limites dessa criação e os modelos que o sujeito pode assumir.

As dinâmicas da escrita particular atuam como meio para a elaboração de obras futuras, além de formas de indagação e produção de subjetividade a partir do “exercício da escrita de si para si e de si para outros, constituindo um mecanismo de autoinvestigação, autoadestramento e individuação a partir da literatura”.³⁶⁸ O apontamento abaixo exemplifica o procedimento de autoinvestigação ao assinalar a maneira como Luandino opera seu método de trabalho. Um exercício contínuo de avaliação do processo.

Comecei o trabalho na novela “Benvinda”³⁶⁹. Escrevi pouco. Parece-me que encontrei o tom justo, de crónica. Quero que seja um trabalho “definitivo” em matéria de linguagem (para mim, claro). I.e. que se situe entre a “Galinha” e o “Papagaio”³⁷⁰ c/ mais audácia que o 1.º, sem a proximidade do segundo. Qto. aos personagens, penso que estão bem maduros dentro de mim e que os recriarei psicologicamente bem definidos pela intriga. Um defeito que noto em mim: uma ânsia de acabar depressa, de me libertar do assunto, que me faz escrever esquematicamente, a correr. Penso que só posso eliminá-lo c/ “novo” método de trabalho pois me parece fruto da extensão e profundidade diferentes desta novela. A saber: escrever e depois reescrever com + detalhe, depurar, arranjar etc., i.e. trabalhar consecutivamente até à forma final: – processo muito pouco empregue por mim, que quero que fique logo na forma definitiva e quando emendo é para reduzir não aumentar. Veremos!³⁷¹

A reflexão até aqui proposta sobre as dificuldades de se escrever no cárcere, teve o intuito de acompanhar os “traçados impostos”³⁷² pela experiência prisional. O

³⁶⁸ LAKS, Daniel Marinho. Os “Papéis da Prisão”, de Luandino Vieira: entre a escrita de si e o testemunho da barbárie. **Revista do NEPA/UFF**, Niterói, v.10, n.20, jan.-jun. 2018, p. 149.

³⁶⁹ Luandino não chegou a publicar uma novela com esse título. Em entrevista dada ao site português Lamparam III, ele faz menção a um romance chamado “Benvinda e os Outros”, que ele havia destruído, assim como outros que tiveram o mesmo fim. Não saberíamos afirmar se obra citada na entrevista tem a ver com mencionada em seu diário. Ver entrevista: <<https://guinela.blogs.sapo.pt/3372.html>> Acesso em 20. abril.2021.

³⁷⁰ Faz referência aos contos, “A estória do Ladrão e do Papagaio” e “A estória da Galinha e do Ovo”, ambos publicados no livro *Luuanda*.

³⁷¹ VIEIRA, 2015, p. 366.

³⁷² LAKS, 2018, p. 150.

compromisso da escrita, abrange uma deslocação e uma concentração psíquicas que não se poderia suportar, caso não houvesse um propósito movente, um chamado para tal projeto. O projeto literário de Luandino amplamente interpretado como engajado, de resistência, de denúncia, encontra na observação, na reflexão da prisão e de suas gentes um dos seus pilares.

No diverso material que o compõe, permite-nos não apenas adentrar nas prisões do regime colonial português, como também nos possibilita acompanhar a origem de alguns dos personagens e de suas histórias. Nesse processo, que o autor denomina de “recolha de material”, Luandino levanta aspectos físicos, psicológicos, traços de personalidade para montar um quadro de referência para composição de personagens. Como intelectual que é, e desejando, portanto, transmitir suas ideias, veremos que Luandino Vieira mantém-se atento aos problemas da sociedade angolana. Contesta, reflete as nervuras daquela sociedade por meio dos personagens, mantendo um compromisso ético e seus valores, com o objetivo de conferir maior veracidade aos fatos narrados. Veja a construção de uma personagem chamada Domingas.

17-6-63

Domingas

Talvez o traço mais típico do s/ carácter e comportamento seja o de uma luta constante entre a impulsividade generosa natural e a aquisição racional de autodomínio e análise (quer em situação quer em sentimentos)... um tipo de mulher cujos impulsos naturais são de notável sentido de justiça e bondade (em choque com as concepções educacionais da madrinha). Uma educação em meio colono (colonial?...) de assimilada portanto, origina-lhe em face de problemas do seu povo, uma atitude externa contra essa educação, um pouco cega não distinguindo o que é bom do que é mau (filtragem que só se vai efectuando ao contacto c/ os problemas reais em especial da “educação” e “reabilitação” de A. Filipe) [suas conversas e reacções a factos como o desfrizamento dos cabelos mostrarão como essas contradições de s/ personalidade – reflexos subjec. de contradições histórico-sociais ex ternas – estão enraizadas, lhe provocam mal estar e não se liberta deles subjectivamente mesmo qdo. as ultrapassa objectivamente (i.e. é mais lento...)].³⁷³

Luandino apresenta a personagem como assimilada, cuja educação lhe deixa marcas de uma alienação cultural. Sua percepção de mundo começa a mudar quando conhece A[ntónio] Filipe, seu interesse amoroso, “amargurado, brusco” de sua “luta constante c/ o mundo colonial”³⁷⁴, como descreve Luandino. O autor, por meio da

³⁷³ VIEIRA, 2015, p. 332.

³⁷⁴ Luandino trabalha a concepção dos personagens por meses. A caracterização de António Filipe foi feita durante o mês de janeiro de 1964. VIEIRA, 2015, p. 408.

relação entre os personagens, na alteridade deles, esgarça as “contradições histórico-sociais externas”, assumindo a complexidade de mudar quando os valores, no caso do colonialismo, estão enraizados. Importante observar a chave que propõe a reflexão sobre a alienação colonial é o hábito de “desfrizamento do cabelo” – essa característica é reforçada pela personagem “sempre” estar “de lenço”³⁷⁵, como podemos ver no desenho abaixo confeccionado pelo autor, e que pode interpretado como uma tentativa de apagamento de sua identidade negra – ou seja, perder a qualidade de crespo.

Imagem 19 – Personagem “Domingas”,
1963



Fonte: VIEIRA, 2015, p. 309.

³⁷⁵ VIEIRA, 2015, p. 408.

A partir do exposto, compreendemos Luandino intelectualmente, como aponta Said, como aquele que tem o papel de tentar modificar o pensamento público por meio da mobilização e conscientização dos sujeitos, bem como colocar corretamente a questão do poder e investir contra os muros que impedem a racionalidade e atuação na sociedade. Além disso, o intelectual tem o dever de manifestar-se, assumindo a voz de todos e de qualquer um que deseje manifestar seus pontos de vista e vontade políticos no plano nacional, comunitário e profissional, para que mais tarde possam ser constituídos governos dignos do nome.³⁷⁶

Outro exemplo de personagem – só que esse compõe o conto “Estória do ladrão e do papagaio”, do livro *Luuanda* – é o Garrido. O personagem é descrito da seguinte maneira: “Um rapaz coxo, estreitinho, puxa sempre a perna aleijada. Mulato. [...] um mulato-claro, o nome dele é Garrido, olhos azuis, quase um monandengue³⁷⁷ ainda, não é?”³⁷⁸. Tania Macedo³⁷⁹, que analisou em diversos momentos os personagens do universo ‘luandino’, ajuda-nos a iluminar esse personagem ao contemplar – entre outras características, “sempre positivas”, desse monandengue do musseque – um traço, citando Luandino, de seu falar digno de ser revelado:

Na boca estreita de Garrido Fernandes tudo é por acaso. E as pessoas que lhe ouvem falar sentem mesmo o rapaz não acredita em sim, não acredita em não. Uma vez falou tudo o que ele queria não saía mais certo e tudo o que ele não queria também o caso era o mesmo; só passava-se tudo por acaso. Então, por acaso, vamos lhe encontrar na hora das cinco e tal no dia de ontem. Então, por acaso, vamos lhe encontrar na hora das cinco e tal no dia de ontem desse dia em que agarraram o Lomelino carregando o saco com os patos proibidos, metido na sombra da mandioqueira do quintal da Viúva, esperando Inácia.³⁸⁰

A partir dessa citação, Tania Macedo contempla-nos com a seguinte análise:

Sem afirmar nada, para o Garrido de “Estória do ladrão e do papagaio” tudo é “por acaso”; ainda que no momento em que enfrenta seus comparsas Lomelino e Via Rápida torne-se assertivo, seu caráter é desenhado a partir da oscilação.

Esse personagem adolescente, “cujos traços são dados com grande positividade pelo narrador, a ponto dele assumir a expressão “por acaso” da personagem para iniciar a narração dos acontecimentos do dia em que os “causos”

³⁷⁶ SAID, 2005, p. 24.

³⁷⁷ De origem quimbundo, refere-se a jovem.

³⁷⁸ VIEIRA, José Luandino. **Luuanda**. São Paulo: Ática, 1982, p. 34.

³⁷⁹ MACEDO, 2016, p. 46.

³⁸⁰ VIEIRA, 1982, p. 38. In: MACEDO, 2016, p. 46.

ocorreram”³⁸¹, tem uma gênese descrita num apontamento do dia 31 de julho de 1963, na Cadeia do Comando da PSP.

Chama-se Antonio Fernandes Garrido. Pergunta-me sempre se tenho “Jornal d’hoje”. Ontem perguntei-lhe porque? Por acaso é para ver se vem o nome dos detidos. Disse-lhe que só a “província”. Agora não me larga. A razão: quer ver o nome dele no jornal! É baixo, magro e nodoso, com uma pequena cabeça de pássaro esperto. Camurcina azul, da marinha. Calções e quedes. Coxo duma perna, recordação de paralisia infantil. Está preso porque matou um papagaio! O bicho era bonito e falava bem e ele não gramava a dona! Pergunto-lhe, olhando para a pele bem clara dele e o restante aspecto: – É cap’verde? – Por acaso sou mestiço! – De Luanda! – Por acaso de fora de Luanda! “Tudo por acaso...” E não me larga mais para ler o jornal onde pensa virá o nome e a história do papagaio (Louro) que é o seu orgulho.³⁸²

Verifica-se que a atenção inicial de Luandino, seguida de uma certa irritação pelo fato dele não o “largar mais”, será substituída no conto por uma “grande simpatia pelo jovem habitante do musseque que rouba o papagaio da amada, a jovem Inácia”. É surpreendente a passagem do real extratextual da cadeia à “estória” da esquadra, na medida em que a literatura de Luandino Vieira se configura a partir da solidariedade com os personagens proscritos, com “uma linguagem em que não se sobrepõe a voz do narrador à das criaturas do relato, e que deixa entrever uma função da literatura.”³⁸³ Possibilita-nos, então, contemplar a transfiguração artística operada pelo autor a partir das suas vivências no cárcere.

Compreendemos que o exercício da escrita literária no cárcere evidencia a consciência de um autor que confere aos seus personagens um olhar crítico sobre a condição sócio-político-histórico-cultural de Angola no sublevado período de luta pela independência. O diário nos permite perceber como esse mundo em revolta é atravessado por fronteiras que demarcam desigualdades, preconceitos, exclusões que devem ser denunciados por meio da sua literatura. Esse compromisso é firmado na sua proposta literária como podemos ver abaixo

Nos futuros romances não posso esquecer toda a experiência da tropa: o racismo, a discriminação entre os “milicianos” e os outros; a discriminação de soldados C e I e como os negros do curso de sargentos milicianos tratavam os soldados I encarregados das limpezas, os oficiais da metrópole e os de cá! [...]

As proibições de falar quimbundo c/ os recutas. O tratamento dado aos mesmo. O “veneno” que lhe era insuflado. O carácter fascista da instrução

³⁸¹ MACEDO, 2016, p. 46.

³⁸² VIEIRA, 2015, p. 351.

³⁸³ MACEDO, Tania. Luanda: Literatura, História e identidade de Angola. **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais (CES)**. A questão social do novo milênio. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004, p. 10-12. Disponível em:

<<https://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel35/taniamacedo.pdf>>. Acesso em 10/05/2021.

militar...

(A melhor maneira de, depois, lembrar de tudo isto é contar à K., nas longas conversas... por isso aqui só a lembrança do assunto.).³⁸⁴

Luandino levanta questões que confrontam os ditames do Estado, problematizando aquilo que pouco ou todo não se quer discutir. Na citação acima, ele aponta como a hierarquia social, neste caso entre militares, é um vetor discriminatório tão pungente, mesmo entre pessoas da mesma raça. O caráter regulador e homogeneizador do militarismo que proíbe o uso do quimbundo. Ao fazê-lo, Luandino se fia como um intelectual, aquele indivíduo dotado de uma “vocação”, como diz Said, para “representar, dar corpo, e articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, filosofia ou opinião para (e também por) um público.”³⁸⁵

Nesse processo de busca de material, Luandino se mantém atento as falas dos companheiros de cárcere. Muitos deles denunciam as violências sofridas durante o regime colonial, cuja sanha foi conhecida não só pelos presos políticos. Presos de delito comum, como o Mangololo, relatam a barbárie que aconteciam nos musseques. Em 18 de janeiro de 1964, ele particulariza alguns eventos de fevereiro de 1961, mês e ano que marcam o início da luta pela independência de Angola. Vejamos o relato:

Acontecimentos de Fevereiro 1961, alguns aspectos da repressão nos musseques segundo relato do Mangololo:

- Andou a dormir em casas de familiares e conhecidos do Bairro Santo³⁸⁶ (onde morava) para o B[airro] O[perário], daí para o Rangel, daí para o Marçal. Sempre que mudava parecia sorte: os comerciantes e os brancos da milícia faziam rusga no bairro que deixara. Todas as pessoas não dormiam, sempre à espera de sentir bater na porta e serem tiradas para a rua, onde eram mortas.

- que matavam devagar para sofrer, 1.º cortavam os pés, depois as mãos, depois as orelhas e só no fim cortam o pescoço. Ou então espetavam facas em todo o corpo e deixavam nas lixeiras para morrer s/ sangue.

- quando voltou no Bairro dele, muitas casas queimadas mas a dele não;

- de noite, qdo. pressentiam confusão iam refugiar-se no Posto, tendo por isso de correr perigo atravessando a área onde havia batidas. O administrativo Dias que salvou muitos, os brancos mandaram-lhe tirar. Depois quando pegou o hábito de ir dormir no posto aí mesmo faziam rusgas e vinha a tropa c/ metralhadoras enxotar as pessoas para casa.

- que os soldados nas revistas mandavam abrir malas, carteiras e tudo o que tinha valor levavam. Se estava alferes ou tenente c/ eles não sucedia nada.

- quando chegou no Marçal viu as casas ardidas e as coisas que os brancos traziam para a rua, mobílias, máquina de costura, rádio, tudo e começaram queimar no meio do largo.

Daí foi dormir no Bê-Ô.

- que muitos comerciantes que andaram matar agora não têm

³⁸⁴ VIEIRA, 2015, p. 387.

³⁸⁵ SAID, 2005, p. 25.

³⁸⁶ Os bairros descritos eram regiões de musseques em Luanda.

+ fregueses; alguns fecharam até, nem que não há + lojas, ninguém compra nada. Tem outros que (ele diz) foram bons (Sr. Sousa – do musseque Santo): à noite, recolhiam os fregueses deles no quintal e ficavam a vigiar para não os matarem (defender o dinheiro...). Que nessas noites havia tb. os grupos de bandidos (negros) que aproveitavam para roubar, matar por causa de confusões antigas, violar – etc., e ameaçavam que iam chamar os “milícias”. Houve tb. grupos de “vingança” que assaltaram as lojas dos “matadores”...

- De manhã grandes rusgas, toda a gente senta no chão, 2 a dois, documentos na mão e um a um passavam em frente do jipe da pide, onde está um bufo (preto) que aponta os que vão para ser presos (esse homem era feiticeiro – Ele dizia, pronto! Ia preso mesmo!)

- num musseque não eram os comerciantes desse musseque que matavam, não: iam para outro musseque matar... e trocavam de área.

- contou a história dum amigo dele: cozinheiro na baixa, recebeu o ordenado, esqueceu a beber, apanhou uma “rosca”³⁸⁷ e foi apanhado já na hora de recolher... Os brancos começaram atrás dele, tiros etc. mas ele conseguiu chegar a casa onde estava morar c/ Mangololo e o irmão deste, cada qual com sua mulher. (Dormiam os 2 casais n/ quarto. Os brancos abriram a porta p.^a tirar o rapaz começaram logo a dar porrada. Conta o Mang. que ele e o irmão cheios de medo começaram fazer boa muxima³⁸⁸, falar para não ter medo o Estado, mostrar os documentos no Estado, tudo arruma-se a bem e as mulheres quase nuas a fugir nos cantos, os brancos já para agarrar e sempre a dar porrada no rapaz, c/ mocas e tudo, ele já não podia ficar de pé...

Aí chegou a P[olícia] Militar, o tenente correu c/ os civis, avi- sou que dava tiros se fosse preciso e ficou lá: tiveram que contar a história toda, mostrar documentos, etc. etc.

Comentário do Mang[ololo]:

- Eh! Esse teve sorte, só porrada que apanhou, ficou só Camões mais nada. Os outros que não tinham sorte, lhes levavam, amanheciam mortos no capim, nas lixeiras, nas piteiras.³⁸⁹

O testemunho acima, do prisioneiro Mangololo, apresenta, de acordo com Seligmann-Silva³⁹⁰, um discurso marcado pela literalidade e pela fragmentação, já que nele o depoimento intencionaria reunir os fragmentos para dar-lhes liame, enfatizando a subjetividade do depoente. Como relato, que evidencia a subjetividade do declarante, o testemunho pode ser pensado como um tipo de escrita de si. Isso porque admite-se as escritas de si às maneiras pelas quais o sujeito é demandado. No caso, as ações violentas que ocorreram nos musseque em fevereiro de 1961 foram as demandas.

O testemunho de Mangololo é marcado pelos detalhes dos atos violentos, verdadeira barbárie, cuja autoria era de diversos agentes, mas com forte incidência

³⁸⁷ Tem a ver com perda do juízo, pelo relato, devido a consumo de bebida alcoólica. Embebedou-se.

³⁸⁸ Conquistar a simpatia de alguém por meio de elogios; adular. "**muxima**", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <<https://dicionario.priberam.org/muxima>> Acesso em: 30.jun. 2021.

³⁸⁹ VIEIRA, 2015, p. 426.

³⁹⁰ SELIGMANN-SILVA, Márcio. “Zeugnis” e “Testimonio”: um caso de intraduzibilidade de conceitos. **Letras**. nº 22. jan/ jun 2001, p.121-131.

racial. Espanta-nos os crimes cometidos pelos soldados, os quais deveriam garantir a segurança dos cidadãos. A presença da PIDE também suscitava medo, principalmente porque ela era orientada pela figura do delator: “bufo”. Não raro os “bufos”, por vingança, usarem sua atribuição para incriminar desafetos. No entanto, a presença ostensiva da PIDE nos musseques não era incomum porque, como dissemos no primeiro capítulo, havia movimentos políticos que visavam a emancipação de Angola existentes naquelas áreas. Logo, precisavam ser vigiados e, principalmente, impedidos.

O testemunho também tem relevância histórica, pois muitas ações violentas e opressivas cometidas pelo estado colonial não eram devidamente noticiadas, às vezes se quer eram, nos impressos do período. Lembrando que entre os meios de informação já havia uma censura prévia desde 1950 e, com o encetamento da guerra de independência, ela ficou mais austera. Além do apoio cedido ao governo colonial pelos principais impressos angolanos.³⁹¹

No primeiro semestre de 1961, chegavam a noticiar, preferencialmente nas seções referentes a cidade Luanda, a captura de terroristas envolvidos no ataque às prisões. No entanto, após esse período há um rareamento nesse tipo de notícia a ponto de não se falar

mais de terroristas na cidade, ou de agentes subversivos, de indivíduos que atuam na capital a soldo do estrangeiro – para utilizar o repertório de nomes tão comuns nos números que se seguiram ao 4 de Fevereiro. A subversão desaparece dos casos ocorridos na cidade.³⁹²

Ao passo que, os jornais luandenses publicam quase que diariamente notas sobre entradas em hospitais, ações da polícia e julgamentos realizados no tribunal. Nelas, constam apenas problemas que poderiam ser compreendidos como usuais à vida de toda grande cidade, e nada que dê qualquer indicação de reflexos da guerra na capital.

Obviamente, acompanhando a exposição Bosslet, isso não significava dizer que não houvesse casos de subversão em julgamento nos tribunais. No entanto, figura apenas que, pelo menos, não era desejável que estes se tornassem notícias.

Se houve atentados e sabotagens, eles não conseguiram quebrar o silêncio dos jornais, como o fizera o ataque às prisões de fevereiro de 1961 – ou porque não tiveram tamanho impacto, ou porque, após o início da guerra, o

³⁹¹ BOSSLET, 2014, p. 125.

³⁹² BOSSLET, 2014, p. 126.

regime ditatorial estabelecido já se havia preparado para evitar a sua repercussão.³⁹³

Ao tomar esse relato, Luandino não faz a compilação do material de maneira que possa parecer pouco afetado pelo que é dito. De forma alguma sua atuação é marcada por distanciamento que o preserve daquilo que é contado, mas compreende a importância de reunir esses testemunhos para que a versão dos oprimidos possa ser contada e reconhecida.

Tudo isto é bom material. Custa escrever isto, mas é preciso não atraindo a verdade para que o sofrimento de um povo não fique diminuído ou adulterado quando se recolhe como “material”. Só me podem perdoar dum modo: valorizar a n/ literatura c/ a verdade do nosso sofrimento de povo.³⁹⁴

O fundamento do compromisso da sua escrita é o testemunho de sua honestidade, da conduta ética, cujo ato de escrever se constitui. Assim, Luandino como intelectual é aquele que toma posição na sociedade, sendo coerente com princípios básicos da justiça humana, sem medo de perder privilégios, cargos, honrarias.³⁹⁵

Fica evidente que o projeto literário de Luandino Vieira é constituído a partir de uma afiliação entre a ficção e a história angolana. Os princípios ideológicos presentes em suas narrativas constituem-se de um processo de criação que se apresenta como um projeto político-literário, que consistia, sobretudo, no ideal de libertação, de denúncia do sistema colonizador e das injustiças sociais. No cárcere, Luandino reafirmava seu compromisso de luta pela libertação e pela construção de uma nova sociedade por meio de sua escrita. Como bem sintetiza Ribeiro e Vecchi na introdução de *Papéis da Prisão*:

O projeto político que a escrita da prisão aprofunda é ser Angola, Angola independente e livre, plena de outras vozes, manifestas nas cartas, nos contatos, nas solidariedades, nos gritos da tortura que conectam a voz e o corpo e geram a solidariedade de uma comunidade paradoxal, mas politicamente ativa, de corpos torturados e encarcerados.³⁹⁶

E na perspectiva de outras vozes, conduzindo à centralidade aqueles que estavam à margem, Luandino tem na oralidade um ponto fulcral na sua construção da narrativa, relacionando o emprego desta no texto à tradição angolana. A instância da

³⁹³ BOSSLET, 2014, p. 128.

³⁹⁴ VIEIRA, 2015, p. 427.

³⁹⁵ SAID, 2005, p. 96.

³⁹⁶ RIBEIRO; VECCHI, 2015, p. 28.

oralidade, para registro de linguagem popular, onde provérbios e expressões carregadas de singularidades caracterizam um mundo imaginado. É importante esclarecer que a oralidade não é a única característica da tradição do país, mas sim uma das propriedades da identidade angolana. Embora a tradição não deva ser restringida apenas aos aparatos orais que o país possui, a oralidade é sem dúvida uma ordem de inconfundível importância, não apenas em Angola, mas também, em muitos outros países do continente.³⁹⁷

Na entrada do dia 26 de março de 1963, no PPPIDE, Luandino aponta a forma como compreende a oralidade.

Afinal tantas voltas dei que da ideia original do conto da Galinha e do Ovo pouco existe. Creio porém que assim como penso agora é melhor. Veremos como fica no fim de realizado. Embora de fundo de “conto oral” na sequência narrativa e estrutura básica não o devo escrever em estilo de literatura oral, i.e. imitando-a, mas no meu estilo narrativo original (sic) que penso perto da oralidade. E isto para o poder realizar livremente, espontaneamente [...].³⁹⁸

Observamos a preocupação do autor em não usar a oralidade como se fosse um simulacro, e sim, pensada a partir e para o seu projeto literário, em que haveria uma integração da oralidade no processo da escrita. Ele explica melhor a proposta em entrevista a Michel Laban, a qual remonta o impacto da leitura de Guimarães Rosa em si. Luandino controvertia-se a procura da linguagem adequada para os seus personagens do musseque. Se Guimarães Rosa podia reelaborar uma suposta linguagem popular, mesmo que fosse um homólogo da realidade sem parâmetro factual, “um escritor tem a liberdade de criar uma linguagem que não seja a que os seus personagens utilizam: um homólogo dessas personagens, dessa linguagem deles”³⁹⁹, então “Luandino podia recriar as suas memórias do uso local da linguagem, incluindo a tradução ou replicação de estruturas da língua quimbundo⁴⁰⁰.”⁴⁰¹

O quimbundo, pensado a partir da oralidade, da interpretação e do registro próprio da linguagem popular, torna-se igualmente um elemento da plataforma

³⁹⁷ LEITE, Ana Mafalda. **Oralidades e escritas pós-coloniais**: estudos sobre literaturas africanas. Niterói (RJ): Eduerj, 2012, p. 29.

³⁹⁸ VIEIRA, 2015, p. 218.

³⁹⁹ LABAN, [1980], p. 11.

⁴⁰⁰ O quimbundo é a língua do povo ambundo de origem etnolinguística banta. Segundo dados dos anos de 1960, 84,29% dos africanos residentes na região dos musseques luandenses eram desse grupo étnico. Isso porque Luanda está localizada geograficamente em terras abundas. MONTEIRO, Ramiro Ladeiro. **A família nos Musseques de Luanda**: Subsídios para o seu estudo. Luanda: F.A.S.T.A., 1973, p. 176.

⁴⁰¹ PASSOS, Joana; BRUGIONI, Elena,. (Org.). Dossier 50 anos de *Luuanda*. **Diacrítica**. Série Literatura, n. 28 (3), 2014, p. 10.

estética, ética, política e cultural. De maneira tal, que Luandino dedicou-se ao estudo da língua⁴⁰², a qual tinha um conhecimento insipiente antes de ser preso. E foi uma tarefa que ele se propôs logo no início da prisão. No dia 20 de outubro de 1962 ele escreveu:

Hoje de manhã durante o recreio fui perguntando palavras de quimbundo aos moços que andam cá fora (Gregório 5m[etros], Zé e um que não sei o nome mas a que eu chamo “Mamas Caídas” porque a camisa está rota do pescoço a meio do peito e lhe aparece o peito – é de Luanda) e notei que o quimbundo que ando a aprender, bem assim como a maneira que o pronuncio e que é reminiscência da infância só é bem percebido pelo de Luanda. Disse alguns ditados – uns eles sabiam, outros não. E à hora do almoço, o Zé disse-me:

- É bem verdade o que disseste... dos amigos! É o ditado “*Bonga xitu makamba ma ku-tenene; bonga tuji makamba ma ku-len-ga*”⁴⁰³. E referiram-se ao Augusto com um termo que não apreendi mas cuja significação é “o que fala aqui, não fala ali” – isto é pessoa cínica e hipócrita. O Gregório que é do Mazozo⁴⁰⁴ fala um quimbundo com várias diferenças fonéticas do de Luanda.

Ao longo de todo o diário Luandino recolheu palavras, expressões, provérbios, costumes e crenças em quimbundo, as quais transporta para a ficção e as transforma em dispositivos de luta. Sua disposição pelo quimbundo enquanto patrimônio cultural de Angola, o fez começar o projeto do Cancioneiro Popular Angolano. Nele, dedicou-se com afinco durante os anos de encarceramento, construindo um acervo composto por vinte e uma letras e composições em quimbundo. A compilação desse cancionário tinha o propósito de difundir a cultura angolana; tanto que o autor enviava as canções recolhidas para seus companheiros fora da prisão, para que eles pudessem “aproveitá-las para alguma coisa”, porque “quietas não dão filhos.”⁴⁰⁵

Nessa compilação, Luandino recebia dos presos bilhetes com as composições, depois as traduzia, mas sem se debruçar sobre o conteúdo das canções, cuja maioria era caracterizada por críticas ao colonialismo, ao regime salazarista, e à figura do António Oliveira Salazar.⁴⁰⁶

⁴⁰² Luandino também se dedicou a estudar russo na prisão.

⁴⁰³ “Apanha carne não te faltam amigos; apanha merda os amigos fogem de ti”. Tradução do próprio Luandino Vieira.

⁴⁰⁴ Localizado na província de Bengo, nos limites da província de Luanda.

⁴⁰⁵ VIEIRA, 2015, p. 433.

⁴⁰⁶ Presidente do Conselho de Ministros (1932-1968) durante o governo ditatorial do Estado Novo português.

Imagem 20 - Manuscrito de Adrualdo, "Antoninho"⁴⁰⁷

ANTONINHO WHO } *3in*
~~É apressado~~
 UASSAKANA }
 quero roubar
 UANDALA KUNHANA
 a terra do negro
 HÓ IXI IA NBUNDU
 OS NEGROS
 AMBUNDU DEVARAM
 UAKUATELA } *3in*
 NAS CATANAS
 O GINGANGO }
 OS BRANCOS estão a fugir
 O MINDELE HAMULENGA }
 em }
 MU LUANDA. }

AZAR, II AZAR AZAR, } *3in*
 MALE... MALE... MALE }
 A MALUQUICE que estou a ver }
 HÓ KUDIÚANA NGOLO MONA }
 a coisa alheia }
 O KIMBAMB KIANGENE }
 NÃO APRECES }
 KÚ SAKAMANE }
 PORQUE a conversa }
 MUKONDA HÓ MAKÁ }
~~Torna-se perigosa~~
 MANDDI BA }
 III }

AGORA TÊM ARMAS }
 O KIKI NUALANI MAUTA }
 nós pedimos só a Deus }
 ETU TUBINGA NGO KUAZAMBI }
 PORQUE assim que fêz }
 MUKONDA O KINA KIA BANGE }
 as terras disse cada pessoa }
 O XIXI UXI KALAMUTU }
 com terra dele }
 NI IXI IE. }

Fim

Fonte: VIEIRA, 2015, p. 456.

Em 29 de fevereiro de 1964, Adrualdo dos Reis, 18 anos, que fora um companheiro de pavilhão de Luandino na Cadeia Comarcã, entregou-lhe essa canção. De antemão, já podemos observar de imediato a tradução feita por Luandino entre os

⁴⁰⁷ Antoninho [É apressado] Uassakana/ [Quero roubar] Uandala kunhana/ [A terra do negro] Hó xixi ia nbundú/ [Os negros pegaram] Ambundú uakuatela/ [Nas catanas] Ó gingango/ [Os brancos estão a fugir] Ó mindele hamulenga [Em] Mu Luanda – II [Azar azar azar] Malé... Malé... Malé/ [A muluquice que estou a ver] Hó kudiúana ngolo mona/ [A coisa alheia] Ó kimbamb kiangene/ [Não apreces] Kú sakamane/ [Porque a conversa] Mukonda hó maka/ [Torna-se perigosa] Mandoiba – III [Agora têm armas] Ó kiki nualani mauta/ [Nós pedimos só a Deus] Etu tubinga ngo kuazambi/ [Porque assim que fêz] Mukunda ó kina kia bange/ [As terras disse cada pessoa] Ó xixi uxi kalamutu/ [Com terra dele] Ni xixi ie. Fim. VIEIRA, 2015, p. 456.

versos da canção. No que concerne ao conteúdo, denuncia o colonialismo, na figura do Salazar, já que Antoninho era um dos epítetos dele, como usurpador de terras. Alertava-se para os cuidados a serem tomados até nas conversas, pois a vigilância colonial os espreita. Além disso, nos versos que dizem “Os negros pegaram] *Ambundú uakuatela*/ [Nas catanas] *Ó gingango*/[Os brancos estão a fugir] *Ó mindele hamulenga* [Em] *Mu Luanda*”, indicam que Luanda era o espaço de segurança para os brancos, porque era para lá que eles fugiam. Durante a guerra de independência forças militares foram direcionadas para a proteção dos europeus e a manutenção da ordem em Luanda, mais especificamente nos limites da cidade do asfalto. Como dissemos mais acima, nem os jornais luandenses faziam menção a luta existente, conferindo um certo ar de normalidade à cidade. No entanto, os mesmos versos também nos permitem interpretar que nos limites da cidade de Luanda eram constantes a tensão, violência e retaliação.

Ao recolher relatos, canções, registrar sua experiência no cárcere, os apontamentos, fragmentos, os seus assentamentos literários, Luandino Vieira, ao trazer à luz um material como esse, faz refletir toda a sociedade sobre a questão dos papéis sociais tão bem desenhados e representados por todos. A chamada à reflexão – o caráter mobilizador do intelectual ao denunciar as violências cometidas pelo estado colonial – por meio de sua produção, é, sem dúvida, um modo de resistência ao controle colonial, a esse poder que se imprime diariamente, fazendo-nos crer que nossas vidas são exatamente do modo como deveriam ser, desesperançando-nos, quando, na verdade, todos deveríamos ser capazes de lutar contra esse controle que massacra e faz sofrer.

Dissemos que Luandino tinha uma preocupação na sua escrita em não fazer uma efígie ao registrar a oralidade, o quimbundo, a qual supostamente lhe conferiria um caráter não-fictício, um objetivo que poderia ser lido como positivo, tendo uma literatura marcada pela denúncia do colonialismo. Mas não, a cópia é algo a ser evitado exatamente porque ela só existe e dada a ser compreendida a partir da comparação que a originou – no caso aqui emular as vivências dos moradores dos musseques – propondo uma correspondência entre o real e o imaginado.

Em 11 de novembro de 1965, sem citar nomes, Luandino pontua as práticas de dois poetas no uso do quimbundo:

um que faz os seus versos em português e depois como não sabe quimbundo vai ao dicionário procurar termos e vai metendo-os para dar cor local...

Outro: que defende o rigor e a fluência da sua língua (quimbundo) e que quer

poetar nele e apresenta poemas. Mas afinal escreve-os 1.º em português...e depois o traduz.⁴⁰⁸

Nos dois casos apresentados, são práticas que de maneira alguma Luandino almeja reproduzi-las. Isso porque em ambos os autores não havia uma “visão endógena do seu [quimbundo] universo de significação”. De acordo com Salvato Trigo, eles nem se caracterizariam uma miscigenação linguística do português com o quimbundo, uma vez que

tal miscigenação não constituía um mero expediente literário para dar cor local aos textos, antes representava a transposição para o domínio literário de um discurso de uso corrente, forjado no contacto secular da língua portuguesa com as línguas africanas, neste caso, com o Kimbundu.⁴⁰⁹

A oralidade vai funcionar dentro da obra do ficcionista como modelo de ligação ou busca de uma ideia de “nacional” anterior, ou ancestral. Escapando da ancoragem em modelos estrangeiros, privilegiando concepções de linguagens que “há de gerar a expressão literária da angolanidade.”⁴¹⁰

A inquietação em aprender o quimbundo apresenta-se latente logo no carcere. Nas prisões de Luanda, Luandino tem contato com os presos cujas vidas, fora dali, eram nos diversos musseques. Falas, expressões eram alvo da sua observação. Luandino chegava a lamentar sua falta conhecimento da língua ao ouvir uma conversa entre namorados no pátio da prisão do PPPIDE em seu horário de visita, “nestes momentos custa-me não saber quimbundo suficiente para recolher as improvisações dele.”⁴¹¹ Logo, conseguiu um dicionário de português-quimbundo: “descobri que na cela 3 (cela geral) me chamam o Kániní. [Káni- ni]. Fui ao Assis Jr.⁴¹² ver o que era. Eis: Kániní: adj. (IX;) Formoso (sic); delicado; distinto/ apurado/ fino// subs.: pessoa delicada, fina.” Eram como alguns colegas se referiam ao Luandino.

Portanto, a incorporação do quimbundo como parte fundamental da matéria-prima linguística da literatura de Luandino Vieira não é transcrição literal de palavras e expressões africanas em um texto escrito em português. A valorização do quimbundo tem a ver com o fato dele ser uma língua combatida pelos agentes

⁴⁰⁸ VIEIRA, 2015, p. 723.

⁴⁰⁹TRIGO, Salvato. *Luuanda*: nacionalização literária, reinvenção e angolanização da língua portuguesa. In: PEREIRA, Elsa; TOPA, Francisco (Coord.). **De Luuanda a Luandino**: Veredas. Porto (PT): Edições Afrontamento, 2015, p. 20.

⁴¹⁰ TRIGO, 2015, p. 22.

⁴¹¹ VIEIRA, 2015, p. 97.

⁴¹² A. de Assis Júnior. **Dicionário Kimbundu-Português**. Luanda: Argente Santos & Companhia, Lda., [1949].

coloniais. Como dissemos mais acima – a proibição de se falar em quimbundo entre os militares recrutados, por exemplo – sua manifestação era repreendida onde o branco dominava. Tanto que Luandino tinha grandes discussões com demais colegas presos por afirmarem não a ouvir na cidade baixa, na cidade de cimento: “Esta discussão de se ouvir ou não falar quimbundo em Luanda é afinal uma prova de não saberem conciliar o facto de o quimbundo ser língua combatida e ao mesmo tempo sempre falada...”⁴¹³

No seu projeto literário, o quimbundo terá um próprio registro linguístico utilizado para a sua escrita. Precisamos estar atentos a ideia de um bilinguismo, um conceito muitas vezes usado de maneira equivocada. Isso porque o bilinguismo deve ser compreendido como a “utilização indiferenciada de duas línguas com o mesmo grau de influência.” O que se observa em muitas literaturas ditas bilingue, de acordo com Salvato Trigo,

são autores que escrevem na língua dita colonial, conhecendo alguns aspetos da língua africana que, teoricamente, seria a sua língua materna, não o sendo, no entanto, devido ao assimilacionismo a que esses escritores foram sujeitos. teremos, de facto, um falso bilinguismo que, no plano literário, porém, funciona como se realmente existisse.⁴¹⁴

Na literatura de Luandino, se falarmos numa perspectiva diglósica, ela deve ser compreendida como uma expressão laboratorial, um experimento, e nesse sentido, avultar o aspecto de artificialidade. Porque no “bilinguismo real é a relação existencial e comprometida de duas línguas numa comunidade que as controla. Sua relação é política.”⁴¹⁵ Compreende-se que a incorporação do quimbundo como parte fundamental da matéria-prima linguística da literatura de Luandino Vieira não se limitava a uma mera transcrição literal de palavras e expressões africanas em um texto escrito em português. No entanto, o próprio autor reconheceu, em entrevista anos depois de sua liberdade, que se via diante de um impasse na incorporação de registros orais dos musseques por respeito ao temor de que sua literatura se limitasse a fazer um “registro magnético” da fala popular, que poderia constituir um “documento sociológico, mas que não é literatura”⁴¹⁶

No cárcere, Luandino exemplifica a manifestação do bilinguismo a partir de duas canções: uma canção de desterro em que ele ressalta o refrão como sendo “bi-

⁴¹³ VIEIRA, 2015, p. 845.

⁴¹⁴ TRIGO, 2015, p. 18.

⁴¹⁵ TRIGO, 2015, p. 18.

⁴¹⁶ VIEIRA; LABAN, [1980], p. 27.

lingue” [sic]; e numa canção fúnebre, a qual remete o bilinguismo ao hibridismo difundido no lamento. Em ambos os casos, são manifestações culturais populares reveladas oralmente. Vejamos o exemplo da canção fúnebre, que deteve mais a atenção dele.

Coro

Ki-tubanza ni makamba
Ma-tu-xisa ni jihenda
Ki tubanza o muxima
O muxima ietu ukata

Solo

Agora ngondokuimba kiá
O majina ma difundu
O primeiro Lindador, mamã!
O segundo Sapatinho
Trecero Ferrovia, mamã
Quarto man’ Faustino
Quinto man’ Pelé ia Kuba
Sexto Sardinholá
Sétimo man’ Inácio, o mamã
Ua-tu-xista ni jihenda!⁴¹⁷

Luandino confere a canção fúnebre, a qual chega até ele por meio de um preso, um exemplo de bilinguismo, já que sua expressão linguística emerge da realidade sociocultural dos musseques e por isso, ““saiu” bi-lingue i.e. é híbrida apresentando partes em vernáculo, parte em termos do português já “aquimbundado”, integrados na língua (ex.: difundu – do port. defunto) e outros ainda na pureza portuguesa: (agora, os numerais).”⁴¹⁸ Pelo registro, ressaltamos que não há uma diferenciação ou hierarquização das línguas.

A atenção dedicada por Luandino ao quimbundo, além de escapar do efeito de dar “cor local”, tem um cuidado maior: não cair num exotismo. Exotismo que era caracterizado pela exploração, no sentido europeu⁴¹⁹, dos ângulos pitorescos das paisagens e das gentes. Essa estereotipia, uma marca do sistema colonial, era umas propriedades da literatura colonial portuguesa, entendida aqui como aquela que

⁴¹⁷ Coro: Quando pensamos nos amigos/ Que nos deixam com saudades/ Quando pensamos com o coração/ O nosso coração dói!/ Solo: Agora cantarei já/ Os nomes dos defuntos/ O primeiro Lindador, mãe!/ O segundo Sapatinho/ O terceiro Ferrovia, mãe/ O quarto irmão Faustino/ O quinto irmão Pelé do Cuba/ O sexto Sardinholá/ O sétimo Inácio, mãe/ Deixaram-nos com saudade! Tradução de José Luandino Vieira. VIEIRA, 2015, p. 466.

⁴¹⁸ VIEIRA, 2015, p. 465.

⁴¹⁹ CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000. 2v.

exprimiam uma perspectiva lusitana.⁴²⁰ Como exemplar de uma literatura produzida na colônia, e, nesse sentido, sendo referência do *modus operandi*, esse persistente exotismo, esse olhar estrangeiro, acabaram eivando a visão de si mesmo, alimentando estereótipos.

Ontem estive pensando na “Maiombola” e a 1.^a decisão tomada: eliminação do título e (talvez) dessa importância dada à maiombola – o que é ainda reminiscência de “literatura colonialista” sempre baseada no exótico, i.e. na não aceitação do quotidiano angolano senão como matéria para nos “maravilharmos” por ser “interessante” e “tão diferente...”⁴²¹

Parece-nos que Luandino entendia o rebuscamento do uso de um idioma sobre outro como uma armadilha do exotismo. Ele fala da necessidade de se compreender mais a língua quimbunda, “depurando-a”, um “estilo mais sóbrio”, “sem muitos pormenores”, como se houvesse a necessidade de explicá-la.

A propósito: “O ladrão e o papagaio”⁴²² necessita de uma boa imagem nesse sentido. Estou no perigo de cair numa espécie de exotismo. Impõem-se maior aprofundamento dos dados, rejeitando s[em] piedade aqueles que não são significativos.⁴²³

Para o autor, uma maneira de evitar o exotismo, era trabalhar o quimbundo literariamente de modo que ele não ficasse hierarquicamente superior ao português, numa valorização atípica dessa língua. Essa valorização se caracterizaria como um exotismo, com ele afirma em 25 de outubro de 1964: “reflexão sobre a presença de “exotismo” nos meus últimos contos. Parece que sim! Por que hei de falar com ênfase especial de “quitande” etc.? O mesmo que gabar com “alheiras” e “bacalhau”...”.⁴²⁴

Outro ponto aventado por Luandino, aqui diz respeito aos usos do português, é sobre um complexo frente à língua portuguesa traduzido na admiração e no uso dos termos raros.⁴²⁵ A pesquisa de palavras e novos empregos de uso de maneira irrefletida, só com o objetivo de valorização do português, era uma forma de exotismo, o qual demandava diligência.

O que extraímos dessas reflexões de Luandino Vieira, era que a viabilidade da construção de uma sociedade autônoma dependia da afirmação de sua diferença

⁴²⁰ Para saber mais sobre as características da literatura colonial portuguesa ver: MACEDO, Tania. O império colonial português e sua retórica. In: ABDALA JUNIOR, Benjamin; SILVA, Rejane Vecchia Rocha e. **Literatura e memória política**: Angola, Brasil, Moçambique, Portugal. Cotia: Ateliê, 2015, p. 73-86.

⁴²¹ VIEIRA, 2015, p. 247.

⁴²² *A estória do ladrão e do papagaio* do livro *Luuanda*.

⁴²³ VIEIRA. 2015, 362.

⁴²⁴ VIEIRA, 2015, 584.

⁴²⁵ VIEIRA, 2015, 852.

fundamental em relação ao padrão europeu de cultura e de história. Diferença percebida como originalidade, demonstração de independência e identidade cultural própria. Para tal, era imprescindível romper o nexos do exotismo que se baseia no contraste e na inversão, “operados a partir de polarizações: o simples e o complexo, o selvagem e o civilizado, o natural e o artificial, o espontâneo e o contrafeito, e assim por diante.”⁴²⁶

Na sua empreitada de se evitar o exotismo a partir de uma valorização de uma língua sobre a outra, Luandino fez questão que não se publicassem glossários com traduções para o português das palavras e expressões em quimbundo nas primeiras edições de suas obras. A língua africana colocava-se ao leitor como irretornável e usual.

No entanto, é preciso dizer que a crítica ao exotismo e as polarizações encontradas na literatura colonial portuguesa não devem ser ampliadas para um antiocidentalismo. Luandino Vieira perfila-se a uma intelectualidade que diante do cosmopolitismo europeu – sim, o questiona – mas mantém um dialogismo. Vemos nele uma valorização dos elementos culturais africanos,

sem a denegação de qualquer aporte, apenas porque essa provinha de uma alteridade não africana. Logo, mais do que confrontar com o ocidental, precisa restabelecer o que é mais radicalmente africano. Esse último deve continuar a sê-lo, mesmo quando híbrido ou mestiço, conseqüentemente, sem preocupações puristas.⁴²⁷

3.2 “Só as leituras me restam”⁴²⁸

Desde os primeiros fragmentos, vimos que o projeto literário de Luandino não se separa do desenvolvimento de um projeto político. Ser um escritor é uma construção a partir desses pilares. Isso é observado não só nos contos produzidos, com sua forma de delinear os personagens, mas bem como em suas reflexões e ânsias. Nos papéis de cárcere, impressionam as funções múltiplas que a literatura desempenha ao longo do seu extenso encarceramento. E se o fragmento pode denunciar um certo imediatismo da escrita, ele é um aspecto só aparente, pois é fruto de um “despojamento meditado e praticado”. Ou seja,

a curta distância entre a vida e a escrita é mais uma impressão ótica do que um fato real. O olhar do escritor inscreve claramente a experiência do cárcere

⁴²⁶ MURARI, Luciana. O culto da diferença: imagens do Brasil entre exotismo e nacionalismo. **Revista de História da USP**, São Paulo, n. 141, 1999, p. 48.

⁴²⁷ CARVALHO FILHO; NASCIMENTO, 2018, p. 21.

⁴²⁸ VIEIRA, 2015, p. 791.

dentro da moldura consciente de um grande projeto literário, o qual é manifestado por meio desses fragmentos.⁴²⁹

Denota-se com evidência a seleção que é realizada sobre os materiais do cotidiano. Ainda que de maneira fracionada, provocada pela existência prisional, a escrita é um lugar de exercício, formação e criação de um autor. E está escrita organiza-se e pronuncia-se dentro de uma perspectiva de ação política definida, a saber: a formação de uma nação e de uma literatura – bem como de resistência, a qual funde o pessoal com o político.

No entanto, todo esse campo de atuação organizado por meio da escrita tem também suas orientações articuladas pelas leituras feitas na prisão. Mais que influências literárias, nesse ponto podemos reafirmar o impacto da leitura de Guimarães Rosa, a prática da leitura permite reflexões sobre a concepções de sua própria obra. Além de tornar-se um suporte para momentos de solidão, de angústia, “cada vez mais difícil escrever à K[Linda]., o meu viver, a m/ experiência restringe-se dia a dia, só as leituras me restam”, disse em 08 de abril de 1967 no Tarrafal.

Ao citar partes de livros, registrar impressões sobre determinada leitura, Luandino nos oferece uma grande oportunidade de saber as maneiras como essas práticas de leitura ocorriam. Quais livros eram autorizados a ler, as censuras ocorridas, a clandestinidade da leitura e circulação de obras. Essa dinâmica prisional da leitura é um importante registro.

Outro ponto importante no hábito de aludir excertos em seu diário, é poder dimensionar o impacto daquela leitura sobre Luandino a ponto de registrá-la. Ao fazê-lo, Luandino tende a fazer críticas, observações sobre determinadas passagens dessas obras. Vimos acima como a leitura do romance *Le Don Paisible* de Mikhail Cholókhov influenciara um projeto de romance de Luandino.

Nesse sentido de orientação da sua produção literária, observando uma certa “profundidade” na criação e na “reflexão da situação” de inserção dos personagens, Luandino guia-se a partir de Maksim Gorki. O autor russo integra uma leitura formativa de Luandino – anterior ao encarceramento, cujos outros autores russos também fizeram parte dessa formação: Fiódor Dostoiévski, Anton Tchekhov, Ivan Turgueniev, – no entanto é presente como referência nos projetos literários de Luandino. Luandino compreende Gorki como um modelo à medida que buscava ultrapassar a

⁴²⁹ RIBEIRO; VECCHI, 2015, p. 24.

“superficialidade”, a qual Luandino entendia como uma característica “intuitiva” ou mesmo “inata” aos escritores, na composição dos personagens.

O que me caracteriza, penso eu, é exactamente a intuição da visão global mais superficial, das muitas personagens a mexerem – e isso é o que de bom traz a intuição ao trabalho literário. Preciso de a “dominar” fazendo-a parar, para poder aprofundar – cada vez sempre mais em superfície (intuição), cada vez sempre mais em profundidade (razão) – aconselhava Gorki. Enfim: preciso de mais auto-confiança, para poder parar onde quero e não pensar que, se não escrever debaixo da febre da intuição, já não sou capaz de escrever. Domínio do trabalho literário – e não ser eu o instrumento.⁴³⁰

Gorki e demais escritores russos de cunho essencialmente realista foram de grande influência para Luandino Vieira, mas não só a ele. A geração anterior de escritores, aqueles que fizeram parte do MNIA e que organizaram o movimento cultural *Vamos descobrir Angola* -como Viriato da Cruz, Agostinho Neto e António Jacinto – também foram. Luandino mesmo relatou que o contato com essa literatura veio por meio da biblioteca de António Jacinto, que disponibilizava livros para sua formação.

O prestígio literário desses escritores russos entre os intelectuais angolanos, tem a ver com o despontar de romances, cuja proposta vem de preocupações e tendências para um outro modo de criar literatura, que fosse mais realista, visto que estavam em meio às agitações revolucionárias do início do século XX. Para aqueles escritores russos, cuja perspectiva ideológica aproximava-se do marxismo e dos bolcheviques, havia nos grandes romancistas do século anterior um método literário que não mais correspondia às necessidades sociais da Rússia do novo século. Gorki, por exemplo, alinhava-se nessa direção. O realismo socialista de Gorki estava preocupado em colocar nas páginas da literatura os personagens do povo, até então, deixados de lado; buscava ainda uma forma clara de traduzir a situação nova do proletariado e uma arte que conseguisse traduzir a movimentação revolucionária. Não é difícil concluir o porquê dessa literatura ser tão fundamental entre os intelectuais e escritores que mobilizaram o processo de independência angolano décadas mais tarde.⁴³¹

Tenhamos em mente que a influência, já agora da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), foi ampliada a partir da década de 1960 com a explosão dos movimentos emancipatórios angolanos. Isso porque lideranças dos

⁴³⁰ VIEIRA, 2015, p. 152.

⁴³¹ ACS, Patrícia Dayane. **O foco proletário**: processo narrativo da obra *A mãe* de Maksim Gorki. 2011. 130f. Dissertação (Mestrado em Literatura e Cultura Russa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

movimentos de libertação, mais notadamente as que se organizaram em torno do MPLA, que eram compostas por intelectuais, poetas, escritores que pregavam uma Angola livre e socialista aos moldes da União Soviética.

A URSS – num primeiro momento – e Cuba, logo após a revolução de Fidel Castro, auxiliaram diretamente as forças angolanas. Angola recebeu apoio para encetar a luta armada, em termos de financiamento, armamento e treino militar. Alguns líderes africanos passaram pela URSS, com destaque para o líder do MPLA Agostinho Neto, que viria a ser, em 1975, o primeiro presidente de Angola. Portanto esse contato com a URSS era cultural e político.⁴³²

Porém, mesmo que não tivesse esse apoio, a ideologia marxista interpreta o conflito de classes a partir de um princípio de exploração capitalista, que opõe capitalistas e operários, opressores e oprimidos. À guisa dessa interpretação do mundo era prontamente transferida para contexto colonial, sendo a libertação do colonialismo o equivalente à derrota da burguesia. Logo, “lançar mão do ideário marxista servia bem a causa da luta pela libertação nacional e Luandino Vieira alinhou a sua obra pelos padrões do realismo socialista.”⁴³³

Retomando a influência de Gorki, a quem Luandino reverencia como “mestre a se seguir” ao discorrer sobre a importância do desenvolvimento das “qualidades humanas” dos seus personagens.⁴³⁴ Pereira do Santos aponta, a partir da análise de *Luuanda* e de uma *Antologia de Contos* do Gorki, as identificações na construção dos personagens desses autores no que ele chama encontro literário.

Todos os dois escritores têm como protagonistas personagens oriundos das camadas populares, alijados do convívio social, mas que possuem humanidade, uma humanidade que brota no interior destes seres, que carregam uma aflitiva esperança em melhores dias. [...] Apesar de distantes no tempo e no espaço, Gorki e Luandino sentiam a necessidade de abordar em suas obras situações retiradas da vida prática, tendo como protagonistas personagens oriundas das camadas mais humildes, com a finalidade de denunciar as condições sub-humanas em que viviam.⁴³⁵

Luandino sempre pontuou suas referências literárias, credenciado a importância desse e demais autores na sua formação como escritor e no

⁴³² SANTOS, Rubens Pereira. Gorki e Luandino Vieira: relações literárias. In: PEREIRA, Elsa; TOPA, Francisco (Coord.). **De Luuanda a Luandino**: Veredas. Porto: Edições Afrontamento, 2015, p. 111-120.

⁴³³ PASSOS, Joana. Luuanda, a libertação de Angola e a geração de 50/60. In: PEREIRA, Elsa; TOPA, Francisco (Coord.). **De Luuanda a Luandino**: Veredas. Porto: Edições Afrontamento, 2015, p. 61.

⁴³⁴ VIEIRA, 2015, p. 699.

⁴³⁵ SANTOS, 2015, p. 113.

desenvolvimento do seu projeto político literário. Como ele disse numa de suas entrevistas: “A Literatura se alimenta de Literatura. Ninguém pode chegar a escritor se não foi um grande leitor. Esse é um processo.”⁴³⁶

No cárcere, Luandino o interesse pela produção intelectual soviética era bem latente. Em 15 de abril de 1963, no PPPIDE, ele traduz – no cárcere, ele aprofunda os estudos do russo, o que permitiu a tradução – e comenta um trecho de um ensaio do escritor e jornalista russo Ilya Ehrenbourg, que durante 1930 e 1960 foi uma das figuras soviéticas mais visíveis, publicado na *Literatúrnyaya Gazeta*⁴³⁷ em fevereiro de 1967.

“... Um homem que toma um livro nas suas mãos pela 1.^a vez não compreende todas as minúcias psicológicas, toda a profundidade de pensamento toda a beleza artística de romances tais como “Guerra e Paz” ou “Vermelho e Negro”. A leitura, como a percepção da pintura e da música, exige daquele que lê, escuta ou olha uma criação por sua parte, e uma tal criação está ligada ao desenvolvimento cultural geral. O gosto forma-se lentamente. Nos anos 1920 e mesmo nos anos 1930, ouvi muitas vezes no decurso de entrevistas com os leitores, opiniões ingénuas muito lineares. Ainda na época do I.º Congresso de Escritores, certos autores confessaram-me estar com medo do primitivismo de certos leitores.

Depois, 20 anos passaram. Foram anos de dores e de esperanças, de trabalho e reflexão. Hoje, não são os escritores que estão atemorizados pelo primitivismo dos leitores, mas os leitores que, muitas vezes, troçam do primitivismo de certos romances ou de certas peças (...). Os nossos livros são lidos por todos, mas cada vez mais esses “todos” são intelectualmente mais ricos, mais instruídos e mais severos que numerosos leitores dos meios privilegiados do Ocidente...”

Diante dessa leitura, Luandino faz a seguinte análise, cujos sublinhados são dele.

Isto põe o problema de escrever para todos i.e. de maneira a que “todos” percebam, mas avancem. Parece-me que a tendência é de escrever ao nível do que “todos” falam e isso é um perigo. É preciso não perder o contacto com os “todos” mas o artista verdadeiro e consciente vai à frente com todos...⁴³⁸

Luandino parece concordar com Ilya Ehrenbourg na perspectiva de progresso

⁴³⁶ SANTOS, Joelma G. dos. Literatura se alimenta de Literatura. Ninguém pode chegar a escritor se não foi um grande leitor [Entrevista de José Luandino Vieira]. **Revista Investigações - Linguística e Teoria Literária**. Recife, v. 21, n. 1, 2008. p. 281. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/1388>> Acesso em: 20. maio.2021.

⁴³⁷ *Literatúrnyaya Gazeta* foi criada, com periodicidade semanal, em 22 de abril de 1929 por iniciativa de Maksim Gorki. Em 1934, foi nomeado órgão central da Direção da União dos Escritores, organização controlada pelo governo e responsável pela maioria das publicações literárias da URSS, após a sua unificação. Para saber mais ver: RESALT, Ana María Sánchez. **La propaganda “cultural” soviética en la Segunda Guerra Mundial: Los casos del Comité para los Asuntos de las Artes y Literatúrnyaya Gazeta.**, 2016. 733 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Departamento de Comunicação, Universitat Pompeu Fabra, Barcelona, 2016.

⁴³⁸ VIEIRA, 2015, p. 246.

cultural da sociedade, obviamente a partir de uma instrução formal promovida pelo estado, em que a leitura está intrinsecamente associada. Denota-se que os veículos de divulgação intelectual e literário soviéticos eram importantes referências para a produção literária política e socialmente engajada, marcadamente uma característica das obras de Luandino. Mas além do conteúdo, o que nos chama a atenção também foi o acesso a um jornal com relevo não só literário, mas social e político soviético no Pavilhão Prisional da PIDE em Luanda. Luandino fala que chegava a transcrever para o seu diário esses extratos por conta da vigilância na circulação de material clandestino.⁴³⁹ Em entrevista a Rita Chaves e Jacqueline Kaczorowski, Luandino diz que “não iam livros marxistas” durante o período que esteve nas cadeias de Luanda. Não tendo essa característica de literatura marxista, alguns oficiais acreditavam que “não faz mal nenhum, leiam lá o que vocês quiserem”⁴⁴⁰. Fornecendo pistas de que a censura poderia se dar no campo dos critérios pessoais de cada oficial ou mesmo da direção dos presídios. Nesse caso, Luandino exemplifica – em 05 de junho de 1964 na Cadeia Comarcã, em Luanda – a censura dos livros: *Crime do Padre Amaro*, de Eça de Queiroz⁴⁴¹ e *Pele*, de Henrique Galvão⁴⁴².

O novo director revelou-se. Foi à Biblioteca e retirou por inconvenientes para a leitura de presos “O Crime do Padre Amaro” – em 1964! – e a “Pele” do Henrique Galvão. Este último perguntou de que tratava, nunca tinha lido, e fez “censura” pelo autor! E como o do Eça ainda não tinha número, foi logo dizendo que “estava assim que era para emprestar sem se saber que era da Biblioteca” i.e. para leitura clandestina. Cá temos o católico revelado!⁴⁴³

Outro autor cujas leituras o influenciou muito foi Guimarães Rosa, que não sofreu censura porque o diretor o classificava como “indecifrável”. Com sua prosa, junção de poesia e mitologia, Guimarães Rosa refaz e reinventa a linguagem na narrativa. Imerso na “musicalidade da fala”, ele desfaz as dúvidas com a criação de um léxico próprio que pudesse representar a fala sertaneja. A força da linguagem particular de Guimarães está “nos neologismos, na recriação e na invenção das

⁴³⁹ VIEIRA, 2015, p. 1065.

⁴⁴⁰ CHAVES, Rita; KACZOROWSKI, Jacqueline. Pela voz de Luandino Vieira. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 19, n. 37, 2015, p. 187.

⁴⁴¹ Escritor português José Maria Eça de Queirós (1845-1900), autor do romance *O crime do Padre Amaro*, lançado originalmente em 1875.

⁴⁴² Henrique Carlos Malta Galvão (1895-1970) foi um capitão militar e romancista português. Foi um importante opositor do Estado Novo (1933-1974) português na década de 50. Liderou, em fevereiro de 1961, o assalto e desvio do paquete “Santa Maria”, cujo objetivo era expor o autoritarismo salazarista. Seu romance *Pele* foi publicado originalmente em 1956.

⁴⁴³ VIEIRA, 2015, p. 523.

palavras, sempre tendo como ponto de partida a fala do homem do sertão”.⁴⁴⁴

[15-04-1970] Cada vez mais me convenço da enorme importância, para mim, do estudo deste autor. Preciso de ler “Tutameia” e “Terceiras Estórias”⁴⁴⁵. E ele me ensina, para já a lição: um texto nunca está escrito definitivamente, é preciso trabalhar sempre, até que se tenha pesado palavra a palavra. Cortar sem piedade tudo o que não achar bem.⁴⁴⁶

Mais do que influência, a obra de Guimarães Rosa servia de orientação e referência para as dúvidas que surgiram na escrita de Luandino como ele afirmou na entrevista a Chaves e Kaczorowski:

Os contos estavam escritos, mas eu, nos diálogos, em tudo quanto era diálogo, ou reflexões, portanto diálogos indiretos, eu já tinha utilizado a linguagem popular. Se não, não era possível escrever aquilo, “Kam’tuta” e “sô Zuzé”. Mas eu andava a debater comigo próprio, lia aquilo e soava-me falso, porque, muito embora escrevesse com a prosódia que era da minha fala, portanto luandense, havia uma diferença entre aquilo que eu escrevia e depois o que diziam os personagens. [...] E andava eu a discutir aquilo quando, faço não faço, bom, parei e guardei. Guardei e disse “pronto, agora vou ler” e peguei e disse “pá, vamos lá ler esta coisa, ‘Sagarana’, que raio de palavra é essa; o que é que isto quer dizer?”. E comecei a ler “O Burrinho Pedrês”, que é o primeiro. Eu li uma página, duas páginas... E pá, disse “ah pronto, já percebi!”. E voltei e, não sei, não mexi em nada; a única coisa que eu fiz nos contos foi forçar um pouco mais, no sentido literário, a linguagem popular que eu já tinha registrado, por ter vivido, por ter ouvido, por continuar a ouvir, por ser dos personagens – inclusive dos ladrões que estiveram ali na cadeia.⁴⁴⁷

É preciso ressaltar que a influência dos procedimentos artísticos elaborados por Guimarães Rosa na obra de Luandino Vieira é reconhecida e todo tempo afirmada pelo próprio autor, como destacado acima na entrevista a Rita Chaves Jacqueline Kaczorowski de 2015. Ou declarada 35 anos antes em entrevista ao pesquisador Michel Laban:

Eu só não tinha percebido ainda, e foi isso que João Guimarães Rosa me ensinou, é que um escritor tem a liberdade de criar uma linguagem que não seja a que os seus personagens utilizam: um homólogo desses personagens, dessa linguagem deles.⁴⁴⁸

E, mais adiante:

⁴⁴⁴ MARTIN, Vima Lia de Rossi; CASTRILLON-MENDES, Olga Maria. Guimarães Rosa, Luandino Vieira e a transculturação narrativa. In: PINTO, Aroldo José Abreu; ABDALA JR. Benjamin; SILVA, Agnaldo rodrigues da (Org.). **Esse entre-lugar da literatura**: concepção estética e fronteiras. São Paulo: Arte e Ciência, 2013, p. 91.

⁴⁴⁵ *Tumateia – Terceiras estórias* é um livro de contos curtos originalmente publicado em 1967, meses antes do falecimento do autor. Luandino creditou ser duas obras distintas, no entanto é uma única publicação.

⁴⁴⁶ VIEIRA, 2015, p. 941.

⁴⁴⁷ CHAVES, KACZOROWSKI, 2015, p. 188.

⁴⁴⁸ VIEIRA; LABAN, [1980], p.27.

(...) li *Grande sertão: veredas* e mais se confirmou aquela ideia, aquele ensinamento que me tinha dado quando li *Sagarana*: a liberdade para a construção do próprio instrumento linguístico que a realidade esteja a exigir, que seja necessário. E sobretudo a ideia de que este instrumento linguístico não pode ser o registo naturalista de qualquer coisa que exista, mas que tem que ser no plano da criação.⁴⁴⁹

O contato com as obras de Guimarães Rosa vem ao encontro do processo de amadurecimento da literatura de Luandino, em que a transgressão da norma culta afirma um grau de autonomia essencial à conquista de uma identidade cultural para o país, num contexto de guerra por sua independência, como esclarece Manuel Ferreira⁴⁵⁰.

Luandino Vieira empreendeu um processo de escrita que o aproxima do referido escritor: a ideia era desarticular a língua oficial, fazendo emergir no texto as falas, vivências, valores e pensamentos das pessoas oprimidas do povo – remetidas aos habitantes dos musseques – conferindo-lhes um lugar de destaque na constituição da identidade nacional. Com uma escrita que visa à formação de novos sentidos e conceitos fundados numa tradição tipicamente angolana.

O que de mais positivo posso assimilar em G[uimarães]. Rosa é a sua atitude frente à língua. I. e.: com a mesma liberdade de um “mineiro” e com a sua cultura. Portanto: com a mesma atitude de um “mussequista” e a minha visão do mundo. Certos resultados serão inevitavelmente idênticos – risco de plágio inconsciente mais do que epigonismo: a língua é a mesma, a necessidade a mesma (por razões diferentes) [...].⁴⁵¹

A partir de Guimarães Rosa, Luandino Vieira se vê movido por um esforço contínuo de ênfase expressiva, realçando os significantes e potencializando significados. Assim, a linguagem de seus textos é misturadíssima, moldada conforme a necessidade de expressão, a partir de materiais de línguas e falares pré-existentes.

Martim e Castrillon-Mendes ao analisarem as obras dos dois autores ressaltam que fontes eruditas e populares são a matéria prima cuidadosamente trabalhada por cada escritor. Expressões em latim, construções metalinguísticas, neologismos, provérbios, aforismos, casos populares e, no caso específico de Luandino, termos e estruturas da língua quimbundo geram uma mescla única em que as virtualidades da língua são colocadas em função de um projeto literário que visa a reconhecer e

⁴⁴⁹ VIEIRA; LABAN, [1980], p.35.

⁴⁵⁰ FERREIRA, Manuel. A libertação do espaço agredido através da linguagem (prefácio). In: VIEIRA, José Luandino. **A cidade e a infância**. Lisboa: Edições 70, 1997.

⁴⁵¹ VIEIRA, 2015, p. 967.

amplificar a voz de falantes não eruditos.⁴⁵²

Luandino tem em Rosa como um guia, o qual relê ao longo do seu período no Tarrafal. Sua disposição para o autor reverbera nos ecos das críticas daqueles que também se debruçam sobre as obras de Guimarães Rosa. Podemos acompanhar sua apreciação na passagem do dia 21 de setembro de 1969. Além de discordar do crítico literário, Luandino reflete sobre realismo e narração, propondo uma leitura do romance que valoriza a pluralidade e a complexidade do ato de narrar.

Gaspar Simões⁴⁵³ persiste, nas suas crônicas, em desvalorizar o “Grande Sertão: Veredas” por, segundo ele, carência de elementos novelísticos afogados ou preteridos pela paixão linguística. Diz mesmo que não é verosímil aquela linguagem em rústicos. Não compreendo como ele pode insistir assim, nesta visão. Ou não leu ou lendo não “compreendeu”. Enquanto não perceber que a linguagem é, no livro, também personagem de ficção, é matéria ficta, recriada portanto pelo autor. Que o romance se tornou assim mais autônomo, que o escritor ganhou mais liberdade – a de fazer inclusive também as ferramentas com que vai fabricar o objecto... Aliás eu estou convencido de que nós, os de Angola, lemos com mais facilidade este autor do que os universitários portugueses (recordo as leituras aqui na caserna sobretudo a compreensão e sensibilidade do Sousa).⁴⁵⁴

Outro ponto relevante na obra de Luandino Vieira, o qual encontrará um pilar de sua validade na obra de Guimarães Rosa, é o uso do vocábulo “estórias” no lugar do termo mais tradicional “histórias”. O autor acreditava que estória traduzia mais corretamente a palavra quimbundo *missosso*, definida como uma história moral ou alegoria, fábula, narrativa ou conto. A ‘estória’ é assim um gênero característico, que parece ser uma atilada reinvenção do *missosso*, mantendo “a sua herança de narrativa oralizante e procedimentos estilísticos e retóricos que a tornam abrigo de herança do cancionero oral angolano”.⁴⁵⁵ O excerto do dia 25 de maio de 1971 no C.T.C.B. elucida a utilização da expressão.

O uso do termo “estória” para os contos novelescos foi-me sugerido pela leitura, não sei onde, de uma nota creio que de Lopes Cardoso⁴⁵⁶ em que ele fazia essa distinção estória/história e opinava o 1.º termo como equivalente de “mussosso”. Então achei que “A Galinha e o Ovo” se aproximava de *missosso*. E acrescentei “Estória da”. Em meados de 1963, o Dr. E. Ferreira⁴⁵⁷

⁴⁵² MARTIN, CASTRILLON-MENDES, 2013, p. 93.

⁴⁵³ João Gaspar Simões (1903-1987) foi um romancista, biógrafo e crítico literário português.

⁴⁵⁴ VIEIRA, 2015, p. 911.

⁴⁵⁵ LEITE, Ana Mafalda. Tematização linguística e arte narrativa em Luanda. In: PASSOS, Joana; BRUGIONI, Elena,. (Org.). Dossier 50 anos de *Luuanda*. **Diacrítica**. Série Literatura, n. 28 (3), 2014, p. 29.

⁴⁵⁶ Nota dos organizadores: “Carlos Lopes Cardoso, autor de “A origem dos Mbalis do distrito de Moçâmedes”, separata da revista *Ultramar*, n.º 16, vol. IV, 1964”. VIEIRA, 2015, p. 977.

⁴⁵⁷ Eugénio Bento Ferreira, advogado reconhecido por defender diversos presos políticos durante o período de luta pela independência. Participou da fundação, em setembro de 1945, da Aliança Democrática de Angola, a qual objetivava agrupar todos os democratas e liberais de Angola – a fim de lutar pela queda do Estado Novo – em ligação com a oposição democrática metropolitana. Ver:

ofereceu-me os 3 primeiros livros de G. Rosa – eu havia já escrito “O Ladrão e o Papagaio” qdo. os recebi. A sua leitura foi um choque, uma revelação, uma espécie de encantamento que sacudiu no fundo de mim o que lá havia de latente e mais concorde com a m/ natureza. Logo ali, sem hesitação, dei como definitivos os títulos c/ a palavra “estória”. Muito mais tarde encontro, ou começo a descobrir as diferenças fundamentais da m/ visão (ou teoria) de estória e das de G. Rosa que, entretanto evoluira – de Estória de Lelio e Lina, por ex., às estórias de Tutameia – e que no prefácio “Aletria e Hermenêutica” diz claramente: “A estória não quer ser história. A estória, em rigor, deve ser contra a História. A estória as vezes, quer ser um pouco parecida à anedota!” Vejamos já as diferenças entre as estórias dele e as m/ estórias. As minhas são tb. de factos anedóticos, i.e. aparentemente balelas, coisas de comenos – mas que, re-lidas, podem encerrar uma lição. Serão tb. deliberadamente contra a História – mas encerrarão sempre história em sua estória – quero dizer que não levo a abstracção tão longe como ele propõe. Porque há outros elementos na minha “teoria” que o não permitem – qual seja o + importante a tal quase identificação com missosso. 1.º A estória é sempre popular. Se não nos protagonistas, assunto ou ambiente, pela linguagem. Sendo esta uma tentativa de recriação de ling. literária nessa base – mas criação livre sujeita apenas às leis estéticas ou às necessidades intrínsecas da narração: fique embora diminuída a adesão imediata do leitor. A linguagem não deve copiar o popular, o real – deve, com as mesmas leis, transformá-lo em algo de valor estético, artístico e perfeitamente adequado à matéria a narrar. O que só essa matéria vai conseguindo através do narrar; e o narrar modelando a mesma matéria nesse acto. Mas o principal deste 1.º ponto é isto: o assunto, o meio, as personagens, serão populares. Sua estrutura se aproximará dos contos mais populares (missosso).⁴⁵⁸

Dessa maneira, a importância da obra de Guimarães Rosa para o projeto político-literário de Luandino é irrefutável. Ainda que a sombra da imitação pudesse persegui-lo, a autonomia que sua obra adquire em relação à de Guimarães Rosa é inequívoca. Como afirmou Martin & Castrillon-Mendes: “cada escritor desenvolveu a seu modo uma relação orgânica específica entre a forma de contar e as realidades de que tratam as suas narrativas.”⁴⁵⁹

É impactante como, no cárcere, na carência de materiais, na fragmentação da escrita, Luandino Vieira estabelece conexões e análises para o desenvolvimento de sua literatura politicamente engajada e comprometida com a independência de Angola. Seu exercício intelectual monta um vasto quadro literário, cujos mecanismos de sua escrita literária endossa a escrita do cárcere, a qual se apossa, repensa, reelabora, tornando-a reflexiva. Em outras palavras, “a escrita do cárcere, sustentada

PIMENTA, Fernando Tavares. Nacionalismo, oposição e propaganda política em Angola (1945-1961). In: PENA-RODRÍGUEZ, Alberto; PAULO, Heloisa. **A cultura do Poder**. A Propaganda nos Estados Autoritários. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016, p. 367-386.

⁴⁵⁸ VIEIRA, 2015, p. 977.

⁴⁵⁹ MARTIN, CASTRILLON-MENDES, 2013, p. 94.

pela trama literária que torna a testemunha vivencial também um autor literário.”⁴⁶⁰

Ao analisar os diários, vimos as maneiras que os presos acessavam os livros, demonstrando como esse material literário circulava na prisão. Podemos compreender que entre os presos, e entre os presos e seus familiares, conformavam o que compreendemos, a partir da trilha conduzida por Roger Chartier, de uma “comunidade de leitores”⁴⁶¹.

Roger Chartier define a leitura como uma “atividade encarnada de gestos, espaços e hábitos” e assinala que, longe de considerar seus efeitos universais, uma história dos modos de leitura deve identificar as disposições específicas que distinguem uma comunidade de leitores tradicionais e de outra. Isso porque, fazer a história da leitura não é recuperar a leitura de cada leitor seja ele do passado ou do presente, mas “organizar os modelos de leitura que correspondem a uma dada configuração histórica de uma comunidade particular de interpretação.”⁴⁶² Dessa maneira, não se logra reconstruir a leitura, senão descrever as condições compartilhadas que a definem, e a partir das quais o leitor pode produzir sentido, que está sempre presente em cada leitura.⁴⁶³

Para Chartier, o fator diferencial que apresentam as “comunidades de leitores” reside, principalmente, nos seguintes elementos: primeiro, nas competências e capacidades de leitura; segundo nas normas e convenções, as lógicas e os modelos que regem estas comunidades a hora de ler e interpretar os textos; terceiro lugar, no contraste entre as expectativas e interesses que os diferentes grupos leitores depositam nas práticas de leitura em função das áreas sociais de recepção que estas se inserem ou produzem; quarto, nas limitações impostas pelas formas discursivas e materiais dos textos lidos, posto que não há compreensão de um escrito, qualquer que seja, que não dependa, em alguma medida, das formas pelas quais chegam a mão dos seus leitores.⁴⁶⁴

O bilhete enviado por um prisioneiro chamado Parreira a Luandino, em 22 de março de 1963, no PPPIDE, evidencia a dinâmica dessa “comunidade de leitores”. Vejamos o recorte:

⁴⁶⁰ RIBEIRO; VECCHI, 2015, p. 26.

⁴⁶¹ CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

⁴⁶² CHARTIER, 1998, p. 13; 14.

⁴⁶³ CHARTIER, 1998, p. 13-15.

⁴⁶⁴ CHARTIER, 1998, p. 13-28.

Graça,

[...]Agradeço-te imenso o teres-me emprestado este livro pois havia algo que me magoava, que era o não saber qual a ideologia política e racista⁴⁶⁵ do M.P.L.A. Agora conhecendo-a mais profundamente, com mais calor me posso associar a essa ideologia política e racista. Lamento não o ter lido há mais tempo.

Já li o capítulo “ANGOLANITÉ”⁴⁶⁶ e vou tornar a lê-lo e relê-lo, para mim era um capítulo fundamental para me poder integrar com alma e coração, completamente, nos ideais e nos sentimentos de um povo que eu agora posso chamar meu povo.

Claro que antes de vir para cá já eu lutava por estas gentes, mas um pouco constrangido por não encontrar maneira de lhes ser irmão. Aqui, e graças ao teu livro, eu encontrei a viabilidade para me irmanar a este povo! É na alma e na cultura que existe esse amor e essa fraternidade, essa possibilidade de irmandade.

Naturalmente que eu já tinha pensado neste problema mas a verdade é que nunca havia encontrado o eco dos meus ensamentos. Bastou pois esta simples palavra “ANGOLANIDADE” para todas as dúvidas se dissiparem. [...]

Sem mais, abraços deste vosso amigo e camarada. Sinceros votos de boa sorte e rápida vitória e VIVA ANGOLA LIVRE
O v/ camarada Parreira.

[Assinatura]⁴⁶⁷

No bilhete, o colega de cárcere agradece o livro, que na verdade é uma edição da revista francesa e africana *Présence Africaine*⁴⁶⁸. Parreira faz referência ao artigo intitulado *L' "angolanite" de Agostinho Neto et Antonio Jacinto*, de Costa Andrade⁴⁶⁹, cuja leitura o impactou de forma incontornável. A circulação do exemplar entre os prisioneiros era discreta, uma vez que fora conseguida de maneira “clandestina”,⁴⁷⁰ lembrando ainda que “havia visitas periódicas às celas para apanhar tudo quanto os presos estavam a escrever e a ler.”⁴⁷¹ No diário, Luandino destaca a importância do artigo, cuja leitura para ele deveria ser apresentada aos demais encarcerados⁴⁷².

⁴⁶⁵ Nota dos organizadores: *sic*, por racial. VIEIRA, 2015, p. 211.

⁴⁶⁶ ANDRADE, Costa. L' "angolanite" de Agostinho Neto et Antonio Jacinto. **Présence Africaine**, n. 42, 1962, p. 76-91.

⁴⁶⁷ VIEIRA, 2015, p. 211.

⁴⁶⁸ Fundada em 1947 pelo intelectual e político senegalês Alioune Diop (1910-1980). Ficou reconhecida por mobilizar, formar e divulgar a imagem da intelectualidade negra e a sua contribuição no mundo ocidental. Ver: REIS, Raíssa Brescia; RESENDE, Taciana Almeida Garrido de. *Présence Africaine e Intelectualidade Francófona: uma Introdução à Historiografia*. In: _____ (Org.) **Cultura e mobilização: reflexões a partir do I Congresso Internacional de Escritores e Artistas Negros**. Rio de Janeiro: Synergia Editora, 2016, p. 1-24.

⁴⁶⁹ Francisco Fernando da Costa Andrade (1936-2009), escritor, poeta e político angolano. Participou da luta anticolonial pelo MPLA.

⁴⁷⁰ Luandino não recobrou com quem ele conseguiu o exemplar, somente que fora de forma clandestina. VIEIRA, 2015, p. 1058.

⁴⁷¹ VIEIRA, 2015, p. 1045.

⁴⁷² VIEIRA, 2015, p. 154.

De forma resumida, e para fins explicativos, o artigo versava sobre a construção de uma angolanidade, a qual deveria compreender não só a negritude⁴⁷³, mas a perspectiva do “homem novo” que Frantz Fanon⁴⁷⁴ mencionava como sendo essencial para um diálogo eficaz entre os homens de África e os de outros continentes. De acordo com Costa Andrade, a angolanidade, por conta do processo histórico, tem raízes na negritude, mas vai além na medida em que a negritude afirma circunscrever o homem negro num mundo totalmente negro. A angolanidade rompe o círculo e o “homem em perspectiva é - dentro dos seus limites físicos e geográficos - o homem angolano assumindo plenamente a sua negritude e todas as outras faculdades existentes do homem.”⁴⁷⁵ Tanto que o autor constrói sua argumentação a partir dos poemas de Agostinho Neto e António Jacinto, dois angolanos, nacionalistas, sendo o primeiro negro e o segundo branco. Para Costa Andrade, a angolanidade seria nada mais do que a síntese daquilo que era – numa escala maior (com as características próprias de cada um) – o único homem novo, fora e acima de qualquer demarcação político-geográfica: o homem africano.

Essa argumentação do Costa Andrade, cuja teorização Luandino parece concordar, “era preciso alguém começar a teorizar para outros a lit[eratura] angolana (isto veio a propósito do artigo do Papo⁴⁷⁶ na *Présence*”,⁴⁷⁷ vai ao encontro do que Carvalho Filho e Nascimento articularam sobre intelectuais, Luandino Vieira perfila-se a esse grupo, “exaltadores da cultura locais, [que] não embarcaram na idealização da raça negra; estão abertos à mistura das culturas, não crendo mais em uma raiz cultural negra original, pura e intocada.”⁴⁷⁸ Uma identidade africana heterogênea, fruto de transformações apoderadas de outras identidades, “sem que isso a obrigue necessariamente a renegar o que lhe é anterior ou mais original.”⁴⁷⁹

⁴⁷³ Negritude como movimento surgiu em finais da década de 1930 e pautava a valorização do ser negro e da cultura negra. Compartilhava a ideia de solidariedade transcontinental entre uma “África Negra” e os afrodescendentes existentes no mundo.

⁴⁷⁴ Frantz Omar Fanon (1925-1961), nascido na Martinica, então colônia francesa no Caribe, foi um médico, ensaísta e intelectual. Autor de obras reconhecidas como *Pele negra, máscaras brancas* e *Os condenados da terra*.

⁴⁷⁵ O texto em língua estrangeira é: “l'homme en perspective est—dans ses limites physiques et géographiques - l'homme angolais assumant totalement sa négritude et toutes des autres facultés vivantes de l'homme.” ANDRADE, 1962, p. 76. (Tradução nossa)

⁴⁷⁶ Era como Luandino designava o Costa Andrade.

⁴⁷⁷ VIEIRA, 2015, p. 154.

⁴⁷⁸ CARVALHO FILHO; NASCIMENTO, 2018, p. 22.

⁴⁷⁹ CARVALHO FILHO; NASCIMENTO, 2018, p. 22.

Por meio da “comunidade de leitores”, podemos ver o acionamento de Luandino Vieira como leitor da produção dos colegas. Reconhecendo nele uma figura de autoridade e com competência crítica para exercício dessa prática de leitura. Por exemplo, o poeta português Manuel Alegre⁴⁸⁰, que esteve preso no PPPIDE em 1963, “atirava” rotineiramente bilhetes com poemas para a leitura do Luandino. “Durante a tarde, antes da visita o M[anuel] A[legre] atirou-nos este poema [*Recados do País de Abril*]⁴⁸¹. Bom poema, numa linha melódica de Carlos de Oliveira.”⁴⁸²

A comparação com a poesia de Carlos de Oliveira⁴⁸³ é oportuna, porque essa se caracteriza pelo neorrealismo português. O movimento cultural surgido ao longo dos anos 1930 e solidado nos anos 40, paralelamente à consolidação do Estado Novo Português. Tal movimento artístico buscava resistir à ditadura do Estado Novo e orientava-se ideologicamente pelo marxismo, que viria dar forma as diferentes manifestações do grupo e fornecer as bases para uma nova visão de mundo, alternativa àquela imposta pelo totalitarismo português.⁴⁸⁴

Em suas poesias e romances, Carlos de Oliveira reflete sua preocupação com o social e tratam de assuntos como a luta de classes e a decadência da burguesia, além de retratar e criticar a parcela da sociedade portuguesa arrivista e opressora. A poesia socialmente responsável e politicamente engajada é necessária, e bem-vinda, ao projeto político literário de Luandino. Características que ele, ombreando-a com a de Carlos de Oliveira, reconhecia na poesia de Manuel Alegre. Este último, movido

⁴⁸⁰ Manuel Alegre de Melo Duarte (1936). Jornalista português ficou preso por 6 meses na PPPIDE, em Luanda.

⁴⁸¹ Os organizadores informam que o poema foi inserido, com alterações, sob o título “País de Abril”, no livro *Praça da Canção*, de Manuel Alegre, originalmente publicado em 1965, em Coimbra. VIEIRA, 2015, p. 264.

Recados do País de Abril

Poema quase turístico.

São tristes as cidades sob a chuva/ e as canções que se atiram contra as grades/ – minha pátria vestida de viúva/ entre as grades e a chuva das cidades.

É triste o cão que ladra no canil/ quando é Março ou Abril e lhe prendem as pernas/é triste a primavera no País de Abril/ -minha pátria perfil de mágoas e tabernas.

É triste o mês de Abril na voz dos sapos/ Abril preso nas jarras das senhoras nobres/ - minha pátria bordada de farrapos/ capa de trapos Abril chorado Abril dos pobres.

Falo dos homens do País de Abril. Aqui gente sem pão nem sonhos na memória. / - Minha pátria a chorar como quem ri./ Aqui um povo. Mas isso não vem na história.

Para os meus companheiros de prisão, [Assinatura]

⁴⁸² VIEIRA, 2015, p. 263.

⁴⁸³ Carlos Alberto Serra de Oliveira (1921-1981) poeta e romancista português.

⁴⁸⁴ MARGATO, Isabel. Notas sobre o Neo-Realismo português: um desejo de transformação. **Via Atlântica**, Rio de Janeiro, n.13, jun. 2008, p. 44-56.

por esse engajamento, seguia produzindo e enviando diversos outros versos para apreciação de Luandino durante o seu encarceramento.⁴⁸⁵

Em contrapartida, Luandino tecia críticas a produção de Bessa Victor⁴⁸⁶ por não ter esse engajamento político anticolonial. Em carta a Carlos Ervedosa, lembrando que o Carlos era tomado como primo para que a correspondência entre os dois fosse autorizada, escreveu:

Tarrafal, 25/XI/65

O do Bessa Victor é para esquecer: nesta situação e perante os reais e agudos problemas nossos, já me enjoam aquelas lamechices.⁴⁸⁷ Desculpa, meu velho, mas a situação extrema-nos. A época daquela poesia já passou há muito – se é que existiu. [...].⁴⁸⁸

Luandino Vieira fazia referência ao livro *Mucanda*, publicado em 1964, em Portugal. De forma geral, a poética de Bessa Victor versava sobre a discriminação do negro e o segregacionismo. No entanto, o poeta não questionava a colonização em si. Uma postura social conservadora e uma posição política no mínimo ambígua,

porque de raiz não assinala o sistema colonial como um mal, apenas algumas das suas manifestações, por vezes só as mais recentes. [...] Não se negará a angolidade literária de Bessa Victor, todavia reconhecendo-lhe limitações, exactamente as de imitação de modelos extemporâneos e exauridos, que o remetem para um papel secundário na história da literatura angolana.⁴⁸⁹

Ainda que se referisse a motivos africanos, negros, mais particularmente angolanos, a estética de Bessa Victor era lusófona, cultivando “a musa lusitana, usando sem parcimónia o soneto, a rima final e a medida classicizante (decassílabo)”, enquadrando-o num paradigma do “poeta africano seguidor das poéticas ocidentais, nomeadamente portuguesa, de tradição lírica”⁴⁹⁰. Para Luandino isso era imperdoável. Principalmente por ele acreditar que a literatura deveria ser um veículo de resistência ao colonialismo, de luta pela libertação nacional de Angola, além de projetar a busca identitária angolana. Sua crítica a Bessa Victor é retomada quando *Sanzala sem batuque* foi publicado em 1967. No Tarrafal, em 24 de junho de 1967 ele escreveu:

⁴⁸⁵ VIEIRA, 2015, p. 296; 297.

⁴⁸⁶ Geraldo Bessa Victor (1917-1990), jornalista, poeta e ensaísta angolano.

⁴⁸⁷ Tolices.

⁴⁸⁸ VIEIRA; LABAN, [1980], p. 96.

⁴⁸⁹ LARANJEIRA, Pires. **Literaturas africanas de expressão portuguesa**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995, p. 63.

⁴⁹⁰ LARANJEIRA, Pires. 1995, p. 63.

Todos aqui gostaram de “Sanzala sem batuque” – é mesmo assim, dá vontade de ler?! E eu fico a pensar como a alienação de povo lhe dá assim uma imagem tão alienada do que têm e do que querem. Não é por se ser natural ou habitante que se é nacional é bem verdade.⁴⁹¹

Embora os demais presos do C.T.C.B. tenham gostado do livro – o que sugere a circularidade da obra, alicerçada na ideia de uma “comunidade de leitores”, contrastando expectativas e interesses desses diversos leitores – para Luandino, Bessa Victor, embora “natural” de Angola, não era empenhado com o “nacional”. Qualificando-a como uma produção alienada. No entanto, apesar da distância das propostas literárias desses autores, Luandino reconhece a importância literária de Bessa Victor a ponto de considerá-lo para uma futura antologia angolana que ele havia pensado na prisão. Eram nomes que orbitavam as gerações da revista *Mensagem* e da *Cultura II*.

14[-6-1971] * Volta a assaltar-me a velha ideia de um volume de 7/8 escritores de Luanda. Dar a facies humana daquela cidade – será necessário incluir R.V.⁴⁹². e Cochat [Osório]? O 1.º critério teria de ser de uma exigente qualidade literária – sem isso, não vale a pena. Teriam de ser trabalhos de bom nível. Depois: Luanda, suas gentes, sua paisagem, seus problemas. Inéditos se possível. M[endes de]. Carvalho⁴⁹³; O[scar]. Ribas; M[ario]. António; Arnaldo [Santos]; Cochat; eu – quem mais?) Com prefácio – o que é Luanda, o que é um escritor, o que é um escritor de Luanda – quem? M. António e suas teses da ilha crioula⁴⁹⁴. (+1: Bessa Vitor) Capa, até: toda ela, foto em negativo, da cidade. Sobre: fotos dos autores e ao lado vinheta do assunto do conto. (Ex: peixes, coração, etc.). Para o centenário da cidade, em 1974/5?⁴⁹⁵

A partir das leituras efetuadas – as quais se transformaram em influências literárias ou estabeleceram limites críticos, políticos e culturais para aquela produção literária que não representasse o rompimento político e estético com a metrópole, Luandino foi compondo seu modelo de literato e intelectual. Nesse caso, um

⁴⁹¹ VIEIRA, 2015, p. 806.

⁴⁹² Não conseguimos identificar a quem se referia essas iniciais.

⁴⁹³ Mais conhecido pelo seu pseudônimo literário quimbundo Uanhenga Xitu (1924-2014).

⁴⁹⁴ É uma referência ao ensaio seminal *Luanda 'ilha' crioula* do sociólogo e poeta angolano Mário António (1934-1989), publicado em 1968. De acordo com Vítor Kajibanga, Mário António “introduziu a criouliidade no léxico socio-humanístico de (e sobre) Angola, como conceito definidor e caracterizador da sociedade angolana, em particular de Luanda.” Sua formulação sociológica da criouliidade é alicerçada na tese do luso-tropicalismo desenvolvida pelo sociólogo Gilberto Freyre (1900-1987). Como veremos no próximo capítulo, Luandino Vieira tecerá críticas ao luso-tropicalismo e a maneira como o Mário António a compreende e a utiliza em seus estudos. Sobre a crítica a obra de Mário António ver: KAJIBANGA, Vítor. Crise da racionalidade lusotropicalista e do paradigma da ‘criouliidade’. **África**: Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, São Paulo, 22-23, 2001, p. 141-156. Disponível em: < file:///C:/Users/Home/Downloads/74682-Texto%20do%20artigo-100646-1-10-20140214.pdf>. Acesso em: 13.jul.2021.

⁴⁹⁵ VIEIRA, 2015, p. 980.

intelectual engajado no processo revolucionário de luta anticolonial.

3.3 O livro da Linda

O caminho intelectual trilhado por Luandino, como pode ser visto, franqueia uma ruptura na produção literária angolana. Intentar uma literatura engajada, ou engajamento na literatura, implicou, para Luandino, fazer dela um instrumento, um meio utilitário a serviço da sua causa: a independência de Angola. Em sua última carta enviada da C.C.L, em 31 de julho de 1964, ao “primo” Carlos Ervedosa, erude o compromisso assumido pelo escritor com a causa libertária:

O meu livro, o livro da Linda afinal, chegar-te-á talvez com mais trabalhos selecionados para a 2ª edição. Se a conseguirem aí em edição de bolso era óptimo para ir a concurso da Sociedade Portuguesa de Escritores. Depois enviem ao Jorge Amado (Brasil) para ver se conseguem uma edição lá. Não é pelo livro, claro, é pelo que ele pode representar como “arma” para a nossa libertação.⁴⁹⁶

Dessa maneira, a luta contra o colonialismo, as denúncias e a ação política possuíam um campo de exercício por meio da ação cultural. Observa-se que o projeto político e o projeto literário se coadunam numa perspectiva de combate, no entanto revelam a cultura e a literatura como arena de luta. Ao tomar sua obra como “arma”, Luandino Vieira ataca o colonialismo e todos os seus artifícios de dominação e defende a importância da resistência cultural como uma potência de renovação. Como atesta Amílcar Cabral, a faculdade da sociedade colonizada de se reestruturar é indubitável, assim como é lançar-se doravante na história por meio do seu potencial de reação crítica a qualquer sistema de dominação.⁴⁹⁷ Para Cabral, o lugar de onde parte economicamente uma sociedade ou mesmo o nível de dominação a que está sujeita é indiferente. Porque, uma vez que existe sociedade, existem as competências do elemento humano, e com elas a possibilidade de inferir, contestar, superar as contradições históricas de sua época. Por isso a importância do lugar da cultura, e sua cadeia de manifestações, como agente transformador.

No movimento de libertação, como em qualquer outro empreendimento humano – e sejam quais forem os fatores materiais e sociais que condicionem a sua evolução –, o homem (a sua mentalidade, o seu comportamento) é o elemento essencial e determinante.⁴⁹⁸

⁴⁹⁶ VIEIRA; LABAN, [1980], p. 91.

⁴⁹⁷ CABRAL, 1978, p. 243.

⁴⁹⁸ CABRAL, 1978, p. 215.

Como manifestação cultural, o livro da Linda – a maneira pela qual Luandino se referia a *Luuanda* – era de fato uma arma relevante. Talvez seja o maior representante da sua literatura engajada, que marcou a ruptura ideológica e linguística, cujo texto “lança as bases para uma profunda africanização da linguagem literária.”⁴⁹⁹ Seu processo de escrita e publicação marcou não só a dinâmica prisional de Luandino como afetou externamente aquela sociedade colonial.

Entre janeiro e setembro de 1963, no PPIDE e na Cadeia de Comando da PSP foram escritos os três contos que compõem *Luuanda: Estória da galinha e do ovo, Vavó Xíxi e seu neto Zeca Santos e Estória do ladrão e do papagaio*. Sob o pseudônimo “Vinteito”⁵⁰⁰, foram inscritos os dois primeiros contos no Concurso Literário da ANANGOLA. *Estória da galinha e do ovo* ganhou o 1º Prêmio de Ficção; *Vavó Xíxi e seu neto Zeca Santos* recebeu 2º Prêmio na mesma categoria.

O uso do pseudônimo por parte de Luandino foi por não confiar, definitivamente, nos dirigentes da ANANGOLA. Como podemos ver no excerto do dia 8 de fevereiro de 1963: “Concurso literário da Anangola. Não sei se concorra [sic], se não. Vou falar com a L. Se mando para lá certos trabalhos, aqueles tipos são capazes de os irem entregar à pide...”⁵⁰¹ A desconfiança “com aqueles tujis”⁵⁰² podia ser exagerada, mas não sem propósito. Embora a associação tivesse sido um espaço de conscientização política dos nacionalistas progressistas angolanos nas décadas de 1940 e 1950, como dissemos no nosso primeiro capítulo, no início dos anos 1960 ela ganha uma maior moderação política sob uma nova presidência. Esta temia um confronto direto com o poder colonial, o qual julgava “perigoso para o futuro da associação”.⁵⁰³

⁴⁹⁹ TRIGO, 2015, p. 11.

⁵⁰⁰ Embora não tenha sido localizado a referência para o pseudônimo. Aventamos a possibilidade de ser a idade de Luandino no momento do concurso.

⁵⁰¹ VIEIRA, 2015, p. 141.

⁵⁰² Do quimbundo, porcaria. Era a maneira como Luandino se dirigia a direção da ANANGOLA naquele período. VIEIRA, 2015, p. 208.

⁵⁰³ Havia outra corrente política dentro da ANANGOLA. A que se opunha a essa direção, objetivava o controle do Estado colonial, infiltrado e inserindo elementos nacionalistas em cargos de poder. As tensões políticas entre essas duas tendências foram aproveitadas pelas autoridades coloniais, que substituíram a direção eleita em 1963 por uma comissão administrativa em janeiro de 1964. O pretexto foi que a ANANGOLA servia de manto para as atividades do MPLA. Sobre essas disputas no âmbito da ANANGOLA, ver: PIMENTA, Fernando Tavares. **Angola**. Os Brancos e a Independência. Lisboa: Afrontamento, 2008.

O processo de escrita de Luandino também era motivado pela manutenção da provisão familiar enquanto estava preso. Alguns concursos literários concediam prêmios em dinheiro, portanto eram muito bem-vindos. “Assim, estive a pensar que é preciso escrever mais contos, pode aparecer um concurso e possibilidade de ganhar uns prémios para dar à K. e ao Xexe, enquanto não posso ir para a junto deles”⁵⁰⁴, relatou em fevereiro de 1963.

Uma dessas oportunidades foi o Prêmio Literário Mota Veiga de 1963. Instituído dois anos antes por Eurico Abrantes da Mota Veiga, “conhecido e importante comerciante da nossa Província, nela radicado há muito, bem como sua família – na qual se destacam comerciantes, industriais e agricultores”, com o objetivo de agraciar “duas obras publicadas ou apresentadas durante o ano que no seu contexto destacassem a valia e a razão de ser da presença dos portugueses em Angola”⁵⁰⁵. Os valores dos prêmios eram significativos para a época: 20 e 10.000\$00 escudos. A realização do concurso ficou a cargo do *ABC – Diário de Angola*.

O projeto de publicação foi entregue a sua esposa Linda, que conseguiu retirar clandestinamente os manuscritos da prisão escondidos num saco de fundo duplo, no qual levava as refeições em visitas ao marido. De posse desse material, Ermelinda Graça inscreveu-o no concurso.

A decisão foi tomada no início de maio de 1964. Luandino registra em 02 de maio o momento que fora informado

Estava a fazer a limpeza ao quarto, cerca das 18h30m, qdo. veioo guarda Silva dizer-me que a K. tinha telefonado. Apanhei um destes sustos...mas que ele concluiu
- Para avisar que ganhou o prémio!
O Prémio Mota Veiga, talvez 20 mil escudos⁵⁰⁶ e uma grande alegria para a L. De quem o prémio é! Sem ela não existiria com certeza.⁵⁰⁷

O Prêmio fora entregue no dia 22 de dezembro, no Museu de Angola, tendo Luandino Vieira – que estava preso no C.T.C.B. – sido representado pela sua esposa. De acordo com Francisco Topa, “apesar do evidente desconforto das autoridades, não se registou nenhum movimento tendente a boicotar ou a por em causa o prémio”⁵⁰⁸.

⁵⁰⁴ VIEIRA, 2015, p. 137.

⁵⁰⁵ *ABC – Diário de Angola*. Luanda. 1 de janeiro de 1962. In: TOPA, Francisco. **Luanda há 50 anos**: críticas, prémios, protestos e silenciamento Francisco Topa. [S.l.]: Sombra Pela Cintura, 2014, p. 55.

⁵⁰⁶ Em valores atuais, corresponderia a 8.000 euros.

⁵⁰⁷ VIEIRA, 2015, p. 510.

⁵⁰⁸ TOPA, 2014, p. 57.

Ainda que as páginas do *ABC – Diário de Angola* sublinhasse a obra de Luandino como “o caso literário mais sério” da província de Angola, “uma obra inteiramente invulgar, uma tentativa inteiramente nova pela sua conceção, capaz de marcar, decisivamente, uma nova era no plano literário”⁵⁰⁹, sua importância não havia ressoado até aquele momento para além da província. Situação que mudaria em 1965.

Além do prêmio pecuniário, fazia parte da premiação a impressão da obra pela tipografia do jornal *ABC*, cuja edição fora posta à venda em outubro de 1964. Dos 500 exemplares, pelo menos 100 foram enviados para Lisboa, os quais foram distribuídos para vários amigos em Portugal.⁵¹⁰ Com isso, suscitou-se a possibilidade de inscrever o livro em concursos na metrópole.

Em uma carta recebida em 07 de maio de 1965, Carlos Ervedosa respondia a Luandino, o que expressa o seu interesse na premiação, sobre a possibilidade de concorrer ao concurso da Sociedade Portuguesa de Escritores (S.P.E.)⁵¹¹.

[...] Quanto à S.P.E., há toda a conveniência em que mandes, a proposta, uma vez que só podem concorrer os seus associados. A S.P.E. é uma Sociedade Portuguesa de Escritores, de que podem ser filiados quaisquer escritores (tb tem brasileiros), pois não se trata duma sociedade de escritores portugueses metropolitanos exclusivamente.

[...] Quanto ao prêmio da S.P.E. 50.000\$00, “Grande Prémio da Novelística e Conto”, é de 2 em 2 anos, e não podem concorrer livros que sejam reedições. Por isso encarreguei a Ruthe de ir falar com o Pinheiro Torres⁵¹², para saber se ainda podia entregar os “Luuanda” para o concurso deste ano. Segundo o Manuel Ferreira⁵¹³, só há uma obra do Fernando Namora⁵¹⁴ que o poderá enfrentar, portanto é de tentar.⁵¹⁵

Não era só Luandino que nutria interesse pelo concurso. Quando foram anunciados, em 21 de abril de 1965, os nomes dos escritores que constituíam o júri de atribuição dos prêmios da SPE, um ofício dirigido pelo subdiretor da PIDE ao diretor, informava que,

segundo consta nos meios do “café”, os sublinhados a vermelho são

⁵⁰⁹ *ABC – Diário de Angola*. Luanda. 08 de maio de 1964, p. 3. In: TOPA, 2014, p. 57.

⁵¹⁰ TOPA, 2014, p. 60-61.

⁵¹¹ A Sociedade Portuguesa de Escritores foi fundada em 1956, por meio da iniciativa dos escritores Aquilino Ribeiro (1885-1963) e José Maria Ferreira de Castro (1898-1974). Tinha como finalidade “promover, pelos meios ao seu alcance, a defesa da língua e da literatura portuguesas como património espiritual da nação”. REBELLO, Luíz Francisco. Sociedade Portuguesa de Escritores. In: BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena. (coord.) **Dicionário da História de Portugal**. Lisboa: Livraria Figueirinhas, 2000, p. 464.

⁵¹² Alexandre Maria Pinheiro Torres (1923-1999), poeta, ensaísta e crítico literário português.

⁵¹³ Manuel Ferreira (1917-1992), escritor português.

⁵¹⁴ Fernando Gonçalves Namora (1919-1989), médico e poeta português.

⁵¹⁵ VIEIRA, 2015, p. 656-657.

indivíduos de tendências pró-comunistas. [...];
 João Gaspar Simões
 Alexandre Pinheiro Torres [sublinhado a vermelho]
 Manuel da Fonseca [sublinhado a vermelho]
 Fernanda Botelho
 Augusto Abelaira [sublinhado a vermelho]⁵¹⁶

Não podemos dizer que o regime salazarista ignorava o “perigo iminente”, que tal grupo representava. Não à toa o ofício foi enviado no dia seguinte a indicação dos nominados, demonstrando a eficiência do aparato de vigilância sobre os espaços de disseminação artístico-cultural. No entanto, como bem resume Claudia Ribeiro, “não previra, talvez, o grau de afrontamento que era capaz de imprimir pela sua decisão.”⁵¹⁷

Em seu projeto gráfico, a obra trazia uma ilustração, do próprio Luandino, de uma cubata⁵¹⁸ parcialmente destruída sobre uma fotografia esmaecida da cidade de Luanda. Os traços oriundos da cubata vertiam-se sangue, formando o nome *Luuanda*. “O nome da obra nasce justamente desses fios, pelo que se forma um conjunto marcado pela coesão de seus elementos. É tão forte a ideia de alguma coisa que se desfaz que, abaixo do título, ainda aparecem esses fios de lágrima ou sangue.”⁵¹⁹ Com esse invólucro, Luandino vence o Grande Prêmio de Novelística da S.P.E.

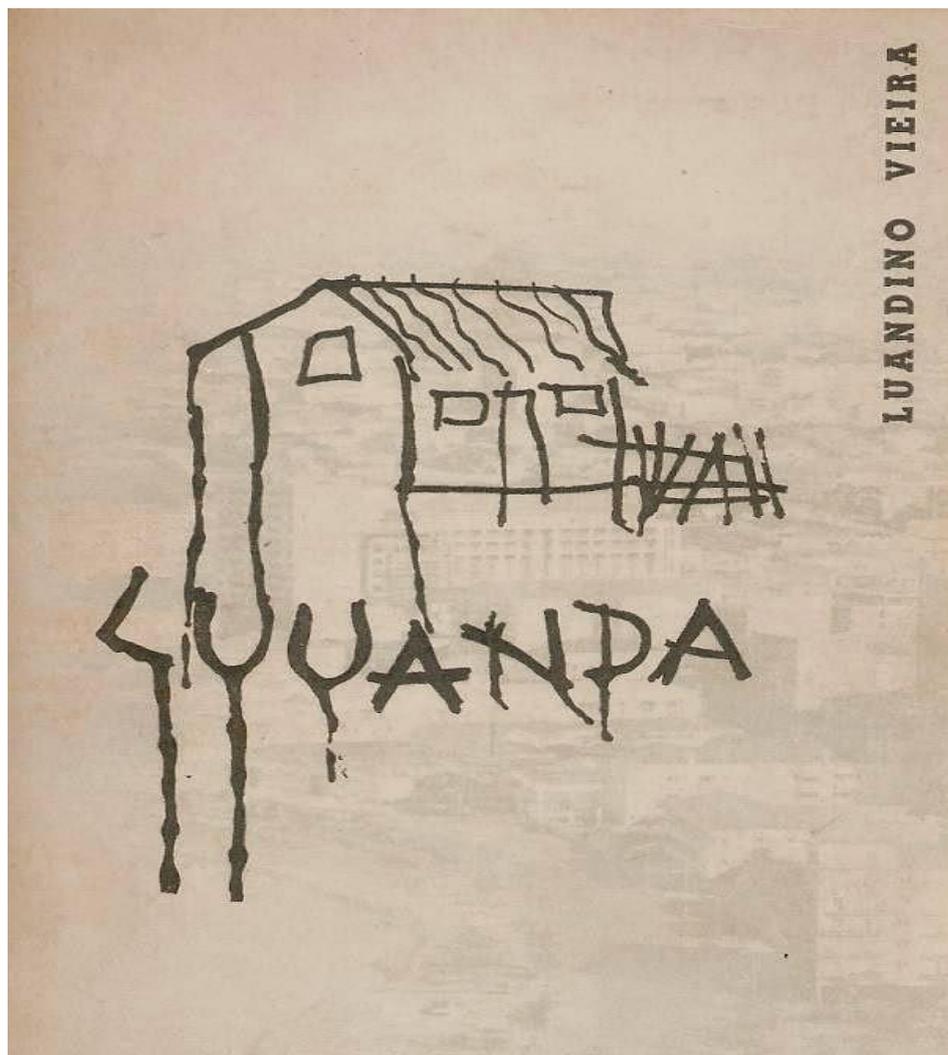
⁵¹⁶ IAN/TT, *Processo n.º 232 – C.I. (1) – Sociedade Portuguesa de Escritores*. Apud RIBEIRO, Cláudia Pinto. Do texto ao contexto: Luuanda e a extinção da Sociedade Portuguesa de Escritores. In: PEREIRA, Elsa; TOPA, Francisco (Coord.). **De Luuanda a Luandino**: Veredas. Porto: Edições Afrontamento, 2015, p. 48.

⁵¹⁷ RIBEIRO, 2015, p. 48.

⁵¹⁸ Casa simples, cujo telhado é feito de folhas ou palha. Comumente encontrada nos musseques luandenses.

⁵¹⁹ PADILHA, Laura Cavalcanti. Luuanda, um outro modo de cantar o Sião. In: PEREIRA, Elsa; TOPA, Francisco (Coord.). **De Luuanda a Luandino**: Veredas. Porto: Edições Afrontamento, 2015, p. 32.

Imagem 21 - Capa de *Luuanda* por Luandino Vieira, de 1964



Fonte: PADILHA, 2015, p. 31.

No dia da sessão de entrega do mais alto galardão português para conto ou novela, o jornal lisboeta *Diário de Notícias*, em 20 de maio de 1965, publicou uma matéria sobre a atribuição da distinção, acompanhando uma chamada de atenção para o caráter específico do premiado.

Imagem 22 - Recorte do *Diário de Notícias*,
Lisboa, 20/05/1965⁵²⁰

**Um dos premiados foi terrorista
em Angola e está a cumprir
pena pelos seus crimes**

LONDRES, 20 — Em telegrama de Lisboa, distribuído pelas agências noticiosas, anuncia-se que círculos da oposição portuguesa declararam que um dos escritores distinguidos com os prémios anuais da Sociedade Portuguesa de Escritores estaria a cumprir uma pena de catorze anos de cadeia por actividades subversivas.

Pouco depois foram distribuídos outros telegramas, também de Lisboa, anunciando que um informador oficial declarara que Luandino Vieira (o escritor distinguido com o Prémio do Conto, pelo seu livro «Luanda») era o pseudónimo de José Vieira Mateus da Graça, que foi condenado a 22 de Junho de 1963, num tribunal de Luanda, a catorze anos de prisão, por crimes de terrorismo praticados na provincia de Angola, e não por actividades subversivas.

O mesmo informador oficial teria declarado que certamente a Sociedade Portuguesa de Escritores concedera o prémio em virtude de não conhecer a verdadeira identidade daquele indivíduo acusado e condenado por crimes tão repugnantes. — (ANI).

Fonte: DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1965.

Como podemos observar no recorte acima, o *Diário de Notícias*, a partir do telegrama da Agência Nacional de Informação (ANI), imediatamente identificava Luandino Vieira como “terrorista”. No segundo parágrafo da publicação, afirmava que a condenação do autor fora “por crimes de terrorismo praticado e não por actividades subversivas”, “retificando” a informação do parágrafo anterior, mas tendo por objetivo reforçar a alcunha “terrorista”. Ao apregoar essa pecha, o jornal deu a tônica da forma como demais impressos o tratariam dali por diante. Dessa maneira, uma sequência

⁵²⁰ “Atribuídos os prémios literários da Sociedade dos Escritores” - *Diário de Notícias*, 20 de maio de 1965, Fundação Mário Soares / Arquivo Mário Pinto de Andrade, Disponível em: <<http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10400.005.035>> Acesso em: 02.mar.2021.

de artigos em periódicos da metrópole (o *Diário de Notícias* e o *Diário da Manhã*) e de Angola (o *Diário de Luanda* e o *ABC – Diário de Angola*) veem a luz do dia.

Em Angola, a atribuição do prêmio em Lisboa “provocou reparos que não se registaram quando o livro foi premiado em Angola”, havendo por isso esclarecimentos sobre o valor literário da obra, motivo pelo qual fora agraciada, em “nada influenciando no seu juízo as personalidades, as ideias ou as actividades dos candidatos àquele prémio regional [Mota Veiga], relativo ao ano de 1963.”⁵²¹ Com mesmo objetivo de esclarecer, a ANANGOLA publicou um comunicado no *Diário de Luanda*, em 23 de maio daquele ano. Nele, informava que o prêmio concedido em seu concurso de 1963 havia sido entregue a um representante de Luandino Vieira, o qual havia concorrido com o pseudônimo “Vinteito”. O comunicado, destacado abaixo, assinado pelo presidente da associação Augusto Pita-Groz Dias, sugere que eles desconheciam ter por objeto a mesma pessoa. Atribuiu-se a inobservância a gestão anterior, frisando, inclusive, a sua cessação.

⁵²¹ “Luanda” e o “Prémio Mota Veiga”. *ABC – Diário de Angola*. Luanda. 24.05.1965, p. 12. In: TOPA, 2014, p. 235.

Imagem 23 – Comunicado da ANANGOLA⁵²²

Outro comunicado da Associação dos Naturais de Angola

LUANDA, 23 — (L.) — Foi tornado publico o seguinte comunicado da Associação dos Naturais de Angola:

«A comissão administrativa da Associação dos Naturais de Angola (ANANGOLA), reunida extraordinariamente, deliberou, em aditamento ao seu telegrama de 20 do corrente dirigido a Sua Excelência o ministro do Ultramar, tornar publico o seguinte: Primeiro — que reitera o seu protesto e solidariza-se com todas as manifestações contrárias á atitude da Sociedade Portuguesa de Escriitores, quanto á atribuição de um prêmio pecuniário a José Vieira Mateus da Graça; segundo — que nunca foi solidária com a atribuição de qualquer prêmio ao mesmo Graça, mas apenas passou um diploma e entregou um prêmio pecuniário a quem se lhe apresentou, em representação de Luandino Vieira, nome dado como identidade do concorrente que, sob o pseudónimo «Vinte oito», se candidatou e foi classificado num concurso literário, promovido e ultimado pela gerência anterior, allás dissolvida pelo Governador-Geral da Província. (assinado) Augusto Pitta-Groz Dias».

Fonte: DIÁRIO DE LUANDA, 1965.

Com as devidas ressalvas ao ABC – que atuava de modo mais “discreto”, uma vez sofria com a censura e coerção da PIDE – os demais jornais eram declaradamente apoiadores do regime salazarista. O português *Diário de Notícias*, por exemplo, era conhecido por seu conservadorismo. Em Angola, o *Diário de Luanda* era fiel ao regime e aos governos de Angola, propagando o programa colonial e as suas diretrizes.⁵²³ Mais do que noticiar, esses impressos veicularam uma campanha político-midiática

⁵²² Um comunicado do Centro de Actividades Econômicas de Angola sobre da Sociedade dos Escriitores” - *Diário de Luanda*, 23 de maio de 1965, Fundação Mário Soares / Arquivo Mário Pinto de Andrade, Disponível em: <<http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10400.005.035>> Acesso em: 02.mar.2021. Para elucidar, a ANANGOLA havia publicado um primeiro comunicado no mesmo jornal no dia 21 de maio. Nele exprimiam seu protesto e “repugnância” a decisão do júri do S.P.E., chamando José Mateus da Graça Vieira de “terrorista e traidor”. Ao usar o nome de batismo do autor, dar a entender que eles não identificaram como o autor que havia vencido o concurso organizado pela associação em 1963. Portanto, a necessidade do segundo comunicado publicado dali a dois dias. O recorte do jornal referente ao primeiro comunicado, localiza-se no Arquivo Mário Pinto de Andrade referenciado nesta nota.

⁵²³ FONSECA, Isadora de Ataíde. *A imprensa e o Império na África portuguesa, 1842-1974*. 2014. 319 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.

contra a atribuição do prêmio a José Luandino Vieira. Iniciaram-se ações de coação do júri que resultam na demissão do presidente e prisões de membros da S.P.E. A sede da sociedade fora assaltada e vandalizada por desconhecidos “que começaram por afixar, numa das portas de entrada, um dístico onde se podia ler: “Agência de Terroristas na Metrópole.””⁵²⁴ De acordo com Claudia Ribeiro,

assaltantes “civilizados” que pouparam a biblioteca, a sala de reuniões, o retrato a óleo de Aquilino Ribeiro e as fotografias de Jaime Cortesão e Joaquim Paço d’Arcos, da onda destruidora que imprimiram com a sua passagem. Protegida nos dias seguintes por forças policiais [...].⁵²⁵

Aventando a possibilidade dessa ação ter sido orquestrada por agentes do Estado Novo português. Para alguns autores, especificamente a PIDE⁵²⁶. Este acontecimento, de grande repercussão nas mídias, culminou com a extinção da S.P.E., a 21 de maio de 1965, e o conseqüente congelamento do prêmio concedido pela Fundação Calouste Gulbenkian.⁵²⁷ Na correnteza desta cascata de acontecimentos, aumenta a repressão cultural em Angola e são extintas as associações Sociedade Cultural de Angola e ANANGOLA, bem como, o Cine Clube de Luanda.

O encerramento da S.P.E. até gerou repercussão internacional. *New York Times* publica que “Lisbon punishes writer’s group disbands unit that honored man jailed as terrorist”.⁵²⁸ *Le Monde* de 23 e 24 de maio de 1965 comenta a dissolução da sociedade de escritores que concedeu um prêmio a um autor angolano; da Inglaterra um grupo de autores, dentro os quais Bertrand Russel, Graham Greene, Julian Huxley, fomentam um abaixo-assinado protestando contra o encerramento da Sociedade, afirmando que tal atitude infringia a liberdade de expressão e apelou ao governo português moderação.⁵²⁹

⁵²⁴ Grupos [sic] de indivíduos assaltaram a sede da Sociedade Portuguesa de Escritores que foi totalmente depredada. *Diário de Luanda*, 22.05.1965, p. 12. In: TOPA, 2014, p. 219.

⁵²⁵ RIBEIRO, 2015, p. 50.

⁵²⁶ Sobre o encerramento da S.P.E. ver: TABUCCHI, Antonio. En una celda de Angola. **Revista Eñe, Clarín**. Buenos Aires, 2011; MACÊDO, Tania. A Luanda de Luandino: quando a geografia cede à ficção. In: PEREIRA, Elsa; TOPA, Francisco (Coord.). **De Luanda a Luandino**: Veredas. Porto: Edições Afrontamento, 2015b, p. 139-146.

⁵²⁷ A Fundação Calouste Gulbenkian era a subsidiadora do prêmio de 50 contos. No curso dos acontecimentos, emite um comunicado, publicado em jornais de Lisboa e Luanda, o qual distanciara-se da responsabilidade da escolha do vencedor e prometera rever a sua política em matéria de patrocínios de prêmios. RIBEIRO, 2015, p. 51.

⁵²⁸ “Lisboa pune grupo de escritores desmonta unidade que homenageou homem preso como terrorista” [tradução livre]. RIBEIRO, 2015, p. 52.

⁵²⁹ **Abaixo-assinado de escritores e poetas britânicos contra a extinção da Sociedade Portuguesa de Escritores**, 1965. Fundação Mário Soares / Arquivo Mário Pinto de Andrade. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_84378> Acesso em: 02.mar.2021.

Os esforços argumentativos em defesa da S.P.E. e do próprio Luandino centravam-se na qualidade artística e literária da obra, a despeito da condição dele ser um prisioneiro. Por esse viés, Linda, esposa de Luandino, enviou uma carta, ainda que sem muitos resultados, aos diretores dos jornais defendendo o marido da acusação de “terrorismo” e ressaltando a excelência de *Luuanda*.

[...] É falso que, em qualquer parte do processo intentado contra meu marido, o qual foi preso em Lisboa, haja sequer a menos acusação de “terrorismo”, [...] A sentença que o condena não tem qualquer referência efectiva e prática a actos violentos. [...]

Porque a verdade é esta: todas as infâmias que se pretendem agora dizer acerca do meu marido, de uma pessoa que se encontra a cumprir uma sentença, não ferem, de forma nenhuma, o mérito da sua obra literária. E é esta que os júris dos concursos têm de apreciar, independentemente da cor, dos credos, do aspecto físico ou da situação dos seus autores.⁵³⁰

Em função desses acontecimentos, de imediato afetou o envio e recebimento de correspondências no Tarrafal. Embora tenha sido informado sobre a vitória, Luandino denota o descontínuo afluxo das cartas. Sua primeira menção sobre foi no dia 13 de junho de 1965,

“Só hoje venho escrever s/ o assunto da SPE. Está tudo em cartas para a L., recortes e cartas dela para mim. Não é permitida referência nenhuma em cartas para outras pessoas. Anexo a carta⁵³¹ que escrevi para a Irene, não deixaram seguir.⁵³²

A intermitência foi longeva e indicava sua relação com a menção ao prêmio, porque em 16 de novembro Luandino escreveu: “A carta da L. ficou na censura! Não dúvida que tenho de “calejar” com estas acções. Mas pelo que depreendi da conversa do chefe, deve falar no prêmio dos 50 contos”.⁵³³ As informações recebidas são por meio dos agentes carcerários, o que o deixa consternado por não ter “notícias concretas” sobre a sua esposa e demais acontecimentos. Definitivamente, era a maneira de puni-lo, mais uma vez, por tal ousadia.

Alguns anos depois, o episódio ainda seria usado como instrumento para disciplinar Luandino no Tarrafal. Vejamos o que ele escreveu no dia 09 de dezembro de 1967, ou seja, mais de dois anos da vitória do concurso da S.P.E.

Visita do diretor da pida, Praia: “O processo do prêmio pode vir a ser revisto e você receber... se a situação se modificar” i.e. se você se modificar: “qual

⁵³⁰ **Cópia da carta dirigida pela mulher de Luandino Vieira aos Directores dos Jornais.** 20 de maio de 1965. Fundação Mário Soares / Arquivo Mário Pinto de Andrade. Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04544.039#l2>> Acesso em: 02.mar.2021.

⁵³¹ Nota dos organizadores: a carta não se encontra nos cadernos de José Luandino Vieira.

⁵³² VIEIRA, 2015, p. 660.

⁵³³ VIEIRA, 2015, p. 724.

a s/ opinião s/ a actual política ultramarina?"; "você vieram para serem recuperados mentalmente"; "pode ter as ideias que quiser, mas os seus actos têm de ser outros"; "damos facilidades de estudo, depois fogem para o estrangeiro"; "um escritor que tinha feito o seu elogio antes de preso, depois foi o 1.º a vir para a televisão atacá-lo, terrorista, etc." "Acertou! Olhe acertou".. E no fim a ameaçazinha velada: "Se sabemos que anda a mentalizar, doutrinar os s/ companheiros... temos de modificar as condições da prisão..." [...].⁵³⁴

A visita não era do diretor da PIDE, mas sim do inspetor José Vasco Meireles. Como o prêmio da Fundação Calouste Gulbenkian seguia congelado⁵³⁵, o agente vinculava a possibilidade de Luandino conseguir o prêmio a um adestramento pelo colonialismo português. De maneira ardilosa, ele insinua que Luandino não era apoiado de forma equânime pelos pares. O inspetor deixa implícito o episódio do programa *Panorama Literário*⁵³⁶ transmitido pela Rádio Televisão Portuguesa em 27 de maio de 1965. O programa condenava a atribuição do prêmio da S.P.E. ao livro *Luuanda*, alegando sua fraca qualidade literária.

Luandino não aludiu em seu diário o nome do "escritor" que o desqualificava. No entanto, por meio do relatório do inspetor, somos informados que Luandino não só sabia de quem se tratava como, para surpresa do agente da PIDE, o confrontou com a revelação.

[...] Não resisto à tentação de transmitir a V. Ex.^a [Director-Geral da Polícia Internacional e de Defesa do Estado] um facto curioso lá sucedido durante a visita.

Quando conheci o JOSÉ VIEIRA MATEUS GRAÇA – LUANDINO VIEIRA – e pela conversa verifiquei manter-se ele dentro do mesmo espírito de atitudes anteriores a sua prisão e antes de rematar o "colóquio" e como pretende ainda enquadrar-se no número dos literatos de nomeada, desejei deixar-lhe um ponto de meditação a fim de se compenetrar bem da sua situação actual. Disse-lhe que só deve futuramente contar consigo próprio e nada esperar dos seus amigos intelectuais narrando-lhe, então, o pormenor de ter sido discutida a sua categoria como escritor, aquando da pretensa dádiva do prémio da falecida Sociedade de escritores. Houve nessa altura um programa televisionado (a que assisti) em que escritores de diversas matizes se pronunciaram em mesa redonda. Um deles sobressaiu pela crítica mais mordaz aos seus escritos, quando anos passados, o tinha apresentado como promissor elemento das letras.

Que visse agora com este facto, como é a vida... não lhe tendo revelado o nome do referido crítico, porque com certeza o devia conhecer.

Quando me preparava para sair do salão onde se encontrava e voltando a passar junto dele, me pediu de novo para falar declarando-me, em face do facto narrado, ser só isso possível na pessoa do crítico literário AMÂNDIO CÉSAR.

⁵³⁴ VIEIRA, 2015, p. 834-835.

⁵³⁵ Luandino só viria receber esse prêmio em 1974.

⁵³⁶ Apresentado pelo jornalista José Mensurado (1931-2011), teve como convidados o crítico literário Amândio César (1921-1987), o etnógrafo José Redinha (1905-1983), além dos já referenciados nesse capítulo Geraldo Bessa Victor e Mário António Fernandes de Oliveira.

Tinha acertado em pleno [...].⁵³⁷

A tentativa de desestabilizar Luandino por meio de “não-ditos”, acreditando que ele não estava a par de determinadas informações, não se mostrou eficaz. Ao se manifestar sobre o Amândio César ser o seu detrator, Luandino demarcava que a jogada do inspetor não o atemorizava. Na verdade, todo o episódio envolvendo *Luuanda* só reforçava o seu comprometimento com a independência de Angola. Sendo a literatura o seu veículo para tal objetivo, além da expressão máxima de sua intelectualidade.

⁵³⁷ TOPA, 2014, p. 325.

4 “O MEU AMOR POR ANGOLA É APENAS FORMA DO MEU AMOR AO MUNDO”⁵³⁸

4.1 “Nunca serei um mau nacionalista”

No processo de análise da trajetória intelectual de Luandino Vieira, e a consolidação do seu papel como escritor-intelectual no cárcere, uma das forças estruturantes dos diários é o projeto político da independência de Angola. O engajamento ao projeto da independência é a sua grande causa da prisão e que o fortifica a dignidade, inclusive nos momentos mais árduos e nos tempos mais duros do cárcere: “Angola é o coração profundo da escrita de Luandino, o seu motivo obsessivamente perseguido.”⁵³⁹

Mesmo no confinamento do cárcere, a perspicácia com que elabora o projeto político é notável e merece ser acompanhada por um olhar atento. A análise sobre o que divide Angola – o colonialismo antes de tudo, mas também o racismo, as divisões linguísticas, identitárias, ideológicas, etc. – é cuidadosamente formulada e a literatura é assumida como espaço de universalização que permite pensar uma outra ideia de nação, um outro nacionalismo “de pendor oximoricamente universalista”, mas que nesta tensão encontra a sua particularidade: “o meu amor à minha terra, Angola, é apenas a forma do meu amor pela humanidade. Nunca serei um mau nacionalista”.⁵⁴⁰

Esse compromisso assumido com Angola, com o seu povo, ressoa à medida que sua prisão é denunciada em diversos meios intelectuais. Vimos no capítulo anterior o episódio da repercussão e repressão política da atribuição do prêmio e o decorrente encerramento da S.P.E., que fora frequentemente referida “como exemplo da repressão do sistema salazarista sobre as instituições de cultura.”⁵⁴¹

No próprio artigo do Costa Andrade, *L’ “angolanite” de Agostinho Neto et Antonio Jacinto*, na revista *Présence Africaine*, já denunciava a prisão pela PIDE de intelectuais angolanos, citando nominalmente Luandino Vieira, António Jacinto e outros. Costa Andrade ainda alertava:

É dever dos homens cultos e democratas de todo o mundo tomar uma posição e exercer pressão sobre o governo português para obter a sua libertação. Pela eliminação física – que é sempre o objetivo final de uma força

⁵³⁸ VIEIRA, 2015, p. 723.

⁵³⁹ RIBEIRO; VECCHI, 2015, p. 27.

⁵⁴⁰ RIBEIRO; VECCHI, 2015, p. 28; VIEIRA, 2015, p. 705.

⁵⁴¹ RIBEIRO, 2015, p. 53.

policial como a PIDE e a Gestapo – buscando não apenas fazer o homem desaparecer, mas aniquilar uma cultura que estava em vias de renascer com extraordinária vitalidade.⁵⁴²

Podemos destacar a relevância da sua atividade intelectual na construção de uma expressão cultural angolana, e como sua prisão tem por finalidade suprimi-la.

Esse tipo de denúncia não passava despercebida pelo governo salazarista e, em alguns casos, apresentava uma medida prática do regime. Em um fragmento do dia 12 de junho de 1964, Luandino conta ter sido chamado para “inquérito” por um inspetor da PIDE. Pelo que ele foi informado, o propósito do interrogatório era para “sermos perguntados sobre a condições da prisão, mas realmente queriam saber se “escrevemos cartas para o estrangeiro”. Tal questão era motivada por uma diligência do Ministério do Interior sobre um artigo publicado na *Revolution Africaine*⁵⁴³ sobre os presos políticos angolanos, “os maus tratos a que são sujeitos em especial os 3 escritores angolanos A.[ntónio] C.[ardoso], A.[ntónio]. J.[acinto], J.[osé] G.[raça], condenados pelo Governo português pelo seu nacionalismo.”

Mais uma vez ficava evidente os esforços do regime salazarista em evitar a publicização de suas ações e, de igual maneira, demonstrava uma certa preocupação com a opinião pública exterior. No entanto, ao fazer o interrogatório – numa tentativa de apresentar uma resposta a denúncia do artigo – o salazarismo reconhecia a figura proeminente do intelectual Luandino, e dos demais obviamente, e chancelava internacionalmente a relevância do escritor. Quanto a resposta dada ao inquérito, podemos aferir a prerrogativa desse lugar ocupado por Luandino, o qual ele entende como sendo privilegiado pelo tratamento diferente que recebia, diante da sua reação ao inspetor.

(Em resposta final ao inquérito que o Inspector veio fazer, para desmentido da nota do “Rev. Africaine”, ficaram assim as posições:

- O A.C. disse que tem sido sempre bem tratado, a despeito do castigo que considera injusto. Acha que em comparação com as outras “esta cadeia é um paraíso!” (Textual)

- O Jac. disse que tem sido sempre bem tratado, apresentando protestos de pormenor apenas;

⁵⁴² O texto em língua estrangeira é: “C'est le devoir des hommes cultivés et des démocrates du monde entier de prendre position et d'exercer une pression sur le gouvernement portugais pour obtenir leur libération. Par l'élimination physique - qui est toujours le but final d'une police comme l'est la PIDE et comme le fut la Gestapo - on ne cherche pas seulement à faire disparaître l'homme, mais à anéantir une culture qui était en train de naître avec une extraordinaire vitalité.” ANDRADE, 1962, p. 91.(Tradução nossa)

⁵⁴³ Publicação mensal, de orientação maoísta, fundada na Argélia pelo advogado e militante anticolonialista Jacques Vergès. Sua circulação foi de 1963-1965.

- eu disse que “me queixava” – queixei-me de tudo, não por mim, claro; mas como a nota se referia aos presos políticos angolanos cujas condições em que “vivem” eu sei, achei que o “nosso regime de exceção não podia servir de exemplo porque para isso mesmo é que no-lo dão, sendo portanto uma violência feita aos presos políticos todos – e a nós incluídos – o daremos privilégios.

O Inspector disse à L. que informará assim mesmo: dois estão satisfeitos, um queixa-se. Que sou mto. irascível!!! E nervoso!!!

Depois disto vou para Chão Bom, c/certeza!⁵⁴⁴

A “queixa” ao receber privilégios era a manifestação de uma consciência do espaço de distinção, o qual ele obstava, ocupado naquela estrutura repressora. Aquele tratamento somente o fora dispensado por ser um intelectual internacionalmente reconhecido – conferindo-lhe um lugar de fala privilegiado – alimentado pela visibilidade de sua prisão por meio das denúncias de outros intelectuais. Tanto que Luandino, em carta enviar ao Carlos Ervedosa, expressava sua gratidão aos esforços a ele dedicados, principalmente após o episódio do encerramento da S.P.E.

[...] Soube de quanto fizeram para defender o nome de Luandino e agradecer-te agradecer-vos, é pouco. Resta-me, se isso tem valor, ser digno da confiança e da coragem que mostraram. É uma pesada responsabilidade que me criam, nesta situação sem fortes laços de relações humanas concretas, o que mina a minha vontade e me obriga a uma constante auto-vigilância que, às vezes cansa.⁵⁴⁵

Poucas semanas depois daquela averiguação a mando do Ministério do Interior, ele embarcaria para o Tarrafal. Mas isso já estava certo de acontecer. A leitura da sua sentença já havia sido feita. Além disso, Luandino Vieira apresentava o perfil do “irrecuperável”, do “doutrinador”, cujo C.T.C.B. era o desterro. Se Portugal entendia que era necessário manter a população branca afastada da luta nacionalista – “pois temia as consequências duma aproximação ou mesmo de um entendimento político entre brancos e os movimentos guerrilheiros para a continuidade do domínio colonial português em Angola”⁵⁴⁶ –, tê-lo em Luanda e correr o risco de torná-lo um símbolo contra o domínio colonial definitivamente não estava nos planos. Tarrafal estava ali para garantir a distância, mas, principalmente, promover o esquecimento.

Era um processo de destruição. O campo do Tarrafal era mesmo para separar a parte pensante da parte executante e da parte militar. E nós, com o acréscimo de sermos “os brancos”, éramos também uma parte de resposta à oposição portuguesa e resposta para o mundo. Éramos para além de nacionalistas, os “comunistas”: o Luandino, o António Jacinto e o António Cardoso. [...] Essa é a estratégia de Adriano Moreira ao abrir o campo. A parte

⁵⁴⁴ VIEIRA, 2015, p. 526.

⁵⁴⁵ VIEIRA; LABAN, [1980], p. 92.

⁵⁴⁶ PIMENTA, 2008, p. 258.

militar concordou e lançaram a psico. Era ainda nisso que estavam quando chegou o 25 de Abril.⁵⁴⁷

Adriano Moreira (1922) era ministro do Ultramar quando assinou a portaria de reabertura da Colônia Penal do Tarrafal com a nova designação de Campo de trabalho de Chão Bão (C.T.C.B.). Como ministro implementou uma série de reformas, entre as quais estavam a revogação do Estatuto do Indigenato, a elaboração de uma legislação mais rígida da ocupação de terras e a abolição do trabalho forçado não remunerado.⁵⁴⁸

Também erigida durante sua estada no ministério ultramarino, a denominada “Ação Psicossocial”, a qual Luandino se refere como “psico” na citação acima, era uma tentativa de atração dos angolanos para a “órbita portuguesa”, pautada na valorização das melhorias das condições de vida.⁵⁴⁹ Entendida enquanto um “conjunto de atividades que visavam, querer levar o inimigo a desistir da luta, ou, no mínimo, enfraquecer a sua força anímica e a vontade de combater”,⁵⁵⁰ a ação objetivava, de modo geral, aproximar as populações nativas de Portugal, as conquistando por meio da criação de vínculos entre elas e as autoridades coloniais, fortalecendo os laços afetivos, culturais e, até mesmo, criando algumas melhorias para o cotidiano dos nativos.⁵⁵¹

De acordo com o relatório elaborado pelo Gabinete do Ministro do Ultramar avultava-se a ideia de que “[...] o inimigo, por não possuir meios militares para dominar política e geograficamente o território, procura na população o apoio que necessita e, seja através da persuasão ou da violência, irá conquistar a aliança que lhe permitirá dominar determinada área.”⁵⁵² Mediante a documentação sobre a “Ação Psicossocial”,

⁵⁴⁷ VIEIRA, 2015, 1047.

⁵⁴⁸ BOSSLET, 2014, p. 86.

⁵⁴⁹ BITTENCOURT, Marcelo. “Moral e política: a vigilância colonial sobre o esporte angolano”. In: NASCIMENTO, Augusto; BITTENCOURT, Marcelo; DOMINGOS, Nunes; MELO, Victor Andrade de (Org.). **Esporte e lazer na África: novos olhares**. Rio de Janeiro: 7 letas, 2013, p. 161.

⁵⁵⁰ ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO/Resenha Histórico Militar das Campanhas de África (1961-1974). 1º volume – Enquadramento Geral. Lisboa, 1988, p. 373. In: PEIXOTO, Carolina B. Tavares. **Limites do Ultramar português, possibilidades para Angola: o debate em torno do problema colonial (1951-1975)**. 2009. 198 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009, p.76.

⁵⁵¹ BITTENCOURT, 2013, p. 161.

⁵⁵² O regime salazarista, por meio do Ministério do Ultramar e das autoridades presentes na província, se organizou no intuito de buscar controlar a difusão do que chamava de “ideias subversivas” em Angola, sobretudo, através de reformas na legislação e da “Ação Psicossocial”. A situação de guerra, porém, permaneceu, sobretudo, em Luanda e na região dos musseques, que passaram a ser vistos com ainda mais desconfiança pelas autoridades coloniais. A partir de uma farta documentação, Bosslet esclarece que ser negro após o ataque de quatro de fevereiro de 1961 era razão suficiente para atrair suspeitas de envolvimento com atividades “subversivas”. A autora explica que com o início da luta de libertação em Angola, as “rusgas” ou “operações de limpeza” (como atestavam alguns

é possível extrair que as orientações presentes buscavam fortalecer a ideia de Portugal como um país “multirracial”, com uma “histórica missão civilizadora” em África, a qual deveria ser perpetuada. Além disto, somos informados que “foram o Serviço de Centralização e Coordenação de Informação de Angola (SCCIA), em parceria com as Forças Armadas e com o (CITA), que levaram o projeto adiante.”⁵⁵³ No campo da “Ação Psicossocial”, uma informação do SCCIA, datada em junho de 1966, retoma os três objetivos principais da ação

O primeiro era consolidar a frente interna e o tema destacado é o de que “Portugal é um país multirracial e antirracista e o conjunto de territórios portugueses é uma força extraordinária para o futuro”. O segundo objetivo demonstra a preocupação das autoridades coloniais em combater o inimigo e pode-se destacar a intenção de mostrar que “os chefes inimigos são manejados por interesses exteriores comunistas, imperialistas e neocolonialistas”. O terceiro objetivo citado seria o de fortalecer a posição de Portugal no exterior, através da veiculação de uma imagem antirracista e anticolonialista do país.⁵⁵⁴

Como podemos constatar, Luandino Vieira, António Jacinto e António Cardoso eram os “comunistas” que representavam os “interesses exteriores” e por isso combatidos. Como Luandino afirmara, serviam de “exemplo” e “resposta” aos opositoristas de Portugal.

Quando finalmente se decidiram fazer o julgamento, decidiram pela pena máxima, 25 anos. Era o máximo que o código permitia. Não percebo se naquela altura era por estarem em situação de força, se era por estarem em situação de extrema fragilidade. Penso que era para implementar o que depois se chamou a psico – a ação de recuperação psicossocial. Nós fomos para o Tarrafal para grande exemplo. Nenhum de nós era reincidente, não tínhamos antecedentes, havia uma série de atenuantes, e portanto 14 anos mais as medidas de segurança representavam um exemplo, uma eternidade.⁵⁵⁵

No Tarrafal, a “Ação Psicossocial” estaria voltada para a “recuperação” dos apenados. No entanto, psicologicamente falando, Luandino via-se numa atmosfera de

jornais da época), se tornaram ainda mais frequentes e violentas nos musseques luandenses. Um documento da PIDE/DGS sobre o “Muceque Lixeira” informava que os objetivos dessas “rusgas” aos bairros periféricos das cidades eram vários e entre eles: “deter indivíduos que não apresentassem documentos ou que parecessem ‘suspeitos’, capturar elementos ‘inimigos’ (envolvidos com os movimentos de libertação); capturar ladrões ou receptores de artigos roubados; reprimir vadiagem e capturar desertores”. Muceque Lixeira. PIDE/DGS. Del. A. P. Inf. Proc. 15.12. A.N.T. 2084, fls. 18-19. Torre do Tombo, Lisboa. In: BOSSLET, 2014, p. 140-142. A descrição sobre a atuação da PIDE nos musseques de Luanda vai ao encontro do testemunho dado a Luandino pelo preso Mangololo na C.C.L., em 18 de janeiro de 1964. Nele, como analisamos no capítulo anterior desta tese, Mangololo expõe a atuação violenta das tropas no Bairro Operário, no musseque Marçal.

⁵⁵³ BOSSLET, 2014, p. 84.

⁵⁵⁴ Informação do SCCIA, jun. 1966. Acção Psicossocial. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, MU/GM/GNP/060/Pt.2. In: BOSSLET, 2014, p. 87-88.

⁵⁵⁵ VIEIRA, 2015, p. 1047.

tensão, a questionar uma atitude vinda daqueles que integravam os quadros colonialistas. Como ele coloca no dia 27 de dezembro de 1967.

O próprio diretor veio trazer a carta, à 1 hora da tarde, estava eu a dormir. Será **gesto estudado da psico**⁵⁵⁶ ou é mesmo humana amabilidade? De qualquer modo: não custa nada ser humano com quem se nega a própria base da humanidade: a liberdade! – é preciso ver bem estes aspectos, não deixar que nos distorçam a visão. Mesmo que ele seja sincero – é alguém que não é livre em sua sinceridade e ela tem esses dois gumes.⁵⁵⁷

Numa atuação mais pragmática, sessões de cinema foram introduzidas no C.T.C.B. como estratégia de recuperação da psicossocial. Na sua maioria, se resumiam a documentários de propaganda dos Centros de Informação Turística, um dos órgãos responsáveis pela promoção da “Ação Psicossocial. Além disso, como método de recuperação, tinham acesso aos jornais disponibilizados e autorizados pela direção do Tarrafal: *Arquipélago*, de Cabo Verde e *Tribuna dos Musseques*, de Luanda.⁵⁵⁸ Esse último merece um pouco mais de atenção.

O *Tribuna dos Musseques* fora um suplemento do jornal *ABC – Diário de Angola* lançado em maio de 1967. Como dissemos no segundo capítulo, tido como um jornal “liberal”, o *ABC* possuía grande circulação.⁵⁵⁹ Em seu editorial de estreia, intitulado de *Razões de Ser*, *Tribuna dos Musseques* afirmava que não era um jornal feito por profissionais, e que estava aberto à publicação de trabalhos enviados pelos leitores.⁵⁶⁰ As matérias selecionadas para a publicação eram, majoritariamente, relacionadas a aspectos do cotidiano periférico. Nesse sentido, Bosslet sublinha, por exemplo, as notícias sobre o futebol nos musseques, uma seção chamada *Vida Social*, na qual se anunciavam aniversários, óbitos, casamentos e batismos dos leitores. Ao mesmo tempo, servia de espaço para reivindicações e críticas às condições de vida dos musseques: reclamações sobre o trânsito, o sistema de coleta de lixo, a falta de asfaltamento das ruas, entre outras.⁵⁶¹

Ainda que publicado num jornal privado, O *Tribuna dos Musseques* fora concebido pela PIDE e contava com apoio financeiro do SCCIA. Como vimos acima,

⁵⁵⁶ Grifo nosso.

⁵⁵⁷ VIEIRA, 2015, p. 839.

⁵⁵⁸ VIEIRA, 2015, p. 1030-1031.

⁵⁵⁹ *Tribuna dos Musseques*. PIDE/DGS Del.A, Plnf., Proc.15.12-A/2, NT.2084, fls.15-20. Lisboa, Torre do Tombo; Afonso Dias da SILVA. Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt e José Maria. Centro de Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro, 13 de Março de 1996. In: BOSSLET, 2014, p. 128.

⁵⁶⁰ “Razões de ser”. *Tribuna dos Musseques*. Ano 1, nº1, 11 de maio de 1967. Hemeroteca Municipal de Lisboa. In: BOSSLET, 2014, p. 102.

⁵⁶¹ *Tribuna dos Musseques*. Ano 2, nº1, 18 de maio de 1967. Hemeroteca Municipal de Lisboa. In: BOSSLET, 2014, p. 105.

o SCCIA era um dos serviços responsáveis pelo andamento da “Ação Psicossocial”. A publicação visava atender os propósitos de aproximação dos nativos e publicizar a atuação do governo nesse sentido. A escolha de um jornal “liberal” como veículo para o suplemento era explicada por ser considerado um jornal “do contra”, ou seja, “um jornal que não era pró-regime, tendo sido, por isso, escolhido para a publicação do *Tribuna dos Musseques* – o que seria importante para dar credibilidade ao suplemento.”⁵⁶²

A busca pela credibilidade acabara por demarcar um espaço contraditório. Porque embora tenha tido como objetivo declarado o de “defender as infraestruturas necessárias na promoção social das camadas mais débeis; [de] servir, até, de ‘tubo de escape’ à sociedade suburbana e rural e ainda para desviar da esfera de influência da subversão”⁵⁶³, o jornal contou, dentre seus colaboradores, com figuras importantes da clandestinidade luandense. Podemos aludir Manuel Pedro Pacavira⁵⁶⁴, que escreveu no jornal até ser detido pela segunda vez pela PIDE ainda em 1967, Adriano Sebastião⁵⁶⁵ e mesmo seu fundador, Afonso Dias da Silva. Os três, portanto, haviam sido presos pela PIDE, entre 1960 e 1961, e postos em liberdade condicional em 1967, quando iniciaram o trabalho no *Tribuna dos Musseques*.⁵⁶⁶

Não é difícil imaginar como a PIDE buscava controlar essa publicação, que como ela mesmo reconhece a amplitude que o jornal adquiriu.

[...] a ‘Tribuna dos Muceques’, já tem mais apreciação do que parece. Só por uma questão daquilo a que chamaríamos ‘decoro político’ é que muitos não o adquirem. Mas muitos o têm à socapa e outros, muitos, desejariam colaborar nele. Inibi-os, porém, o receio de se comprometerem perante o ‘mundo nacionalista’.⁵⁶⁷

A partir da citação, pode-se depreender informações relevantes. Nota-se que a publicação ao ter contornos de mediador do Estado, afugentava de si leitores

⁵⁶² BOSSLET, 2014, p. 128.

⁵⁶³ *Tribuna dos Musseques*. PIDE/DGS Del.A, Plnf., Proc.15.12-A/2, NT.2084, fls.15-20. Lisboa, Torre do Tombo. In: BOSSLET, 2014, p. 105.

⁵⁶⁴ Manuel Pedro Pacavira (1939-2016) nacionalista, escritor e ensaísta angolano. Também esteve preso no C.T.C.B.

⁵⁶⁵ Adriano João Sebastião (1923-2010). Professor angolano. Foi um dos fundadores do Partido de Luta Unida por Angola (PLUA) em 1956. Esteve preso Campo de Trabalhos do Missombo, Quando Kubango, de junho 1962 até 1965. NASCIMENTO, Washington Santos. *Colonialismo português e resistências angolanas nas memórias de Adriano João Sebastião (1923-1960)*. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 8, n. 19, set./dez. 2016, p. 283 - 306.

⁵⁶⁶ BOSSLET, 2014, p. 106.

⁵⁶⁷ *Tribuna dos Musseques*. PIDE/DGS Del.A, Plnf., Proc.15.12-A/2, NT.2084, fl. 43. Lisboa, Torre do Tombo *apud* BOSSLET, 2014, p. 106.

relacionado ao “mundo nacionalista”. Mas Bosslet ressalta um dado importante, “as matérias nele publicadas contribuíam para quebrar essa barreira, e levavam alguns indivíduos a ler o jornal às escondidas e até a desejar usar seu espaço para publicar suas opiniões.”

Essas opiniões sobre o *Tribuna dos Musseques* também eram compartilhadas pelos seus legentes no Tarrafal. Luandino, por meio da sua comunidade de leitores, relata as reações dos seus companheiros de cárcere sobre a publicação. “Aplauso”, “orgulho”, “concordância”, “nosso jornal – nossa gente”, “secreto desejo de aí colaborar”, havia aqueles que, não só desconfiavam das intenções do jornal, como rechaçavam a publicação em “violentos ataques”: “é da psico, só agora, para nos aldrabar”.⁵⁶⁸

Luandino elucubrava as dificuldades para aquele grupo de colaboradores comprometidos com o nacionalismo angolano fazer um jornal daquela maneira. Imprimir “características africanas” num jornal encarniçado pela PIDE. Cujo o controle parecia aumentar ao passar dos anos. A interpretação de Luandino não era nada equivocada. O editor, Afonso Dias da Silva, inclusive endereçou uma carta ao diretor provincial da polícia política quando a SCCIA buscava aumentar o controle da publicação.

[O jornal] “o único de características genuinamente africanas”, não deve “receber directrizes dos SCCIA nem de qualquer outro organismo oficial, e antes pelo contrário seguir uma linha estritamente modesta e neutral [sic] em matéria política ou afins”. Justifica a sua posição ao afirmar que “há reclamações, muitas, dos mais variados escalões sociais, alegando que: O Jornal está a perder as características africanas! – Que agora é Jornal da PIDE! – Agora é Jornal do Estado!”. Para a publicação voltar a ser o que era, seria, portanto, necessário “perder a característica de Jornal encomendado, faceta que ingenuamente se está a introduzir de há um tempo para cá.”⁵⁶⁹

Entre os leitores que optaram por consumi-lo às escondidas; entre aqueles que no Tarrafal desejavam colaborar “de maneira secreta”, como apontou Luandino – o que demonstrava o jornal como um espaço possível de reivindicação – , o *Tribuna dos Musseques* conseguiu fazer-se popular. De acordo com Bosslet, seu fracasso foi não fazê-los se aproximar do regime.⁵⁷⁰

⁵⁶⁸ VIEIRA, 2015, p. 811.

⁵⁶⁹ *Tribuna dos Musseques*. PIDE/DGS Del.A, Plnf., Proc.15.12-A/2, NT.2084, fls.15-20. Lisboa, Torre do Tombo. In: BOSSLET, 2014, p. 104.

⁵⁷⁰ BOSSLET, 2014, p. 106.

A prisão do Luandino Vieira, bem como do António Jacinto e António Cardoso, caracterizava a exemplaridade do rigor da atuação do Estado Novo contra os seus opositoristas. Por outro lado, ela também habilitava esses autores para a galeria de heróis da luta nacionalista: “mitos que fascinavam e serviam de modelo aos nacionalistas mais jovens”.⁵⁷¹ Como foram presos alegadamente por pertencerem ao MPLA, acabavam atraindo uma juventude nacionalista, principalmente entre os jovens brancos, àquela organização. É importante frisar que esses estudantes progressistas possuíam uma formação marxista, sendo influenciados pela propaganda oficial do MPLA, a qual procurava transmitir a imagem de um movimento progressista, multirracial, antirracista e antitribalista.⁵⁷² A visibilidade da prisão e da sua atuação como escritor era um dividendo para a causa da independência de Angola.

Luandino afirmou ter sido preso por “deliberação própria”, como todo preso: “era uma decorrência da luta que estávamos a travar.... Uns morriam, outros iam presos.”⁵⁷³ Aqueles que lutavam pela independência sabiam que era uma possibilidade. “Estávamos todos, uns aqui, outros ali, uns com muros, outros com muros mais altos, outros nos outros campos.”⁵⁷⁴ Os muros aos quais Luandino se referia circunscreviam uma nação presa dentro e além da prisão. O colonialismo foi uma prisão estrutural que afetou a todos. A estrutura física dos espaços prisionais e seu uso refletiam a existência de uma prisão “nacional” maior, com todas as suas divisões raciais, de classe e legais.

Ciente disso e compreendendo que a “nacionalidade emergia da vontade consciente, predominando um conceito de pátria rousseauiano: não era uma realidade a ser apenas recebida, mas algo nascido da aspiração e da ação.”⁵⁷⁵ Luandino, como um nacionalista, dentro do universo carcerário o qual estava limitado, fez da análise do seu cotidiano sua prática a caminho da nação. Ele se dispôs a relatar, analisar atos, comportamentos que deveriam ser superados para o efetivo projeto de uma nação que refletisse os valores que eram propalados pelo MPLA. De imediato, o racismo deveria ser combatido. Luandino não se furtou em informar como as práticas racistas que eivavam aquela sociedade, pululavam no cotidiano do cárcere.

⁵⁷¹ PIMENTA, 2008, p. 265.

⁵⁷² PIMENTA, 2008, p. 265.

⁵⁷³ VIEIRA; 2015, p. 1045.

⁵⁷⁴ VIEIRA, 2015, p. 1072.

⁵⁷⁵ CARVALHO FILHO, 2016, p. 239.

O PPPIDE “estava dividido: de um lado estariam os assimilados, do outro, estariam os indígenas.... Por vezes estava tudo misturado e a PIDE não fazia assim grandes diferenças, porque a atuação deles era diferente.”⁵⁷⁶ Como vimos no primeiro capítulo, o conceito colonial de “indígena” refere-se a uma diferenciação racial, social e cultural que gerou mais segregação na sociedade civil e foi transferida para as prisões, conforme revela o fragmento prisional de 23 de janeiro de 1963, sobre uma situação cotidiana no PPPIDE:

[...]Pela 1.^a vez eu via aquele pátio onde estavam àquela hora alguns presos no recreio: uns jogando voleibol outros sentados por ali à toa. Junto à porta 3 presos ficaram a olhar para mim e eu para eles, sem dizermos nada. Um estava de pé, um rapaz negro claro, parecia o Domingos Cadete mas não era. Sentados um negro gordo de óculos e bigode e outro mulato risco ao meio, sem dentes à frente. Foi tão grande a surpresa que ficámos os 4 a olhar uns para os outros sem nada dizer. Eu podia ao menos ter perguntado pelo Gamboa, Neto, etc. mas nada: fiquei sem fala a ver aqueles a quem a ordem colonial mesmo na prisão, ainda separa de nós[...].⁵⁷⁷

Esse fragmento revela a separação no âmago da colônia: brancos e “assimilados”⁵⁷⁸ estavam no Pavilhão Penitenciário da PIDE separados por portões da Prisão Administrativa ou “Funji”⁵⁷⁹, local dos negros e mestiços.

Luandino descreve o cotidiano na prisão como uma alegoria do colonialismo português em Angola. Descendo de sentimentos de superioridade e racismo profundamente enraizados, o cotidiano nos espaços prisionais desmascarou a falácia da linguagem jurídica “igualitária”. Obviamente, essa constação também era feita por aqueles que sofriam a violência discriminatória: os presos negros, cuja diferenciação no tratamento dado a eles e a seus familiares é demarcado pelo racismo.

Enquanto cortava o cabelo com o Augusto, falei-lhe em ele ser o barbeiro da cadeia, mas ele disse que “os outros” não aceitam (referia-se aos pides) pois nem mesmo o inspector lhe deixa cortar as unhas encravadas com a tesoura. Tem medo e pede-lhe a tesoura...Isto a propósito de ele me estar a cortar o cabelo com uma lâmina e eu lhe falar em “me cortar o pescoço”. Que todos os “brancos” têm medo.

Eu lhe disse:

- E nós?

- Ah! Vocês 3 é diferente. Não vê fazem sentar as v/ famílias no chão?

Aqui está um pormenor que mto. Contou na cela 2 para a nossa

⁵⁷⁶ VIEIRA, 2015, p. 1045.

⁵⁷⁷ VIEIRA, 2015, p. 107.

⁵⁷⁸ [...] hoje de manhã tive a confirmação duma boa notícia: soltaram muitos dos que estavam lá atrás, alguns “condenados” a 5 e 7 anos e a que faltavam cumprir ainda 4 etc. Na maioria são os “assimilados” os “intelectuais.” VIEIRA, 2015, p. 95.

⁵⁷⁹ Em linguagem coloquial, a Cadeia da Administração do PPPIDE era chamada de Funji. Funji, um alimento barato associado às classes pobres, está vinculado às expectativas raciais. Observe a citação de Luandino sobre um colonial angolano: “Funji? Pensam que somos negros ?!” VIEIRA, 2015, p. 780.

posição. É que a qualquer outra visita de presos de raça “branca” eles oferecem logo cadeiras. Concluindo: não somos bem brancos! (o que tem a sua verdade).⁵⁸⁰

Na ditadura colonialista, o racismo também ditava as sevícias a serem empregadas contra as vítimas. Geralmente, os negros eram imediatamente espancados em longas sessões. Podemos ver o espanto, a desconfiança e a revelação da violência quando uma prática de tortura mais impostas aos brancos é aplicada a um negro. “Desde ontem porém que está a fazer estátua⁵⁸¹ lá em baixo. Admira bastante o “sistema” aplicado a um angolano negro! Será que é tão importante que não o podem “estragar”?”⁵⁸²

Enquanto a abolição do Estatuto do Indígena, em 1961, buscou demonstrar uma mudança mínima nas práticas raciais na esfera pública, nas prisões não significou absolutamente nada para a situação dos marginalizados.⁵⁸³ A distinção racial e étnica entre os presos, narrada com humor irônico, desnudou as inconsistências das políticas “integracionistas”:

Hoje o almoço foi feijão macunde⁵⁸⁴ e sardinhas albardadas, a que eles chamam “pastéis”. [...] o 121 [agente prisional] queria dar só um pastel a cada preso. Perante o barulho foi pedir ordens ao Viriato. Este, em vez de pedir para o hotel + comida porque a que mandaram era insuficiente, deu esta ordem famosa, demonstradora da discriminação racial aqui mesmo na cadeia política:

– Para os brancos 2 pastéis, para os pretos 1 pastel!

O que o 121 veio repetir diante de cada cela. Ficou de boca aberta a gaguejar quando lhe perguntei:

– E os mulatos? Recebem como os brancos ou como os pretos?⁵⁸⁵

Essa dicotomia revela muito mais do que a “cor da pele”, que é, como Frantz Fanon argumenta em *Pele negra, máscaras brancas*⁵⁸⁶, a linguagem e o posicionamento de um corpo dentro de um sistema de significados inventado pela modernidade europeia. Ser “negro” ou “branco” não eram apenas expressões de raça. Dessa maneira, entendia o racismo como elemento central, operador psíquico da dualidade entre o “colonizador” e o “colonizado”, entre o “branco” e o “negro”. Esse

⁵⁸⁰ VIEIRA, 2015, p. 230.

⁵⁸¹ Obrigam o preso a manter-se de pé de maneira ininterrupta.

⁵⁸² VIEIRA, 2015, p. 310.

⁵⁸³ Na altura da revogação do Estatuto do Indigenato, em 1961, apenas 1% dos negros eram legalmente reconhecidos como civilizados, enquanto todos os brancos – oriundos da metrópole ou da colônia, mesmo analfabetos – gozavam dessa condição jurídica. BENDER, Gerald J. **Angola sob o domínio português** – mito e realidade. Luanda: Editorial Nzila – Coleção Ensaio 21, 2004, p. 204.

⁵⁸⁴ Tipo de feijão miúdo, como o feijão fradinho.

⁵⁸⁵ VIEIRA, 2015, p. 244.

⁵⁸⁶ FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

sistema, segundo ele⁵⁸⁷, seria o alicerce fundamental para a manutenção da dominação europeia sobre os demais povos, pois o europeu teria no inconsciente da coletividade o que chamou de “complexo de autoridade”, em outras palavras, a ideia de si mesmo como um tipo superior de homem. Além disso, a dominação e a hegemonia exercidas neste contexto tinham como suporte ideologias raciais, que legitimavam como biológicas, as diferenças históricas e sociais. A relação colonial era marcada por uma profunda diferenciação entre colonizadores e colonizados e neste contexto, o racismo foi o mecanismo delimitador de tal condição.⁵⁸⁸

O condicionante do racismo imprimia um nível de subalternização, que mesmo os negros que ocupavam algum posto de controle naquela estrutura colonialista, viam-se cumprindo tarefas que lhe eram impostas pelo fato de serem negros. Como podemos ver no relato do tratamento dado ao agente prisional António Manuel da Silva, “121”, feito por Luandino.

A propósito do 121. A despeito de se tratar “legalmente” de um guarda-auxiliar da PSP com certos direitos de jure (por ex. habita uma casa que lhe foi distribuída num bairro da polícia, para os polícias negros) aqui tratam-no como contínuo, como criado mesmo. O Lonrão fá-lo lavar o carro 2 vezes por semana, os agentes mandam-no em recados de toda a espécie e os presos brancos usam-no como moço de recados com a convívência dos guardas.⁵⁸⁹

Luandino afirmara que havia uma grande camada de preconceito racial que constituía aquela sociedade colonial. Que ganhava contornos ainda mais odiosos, quando o racismo era manifestado por aqueles que possuíam alguma prerrogativa dentro da estrutura colonialista. Por exemplo, ele nos relata um episódio acontecido no posto de Controle da PSP.

[...](Os carros guiados por brancos continuavam a passar c/ um simples aceno de mão.) Um Dodge antigo guiado por um rapaz novo africano de óculos. Ao lado mulher e uma criança de colo. Atrás 3 mulheres africanas (uma c/ os tradicionais *milele*⁵⁹⁰, as outras à europeia).

1º. – vistoria dos documentos do carro, admiração...

- É teu? (tratamento geral para os negros)...

2º. – vem o chefe. Vendo que são “calcinhas” começa a humilhação (i.e. continua-a). Pede a todos, um por um, documentos e identidade, vai interrogando-os para saber se confere!... [Os ocupantes do carro estavam indo para um casamento. Os policiais abrem os presentes, “mete o dedo no bolo de noiva”, abrem o porta-malas e pegam as bebidas que estavam lá dentro]. Aqui todos os sorrisos que estavam desde início nas caras da gente

⁵⁸⁷ FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006, p. 52-58.

⁵⁸⁸BITTENCOURT, Marcelo. “Jogando no campo do inimigo: futebol e luta política em Angola”. In: MELO, Victor Andrade de; BITTENCOURT, Marcelo e NASCIMENTO, Augusto (Org.). **Mais do que um jogo**: o esporte e o continente africano. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 08.

⁵⁸⁹ VIEIRA, 2015, p. 56.

⁵⁹⁰ Nota dos organizadores: plural de *mulele*, panos. VIEIRA, 2015, p. 412.

do carro, subserviente, desaparecem. Medo nas mulheres, raiva incontida em todos. Silêncio. Só a polícia a mandar...” [A cena segue até são liberados pelos agentes.] “O arraque furioso. Os policiais ficam a rir.” Luandino lamentando pergunta: “Até quando?”

O episódio retratado por Luandino exemplifica a tirania do racismo quando praticado por agentes da lei, porque impede uma busca por reparação, uma vez que é uma sociedade que tem suas estruturas marcadas pela discriminação racial. Isso em um período que Portugal tentava imprimir uma mudança de sua imagem perante a comunidade internacional.

O relato acima também nos permite ver que Luandino transparece certos preconceitos. Luandino identifica os ocupantes do carro como sendo “calcinhas”. De acordo com Fernando Pimenta, “pretos calcinhas” era o termo pejorativo dado aos negros que apenas recentemente tinham adotado algumas das características do modo de vida europeu na cidade, basicamente diz respeito aos “novos assimilados”⁵⁹¹. Desse modo, eram alvo dos deboches “dos brancos e de uma parte substancial das antigas elites mestiça e negra europeizada.”⁵⁹² Ao usar um termo depreciativo, Luandino não escapa daquilo que se propõe a combater e demonstra que também é um produto daquela sociedade. E está ciente disso, porque ele mesmo alerta-se para a necessidade de ficar “atento aos meus preconceitos”; “refletir sobre esse comportamento”; “Às vezes, são assim tão livres e sem preconceitos mas é só uma camada de literatura, um verniz que estala quando perante actos.”⁵⁹³

Por meio da Hanna Arendt, sabemos que o racismo não é uma ação irrefletida, mas uma ideologia imposta e reproduzida conscientemente:

O racismo, seja branco ou negro, está impregnado de violência por definição por objetar contra fatos orgânicos naturais – uma pele branca ou negra – que não poderiam ser mudados de modo algum; tudo o que se pode fazer, jogadas as cartas, é exterminar os donos dessas peles. O racismo, distinto da raça, não é um fato da vida, mas uma ideologia, e as ações a que leva, não são ações reflexas, mas atos deliberados baseados em teorias pseudocientíficas.⁵⁹⁴

A diferenciação racial e étnica estava inscrita tanto na estrutura física da prisão e seu funcionamento, quanto nos corpos historicamente “classificados”. A “raça”

⁵⁹¹ Rememorando o que foi apresentado no nosso primeiro capítulo: eram os negros, de origem rural, de formação missionária e que haviam alçado a condição de assimilados em meados do século XX. MESSIANT, 1992, p. 16-17.

⁵⁹² PIMENTA, 2008, p. 60.

⁵⁹³ VIEIRA, 2015, p. 254; 567; 807.

⁵⁹⁴ ARENDT, Hanna. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 48.

impregnou toda a vida social na prisão. Em sua escrita, Luandino expõe as contradições ideológicas e as dificuldades de pensar fora do quadro da “naturalidade” que define e identifica categorias, lugares e papéis atribuídos aos indivíduos. Essa “naturalidade” fica exposta no episódio da fuga da C.C.L de dois presos: Ribas, branco, Mangololo, negro e na relação entre eles. Luandino escreveu em 10 de janeiro de 1964:

O Ribas e o Bongololo⁵⁹⁵ fugiram. Foi o R. que desafiou o B. O Ribas veio entregar-se + o outro. Ficaram fechados em celas junto às nossas. Apenas para registar:

- o Ribas já teve visita – o B. não;
- o Ribas já teve recreio – o B. não;
- o Ribas pode receber o que quer – o B. não;
- o Ribas tem quem lhe faça as limpezas – o B. faz a dele e a do

Ribas;

O interessante é que as relações entre Ribas/ Bongololo são de “camaradagem” s/ preconceito racial visível e o Ribas acha natural que seja o outro a limpar-lhe a cela. I.e. nem sequer repara nisso! E o B. Faz aquilo com a mesma naturalidade. Não há dúvida que é uma sociedade multirracial... baseada em relações abs. naturais!⁵⁹⁶

Também é evidente na "confusão" expressa pelos guardas mais sensíveis quando confrontados com um desvio da "ordem natural das coisas”:

Os guardas aqui são menos arrogantes e mais delicados. Insistem em nos querer dar um preso (preto) para as limpezas o que tenho rejeitado... Faz-lhes “confusão” ver-nos de balde e vassoura e ir com o balde do lixo despejá-lo ao caixote....⁵⁹⁷

Luandino também relata a discriminação do negro para com o branco, ascendendo uma prerrogativa de um racismo antibranco.

Precisamos lembrar que a população branca era percentualmente diminuta em Angola. No nosso primeiro capítulo informamos que ela salta de 1,2% da população total em 1940 para 3,6% na década de 1960, após a intensa onda de imigração iniciada com o fim da Segunda Guerra Mundial. Por ter sua figura racial vinculada ao colonizador, qualquer branco em contexto colonial era a representação do domínio e da exploração. De tal modo que “o racismo do branco gerou o do negro, porém esse último não percebia que, ao agir assim, procedia de acordo com o modelo

⁵⁹⁵ Dias depois Luandino retificara o nome do preso de Bongololo, como havia escrito, para Mangololo. VIEIRA, 2015, p. 413.

⁵⁹⁶ VIEIRA, 2015, p. 411.

⁵⁹⁷ VIEIRA, 2015, p. 324.

de relação social imposto pelo colonizador assentado na superioridade derivada da cor.”⁵⁹⁸

“O n/ maior inimigo é o europeu” – como esta, muitas frases. [Ao dizer europeu englobavam os asiáticos de raça caucásica e os americanos – portanto “os brancos”. Logo mesmo ao quererem pensar em termos regionais, o racismo é mto. poderoso.⁵⁹⁹

A hostilidade ao colonizador já alimentava o cancionero popular angolano, o qual Luandino vinha recolhendo canções. Versadas em quimbundo, alertava sobre os perigos dos brancos e, por conseguinte, da exploração pela colonização. No cárcere eram sempre entoadas. Como pontua Carvalho Filho, “era a revanche dos oprimidos pela crueldade sofrida durante séculos de dominação.”⁶⁰⁰ Versos, aqui traduzidos, como:

I
 Não queremos negar, quando
 Vocês nos dizem que somos de Angola
 Vocês estão a vir na nossa terra
 Aprender a ler e a escrever
 II
 Na vossa terra, minha mãe
 A fome é negra
 Na vossa terra minha mãe
 A fome mata
 III
 Os brancos
 É agora [aqui] que se estão a fazer
 Quando estavam na terra deles,
 Dormiam 10 num só quarto
 Agora na nossa terra, dormem
 Cada um em sua casa.
 Fim⁶⁰¹

Luandino afligia-se em discussões onde os argumentos não eram o fiel do que se estava a debater; a premissa não era aquilo que estava sendo dito, mas aquele quem dizia. Nesses casos, a “raça” era posta em xeque e com ela a manifestação do racismo antibranco. “O H.A.⁶⁰². o seu pequenino racismo latente que o leva a afirmar-se sempre contra as ideias, as coisas, as pessoas brancas na caserna.”⁶⁰³

⁵⁹⁸ CARVALHO FILHO, 2016, p. 134.

⁵⁹⁹ VIEIRA, 2015, p. 641.

⁶⁰⁰ CARVALHO FILHO, 2016, p. 136.

⁶⁰¹ VIEIRA, 2015, p. 425.

⁶⁰² O H.A. era um preso negro do C.T.C.B., sobre o qual não temos mais informações. O que podemos destacar sobre o H.A. nos diários é sua propensão a racializar as discussões. Principalmente quando o seu interlocutor é o branco Luandino Vieira.

⁶⁰³ VIEIRA, 2015, p. 755.

Demonstração de discriminação que Luandino se sente particularmente atingido. Ao “tomar frente” de alguma questão no cárcere, ele ouve “brancos, essa mania de liderar”. Os ressentimentos parecem ser latentes.

Pressinto cada vez mais animosidade contra mim... Sinto-o no ar. Hoje discutia-se na caserna qualquer problema relacionado com o Lampião⁶⁰⁴. Ao entrar bilularam para o quimbundo, o que vai sendo normal. Ódios e complexos recalçados, racismo, etc.⁶⁰⁵

Essas questões discriminatórias, muitas vezes, emolduravam o cotidiano do cárcere. No Tarrafal, os presos criaram um fundo de caserna. Nele, juntava-se o dinheiro, descrito como solidário, que eles estavam autorizados a receber, por exemplo, no Natal. O dinheiro poderia ser utilizado na amortização de alguma dívida ou na compra de algum item com finalidade recreativa, entre outras. Esse momento era bastante tenso, segundo Luandino. Existiam as habituais desconfianças na partilha. Mas havia presos que se recusavam a aceitá-lo para que não o acusassem de “receber de brancos”. Outros enjeitavam porque era dinheiro de “cassanda”, a qual era uma designação dada “antigamente às prostitutas portuguesas que cumpriam pena de degredo”⁶⁰⁶, que se estendida à “mulher ordinária [má reputação] de raça branca”. Um dos presos inclusive influenciou um outro colega a não receber por ter o dinheiro essa fonte.⁶⁰⁷

As relações dentro do cárcere intermediadas pela apartação racial precediam certa cautela para não aumentar suscetibilidades. Um gesto de solidariedade precisa ser explicado para não ser entendida como uma veleidade. Luandino guardou um bilhete do preso “Parreira” – branco, politizado e comprometido com a causa nacional⁶⁰⁸ – para o preso “Gan”, negro. Nele vemos Parreira, ciente da falta de recursos do “Gan” e dos demais companheiros de cela deste, ceder cigarros e dinheiro. No entanto, logo adiantou-se dizer que a doação feita, o que Luandino chama de “gesto solidário”, não é “esmola”.

[...] Crêque isso que faço não é uma esmola mas sim um auxílio justo e necessário para com camaradas meus que infelizmente sofrem privações pelo simples facto de pertencerem a outra raça. É uma honra para mim poder prestar auxílio aos verdadeiros heróis e mártires para a liberdade d’Angola. Recebe deste teu amigo e camarada um sincero e fraternal abraço. Desejo a todos vós meus camaradas, boa sorte e vitória. Camaradas eu vos saúdo e

⁶⁰⁴ Um dos guardas do C.T.C.B.

⁶⁰⁵ VIEIRA, 2015, p. 720.

⁶⁰⁶ CARVALHO FILHO, 2016, p. 135.

⁶⁰⁷ VIEIRA, 2015, p. 840; 841; 849.

⁶⁰⁸ VIEIRA, 2015, p. 211.

viva Angola Livre.”⁶⁰⁹

“Raça” e “dinheiro” compõem um vetor que provoca uma inquietação em Luandino. Porque construiu-se um nexos entre ser branco era ser explorador, obviamente resultado de séculos de dominação colonial. Mesmo preso, Luandino infere que há um entendimento que pelo fato de ser branco, ele era abastado. “(1) A ideia de que só porque sou branco tenho +rendimentos que eles – e ficam zangados quando eu lhes digo que eles são proprietários...// (2) “A avareza é característica do europeu – diz o H.A. – e eu sou africano.”⁶¹⁰

A “zanga” resulta da incerteza se terão acesso a direitos básicos, como acesso a terra, quando vier a independência. Até lá, eles entendem a resposta sobre ser proprietários como uma ironia, que só alimentava a irritação.

Além disso, vemos a altercação entre H.A. e Luandino. O primeiro circunscreve o segundo nos desdobramentos da forqueadura racial: branco/europeu/avarento/explorador/ opressor *versus* negro/africano/explorado/oprimido. A questão para Luandino é que essa dicotomia deixa transparecer um “sentido restrito do seu [angolano negro] conceito de africanos”, o qual não seria universalista, uma vez que negros angolanos eram preconceituosos com os caboverdianos: ““se a gente lhes dá pensam logo que é obrigação e querem sempre.” (Quantas vezes ouvi isto da boca de colonos s[obre]/ os negros!)”⁶¹¹, resumiu Luandino. Da mesma ordem, Luandino também questiona a percepção entre alguns presos de que pelo fato de ser negro faria dele imediatamente empenhado com a causa nacional. “Qto. a dizerem-se nac[ionalistas] dizem-se mas nunca os vi raciocinar nesses termos.”⁶¹²

Luandino observa e interpreta as categorias raciais, as hierarquias que elas implicavam e remete ao “significado de todas as contradições que representa.”

Há dias sucedeu algo que veio pôr a descoberto a falsa ideia enraizada de que “todo o negro é um nacionalista” e o sentimento de solidariedade imediata para com todo o indivíduo que seja preso e trazido para esta cadeia.⁶¹³

Precisamos ter em mente que os brancos angolanos, por meio de hierarquias produzidas pelo discurso racista sofriam um processo de inferiorização na colônia.

⁶⁰⁹ VIEIRA, 2015, p. 213.

⁶¹⁰ VIEIRA, 2015, p. 811.

⁶¹¹ VIEIRA, 2015, p. 837.

⁶¹² VIEIRA, 2015, p. 639.

⁶¹³ VIEIRA, 2015, p. 54.

Os portugueses discriminavam o branco nascido em Angola. O branco metropolitano era considerado “branco de primeira”, enquanto o branco angolano era tido como “branco de segunda” Luandino Vieira, António Jacinto, António Cardoso experimentavam um sentimento de exílio no seu próprio país “como cidadãos de segunda classe.”⁶¹⁴ O exílio o acompanha no cárcere, não por serem os únicos brancos ali, mas pela percepção que os negros ali presos tinham deles. Luandino perguntara-se o que “pensarão” sobre a posição dele naquele contexto de guerra? Feita a sondagem, ele chega a três respostas em 09 de outubro de 1966: aqueles que tem uma formação “mais ou menos política”, pelo menos de leitura de jornal, “vêm a coisa em termos de substituição do col[onialismo] port[uguês] pelo col[onialismo] comunista. Portanto a justificação é de que sou comunista.” No caso, de acordo com esses presos, era a substituição de um colonialismo pelo outro. Luandino, uma vez comunista, teria reservado um lugar entre esses “novos” colonizadores. Os segundos, o percebem como “filho dos colonos”, o qual constatou que “a coisa está perdida”, adiantara-se para “marcar já as mesmas posições no futuro”. Já os terceiros não se distanciavam dessa última acepção, uma vez branco, estaria a “defender a posição para continuar a mandar nos negros.”⁶¹⁵ Luandino externava nenhuma aprovação com essa conduta porque, independente da sua cor, ele lutava, e estava preso por isso, contra a dominação colonial e não contra a cor da sua pele. O sentimento que deveria uni-los era o de ser angolano e de lutar pela independência.

O sistema colonialista português não poupou esforços para salvaguardar os privilégios “naturais” dos imigrantes europeus e, simultaneamente, criar clivagens sociais entre os colonizados. De acordo com Conceição Neto, o Estatuto do Indigenato contribuiu sobremaneira para esse fim. Aqueles “deslocados” do contexto social que se tencionava estruturar eram resultantes da segregação constrangida pelo próprio sistema vigente que os manteve fora dele. No caso de Angola, o critério foi o da imposição de uma cultura considerada dominante sobre as outras, tidas como inferiores.⁶¹⁶ Como vimos, no fim da vigência do estatuto 1 % dos negros tiveram o reconhecimento como civilizados.

Sob o prisma da situação colonial em África, precisamos ter em mente que a dominação foi determinada por uma minoria estrangeira em nome de uma

⁶¹⁴ CARAVLHO FILHO, 2016, p. 138.

⁶¹⁵ VIEIRA, 2015, p. 754-755.

⁶¹⁶ NETO, 1997, p. 340.

superioridade étnica e cultural. Dessa maneira, Carlos Serrano expõe que na relação de dominação, a identidade do outro é determinada pelo dominador. O colonizador buscava estabelecer classificações como as de “indígena”, “nativo” ou “assimilado”, prescrevendo categorias de identidade e definindo o caráter da relação de si próprio com os que estavam na situação de dominados.⁶¹⁷

Luandino já deixa entrever sua crítica a assimilação no personagem Miguel do romance *A vida verdadeira de Domingos Xavier*. Escrito um pouco antes de sua prisão em 1961 – cuja publicação só aconteceu em 1971, em Paris – a obra faz uma leitura da realidade sócio-histórica de Angola, em que se representa os diversos integrantes daquela sociedade. Miguel era um morador do musseque Samba e ao acompanhá-lo víamos a importância do Bilhete de Assimilado naquele contexto e também a recusa do personagem, apresentada por Luandino como um ato de resistência, em obtê-lo. Registra-se também a opressão colonial e violência naquela parte da cidade numa obra já escrita sob o início da luta armada.⁶¹⁸

[...]Era longe, da Samba até no Bairro Operário, mas a distância não lhe assustava, habituado às longas caminhadas, cruzando musseques e musseques. Temia, sim, cipaios e tropas, não tinha cartão, não tinha imposto, não tinha bilhete de identidade, nunca que quisera ter. Mas já estava muito habituado a evitar-lhes, conhecia todos caminhos e desvios para chegar na casa de Mussunda, muitas vezes que fizera aquela caminhada.⁶¹⁹

Para Luandino, a assimilação fora um entrave porque criava uma diferenciação entre os negros naquela sociedade, cujo propósito era hierarquizar e, conseqüentemente, cindi-la. Para maior parte dos “indígenas” ficava a expectativa de esperar alcançar um dia a assimilação.⁶²⁰ Por meio da atividade do cárcere, ele demonstra de forma concisa a maneira danosa da política assimilacionista colonial.

Aqui, na parada, há sempre presos a trabalhar na limpeza. Passam o dia a apanhar papéis e pontas de cigarros e a tirar e pôr areia. São os condenados a “trabalhos públicos” (sic) e não vi ainda nenhum branco (a não ser a servir de capataz). Pois qdo. um dia destes, 2 rapa zes novos, aproveitaram para se sentar no passeio e descansar um pouco e fumar o cigarrito. Passa o Acácio longe, olhou nem se mexem; passa o guarda Silva, idem; sempre despreocupados a falar as coisas da terra; entra o Andrade, levantam-se imediatamente a fingir muito trabalho, a avarrer à toa... (O Andrade é um preso alto e forte, negro, condenado como eles a “trabalhos”. Fizeram dele capataz e ele fá-los trabalhar, não há duvida... era só ver o medo

⁶¹⁷SERRANO, Carlos. **Angola: nascimento de uma nação** – um estudo sobre a construção da identidade nacional. Luanda: Edições Kilombelembe, 2008, p. 47.

⁶¹⁸ NASCIMENTO, 2013, p. 162-163.

⁶¹⁹ VIEIRA, 1983, p.65.

⁶²⁰ NASCIMENTO, Washington Santos. **Gentes do mato: os “novos assimilados” em Luanda**. 2013. 235 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo., São Paulo, 2013.

nos olhos dos outros... É assim que se “governa” e “assimila”...⁶²¹

Podemos ver que Luandino compara a ascensão do preso Andrade a capataz como uma escalada pela assimilação. A apartação dentro do cárcere ressoa as clivagens sociais que serviriam para graduar, oprimir e fomentar a desigualdade e promover injustiças. Andrade ao ocupar um lugar de controle naquela estrutura prisional esquecia sua condição de preso também. Sua violência era sinônimo de eficiência do seu “trabalho” e a garantia da manutenção daquela prerrogativa.

A assimilação se baseava numa suposta missão civilizatória do povo português em África. O plano era de impor aos africanos os hábitos e costumes portugueses e a desigualdade, perante a lei, era justificada pelas diferenças culturais dos grupos em questão. A lógica dessa política era a do evolucionismo, ou seja, uma das partes, considerada “menos evoluída”, deveria assimilar-se à cultura da outra parte, tida como superior.⁶²²

Uma discussão sobre a representação imagética a propósito da assinatura Tratado de Simulambuco⁶²³, em que “os cabindas” foram representados vestido “tangas”, ilustra essa valorização dos hábitos portugueses já assimilados. Luandino escreveu sobre os grandes protestos dos demais colegas: “Nessa data já andávamos de smoking”. Relata preconceitos não só quanto ao uso da tanga quanto da representação da “casa para a assinatura de um acordo”. Uma discussão sobre “tanga e smoking, assimilex etc.”, que não atingia o cerne, de acordo com Luandino, que era o enaltecimento de normas, costumes europeus estabelecidos pela assimilação.⁶²⁴

A essas discussões e bem como outros comportamentos, ideias e preconceitos que estorvavam não só a possibilidade de convívio, pensando no espaço do cárcere, mas também qualquer movimentação de pretensão anticolonial de concepção mais abrangente, Luandino caracterizava como conduta de “pequeno burguês assimilado”.

Consegui pôr a caserna quase toda contra mim aquando da mudança. Se me não tivesse imposto íamos todos os 20 para uma caserna, a monte, porcamente. Como me impus e tratei de tudo ficaram furiosos porque “passei por cima do chefe da caserna” – de quem dizem sempre mal. Desorganizados, falta de previsão, medo (“Tenho a minha família à espera!!” – anda a tratar a condicional, o velho...) incapacidade por toda e + pequena tarefa. Reconheço que não sirvo para arregimentar gente desta (peq. burgueses assimilados c/ todos os defeitos do colon[ialismo] e do

⁶²¹ VIEIRA, 2015, p. 389.

⁶²² NETO, 1997, p. 340.

⁶²³ Tratado entre os reinos de Cabinda [noroeste de Angola] e o Governo de Portugal, em fevereiro de 1885, que determina Cabinda como um enclave sob protetorado português.

⁶²⁴ VIEIRA, 2015, p. 844.

tradic[ionalismo]), sou um elemento desagregador pelos meus “maus” exemplos e posições muito vincadas sem transigências. Espero que a memória guarde tudo quanto vou sabendo desta camada populacional, em que vi tanta esperança depositada, em 61.⁶²⁵

Ao trazer o aspecto da pequena burguesia, Luandino trouxe a dimensão da luta de classes para sua análise. Reconhecendo nas clivagens erigidas pelo colonialismo português a raiz econômica, que assentava os privilégios socioeconômicos de uma minoria sobre uma maioria. Luandino confere esse caráter assimilado a um comportamento mais elitista ou pouco comprometido com as demandas do coletivo. Portanto, não faz distinção se eram “filhos da terra” ou “novos assimilados”.⁶²⁶ Luandino também escapava da sobreposição dos conceitos de raça, de nacionalidade e de classe – uma vez que denunciava igualmente o racismo e o racismo antibranco – e com isso evitava uma possível dicotomia que opusesse branco/português/burguês *versus* negro/angolano/ proletário.

A decepção provocada pela “autosuficiência de geniozinhos pequenos burgueses assimilados que pensam que sabem tudo”, adjudica-lhes também uma “posição crítica” além de uma “solidão política” por estar tão “longe das massas a que pertenciam e que têm um radicalismo que já não aceitam; falta-lhes tb. a preparação para chegarem aos líderes – estão no meio, longe de uns e de outros.”⁶²⁷

A crítica aos “pequenos burgueses assimilados”, os quais foram “depositadas esperanças”, era endereçada também ao poeta e sociólogo Mário António. Esse, nascido em Angola e representante dos “filhos da terra”, apresenta em seus estudos – cujo ápice foi a obra *Luanda-ilha crioula* – uma análise de como a sociedade crioula seria fruto de pequenos núcleos populacionais resultantes da penetração portuguesa em África.⁶²⁸

⁶²⁵ VIEIRA, 2015, p. 748.

⁶²⁶ Relembrando um ponto apresentado no nosso primeiro capítulo, os “filhos da terra” ou “filhos do país” eram como os negros e mestiços nascidos em Angola se designavam. Esses tinham domínio da língua portuguesa e outros códigos culturais europeus. Os “novos assimilados” seriam fruto de um novo momento da colonização portuguesa em Angola. Com a expansão do colonialismo português e do estabelecimento de uma nova dinâmica econômica em meados do século XX, ocorrerá uma incorporação de mão-de-obra e o conseqüente aumento das principais cidades de Angola. Muitos destes indivíduos irão obter o estatuto de assimilado. Christine Messiant, na tentativa de diferenciá-los dos antigos crioulos, denomina-os “novos assimilados”, partindo, portanto, de uma perspectiva cultural. Esse grupo seria o resultado da política de assimilação luso-tropicalista, implementada por Portugal após a Segunda Guerra Mundial. BITTENCOURT, 1996, p. 93; MESSIANT, 1992 p. 16-17.

⁶²⁷ VIEIRA, 2015, p. 619; p. 753.

⁶²⁸ OLIVEIRA, Mário António Fernandes de. **Luanda, “ilha” crioula**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1968.

Segundo Andrea Marzano, Mário António definia a “crioulidade” como resultado de uma ação colonial portuguesa caracterizada pela ausência de racismo. Apresentava-se uma imagem extremamente positiva da presença portuguesa em Angola. Em outras palavras, o surgimento do fenômeno da “crioulidade” em Luanda seria resultado do “caráter benevolente da colonização portuguesa em África.”⁶²⁹ Para Marcelo Bittencourt, o “mundo crioulo” apresentado por Mário António - como sendo capaz de permitir a ascensão social e financeira independentemente da cor do indivíduo – impulsionou a construção de um cenário de “democracia racial.”⁶³⁰

No entanto, antes da publicação da obra, Luandino já se debruçava sobre as proposições de Mário António. Em 06 de setembro de 1963, Luandino criticava não só o luso-tropicalismo, mas, principalmente a maneira como o Mário António a utilizava para assentar sua “classe social”.

[...] O luso-tropicalismo de Freyre é uma construção sem alicerces, idealista, fruto do pensamento do século XIX, da evolução social no Brasil nessa época, que ele [Mário António] quer à força tornar universal. O M[ário] A[ntónio] adere a essa solução, ou gaba-lhe as vantagens porque era a salvação do s/ grupo social, sem atritos.⁶³¹

Quando ministro do ultramar, Adriano Moreira se esforçou para aplicar as ideias do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre (1900-1987) ao terreno jurídico, promovendo uma série de medidas legais propensas a dar um “curso lusotropicalista” ao “modo português de estar no mundo”⁶³². Por exemplo, “Ação Psicossocial”, que falamos anteriormente, surgiu nesse contexto de promoção de uma nova imagem do Estado Novo português na conjuntura internacional. Salazar se esforçava em imprimir um perfil de igualdade racial à legislação ultramarina, em nome da “criação de comunidades multirraciais e da implantação no ultramar de novas civilizações luso tropicais.”⁶³³

Naquele contexto, as teses de Gilberto Freyre⁶³⁴ serviam, principalmente,

⁶²⁹ MARZANO, 2013, p. 34-35.

⁶³⁰ BITTENCOURT, 1996, p. 52.

⁶³¹ VIEIRA, 2015, p. 356.

⁶³² CASTELO, Cláudia. **O modo português de estar no mundo: o lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)**. Edições Afrontamento, 1999. De acordo com a autora, “O modo português de estar no mundo” é um conceito introduzido no discurso acadêmico português, durante os anos 1950, por Adriano Moreira. O conceito pressupõe que o povo português possuiria uma maneira particular (e específica) de se relacionar com os outros povos, culturas e espaços físicos. Essa “maneira particular” do português seria, de modo geral, qualificada com adjetivos positivos, como “tolerante”, “plástica”, “humana”, “fraterna” e “cristã”. p.13.

⁶³³ CASTELO, 1999, p. 62.

⁶³⁴ Durante os anos 1930 e 1940, o Estado Novo português rejeitou as teses de Freyre devido à importância que o autor conferia à mestiçagem biológica e cultural, à herança árabe e africana na

aos objetivos da política externa de Portugal. Assim, o Estado Novo pôs em prática uma estratégia clara no sentido de reverter (a seu favor) o prestígio internacional do sociólogo brasileiro:

[...] O tradicional não racismo dos portugueses, a sua capacidade de adaptação aos trópicos, a unidade de sentimento e de cultura que caracterizaria o “mundo que o português criou” [segundo a caracterização de Gilberto Freyre] – servem, melhor do que quaisquer outras, aos interesses político-ideológicos da política externa portuguesa. É um “trunfo” que o regime português utiliza perante a comunidade internacional.⁶³⁵

Desta maneira, os ideólogos do Estado Novo apresentavam o período de colonização em África como resultado de uma relação harmoniosa entre portugueses e os povos nativos das colônias. Através da defesa da ideia de uma colonização não racista, o regime colonial português se apropriou da ideologia do luso-tropicalismo, buscando se defender das inúmeras contestações frente à sua posição na África e, também, face ao crescimento do movimento anticolonialista. O regime sentiu a urgência de reformar a imagem de sua política colonial e respondeu, quer através de uma intensa atividade legislativa, quer no plano ideológico. Assim, a substituição do termo “colônias” por “províncias ultramarinas” correspondeu à necessidade de reafirmar a “unidade nacional” perante a comunidade internacional. Além disso, a definição jurídica de “povo português” assumiu, na teoria, uma conotação multiétnica e multicultural, composta por populações de origens étnicas diversas, unidas pelo mesmo sentimento e pela mesma cultura.⁶³⁶

Para Luandino, o uso do luso-tropicalismo por parte do Mário António, para erigir sua concepção de “crioulidade” acabaria assumindo a função de legitimar a presença portuguesa no continente. Agravava-se o fato de Mário António fazê-lo em favor da manutenção do seu lugar naquela sociedade.

[...]Do ponto de vista pessoal a s/ “preferência” aparece justificada. O que admira num estudioso inteligente e a quem o marx[ismo] não é desconhecido.

gênese do povo português e das sociedades criadas pela colonização lusa. De acordo com Castelo, “numa época onde o racismo se desenvolve nos Estados Unidos, na Alemanha e no Brasil, as correntes dominantes consideravam a “mistura de raças” uma das causas principais da “degeneração” do povo brasileiro, Freyre valoriza a mestiçagem e vê nela um processo positivo de constituição do tipo ideal de homem moderno para os trópicos.” Somente após o contexto do pós-segunda guerra mundial, o regime teria se apropriado do lusotropicalismo. CASTELO, Cláudia. “Uma incursão no lusotropicalismo de Gilberto Freyre”. **Blogue de História Lusófona**, Ano VI, setembro de 2011, p. 261-262. Esta mudança de atitude não estava alheia à conjuntura internacional, além disto, havia a necessidade do governo português afirmar a *unidade nacional* perante as pressões externas favoráveis a autodeterminação das colônias. CASTELO, 2011, p. 272.

⁶³⁵ CASTELO, 1999, p. 60-61; 96.

⁶³⁶ CABAÇO, 2009, p. 238-239; CASTELO, 1999, p. 97

O luso-tropicalismo é ideol[ogia] peq[ueno]-burguesa, na med[ida] em que pretende ignorar os conflitos de classe, idealista na med[ida] em que não assenta em nenhuma análise real das condições económicas de Angola e s/ conseqüentes e relacionadas superestruturas.⁶³⁷

Com finalidade pedagógica, Luandino pensa um personagem inspirado em Mário António, cujas características eram

o do peq[ueno] burguês atraído sinceramente para o marxismo mas que subsistindo nele os principais (de base) caracteres do espírito pequeno burguês vai falhar e continuar alienado, procurando tapar essa alienação com uma acção apenas baseada no gesto, na atitude, vazias de conteúdo dinâmico.⁶³⁸

Portanto, Luandino demarca sua prática, sua acção na resistência ao colonialismo, na denúncia da violência do cárcere. Por meio delas, ele rechaça o espectro do que ele não mais teme: o de ser um “mau nacionalista”.

4.2 Luanda, musseques e uma síntese para o nacional

Vimos como em seus cadernos de cárcere, Luandino expõe como o racismo e as clivagens sociais fomentadas pelo colonialismo português eram obstáculos a serem superados no processo de libertação nacional angolano. De igual maneira, o diário desnuda as fronteiras, não tanto pela exposição meticulosa das posições políticas, mas por uma visão das camadas sociais, raciais e étnicas no espaço prisional. Podemos depreender a imbricação entre a adesão político-social do autor engajado e o trabalho artístico que desenvolve. Para Abdala Junior, as prefigurações do imaginário político de cada autor “constituem articulações ‘comprometidas’ com o devir social [...] que deslocam formas de representação mais ‘fotográficas’ da realidade [...], impregnando-as das marcas (ideológicas) da subjetividade do sujeito.”⁶³⁹

A prisão passa a representar a nação angolana e a cidade de Luanda, cuja ficção de Luandino pinta como dividida pelo que Boaventura Santos denomina de “linha abissal”⁶⁴⁰, uma linha que divide raças, classes, recursos, condições de vida e futuros. Ou, como colocado por Frantz Fanon

⁶³⁷ VIEIRA, 2015, p. 358.

⁶³⁸ VIEIRA, 2015, p. 248.

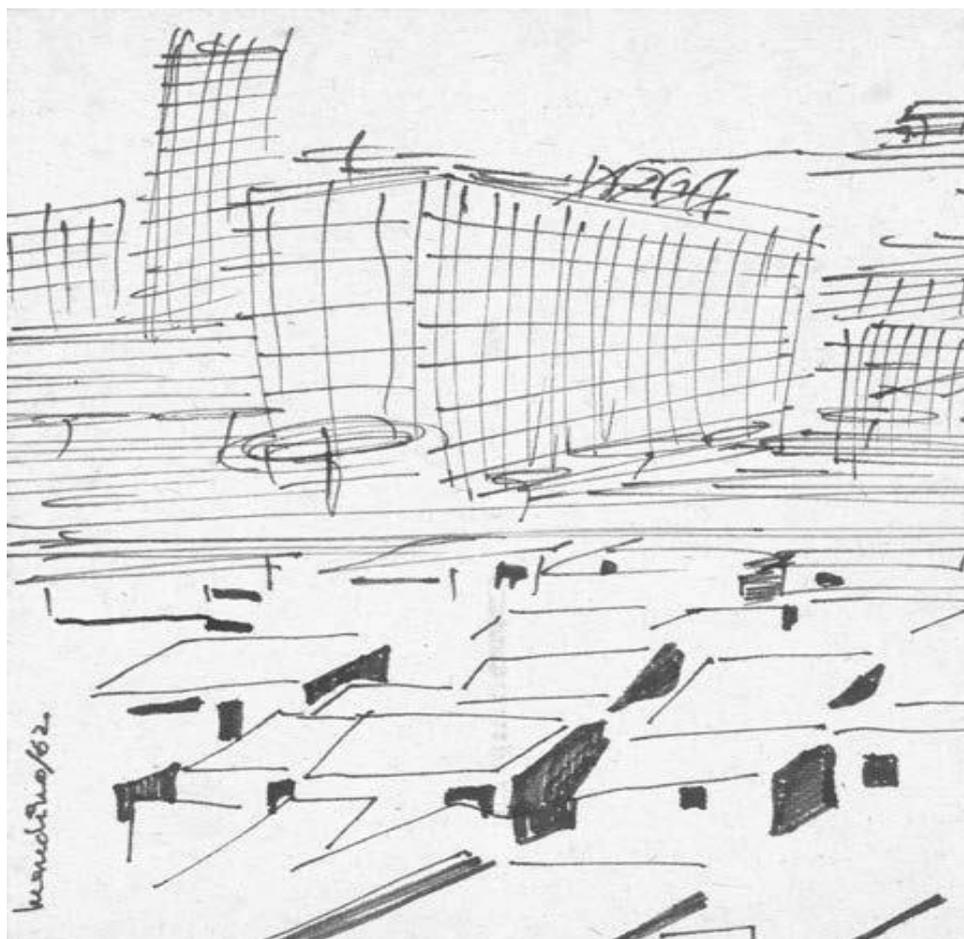
⁶³⁹ ABDALA JUNIOR, Benjamim. **Literatura**: história e política. São Paulo: Ática, 1989, p. 21

⁶⁴⁰ SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2013, p. 23.

A zona habitada pelos colonizados não é complementar da zona habitada pelos colonos. Estas duas zonas se opõem, mas não em função de uma unidade superior. Regidas por uma lógica puramente aristotélica, obedecem ao princípio da exclusão recíproca: não há conciliação possível, um dos termos é demais.⁶⁴¹

O primeiro desenho dos cadernos de Luandino dá um exemplo da sua percepção de Luanda como uma cidade dividida: uma linha que corta a paisagem de dois universos na cidade de Luanda, mostrando o desenho da cidade como espelho do político, do econômico, e da divisão racial. No desenho, uma linha física divide a cidade. Os altos prédios da Baixa, a cidade de cimento contrastando com as cubatas dos musseques. É lançado como imóvel no plano das representações que moldam os fluxos da cidade. As divisões espaciais de Luanda são alegorias de uma forma que recontam a história a partir da posição dos oprimidos.

Imagem 24 – Cidade de Luanda por Luandino Vieira, 1962



Fonte: VIEIRA, 2015, p. 45.

⁶⁴¹ FANON, 2006, p. 28.

Como dissemos no primeiro capítulo, os musseques abrigavam aqueles que, vindo interior de Angola, fugiam do trabalho contratado. Ou aqueles que buscavam em Luanda oportunidades que uma cidade daquele porte poderia oferecer, principalmente com o processo de industrialização alavancado no pós-Segunda Guerra Mundial.

Surpreendente notar que a industrialização formou e transformou os musseques caluandas⁶⁴² por se tornarem espaços de reserva de mão de obra, se proletarizam, e acabam por entrar nas novas relações de produção. Observa-se essa proletarização dos musseques através da criação do quarto Bairro Administrativo⁶⁴³ em 1964, que compreendia exatamente a zona industrial e os musseques em crescimento. É no 4º Bairro Administrativo, delimitado pelo leito da estrada de ferro⁶⁴⁴ (antes localizado na Cidade Alta, mas transferido para a área periférica), que se encontram os musseques Cazenga, Bairro Operário, Sambizanga, Lixeira, Mota e Marçal.

Luandino demonstra, a partir dos relatos de outros presos, o processo de surgimento de um musseque no 4º Bairro Administrativo, uma região densamente habitada, aglomerada de musseques.

Todos pertenciam ao Cuba(*) i.e. uma parte de musseque que se quer individualizar em musseque próprio (as casas lá são quase todas de pau-a-pique, com telhado de zinco e algumas de telha mesmo). Fica encravado entre a estrada daCuca, Sambizanga e Lixeira.⁶⁴⁵

No mapa abaixo, é possível localizar na parte inferior o Caminho de Ferro Malanje, que compõe os Caminhos de Ferro de Luanda, que tangencia o musseque Lixeira, que também aparece na parte inferior a direita do mapa. Na parte superior a

⁶⁴² Natural ou habitante de Luanda.

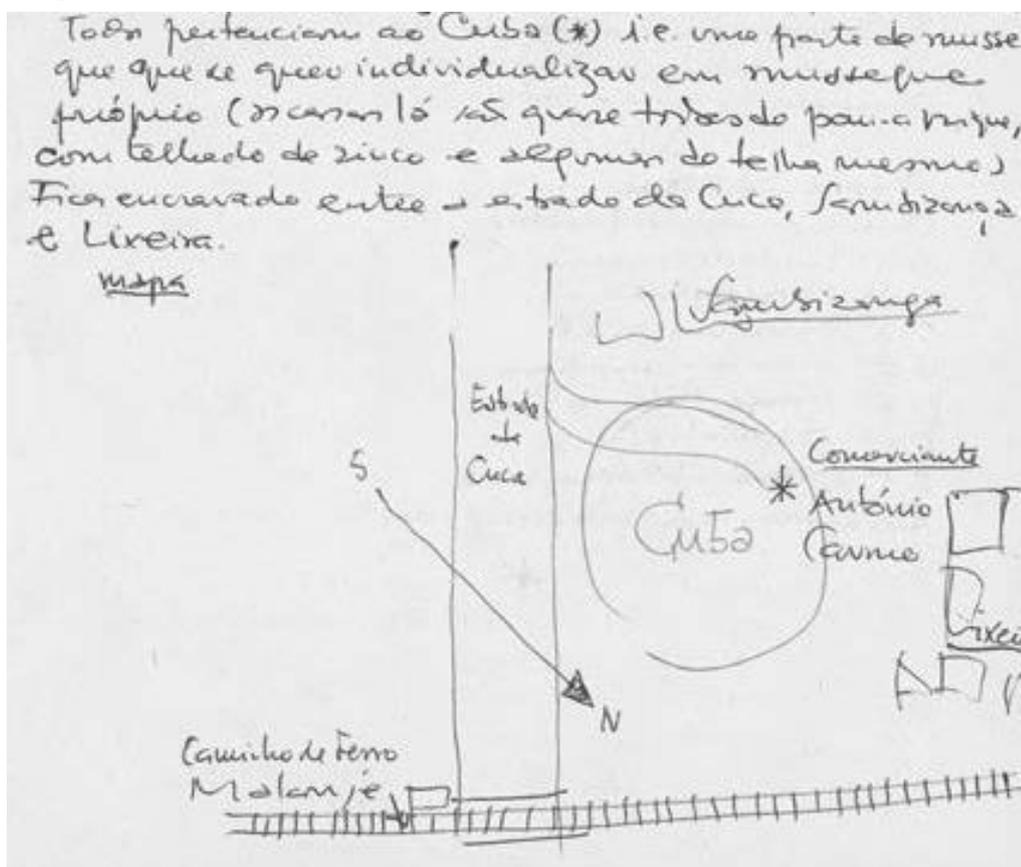
⁶⁴³ Em 23 de dezembro de 1959, através do Decreto 42.757, devido a dificuldades de administração dos grandes centros urbanos do Ultramar, alguns concelhos de maior desenvolvimento foram divididos em Bairros Administrativos. Pela portaria N° 13.489, de 14 de novembro de 1964, é criado o 4º bairro administrativo. Relatório da Inspeção ao 1º Bairro Administrativo do Concelho de Luanda pelo Inspector Duarte Carlos Pires Velloso. Inspeção dos Serviços Administrativos n° 331. 1969. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, AHU_MU_ISAU A2.49.005/56.00430. In: BOSSLET, 2014, p. 98.

⁶⁴⁴ O economista Mario Murteira chama a atenção para a função das estradas de ferro nas colônias portuguesas: “Como seria de se esperar numa economia colonial, as grandes infraestruturas de transporte destinavam-se a escoar os recursos em produtos primários para as rotas marítimas em direção aos mercados importadores, permitindo ao mesmo tempo o acesso ao litoral dos países e territórios interiores. As populações locais e indígenas, se não eram espectadores passivos desse processo de drenagem, serviam de elementos complementares desse mesmo processo”. MURTEIRA, Mario. “A Economia Colonial”. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHUR, Kirti (Org.) **História da Expansão Portuguesa**. 5 v. Navarra: Círculo de Leitores, 1999, p. 123 – 124.

⁶⁴⁵ VIEIRA, 2015, p. 466

direita o musseque Sambizanga. É nesse cenário que, devido à proximidade com a área industrial, a organização da população dos musseques em classes sociais fica mais visível, organização esta que não deixa de lado o fator racial.

Imagem 25 – “Musseque Cuba” por José Luandino Vieira, 04/03/64



Fonte: VIEIRA, 2015, p. 467.

O processo de surgimento de novos musseques estava interligado com o processo de expansão da cidade de cimento. Porque a cidade crescia sobre as áreas dos musseques mais antigos e, conseqüentemente, próximos do centro. Dessa maneira, desalojava os moradores para regiões mais afastadas, onde houvesse terrenos que pudessem construir suas casas. De acordo com Luandino, gerando confrontos e situação de vulnerabilidade.

Entretanto corridas dos musseques pelo avanço da cidade, as populações ocupam aquilo, a viúva tinha lá cubatas, todos os moradores c/ seu cartão de pagamento de renda. E o tal que se dizia dono do terreno consegue a colaboração da polícia, dum sub-chefe que vai lá com guardas para derrubar as casas – lutas, porradas, incêndios; a polícia colabora c/ os derrubadores; mas há uns polícias que não concordam; opõem-se. Voz de prisão, confusões.⁶⁴⁶

⁶⁴⁶ VIEIRA, 2015, p. 845.

No capítulo anterior, por meio do testemunho do prisioneiro comum Mangololo, “um produto já da 'cidade’”⁶⁴⁷ de Luanda, Luandino transportara-nos para o musseque por meio de histórias e relatos de incidentes ocorridos na periferia da cidade. Em 18 de janeiro de 1964, fomos conduzidos a uma jornada guiada pela repressão, medo e violência do colonialismo português em vários bairros de Luanda, como Bairro Santo, Bairro Operário, Rangel, Marçal, Sambizanga, Lixeira e Xamavo:

Rusga no Sambizanga. Cercam c/ soldados e metralhadoras pelo chão, passando Lixeira, Bairro Santo, cercam por Xamavo até Lixeira pela estrada da Cuca. Aí começam a bater às portas de madrugada. Quem sai logo mostra documentos e segue para o grupo, sentam no chão 2 a dois, documentos na mão, mãos em cima da cabeça. Aquele que refilar a + pequena coisa (por exemplo: – Quem é a esta hora? Estamos dormir! etc. etc.) é logo marcado a giz com uma cruz na cabeça e mandado para o grupo especial; este grupo nem perguntam pelos documentos, segue logo de jipe e caminhão para a Pide....⁶⁴⁸

Todavia, Luandino também vê nos musseques luandenses – mesmo com as marcas do confinamento colonial – um espaço em que seus moradores poderiam reivindicar do colonialismo suas identidades e a dignificante sensação de pertencer a algum lugar. O espaço pelo qual era preciso penhorar “o suor ou o sangue, se necessário fosse, para reivindicar do regime usurpador colonial a doméstica e dignificante sensação de pertencer a algum lugar”⁶⁴⁹ – o lugar da segurança ameaçada pelas investidas violentas das milícias do sistema colonial. Embora, como constata o narrador de *A vida verdadeira de Domingos Xavier*, “os tempos sombrios chicoteiem os musseques, sai sempre farrá em qualquer sítio, pretexto qualquer serve, a vida é sempre superior à morte.”⁶⁵⁰ Dessa maneira, Luandino relata os “tipos do musseque”: “farristas”, “suinguistas”, bem como os “batoteiros”, “rufias”⁶⁵¹, que ele vai encontrando nas prisões de Luanda.

Um apontamento curioso: venho de ver 2 rufias do musseque, passeando na prisão 3! Tal como se fosse nas ruas do B[airro] Operário, vestiram-se completamente, calçados, de chapéu de palha e óculos escuros. E são 9 horas da noite! Passeiam como se as garotas estivessem a ver, gingando c/ passes de baile e muitos gestos na conversa, como é típico!⁶⁵²

⁶⁴⁷ VIEIRA, 2015, p. 413.

⁶⁴⁸ VIEIRA, 2015, p. 428.

⁶⁴⁹ MENDONÇA, José Luís. Luanda: a oralitura telúrica do musseque. In: PEREIRA, Elsa; TOPA, Francisco (Coord.). *De Luanda a Luandino*: Veredas. Porto: Edições Afrontamento, 2015, pp. 93-99, p. 98.

⁶⁵⁰ VIEIRA, 1983, p. 80.

⁶⁵¹ Brigões.

⁶⁵² VIEIRA, 2015, p. 348.

O elogio do espaço luandense como epítome de Angola; Angola metonimizada por sua capital Luanda. No projeto político literário de Luandino vemos a promoção da angolanidade, a qual reivindica a legitimidade cultural angolana, o sentimento de pertencimento e responsabilidade na defesa do espaço e da liberdade de seu povo.

O conceito de angolanidade, aqui entendido na esteira de Alfredo Margarido como a “substância nacional angolana”, em contraponto à portugalidade⁶⁵³, surge pela primeira vez em 1959 em intervenção do citado pesquisador português. Posteriormente, o termo é retomado e o conceito aprofundado pelo ensaísta Mário Pinto de Andrade. No prefácio a *Poesia com Armas*, Pinto de Andrade define do seguinte modo o conceito sociológico de angolanidade:

a angolanidade requer enraizamento cultural e totalizante das comunidades humanas, abarca e ultrapassa os particularismos das regiões e das etnias, em direcção à nação. Ela opõe-se a todas as variantes de oportunismo (com as suas evidentes implicações políticas) que procuram estabelecer uma correspondência automática entre a dose de melanina e a dita autenticidade angolana. Ela é, pelo contrário, linguagem da historicidade dum povo.⁶⁵⁴

Nesta definição, Pinto de Andrade destaca a dimensão social e cultural da angolanidade, entendida como um fenómeno abrangente que não deve ser esvaziado do seu sentido histórico, ou seja, que se apresenta como o resultado de um diálogo intercultural construído a partir de cruzamentos de civilizações. A mesma posição é defendida por Manuel Jorge, para quem “a angolanidade [se constrói] com tudo aquilo que a História legou ao povo angolano: o substrato negro-africano e os elementos da cultura dominante que, ao longo dos séculos, penetraram até ao fundo do inconsciente popular.”⁶⁵⁵ Igual posicionamento conceitual é assumido por Kandjimbo, para quem

a angolanidade apresenta duas dimensões categoriais: — uma angolanidade pressuposto é a herança e a memória colectiva, “o vasto texto virtual e objetivo da tradição”; - uma angolanidade literária é a actualização criadora daquela dimensão observável na enunciação e interpretação dos textos. Por isso, reputo de grande utilidade o conceito de representação social que pode perfeitamente traduzir a função e os contornos da angolanidade literária. Esta dimensão surge como um processo de categorização e de identidade social, ou seja, de conhecer e sentir a pertença à cultura angolana. Com efeito, à angolanidade literária subjaz uma angolanidade-pressuposto que comporta uma experiência, um sistema de referências, uma memória colectiva, um

⁶⁵³ MARGARIDO, Alfredo. **Estudos sobre Literatura das Nações Africanas de Língua Portuguesa**. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980, p. 05.

⁶⁵⁴ ANDRARDE, Mário Pinto de. O canto armado do povo angolano. In: ANDRADE, Fernando da Costa. **Poesia com Armas**, Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1975, p. 16-17.

⁶⁵⁵ JORGE, Manuel. Nação, identidade e unidade nacional em Angola. Conceitos, preceitos e preconceitos do nacionalismo angolano. **Latitudes** – Cahiers Lusophones, nº 28, dez. 2008, p. 08.

sentido de passado ou história, sobre o qual assenta a estratégia dos escritores.⁶⁵⁶

Alfredo Margarido⁶⁵⁷ - em mensagem enviada a Carlos Ervedosa, o qual transcreve em uma carta destinada a Luandino – denotava o estabelecimento da angolanidade literária em Luandino Vieira. Reconhecendo sua qualidade como escritor.

20-XII-63
Carta de A. Margarido:

“...Estou de acordo consigo à menorização da prosa; se, por um lado, ela ganha em radicação local em angolanidade, ou, se não quisermos ser tão latos, em luandanidade, pelo outro perde em capacidade expressiva e os problemas são reduzidos por vezes a uma linearidade nem sempre tão funcional como o L. pretende. O que não há dúvida é que se confirma aquilo que sempre pensei: o L. é o grande prosador da vida de Luanda e estou a pressentir que não há de tardar o momento em que ele será capaz de agarrar a pele dos problemas para depois os dissecar em profundidade [...]”⁶⁵⁸

Como “grande prosador da vida de Luanda”, compartilhando as ponderações de Kandjimbo, podemos analisar a manifestação deste profundo sentimento de pertencimento à terra de Angola e da nutrição do ideal de independência e identidade nacional pós-colonização portuguesa: a obra de José Luandino Vieira.

Em Luandino encontramos múltiplas apreensões da angolanidade que imprimem uma dinâmica e uma estruturação muito peculiares, e que se apresentam como as realizações textuais de posições éticas, ideológicas, em suma políticas, do intelectual-escritor. Do lugar da escrita e do escritor na sociedade, Luandino afirmou: “o papel de um escritor em qualquer sociedade é ser, realmente, a consciência crítica dessa sociedade”⁶⁵⁹, sendo que é essa linha de conduta que tem norteado toda a sua produção.

Ao assumir esse papel intelectual de manter-se atento aos problemas da sociedade, sobretudo aos das camadas sociais mais desprotegidas, Luandino Vieira explica a relevância, nos seus escritos, de que são dotados os marginalizados e o local que os abriga. Para Luandino, conforme nota Abdala Júnior⁶⁶⁰, é neste lugar, e não nas vozes oficiais, que se localizam as vozes angolanas. Além disso, o escritor

⁶⁵⁶KANDJIMBO, Luís. **Apologia de Kalitangi: ensaio e crítica**. 1997. Disponível em: <<http://www.nexus.ao/kandjimbo/kalitangi/angolanidade.html>>. Acesso em: 20 set. 2020.

⁶⁵⁷ Alfredo Margarido (1928-2010) ensaísta, ficcionista e poeta português.

⁶⁵⁸ VIEIRA, 2015, p. 388.

⁶⁵⁹ LABAN, Michel. **Angola – Encontros com escritores**. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, 1991, p. 411

⁶⁶⁰ ABALA JUNIOR, 1989, p. 21-25.

percebe que falar do musseque, ou deixar o musseque falar, exigiria que lançasse mão de outra língua, já que a imposta pelo colonizador, por si só, não expressaria o modo de ser daquela realidade. Surge, então, uma escrita literária cujo léxico está povoado de expressões provenientes das línguas nacionais e onde os encontros e as interferências no plano sintático, as elipses, as repetições e as alterações na regência redimensionam a língua portuguesa. A importância dessa relação das línguas é descrita nos primeiros apontamentos do seu diário. Luandino narra um encontro de um preso do Zaire⁶⁶¹ que falava quicongo⁶⁶² e a convivência com presos que falavam quimbundo. Encontro de línguas nacionais, já que o quicongo também é uma língua falada em Angola, e o reconhecimento de uma fraternidade, sugerindo com ela uma igualdade a partir dessa similitude.

Estava cá fora um rapaz do Zaire que fala só o kikongo e eles foram divertindo-se enganando-o com palavras de quimbundo e gozando, trocando o significado. Exemplo: 'nja (pénis) diziam que era comida e bem assim outros palavrões. Sundu (sexo de mulher) diziam-lhe que era panela da sopa. O rapaz ria e não percebia mas depois continuaram a conversar e às tantas já estavam sérios e só se ouvia o Gregório dizer, às palavras que ele lhe ia dizendo:

- É como nós!...É como nós!

Quer dizer: pouco a pouco foi aparecendo a raiz comum do kikongo e kimbundo e estavam identificando-se...⁶⁶³

O hibridismo era uma característica fundamental para a construção de uma identidade nacional angolana, porque estava no cerne da manifestação da angolanidade. E elaborar um projeto capaz de acenar com um futuro diferente para os angolanos passava pela língua. E, em uma sociedade com diversas línguas oficiais, o Português surge como instrumento de unificação linguística. Sendo aquilo que era uma das armas do dominador fora transformado em forma de resistência. Por meio do contato com os presos de delito comum, cuja maioria eram residentes dos musseques, Luandino os toma como objeto de sua observação.

Recolhidas e escritas pelo preso “delinquente habitual” Amaral, conhecido por Ambas, um caso típico de total integração de dois falares, mais todo o calão e lingüarejar do musseque, criador de expressões próprias etc. etc. vou juntando as cantigas do folclore de Luanda que ele vai me dando e que eu

⁶⁶¹ República Democrática do Congo.

⁶⁶² Ressalta-se que quicongo é a língua dos bacongos, o terceiro maior grupo etnolinguístico de Angola, segundo dados de 1960. Os outros dois são: os ovimbundos, que falam umbundo, e são numericamente a etnia mais importante em Angola; e os ambundos, falantes de quimbundo, mais circunscritos no noroeste angolano, onde está incluída a província de Luanda. Os bacongos viviam mais ao norte de Angola, fazendo fronteira com a República Democrática do Congo.

⁶⁶³ VIEIRA, 2015, p. 44.

pago c/ cigarros!⁶⁶⁴

Benedict Anderson assinala a capacidade que a língua tem de gerar comunidades imaginadas⁶⁶⁵, estabelecendo de fato solidariedades particulares:

O que os olhos são para o amante – aqueles comuns especiais com que ele, ou ela, nasceu – a língua é para o patriota – qualquer que seja a língua que a história tenha feito sua língua materna. Por meio da língua, que se encontra no colo da mãe e se abandona apenas no túmulo, reconstituem-se os passados, imaginam-se solidariedades, sonham-se futuros.⁶⁶⁶

Pela perspectiva do hibridismo cultural, Stuart Hall – dialogando com Homi Bhabha – pensa-o como um processo marcado por ambivalência e antagonismos resultantes da “negociação” cultural. Negociações essas que têm como cenário, relações assimétricas de poder e os atores envolvidos, encontram-se em posições de legitimidade distintas⁶⁶⁷. Hall evidencia que o hibridismo não tem a ver com a composição racial mista da população, trata-se de um processo de tradução cultural “agonístico” uma vez que nunca se completa, mas se estabelece pela sua “indecibilidade”.

Não é simplesmente apropriação ou adaptação; é um processo através do qual se demanda das culturas uma revisão de seus próprios sistemas de referência, normas e valores, pelo distanciamento de suas regras habituais ou “inerentes” de transformação. Ambivalência e antagonismo acompanham cada ato de tradução cultural, pois o negociar com a “diferença do outro” revela uma insuficiência radical de nossos próprios sistemas de significado e significação.⁶⁶⁸

Para Hall, o hibridismo não é, portanto, um processo que traz ao sujeito a sensação de completude ao dialogar com outras culturas, pelo contrário, seria o momento onde o sujeito percebe que sua identidade está sempre sendo reformulada, ressignificada e reconstruída, num jogo constante de assimilação e diferenciação para com o “outro”, permanecendo sua indecisão sobre qual matriz cultural o mais representa.

⁶⁶⁴ VIEIRA, 2015, p. 414.

⁶⁶⁵ Benedict Anderson entende que a nação não é um dado estanque e atemporal, mas sim um produto cultural que tem origens históricas específicas que, por apelar para uma legitimidade emocional, acabam parecendo formações espontâneas e soberanas. Para ele, a nação é uma comunidade imaginada porque garante sentidos de comunhão e pertencimento a um grupo que, mesmo sem se conhecer, partilha dos mesmos códigos de identificação. Portanto, as diferenças entre as nações habitam nas diferentes maneiras pelas quais elas são imaginadas. ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

⁶⁶⁶ ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989, p. 168.

⁶⁶⁷ HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003, p.74.

⁶⁶⁸ BHABHA, 1997 *apud* HALL, 2003, p. 75.

Em Homi Bhabha, o hibridismo não resolverá a disputa e a tensão resultante desse processo entre duas culturas, assim como não será o elemento que sintetizará a junção entre duas matrizes culturais distintas, tendo por referência um processo de adaptação e ressignificação cultural. O hibridismo, na verdade, será o processo resultante do choque, da disputa cultural⁶⁶⁹.

Fundamentando seus estudos no embate entre colonizadores e colonizados, Bhabha diz que o hibridismo funciona como uma ameaça à autoridade colonial. Resulta da contestação do discurso hegemônico dominante no qual a autoridade do colonizador é subvertida através da ironia do colonizado, que exige que suas diferenças culturais sejam observadas, produzindo assim, um discurso híbrido⁶⁷⁰.

A criação de um espaço cultural híbrido é introduzida pelo deslocamento da diversidade cultural para a diferença cultural. Ao trabalharmos no campo da diferença – e não da diversidade cultural – poderemos historicizar a questão do sujeito

porque a diversidade implica um objeto epistemológico - a cultura como objeto de conhecimento empírico - enquanto que a diferença cultural é o processo de enunciação da cultura, um processo de significação através do qual afirmações da cultura ou sobre a cultura diferenciam, discriminam e autorizam a produção de campos de força, referência, aplicabilidade, capacidade. Enfim, a diferenciação entre os campos acima referidos pretende abrir caminhos para pensarmos a cultura, nacional/ internacional, na inscrição e articulação do hibridismo e não no exotismo do multiculturalismo ou na diversidade de culturas.⁶⁷¹

Ao falarmos das diferenças, podemos dizer que as identidades são construídas por meio delas e não fora das diferenças. Luandino Vieira começa a erigir uma ideia de identidade nacional ao entrar em contato com o diferente nas cadeias de Luanda e no campo de concentração do Tarrafal. Ou seja, a construção identitária implica o “reconhecimento radicalmente perturbador” de que ela é concebida por meio da relação com o “Outro”. Hall dirá que as identidades podem funcionar, ao longo de toda a sua história, “como pontos de identificação e apego apenas por causa da sua capacidade para excluir, para deixar de fora, para transformar o diferente em “exterior”, em abjeto”. Toda identidade tem, à sua “margem”, “um excesso, algo a mais”.

⁶⁶⁹ BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2010.

⁶⁷⁰ BHABHA, 2010, p. 182.

⁶⁷¹ SCHÄFFER, Margareth. “Entre-lugares” da cultura: diversidade ou diferença? **Educação & Realidade**. Porto Alegre: 24 (1), jan./jun. 1999, p. 166.

Nessa premissa de uma angolanidade que é expressa por uma hibridização cultural, Luandino demarca nos diários esse tangeciamento com “o outro”. De maneira a demonstrar as ressignificações identitárias. Por exemplo, Ęvu é um prisioneiro branco, português,

[...] já cheio de sotaque pretoguês, mas que se nota ter vindo há pouco de Portugal. Parece que se chama Cancela. Chamo-lhe “Ęvu” porque quando o ouvi falar quimbundo (e fala já com certa facilidade) metia constantemente essa palavra (que quer dizer Ouves? Percebes[?]) e me fez comentar: aprendeu o quimbundo no escuro, com patrícias na cama, pois não diz “olha”, mas sim “ouve”. [...] E ali ficam no quimbundo misturado c/ português.⁶⁷²

Embora migrado de Portugal recentemente, ele já apresenta em sua fala a influência do quimbundo falado nos bairros da periferia, o que caracterizaria o sotaque “pretoguês”. A “mistura do quimbundo c/ o português” é uma síntese desse hibridismo. Principalmente quando as línguas africanas não eram incentivadas; até vetadas como era o caso dos soldados negros proibidos de falar quimbundo. As camadas médias letradas, de acordo Silvio Carvalho, evitavam o “português do musseque” ou o “pretoguês”, “mofando-se do sotaque da “negrada”, que maculava a língua lusitana.”⁶⁷³ A regionalização linguística de angolanizar o português, uma espécie de subversão, representava a construção da nacionalidade.

A formação da identidade apresenta-se, pois, como um exercício de afirmação da diferença, que não precisa resultar em manifestações antagônicas. Ao compartilharem fenômeno em comum, seja a repressão, a violência, a privação da liberdade, o desejo da libertação nacional vemos urdidadas solidariedades cuja urgência traduz-se na vivificação de traços de identificação grupal.

A amizade destes 3 moços em menos de 5 meses de convívio, dão-me a certeza daquilo que sabia. É a confirmação, na prática, da ideia de solidariedade mundial dos povos de todas as raças, desde quenão haja laços de sujeição entre eles e se baseiem na cooperação livremente aceite. Foi uma grande lição para mim este quase um ano aqui na cadeia, com os presos de delito comum.⁶⁷⁴

Outro aspecto importante de Luanda, retratada nos cadernos, diz respeito à geografia e ao espaço humanos, enunciados em outras línguas e por meio de outros saberes e poéticas. Na prisão, vimos que Luandino recolheu exemplos do falar dos

⁶⁷² VIEIRA, 2015, p. 428.

⁶⁷³ CARVALHO FILHO, 2016, p. 228.

⁶⁷⁴ VIEIRA, 2015, p. 536.

musseques manifestados nas canções tradicionais populares de Luanda, e interpretou-os como atos políticos que garantiam a continuidade, por “perpetuar uma época da vida da comunidade”.⁶⁷⁵ Uma canção composta no Bairro Santo (musseque de Santos Rosa), que narra o assassinato de quatro assimilados por tropas portuguesas na sequência de uma falsa acusação do “famoso bufo, mulato, terror dos musseques”⁶⁷⁶, transmite ao mesmo tempo um acontecimento particular na vida do musseque e o seu lugar num contexto histórico. A música revela fronteiras como espaços de relacionamento. Luandino, refere-se à canção como integrada “na realidade sócio-cultural dos musseques”, mais uma vez surpreendendo-se com o hibridismo vernacular de um português “aquimbundado”. Luandino demonstra como aquela “linha abissal” era porosa devido à grande complexidade dos humanos que viviam dos dois lados dela. Ou seja, Luanda pode ter sido um conjunto de lugares desconexos, fragmentados e isolados vistos por meio de uma ótica colonial (musseques e cidade), mas também foi inevitavelmente uma rede resultante de movimentos de trabalho, dependência e proximidade, nos quais as trocas entre os dois lados da linha eram frequentemente desiguais, mas ocorriam mesmo assim.

Pensar o local em uma estrutura mais ampla de dependência relacional é útil para entender o contexto de Luandino. Isso porque, tendo por base teoria de Walther Rossa sobre os discursos das cidades, as diferenças que a cidade possui não devem ser pensadas como uma linha de fratura, mas sim como uma relação que resulta da interconexão e interdependência dos espaços. Portanto, a assimilação de formas culturais dominantes nem sempre deve ser vista como um processo unilateral e definidor. É sempre inerentemente relacional. Do ponto de vista dos estudos urbanos, o conhecimento da cidade torna impossível separar a vida dos habitantes de uma cidade da própria cidade.⁶⁷⁷

Para além do seu valor como testemunho das relações sociais de Luanda, os diários ajudam-nos a perceber como evoluiu o projeto literário de Luandino. Pelas experiências vividas, Luandino escolheu Luanda e, em particular, o musseque como cenário para a sua obra literária e política. Os musseques, com seus trabalhadores,

⁶⁷⁵Lembrando que as canções recolhidas para o projeto Cancioneiro Popular Angolano foram predominantemente compartilhadas com Luandino por Amaral e Adrualdo dos Reis, dois reclusos de Luanda, encarcerados como criminosos comuns. VIEIRA, 2015, p. 465.

⁶⁷⁶VIEIRA, 2015, p. 465.

⁶⁷⁷ROSSA, Walter. Urbanismo ou o Discurso da Cidade. In: RIBEIRO, Margarida Calafate; ROSSA, Walther (Org.). **Patrimónios de Influência Portuguesa**: Modos de Olhar. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2015, p. 477.

línguas e culturas, afirmam a nação angolana dentro do espaço da cidade e demarcam o campo de batalha da cidade. Uma percepção compartilhada por Amadeu Amorim⁶⁷⁸ em seus comentários a respeito de *Luuanda*: “estilo “nosso”. Há lá um bocado de nós próprios. Aqueles problemas existem. Não sendo verdade são histórias verdadeiras.”⁶⁷⁹

Em outra carta enviada por meio do Carlos Ervedosa a Luandino, referindo-se ao livro *Vidas Novas*, que como dissemos foi escrito em 1962 no PPPIDE, Alfredo Margarido declara-o “o caso mais singular de ficcionista totalmente luandense, aquele onde é possível surpreender os movimentos de uma cidade ainda em gestação.”⁶⁸⁰ Margarido elogia a capacidade de *Vidas Novas* de superar:

o mundo da infância (ou seja o que ainda existia de saudade do paraíso perdido, do wonderland) para se integrar numa zona mais próxima da totalidade dos problemas do mundo periférico luandense. [...] pela 1.^a vez na história parca da literatura angolana, se transfere deliberadamente para o musseque, abandonando a zona branca, que foi (repare neste pretérito) a única onde era possível afirmar alguma coisa.⁶⁸¹

Em *Vidas Novas*, Luandino apresenta o musseque como espaço político de inscrição literária e a prisão como uma de suas personagens mais marcantes e constantes. O conto *O Exemplo de Job Hamukuaja*, dedicado a Godfrey Nangonja, companheiro do PPPIDE, é uma tradução ficcional desse sentimento e retrata a interação entre o individual e o coletivo. Os movimentos dos prisioneiros, suas vidas, línguas, geografias, rituais e esperanças, seus gritos e corpos feridos tornam-se evidências de força mediante um espírito coletivo: “Podem-nos matar, não faz mal, companheiro. Somos milhões na nossa terra! Nossa luta é justa!”⁶⁸²

⁶⁷⁸ Amadeu Amorim (1937), natural de Luanda e fundador do grupo musical *N'gola Ritmos*, músico e nacionalista, foi um dos presos políticos do *Processo dos 50*, estando inclusive encarcerado no C.T.C.B.

⁶⁷⁹ VIEIRA, 2015, p. 586.

⁶⁸⁰ VIEIRA, 2015, p. 379.

⁶⁸¹ VIEIRA, 2015, p. 379.

⁶⁸² VIEIRA, 1985, p. 146.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

E o diário acaba aqui. Continuá-lo-ei. Não sei. Parece-me que tomarei daqui em diante só nota do que for material literário. E me vou deixar de intimidades. Quando chegará? Como virá? Tremo.⁶⁸³

No dia 06 de julho de 1971, José Luandino Vieira encerra o seu diário de cárcere com as palavras acima. As “intimidades” que ele deixara nesses nove anos de escrita particular revelam como o encarceramento foi um período muito candente, de força comunitária, de esforço intelectual, em que os registros demarcam a resistência e denúncia daquilo que vivido no cárcere durante o processo de luta pela emancipação angolana.

A partir de sua subjetividade, os cadernos apresentados ao leitor mostram o registro da experiência do cárcere durante o colonialismo português. Manifestam-se suas angústias e incertezas, mas também as ansiedades, as dores e as aflições coletivas.

A impossibilidade de uma dissociação entre projeto político e literatura expressa-se na percepção das diferentes geografias da nação angolana que, encarceradas, convergiam nas línguas, nas narrativas, nas canções, nas culturas populares, nas diferentes ordens e entendimentos de justiça e valores que conduziram a reflexão do autor sobre a densidade do projeto político e do seu potencial literário.

Os diversos tipos sociais que inspiraram personagens, a percepção dos diferentes registros da língua portuguesa, a representação de outros valores que são de conhecimento nos seus futuros livros veio da observação deste inesperado “laboratório possível” que fora a prisão, que, como o colonialismo português, aprisionava a nação angolana.⁶⁸⁴

Os diários de Luandino Vieira são um exemplo significativo da escrita do cárcere como instrumento de luta pela liberdade no século XX. Converte-se com os escritos de outros ao assumir uma posição anti-hegemônica para a análise de um determinado tempo e de um determinado espaço. Como Antonio Gramsci nos lembra, qualquer tempo e lugar são constituídos por vontades heterogêneas, unidas por suas

⁶⁸³ VIEIRA, 2015, 980.

⁶⁸⁴ RIBEIRO; VECCHI, 2015, p. 29.

circunstâncias e por suas aspirações de futuro. Segundo ele, trazem à tona novas formas de conceber o ser humano no mundo.⁶⁸⁵

Em seu exercício de intelectualidade, vimos o que Said considera ser de fundamental importância: aquilo que o intelectual deseja transmitir esteja sedimentado em ideais de igualdade, justiça e liberdade. Nesse sentido, um intelectual agindo

... com base em princípios universais: que todos os seres humanos têm direito de contar com padrões de comportamento decentes quanto à liberdade e à justiça da parte dos poderes ou nações do mundo, e que as violações deliberadas ou inadvertidas desses padrões têm de ser corajosamente denunciadas e combatidas.⁶⁸⁶

Concordamos com Said a respeito do ponto de vista dos ideais que o intelectual deve defender, acreditando em sua importância e representatividade histórica. Ademais, pensamos que sua intervenção na sociedade se faz mais necessária do que nunca.

Seus cadernos de cárcere traçam uma topografia das prisões de Luanda, destacando as linhas de batalha ideológica entre o regime colonial e os movimentos de independência. É testemunha do agravamento do conflito e afirma as prisões como viveiros da angolanidade e da luta pela liberdade. Pela sua vasta gama de materiais e reflexões, a escrita íntima retrata Luanda como um espaço de conflito, um testemunho da opressão colonial portuguesa, mas também de relações, evidenciando a fragilidade de qualquer análise crítica que incida apenas nas fraturas da cidade, divisões e isolamento. Luanda é, como mostra Luandino, um espaço de fluxos, com movimentos através das suas fronteiras e diferentes óticas através das quais os seus conflitos podem ser lidos.

Por meio da escrita de Luandino, podemos depreender como o medo, bem como a própria prisão, limitou a vida das pessoas, dentro e fora dos muros da prisão. Ao analisarmos os diários, percebe-se como a prisão foi fundamental para sua ficção, não apenas no sentido de refinar seus ideais e ideologia, mas também como um lugar onde circulavam inspirações para seus personagens e capturavam atmosferas. As prisões eram intrínsecas ao movimento de libertação. Escrever foi um ato de responsabilidade e compromisso com a luta contra a violência, a repressão, a exploração e a alienação.

⁶⁸⁵GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

⁶⁸⁶ SAID, 2005, p. 26.

Afirmarmos que os cadernos testemunham a experiência do confinamento, da solidão e da tortura. Todavia, o encarceramento, ao contrário dos propósitos de sua dura sentença, fortaleceu a consciência nacional angolana, subvertendo o poder colonial português. As prisões coloniais foram espaços de contato e sociabilidade entre presos de toda a Angola, espaços onde a futura nação se podia sentir e imaginar. O senso de nacionalidade de Luandino e a fé na luta anticolonial foram fortalecidos lá. Esses anos de prisão deram-lhe a oportunidade de observar seus companheiros, de ouvir suas histórias, de se familiarizar com suas crenças, costumes e línguas e a partir daí desenvolver uma literatura que era intrinsecamente um projeto de libertação nacional.

Referindo-se à importância da linguagem como produto e reflexão de um determinado momento, Luandino Vieira expõe por meio dos seus escritos do cárcere uma nova concepção de mundo que luta pela liberdade em Angola e, de um modo mais geral, em África. Assim, registra-se a luta pela cidade, pela nação e pela humanidade em geral. Se nos obrigarmos, no final dessa jornada, dar uma resposta à pergunta inicial: “Que se pode fazer com palavras?” Não responderíamos muito ou pouco; mas sim, toda a diferença.

REFERÊNCIAS

Abaixo-assinado de escritores e poetas britânicos contra a extinção da Sociedade Portuguesa de Escritores, 1965. Fundação Mário Soares / Arquivo Mário Pinto de Andrade. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_84378> Acesso em: 02.mar.2021

ABDALA JUNIOR, Benjamim. **Literatura: história e política**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. (org). **Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo & outras misturas**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. Panorama Histórico da literatura angolana. In: CHAVES, Rita & MACÊDO, Tania (orgs.) **Marcas da diferença: as literaturas africanas de língua portuguesa**. São Paulo: Alameda, 2006. p. 211-216.

_____ & SILVA, Rejane Vecchia Rocha e. **Literatura e Memória política: Angola, Brasil, Moçambique e Portugal**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2015.

ABRANCHES, Henrique. **Reflexões sobre cultura nacional**. Lisboa: Edições 70, 1980.

AMARAL, Ilídio. **Luanda: estudo de geografia urbana**. Lisboa: Memórias de Junta de Investigação do Ultramar, n.º 53, 1968.

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Costa. L' "angolanite" de Agostinho Neto et Antonio Jacinto **Présence Africaine**, n. 42, p. 76-91, 1962.

ANDRADE, Fernando da Costa. Literatura Angolana: uma visão sócio-histórica. In: _____. **Literatura Angolana: opiniões**. Lisboa: Edições Setenta, 1980. p. 43-60.

ANDRADE, Mário Pinto de. O canto armado do povo angolano. In: ANDRADE, Fernando da Costa. **Poesia com Armas**, Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1975. p. 01-18.

_____. **Origens do Nacionalismo Africano: Continuidade e ruptura nos Movimentos Unitários emergentes da Luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911-1961 (Caminhos da memória)**. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

ANTÓNIO. Mário. **A descolonização portuguesa: aproximação ao seu estudo**. Lisboa: Instituto democracia e liberdade, 1982.

ARENDT, Hanna. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico**: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010

_____. **Memoria y autobiografia**: exploraciones en los limites. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2013.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

Atribuídos os prémios literários da Sociedade dos Escritores” - Diário de Notícias, 20 de maio de 1965, Fundação Mário Soares / Arquivo Mário Pinto de Andrade, Disponível em: <<http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10400.005.035>> Acesso em: 02.mar.2021.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998

BAMISILE, Sunday Adetunji. **O engajamento sócio-político das literaturas (s) africana (s) através de José Luandino Vieira e Chinua Achebe em Luanda e Anthills of the Savannah**. 2006. 439 f. Tese (Doutorado em Literatura Comparada). Departamento de Literatura Comparada da Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. Lisboa, 2006.

BARTHES, Roland *et al.* **Escrever... Para quê? Para quem?** Lisboa: Edições Setenta, 1975.

BENDER, Gerald J. **Angola sob o domínio português – mito e realidade**. Luanda: Editorial Nzila – Coleção Ensaio 21, 2004

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**: Ensaios sobre Literatura e História da Cultura. Obras Escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 2012

BEZERRA, Antony C. **Linguagem e luta em Vidas Novas, de J. Luandino Vieira**. Disponível em: <alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/zips/bezerra08.rtf>. Acesso em: 15. jun. 2007.

BITTENCOURT, Marcelo. **As linhas que formam o EME**: um estudo sobre a criação do Movimento Popular de Libertação de Angola. 1996. 286 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia e Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo São Paulo, 1996.

_____. A História Contemporânea de Angola: seus achados e suas armadilhas. **II Seminário Internacional sobre a História de Angola, 1997, Luanda**. Construindo o passado angolano: as fontes e a sua interpretação. Luanda: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

_____. **Dos jornais às armas**. Trajectórias da contestação Angolana. Lisboa: Vega, 1999.

_____. **“Estamos Juntos”**: o MPLA e a luta anticolonial (1961-1974). 2002. 742 f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

_____. Jogando no campo do inimigo: futebol e luta política em Angola. In: MELO, Victor Andrade de; BITTENCOURT, Marcelo e NASCIMENTO, Augusto (org.). **Mais do que um jogo**: o esporte e o continente africano. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. p. 06-48.

_____. “Moral e política: a vigilância colonial sobre o esporte angolano”. In: NASCIMENTO, Augusto; BITTENCOURT, Marcelo; DOMINGOS, Nunes; MELO, Victor Andrade de (orgs.). **Esporte e lazer na África**: novos olhares. Rio de Janeiro: 7 letas, 2013. P. 179-203.

_____. BITTENCOURT, Marcelo. O futebol nos musseques e nas empresas de Luanda (1950-1960). **Análise Social**, 2017, 225, v. 52 (4.º), p. 874-893. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/n225a08.pdf>> Acesso em: 20.nov.2020.

BLAS, Verónica Sierra. **Cartas presas. La correspondencia carcelaria em la Guerra Civil y el Franquismo**. Madrid: Marcial Pons História, 2016.

BOSI, Alfredo. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOSSLET, Juliana Cordeiro de Farias. **A cidade e a guerra**: relações de poder e subversão em São Paulo de Assunção de Luanda. 2014. 237 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BUESCU. Helena Carvalhão. **Em busca do autor perdido**. Lisboa: Edições Cosmos, 1998.

BUNTMAN, Fran Lisa. **Robben Island and Prisoner Resistance to Apartheid**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CABAÇO, José Luís. **Moçambique**: Identidade, colonialismo e libertação. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CABRAL, Amílcar. A cultura nacional. In: ANDRADE, Mário de. (Coord.). **A arma da teoria**: Unidade e Luta I. Comitê Executivo da Luta do PAIGC, Seara Nova, 1978.

CAMPOS, Maria do Carmo Sepúlveda. **Estórias de angola**: fios de aprendizagem em malhas de ficção. Niterói: EdUFF, 2002.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000. 2 v.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Narrativa, sentido, história**. Campinas: Papyrus, 1997

CARVALHO FILHO, Silvio de Almeida. **Angola: Nação e Literatura (1975-1985)**. 1994. 688 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.

_____. **Angola: história, nação e literatura (1945-1985)**. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

_____; NASCIMENTO, Washington Santos (Org.). **Intelectuais das Áfricas**. Campinas (SP): Pontes Editores, 2018.

CASTELO, Cláudia. **O modo português de estar no mundo: o lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)**. Edições Afrontamento, 1999.

_____. **Passagens para África. O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)**. Lisboa: Afrontamento, 2007.

_____. Migração ultramarina: contradições e constrangimentos. **Ler História**: Lisboa, 56, 2009. p. 69-82.

_____. “Uma incursão no lusotropicalismo de Gilberto Freyre”. **Blogue de História Lusófona**, Ano VI, p. 261-280, set. 2011.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Algés: Difel, 1992.

_____. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

_____. **À Beira da Falésia: A História entre certezas e inquietudes**. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 2002.

_____. **A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CHAVES, Rita. **A formação do Romance Angolano**. Entre intenções e gestos. São Paulo: Coleção Via Atlântica, 1999.

_____; MACÊDO, Tânia. Caminhos da ficção da África portuguesa. **Biblioteca entre livros**, São Paulo, n.6, p.44-51, 2007.

_____; KACZOROWSKI, Jacqueline. Pela voz de Luandino Vieira. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 19, n. 37, p. 177-198, 2015.

Complexo Prisional do Campo de Concentração de Tarrafal. Disponível em: <<http://ardinadarede.blogspot.com/2018/01/tarrafal-verdades-e-mentiras-do-campo.html>> Acesso em: 08.fev.2022.

Cópia da carta dirigida pela mulher de Luandino Vieira aos Directores dos Jornais. 20 de maio de 1965. Fundação Mário Soares / Arquivo Mário Pinto de Andrade. Disponível em: <

<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04544.039#!2>> Acesso em: 02.mar.2021

COSME, Leonel. **Cultura e revolução em Angola**. Porto: Edições Afrontamento, 1978.

CRUZ, Elizabeth Ceita Vera. **O Estatuto do Indigenato – Angola**: A Legalização da Discriminação na Colonização Portuguesa. Luanda: Edições Chá de Caxinde, 2005.

DÁVILA, Jerry. **Hotel Trópico**: Brazil and the challenge of African decolonization, 1950 – 1980. Durham/London: Duke University Press, 2010.

DIAS, Jill. Uma questão de identidade: respostas intelectuais às transformações econômicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930. **Revista Internacional de Estudos Africanos**. Lisboa, n.º 1, jan./jul. 1984.

Entrada principal do Campo de Concentração do Tarrafal. Disponível em: <<https://ocastendo.blogs.sapo.pt/campo-de-concentracao-do-tarrafal-2169870>> Acesso em: 08.fev.2022.

Equipa de futebol da CEI, 1960. Fundação Mário Soares / Associação Casa dos Estudantes do Império, Disponível em: <<http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=11130.014.001>> Acesso em: 07 mar.2022

ERVEDOSA, Carlos. **Roteiro da Literatura Angolana**. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 1985.

_____. Cartas do Tarrafal. In: LABAN, Michel et al. **Luandino**. José Luandino Vieira (Estudos, Testemunhos, Entrevistas). Lisboa: Edições 70, [1980].

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

_____. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

FERREIRA, Carla Maria Lopes. **A conquista da cidade na narrativa de Luandino Vieira** (A cidade e a infância e Vidas Novas). 2004. 472 f. Tese (Doutorado em Literatura). Departamento de Literaturas Românicas da Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2004.

FERREIRA, Manuel. A libertação do espaço agredido através da linguagem (prefácio). In: VIEIRA, José Luandino. **A cidade e a Infância**. Luanda: União dos escritores Angolanos, 1985. p. 8-47.

_____. **Literaturas africanas de expressão portuguesa**. São Paulo: Ática, 1987.

FONSECA, Isadora de Ataíde. **A imprensa e o Império na África portuguesa, 1842-1974**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Lisboa. Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, 2014, 319 f.

FONSECA, Maria Nazareth Soares; MOREIRA, Terezinha Taborda. **Panorama das literaturas africanas de língua portuguesa**, s/d. Disponível em: <http://www4.pucminas.br/imagedb/mestrado_doutorado/publicacoes/PUA_ARQ_ARQUI20121019162329.pdf>. Acesso em: 28.jul.2020.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2009.

FRANCO, Paulo. I Encontro de Escritores de Angola. In: FERREIRA, Carla Maria Lopes. **A conquista da cidade na narrativa de Luandino Vieira** (A cidade e a infância e Vidas Novas). 2004. 472 f. Tese (Doutorado em Literatura). Departamento de Literaturas Românicas da Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2004.

FREUDENTHAL, Aida. A Baixa do Cassanje: algodão e revolta. **Revista Internacional de Estudos Africanos**, nº18-22, p. 245 – 283, 1995-1999.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GÓMEZ, Antonio Castillo; BLAS, Verónica Sierra. **Cartas-Lettres-Lettere. Discursos, prácticas y representaciones epistolares (siglos XIV-XX)**. Madrid: Editorial: Universidad de Alcalá, 2014.

GUERRA, Henrique. Literatura angolana do século XIX (fragmento). **Lavra & Oficina**: Caderno especial dedicado à literatura angolana em saudação à VI conferência dos escritores afro-asiáticos : (Luanda, 26 de Junho a 3 de Julho de 1979) / União dos Escritores Angolanos. Lisboa: Edições 70. p. 70-76

Glossário das Literaturas Africanas. Disponível em: <http://lusofonia.com.sapo.pt/glossario_africano.htm> Acesso em: 26. ago. 2008.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HEIMER, Franz-Wilhelm. **O Processo de Descolonização em Angola, 1974-1976**. Lisboa: A regra do jogo, 1980.

HOBBSAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismo desde 1870**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. & RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ILIFFE, John. **Os Africanos. História dum continente**. Lisboa: Terramar, 1999.

JACOB, Berta Maria de Oliveira. **A Toponímia de Luanda Das memórias coloniais às pós – coloniais**. 2011. 199 f. Dissertação (Mestrado em Estudos do Patrimônio) – Departamento de Ciências Sociais e de Gestão, Universidade Aberta de Portugal. Lisboa, 2011

JORGE, Manuel. Nação, identidade e unidade nacional em Angola. Conceitos, preceitos e preconceitos do nacionalismo angolano. **Latitudes – Cahiers Lusophones**, nº 28, p. 03-10, dez. 2008.

José Luandino Vieira no lançamento da obra *Papéis da Prisão*, Coimbra, 2015. Disponível em: . <<https://doutoramento.patrimonios.pt/apresentacao-do-livro-papeis-da-prisao-de-luandino-vieira-na-gulbenkian/>> Acesso em 07.mar.2022

KANDJIMBO, Luís. **Apologia de Kalitangi**: ensaio e crítica. 1997. Disponível em: <<http://www.nexus.ao/kandjimbo/kalitangi/angolanidade.html>>. Acesso em: 20 set. 2020.

LABAN, Michel *et al.* **Luandino**. José Luandino Vieira (Estudos, Testemunhos, Entrevistas). Lisboa: Edições 70, [1980].

_____. **Angola**. Encontro com escritores. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1988. 2 v.

_____. **A negritude africana de língua portuguesa**. Porto: Edições Afrontamento, 1995.

_____; SIMÕES, Maria João. XAVIER, Lola Geraldés. (Org.). **Estudos de literaturas africanas**: cinco povos, cinco nações. Coimbra: Novo Imbondeiro/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005.

LAKS, Daniel Marinho. Os “Papéis da Prisão”, de Luandino Vieira: entre a escrita de si e o testemunho da barbárie. **Revista do NEPA/UFF**, Niterói, v.10, n.20, p. 145-156, jan.-jun. 2018.

LARANJEIRA, Pires. Luandino Vieira - apresentação da vida verdadeira. **Revista de Cultura Vozes**, Petrópolis, v. 73, n. 2, p. 5-19, mar. 1979.

_____. LARANJEIRA, Pires. **Literaturas africanas de expressão portuguesa**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

LEITE, Ana Mafalda. **Oralidades e escritas pós-coloniais**: estudos sobre literaturas africanas. Niterói (RJ): Eduerj, 2012.

_____. Tematização linguística e arte narrativa em Luanda. PASSOS, Joana; BRUGIONI, Elena,. (Org.). Dossier 50 anos de *Luuanda*. **Diacrítica**. Série Literatura, n. 28 (3), p. 25-30, 2014,.

LÉONARD, Yves. O Ultramar Português. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHUR, Kirti (Org.) **História da Expansão Portuguesa**. Navarra: Círculo de Leitores, 1999.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Org.). **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p. 167-182.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René (Org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003, p. 141-184.

LIMA, Luiz Costa. **História, Ficção, Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LORIGA, Sabina. **O pequeno X: da Biografia à História**. Coleção História e Historiografia. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2011.

MACÊDO, Tânia Celestino de. **Da Inconfidência à revolução: trajetória do trabalho artístico de José Luandino Vieira**. 1984. 235 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia e Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

_____. Luanda: Literatura, História e identidade de Angola. **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais (CES)**. A questão social do novo milênio. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004. Disponível em: <<https://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel35/taniamacedo.pdf>>. Acesso em 10/05/2021

_____. **Luanda, cidade e literatura**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

_____. O império colonial português e sua retórica. In: ABDALA JUNIOR, Benjamin; SILVA, Rejane Vecchia Rocha e. **Literatura e memória política: Angola, Brasil, Moçambique, Portugal**. Cotia: Ateliê, 2015a. p. 73-86.

_____. MACÊDO, Tania. A Luanda de Luandino: quando a geografia cede à ficção. In: PEREIRA, Elsa; TOPA, Francisco (Coord.). **De Luanda a Luandino: Veredas**. Porto (PT): Edições Afrontamento, 2015b. p. 139-146

_____. A Luanda de Luandino. **Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF**, Vol. 8, nº 16, p. 45-54, jul. 2016.

MARGATO, Isabel. Notas sobre o Neo-Realismo português: um desejo de transformação. **Via Atlântica**, Rio de Janeiro, n.13, p. 44-56, jun. 2008.

MARGARIDO, Alfredo. **Estudos sobre Literatura das Nações Africanas de Língua Portuguesa**. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.

MARTIN, Vima Lia. **Literatura e Marginalidade**. Um estudo sobre João Antônio e Luandino Vieira. São Paulo, Alameda, 2008.

_____.; CASTRILLON-MENDES, Olga Maria. Guimarães Rosa, Luandino Vieira e a transculturação narrativa. In: PINTO, Aroldo José Abreu; ABDALA JR. Benjamin; SILVA, Agnaldo rodrigues da (Org.). **Esse entre-lugar da literatura: concepção estética e fronteiras**. São Paulo: Arte e Ciência, 2013. p.83-102.

MARZANO, Andrea Barbosa. Filhos da terra: identidade e conflitos sociais em Luanda. In: RIBEIRO, Alexandre Vieira. GEBARA, Alexsander de Almeida Lemos. **Estudos africanos – múltiplas abordagens**. Niterói: Editora da UFF, 2013.

MATEUS, Dalila Cabrita. **A Luta pela Independência. A Formação das Elites Fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC**. Mem Martins – Lisboa: Editorial Inquérito, 1999.

_____. **PIDE/DGS na guerra colonial (1961-1974)**. Lisboa: Terramar, 2004.

_____. **Memórias do colonialismo e da Guerra**. Alfragide: ASA, 2006

MEDINA, Maria do Carmo. **Angola: Processos Políticos de Luta pela Independência**. Coimbra: Editora Almedina, 2013.

MEMMI, Albert. **O Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MENDONÇA, Carlos V. Costa de; ALVES, Gabriela Santos. **Os desafios teóricos da História e a Literatura**. Disponível em: <<http://www.anpuh.uepg.br/historia-hoje/vol1n2/historialiterat.htm>>. Acesso em: 20.mar.2008.

MENDONÇA, José Luís. Luuanda: a oralitura telúrica do musseque. In: PEREIRA, Elsa; TOPA, Francisco (Coord.). **De Luuanda a Luandino**: Veredas. Porto: Edições Afrontamento, 2015. p. 93-99.

MESSIANT, Christine. Luanda (1945-1961): colonisés, société coloniale et engagement nationaliste. In. CAHEN, Michel (Org.). **Vilas et cidades. Bourgs et villes en Afrique lusophone**. Paris: Editions L'Harmattan, 1989. p. 121-199.

_____. Social and political background to the 'democratization' and the peace process in Angola. In: **Democratization in Angola**. Leiden: Eduardo Mondlane Foundation; Holland Comitee on Southern African; African Studies Centre, 1992.

_____. Em Angola, até o passado é imprevisível. A experiência de uma investigação sobre o nacionalismo angolano e, em particular, o MPLA: fontes, crítica, necessidades actuais de investigação. **II Seminário Internacional sobre a História de Angola, 1997**. Construindo o passado angolano: as fontes e a sua interpretação. Luanda: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997. p. 803-859.

MONTEIRO, Ramiro Ladeiro. **A família nos Musseques de Luanda**: Subsídios para o seu estudo. Luanda: F.A.S.T.A., 1973.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. **Continuidades e discontinuidades de um processo colonial através de uma leitura de Luanda**: uma interpretação do desenho urbano. São Paulo: Terceira Imagem, 2006.

MURARI, Luciana. O culto da diferença: imagens do Brasil entre exotismo e nacionalismo. **Revista de História da USP**, São Paulo, n. 141, p. 45-58, 1999.

MURTEIRA, Mario. “A Economia Colonial”. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHUR, Kirti (Org.) **História da Expansão Portuguesa**. Navarra: Círculo de Leitores, 1999. p. 99 – 132.

NASCIMENTO, Washington Santos. **Gentes do mato**: os “novos assimilados” em Luanda. 2013. 235 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

NETO, Maria da Conceição. Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX. **Lusotopie**: Lusotropicalisme. Idéologie coloniales et identités nationale dans les mondes lusophones Paris: Karthala, n.º 4, p. 327-357, 1997.

OLIVEIRA, Mario António Fernandes de. **Luanda**: Ilha Crioula? Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1968.

PEIXOTO, Carolina B. Tavares. **Limites do Ultramar português, possibilidades para Angola**: o debate em torno do problema colonial (1951-1975). 2009. 198 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

PEPETELA. **Luandando**. Porto: [s.n.], 1990

PIÇARRA, Maria do Carmo. Angola: (Re-)Imaginar o Nascimento de uma Nação no Cinema Militante. **Journal of Lusophone Studies**, n. 3 p. 168-194, 2018. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/55214>> Acesso em: 18.set.2020

PACHECO, Carlos. **MPLA**: um nascimento polêmico. Lisboa: Vega, 2000.

PADILHA, Laura Cavalcante. **Entre Voz e Letra**: o lugar da ancestralidade na ficção angolana do século XX. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense – EDUFF, 1995.

_____. Luuanda, um outro modo de cantar o Sião. In: PEREIRA, Elsa; TOPA, Francisco (Coord.). **De Luuanda a Luandino**: Veredas. Porto: Edições Afrontamento, 2015. p. 29-42.

PASSOS, Joana; BRUGIONI, Elena. (Org.). Dossier 50 anos de *Luuanda*. **Diacrítica**. Série Literatura, n. 28 (3), 2014.

PASSOS, Joana. Luuanda, a libertação de Angola e a geração de 50/60. In: PEREIRA, Elsa; TOPA, Francisco (Coord.). **De Luuanda a Luandino**: Veredas. Porto: Edições Afrontamento, 2015. p. 55-66.

PÉLISSIER, René. A revolta armada de 1961. In: WHEELER, Douglas e _____. **História de Angola**. Lisboa: Tinta da China, 2016.

PEREIRA, Elsa; TOPA, Francisco (Coord.). **De Luuanda a Luandino**: Veredas. Porto: Edições Afrontamento, 2015.

PIMENTA, Fernando Tavares. **Angola**. Os Brancos e a Independência. Lisboa: Afrontamento, 2008,

_____. Nacionalismo, oposição e propaganda política em Angola (1945-1961). In: PENA-RODRÍGUEZ, Alberto; PAULO, Heloisa. **A cultura do Poder. A Propaganda nos Estados Autoritários**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016. p. 367-386

PINTO, António Costa. A guerra colonial e o fim do império português. In: BETHENCOURT, Francisco. **História da Expansão Portuguesa**. Lisboa, Círculo de Leitores, 1997. p. 64-101.

REBELLO, Luíz Francisco. Sociedade Portuguesa de Escritores. In: BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena. (Coord.) **Dicionário da História de Portugal**. Lisboa: Livraria Figueirinhas, 2000.

REIS, José Carlos. **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010.

REIS, Raíssa Brescia; RESENDE, Taciana Almeida Garrido de. Présence Africaine e Intelectualidade Francófona: uma Introdução à Historiografia. In: _____ (Org.) **Cultura e mobilização**: reflexões a partir do I Congresso Internacional de Escritores e Artistas Negros. Rio de Janeiro: Synergia Editora, 2016, p. 1-24.

RESALT, Ana María Sánchez. **La propaganda “cultural” soviética en la Segunda Guerra Mundial**: Los casos del Comité para los Asuntos de las Artes y Literatúrnyaya Gazeta. 2016. 733 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Departamento de Comunicação, Universitat Pompeu Fabra. Barcelona, 2016.

RIBAS, Oscar. **Uanga (Feitiço)**. Mercado de Letras Editores, Lisboa, 2009.

RIBEIRO, Cláudia Pinto. Do texto ao contexto: Luuanda e a extinção da Sociedade Portuguesa de Escritores. In: PEREIRA, Elsa; TOPA, Francisco (Coord.). **De Luuanda a Luandino**: Veredas. Porto: Edições Afrontamento, 2015. p. 43-53.

RIBEIRO, Margarida Calafate; VECCHI, Roberto. Papéis críticos avulsos. In: VIEIRA, José Luandino. **Papéis da Prisão**: apontamentos, diário, correspondência (1962-1971). Alfragide (Portugal): Caminho Editora, 2015. P. 13-31.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papyrus, 1997.

_____. **A história, a memória, o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2005

_____. **O si-mesmo como o outro**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

RIEDEL, Dirce Côrtes (Org.). **Narrativa: Ficção e História**. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

ROBSON, Paul; ROQUE, Sandra. **Aqui na cidade nada sobra para ajudar**. Lisboa: ADRA, 2001.

ROCHA, Edmundo. **Angola**. Contribuição ao estudo da gênese do nacionalismo moderno angolano (período de 1950-1964) (testemunho e estudo documental). Lisboa: Dinalivro, 2009.

ROCHA, João Manuel. Os jornais diários de Luanda em vésperas da guerra colonial. **Ler História**, 74, p. 213-238, 2019. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/lerhistoria/4898>>. Acesso em: 30. abril. 2021.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. La biografia como género historiográfico algunas reflexiones sobre sus posibilidades actuales. In: SCHMIDT, Benito Bisso (Org.). **O Biográfico: perspectivas interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 09-48.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (Org.). **Construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX: África e Ásia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROSSA, Walter. Urbanismo ou o Discurso da Cidade. In: RIBEIRO, Margarida Calafate; ROSSA, Walther (Org.). **Patrimónios de Influência Portuguesa: Modos de Olhar**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2015. p. 477-519.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

_____. **Representação do Intelectual: as Conferências Reih de 1993**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. SAID, Edward. **Humanismo e Crítica Democrática**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTILLI, Maria Aparecida. **Africanidade: Contornos Literários**, São Paulo: Editora Ática, 1985.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade. **Novos Estudos**, n. 66, p. 23-52, julho de 2003. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/81691/1/Entre%20Prospero%20e%20Caliban_colonialismo%20pos-colonialismo%20e%20inter-identidade.pdf>. Acesso em 20 nov. 2020.

_____; MENESES, Maria Paula (Org.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, Eduardo dos. **Panafricanismo de ontem e de hoje**. Lisboa: [edição do autor], 1968.

_____. **Negritude e Luta pelas Independências na África Portuguesa**. Lisboa: Editorial Minerva, 1975.

SANTOS, Joelma G. dos. Literatura se alimenta de Literatura. Ninguém pode chegar a escritor se não foi um grande leitor [Entrevista de José Luandino Vieira]. **Revista Investigações - Linguística e Teoria Literária**. Recife, v. 21, n. 1, p. 279-290, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/1388>> Acesso em: 20. maio.2021

SANTOS, Rubens Pereira. Gorki e Luandino Vieira: relações literárias. In: PEREIRA, Elsa; TOPA, Francisco (Coord.). **De Luanda a Luandino**: Veredas. Porto: Edições Afrontamento, 2015. p. 111-120.

SANTOS, Washington Nascimento; FLORES, Marilda dos Santos Monteiro das. Luanda e suas segregações: uma análise a partir das salas de cinema (1940 – 1960). **Mulemba**. Rio de Janeiro: UFRJ, v.9. n. 17, p. 80-89, jul/dez/2017. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/mulemba/issue/view/826>>. Acesso em: 18.set.2020.

SCARAGGI, Elisa. Escrever é resistir. Práticas de resistência em Luandino Vieira. **Literatura e autoritarismo**. Santa Maria: n. 31: a experiencia do confinamento, p. 23-34, jan.-jun. 2018.

SCHÄFFER, Margareth. “Entre-lugares” da cultura: diversidade ou diferença? **Educação & Realidade**. Porto Alegre: 24 (1), 161-167, jan./ jun. 1999.

SEGATO, Rita. Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 13 (2), p. 256-284, maio-ago. 2005.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. “Zeugnis” e “Testimonio”: um caso de intraduzibilidade de conceitos. **Letras**. nº 22, p. 121-131, jan.-jun. 2001.

_____. (Org.). **História, Memória, Literatura – O Testemunho na Era das Catástrofes**. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

_____. Narrar o trauma – A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. Narrar o trauma – A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia Clínica**. Revista do Departamento de Psicologia da Pontifca Universidade Católica /RJ, n.1, p. 65-82, 2008.

SERRANO, Carlos. **Angola, nascimento de uma nação**: um estudo sobre a construção de identidade nacional. Luanda: Edições Kilombelembe, 2008.

SILVA, Mónica V. Luanda Through its Prisons: Luandino Vieira's Papéis da Prisão. **Journal of Lusophone Studies** 1.1, p. 73-87, Spring 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.) **Identidade e Diferença** – a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

TABUCCHI, Antonio. En una celda de Angola. **Revista Eñe Clarín**. Buenos Aires, 2011.

TAVARES, Ana Paula. Cinquenta anos de literatura angolana. **Via Atlântica**. São Paulo, n. 3, p. 125-140, dez. 1999.

TAVORA, Orlando de. “Conversa com o contista Luandino Vieira”. *Jornal de Angola. Anangola*. Luanda, 15 de março de 1961, ano 8, n. 97, p. 4. In: TROPA, Francisco. **Luandino por (re)conhecer**. Uma entrevista, estórias dispersas, bibliografia. [S.l.]: Sombra pela Cintura, 2014.

TRIGO, Salvato. **Luandino Vieira, o logoteta**. Porto: Brasília Editora, 1981.

_____. *Luuanda*: nacionalização literária, reinvenção e angolanização da língua portuguesa. In: PEREIRA, Elsa; TOPA, Francisco (Coord.). **De Luuanda a Luandino**: Veredas. Porto: Edições Afrontamento, 2015, p. 11-28.

TOPA, Francisco. **Luuanda há 50 anos**: críticas, prémios, protestos e silenciamento Francisco Topa. [S. l.]: Sombra Pela Cintura, 2014.

Um comunicado do Centro de Actividades Econômicas de Angola sobre da Sociedade dos Escritores” - **Diário de Luanda**, 23 de maio de 1965, Fundação Mário Soares / Arquivo Mário Pinto de Andrade, Disponível em: <<http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10400.005.035>> Acesso em: 02.mar.2021.

VIEIRA, José Luandino. **Luuanda**. São Paulo: Ática, 1982.

_____. **A vida verdadeira de Domingos Xavier**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **Vidas Novas**. Lisboa: Edições Setenta, 1985.

_____. **Papéis da Prisão**: apontamentos, diário, correspondência (1962-1971). Alfragide: Caminho Editora, 2015

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **As revoluções africanas**. Angola, Moçambique e Etiópia. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

Vista aérea do Campo de Concentração do Tarrafal. Disponível em: Fonte: <<http://ardinadarede.blogspot.com/2018/01/tarrafal-verdades-e-mentiras-do-campo.html>> Acesso em: 08.fev.2022.

GLOSSÁRIO⁶⁸⁷

Batoteiro	trapaceiro
Bufo	delator; informante
Canhangulo	espingarda artesanal
Catana	espécie de facão
Caluanda	Natural ou habitante de Luanda
Cubata	habitação simples, cujo telhado é feito de folhas ou palha, muito comum nos musseques
Fubeiro	pequeno comerciante do musseque; sentido pejorativo: reles comerciante.
Funji/ funje	massa de farinha de mandioca ou milho cozida
Kitaba/ quitaba	pasta de amendoim torrado
Lamechice	tolice
Macunde	feijão miúdo, tipo feijão fradinho
Maiombola	morto-vivo; zumbi
Mata-bicho	café da manhã
Matumbo	designação depreciativa para indivíduo sem educação; ignorante
Moca	cajado
Monandengue	criança; jovem
Morabeza	afável
Mulele	tecido de algodão; traje feminino
Missosso	fábula
Musseque	bairros periféricos luandenses ocupados pela população pobre
Muxima	lisonja
Quikuanga/ kikuanga	espécie de funji cozido em folhas silvestres.
Túji	porcaria

⁶⁸⁷ **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa** [em linha], 2008-2021. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/muxima>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

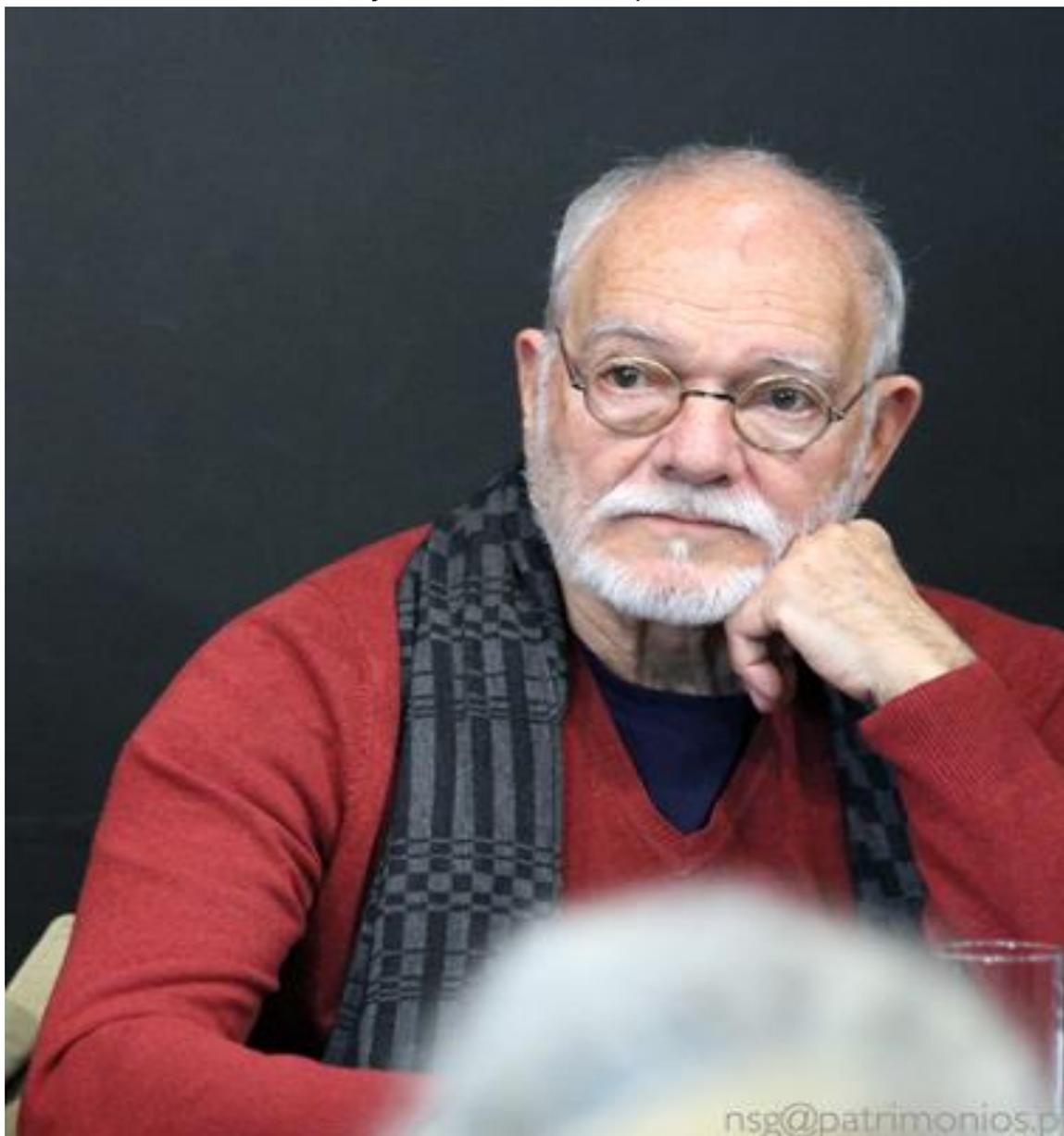
ANEXO A – Fotografias de José Luandino Vieira

José Luandino Vieira em 1960



José Luandino Vieira é o sétimo da esquerda para a direita dos que figuram em pé. Fonte: FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES, 1960.

José Luandino Vieira no lançamento da obra *Papéis da Prisão*, Coimbra, 2015.



Fonte: NGS@PATRIMONIOS.PT, 2005

ANEXO B – Imagens do Campo de Trabalho de Chão Bom (C.T.C.B.), em Tarrafal, Cabo Verde

Vista aérea do Campo de Concentração do Tarrafal



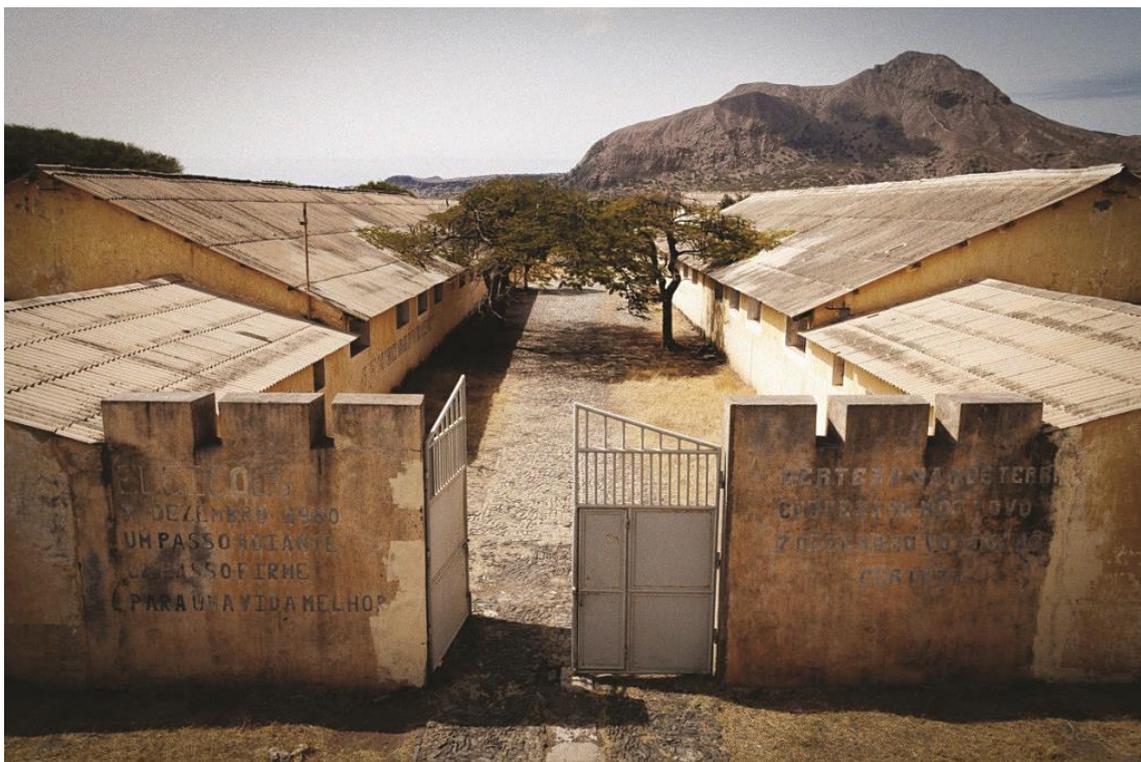
Fonte: ARDINADAREDE. BLOGSPOT.COM, 2018.

Complexo Prisional do Campo de Concetração de Tarrafal



Fonte: Fonte: ARDINADAREDE. BLOGSPOT.COM, 2018.

Entrada principal do Campo de Concentração do Tarrafal



Fonte: OCASTENDO.BLOGS.SAPO.PT, 2012.